PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Priscyla Christine Hammerl

POR UMA CIDADE TURÍSTICA: FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL DA ESTÂNCIA DE CAMPOS DO JORDÃO (SP) – (1911-1966)

Santa Cruz do Sul
2016

Priscyla Christine Hammerl

POR UMA CIDADE TURÍSTICA: FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL DA ESTÂNCIA DE CAMPOS DO JORDÃO (SP) – (1911-1966)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Rogério Leandro Lima da Silveira

Santa Cruz do Sul
2016

Priscyla Christine Hammerl

POR UMA CIDADE TURÍSTICA: FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL DA ESTÂNCIA DE CAMPOS DO JORDÃO (SP) – (1911-1966)

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado; Área de Concentração em Desenvolvimento Regional; Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Aprovado em

Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira – Professor Orientador - UNISC

Dr. Olgário Paulo Vogt –Professor examinador – UNISC

Drª Grazielle Betina Brandt – Professora examinadora – UNISC

Dr. Marcelo Ribeiro – Professor examinador – UFSM

Dr. Pedro de Alcântara Bittecourt César – Professor examinador – UCS

Santa Cruz do Sul
2016

Aos meus avós, por todos os ensinamentos.

AGRADECIMENTOS

Nada teria feito se não fossem as pessoas que me auxiliaram nesta caminhada. Agradeço imensamente a todos que contribuíram para que esta etapa fosse vencida.

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador, professor Rogério, que se tornou um grande exemplo para mim. Sua serenidade, paciência e compreensão em todos os momentos foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Não terei como retribuir em palavras todos os esforços que realizou para me ajudar. Ao seu carinho, dedicação e atenção, minha sincera gratidão .

Aos professores que me auxiliaram nessa jornada, em especial à professora Carminda Cavaco, com quem muito aprendi sobre turismo, sobre história e, sobretudo, sobre "gostar de pesquisar". Agradeço imensamente por todas suas contribuições, almoços, jantares e passeios pelas ruas lisboetas. Tive "muito gosto", como dizem os portugueses, em aprender com uma pessoa tão generosa.

Ao meu marido Jordão, incansável, que me deu todo o suporte necessário em absolutamente todos os momentos desta tese.

Aos amigos, companheiros de angústias e alegrias na jornada de trabalho: Gleyce, Péricles, Alcione e Luana.

À CAPES, por ter oportunizado o estágio no exterior.

Ao Instituto Federal Farroupilha, em específico à direção do colega Alexander Silva Machado que me possibilitou o afastamento integral para dedicação a esta pesquisa.

“Não sabiam os pobres viandantes,
Que o tesouro de ouro não era não,
Nem de esmeraldas, nem de diamantes,
O tesouro era Campos do Jordão”

(Pedro Paulo Filho)

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de investigação a estância de Campos do Jordão, localizada no Vale do Paraíba em São Paulo. A história deste território revela um processo de transformação comum a outros territórios brasileiros: o desdobramento de uma estância de saúde em uma estância turística. Criada sob a égide dos temores epidêmicos e dos modelos higienistas a estância de Campos do Jordão foi palco de diferentes atores, dentre os quais se destacam importantes médicos e políticos, que modelaram, condicionaram e constituíram o novo uso para este território – o turismo, desvelando neste processo importantes transformações e interações espaciais. Nesse sentido, o objetivo foi compreender como se deu a formação territorial do objeto de estudo analisando como ocorreram a produção e o desenvolvimento do espaço urbano e turístico. Para tanto, delimitamos a investigação no intervalo temporal de 1911 a 1966 abarcando nessa periodização desde o início do processo de urbanização do território, marcado pela idealização da Estrada de Ferro de Campos do Jordão em 1911 até 1966, momento em que as políticas de turismo se consolidaram não apenas no âmbito do território, mas, sobretudo no âmbito nacional, período em que foi criado o Instituto Brasileiro de Turismo (IBRATUR). Como aporte metodológico utilizamos as diretrizes teóricas propostas pelo grupo de pesquisadores franceses da Equipé MIT - *Mobilité, Itinéraires, Tourismes* em conjunto com conceitos e teorias propostas pelos pesquisadores Milton Santos e Henry Lefebvre. Os resultados da investigação revelam que a formação e transformação territorial de Campos do Jordão foram frutos das ações de diferentes atores que, servindo a interesses pessoais, condicionaram os usos do território para a saúde e para o turismo.

Palavras-chave: Campos do Jordão. Território. Estância de saúde. Estância turística.

ABSTRACT

This research has as object the Campos do Jordão resort located in the Vale do Paraíba in São Paulo. The history of this territory reveals a joint process of transformation to other Brazilian regions: the deployment of a health resort in a tourist resort. Created under the auspices of the epidemic fears and hygienists models Campos do Jordão resort was the scene of different actors, among which stand out medical and important politicians who shaped, conditioned and constituted the new use for this territory - tourism, unveiling this process important changes and spatial interactions. In this sense, the goal is to understand how was the territorial formation of the object of study analyzing how was the production and development of tourism and urban space. Therefore, delimited research in the time interval 1911-1966 covering this periodization since the beginning of the territory urbanization process, marked by the idealization of Campos do Jordão Railroad in 1911 until 1966, at which time the tourism policy is consolidated not only in the territory, but especially at the national level, during which it created the Brazilian Tourism Institute (IBRATUR). As methodological approach used the theoretical guidelines proposed by the group of French researchers from MIT Equipé - Mobilité, Itinéraires, Tourismes together with concepts and theories proposed by researchers Milton Santos and Henry Lefebvre. Research results show that the formation and territorial transformation of Campos do Jordao are the result of actions by different actors, serving personal interests, conditioned the uses of the territory for the health and tourism.

Keywords: Campos do Jordão. Territory. Health Resort. Tourist Resort

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Localização de Campos do Jordão.....31

Ilustração2 – Capa da obra *Voyages dans Les Alpes* de Saussure (1796), primeiro volume. 101

Ilustração 3 – Imagem da obra *A paisagem de Davos* de Holsboer (1878).....114

Ilustração 4 – Imagem de um dos jardins da estância de Davos no século XIX.....137

Ilustração 5 – Panfleto de propaganda contra tuberculose 157

Ilustração 6 – Cartaz de campanha nacional contra a tuberculose (1900).....158

Ilustração 7 - Propaganda da Liga Brasileira Contra a Tuberculose (1912) 169

Ilustração 8 - Vila Jaguaribe (192?) 171

Ilustração 9 - A fruição da paisagem na obra de distribuição gratuita "Campos do Jordão".175

Ilustração 10 – Foto de quarto individual do Sanatório São Paulo 186

Ilustração 11 – Dormitório do Sanatório São Vicente de Paula. Atendimento infantil (194?) 188

Ilustração 12 – Selo da Campanha Pró-Sanatorinhos (193?) 189

Ilustração 13 – Vila Capivari (1935) 200

Ilustração 14 – Anúncio do automóvel no jornal *Diário Carioca* (1933).....202

Ilustração 15 – Anúncio de sapatos modelo "turista" (1936).....203

Ilustração 16 – Anúncio de excursão a Campos do Jordão divulgada no jornal *A manhã* do Rio de Janeiro (1946) 204

Ilustração 17 - Reportagem do Correio Paulistano sobre os incentivos de Adhemar e Vargas na Estância Balneária do Guarujá (1940).....218

Ilustração 18 - Anúncio de hotel em Campos do Jordão publicado no jornal o Correio da Manhã – Rio de Janeiro (1945).....226

Ilustração19 – Material de Divulgação de Campos do Jordão (1959) 228

Ilustração 20 – Panfleto de divulgação do I Congresso Nacional de Turismo com a localização e acessos a Campos do Jordão (1953).....238

Ilustração21 – Anúncio do projeto de construção de Hotéis Populares, com isenção de impostos por 10 anos (1953) 240

Ilustração 22- Anúncio da Geleia Belfruta (1951) 245

Ilustração 23- Na piscina do Clube. Cena do Filme Floradas na Serra (1954) 248

Ilustração 24 – Mapa turístico distribuído pelos comerciantes da "vila das lembranças" (1959) 250

Ilustração 25- Anverso do Mapa Turístico (1959) 252

Ilustração 26 – Anúncio de Turismo. Jornal Acidade de Campos do Jordão (1965) 257

LISTA DE SIGLAS

COMBATUR Comissão Brasileira de Turismo

EFCJ Estrada de Ferro de Campos do Jordão

EMBRATUR Empresa Brasileira de Turismo

IBRATUR Instituto Brasileiro de Turismo

D.M.Tur Diretoria Muncipial de Turismo

MIT Mobilité, Itinéraires, Tourismes

Sumário

APRESENTAÇÃO 5
1. INTRODUÇÃO 7
PARTE 1 – TURISMO, ESPAÇO E TEMPO 13
2. ENTRE A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA DO TURISMO 14
2.1 Desafios dos estudos da origem e difusão do turismo 14
2.2 O estado da arte: o estudo do turismo no percurso do tempo 17
2.3 *Moment de Lieu:* uma proposta teórico-metodológica 24
2.4 Transferências do *moment de lieu:* pensando os "nossos" lugares do turismo 28
2.5 O destino escolhido: Campos do Jordão – SP 31
2.6 O *momento de lieu* de Campos do Jordão: perguntas norteadoras da pesquisa 38
3. O TURISMO NA FLECHA DO TEMPO 41
3.1 O tempo e o turismo: entre o trabalho, a saúde e o lazer 42
3.2 A questão do tempo no conceito de *moment de lieu* 54
3.3 O estudo dos eventos: a totalidade em movimento 58
3.4 Eventos e lugares turísticos 66
4. PENSANDO O ESPAÇO DO TURISMO 69
4.1 O estudo do espaço turístico 70
4.2 As noções fundadoras do espaço e relações com a pesquisa 74
4.3 O conceito de território: saúde, turismo e territorialidades 84
4.4 O espaço urbano: o turismo como fenômeno urbano 90
PARTE 2 – A FORMAÇÃO DE CAMPOS DO JORDÃO 97
5. A INVENÇÃO DA MONTANHA 98
5.1 A montanha e a invenção dos seus usos 99
5.2 A expansão das cidades e a tuberculose: a teoria da cura pelo clima 106
5.3 Entre o curismo e o turismo: a montanha mágica 111
5.4 Saúde e lazer popular: a socialização da montanha 120
5.5 A urbanização das estâncias climatéricas: a combinação entre cidade e a natureza 134
6. A TUBERCULOSE NO BRASIL E O NASCIMENTO DA SUÍÇA BRASILEIRA 141
6.1 A tuberculose no Brasil e o refúgio climatérico nos Campos do Jordão 141
6.2 O Estado de São Paulo no combate à tuberculose: a propaganda sanitária e a estigmatização do doente 153
6.3 A elite contra a tuberculose: o cuidado com o outro em benefício próprio 159

6.4 Construindo a Suíça brasileira 165
7. ESTÂNCIA CLIMATÉRICA DE CAMPOS DO JORDÃO: A DAVOS PAULISTA.... 177
7.1 Os primeiros passos da Estância e a comparação com Davos 177
7.2 A cidade sanatorial: entre indigentes e pensionistas 183
7.3 Entre a doença e os divertimentos 193
7.4 O turismo e o papel do automóvel 201
PARTE 3 - A TRANSFORMAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO 206
8. A INFUSÃO E DIFUSÃO DA PRÁTICA TURÍSTICA EM CAMPOS DO JORDÃO . 207
8.1 A literatura e a divulgação de Campos do Jordão 207
8.2 Doentes e turistas: a separação 210
8.3 A primeira política nacional de turismo e os jogos em Campos do Jordão 216
9. POR UMA CIDADE TURÍSTICA 224
9.1 O desenvolvimento do território das elites 224
9.2 O declínio do território da saúde 227
9.3 O desenvolvimento do turismo 231
9.4 Diretoria Municipal de Turismo e o I primeiro Congresso Nacional de Turismo 236
10. A SUÍÇA BRASILEIRA COMO ESTÂNCIA TURÍSTICA 243
10.1 O espaço turistificado 243
10.2 Campos do Jordão e política estadual de turismo 253
CONSIDERAÇÕES FINAIS 260
REFERÊNCIAS 266

APRESENTAÇÃO

Ao iniciar este trabalho, entendo ser fundamental contextualizar as linhas que me direcionaram para a sua produção, pois minha inquietação com os estudos acerca do passado da atividade turística é perene desde os tempos de graduação, iniciada em 2004, momento em que a bibliografia sobre a história do turismo no Brasil ainda se encontrava em seus primórdios.

Ainda nos primeiros anos do bacharelado em Turismo, em busca de um aprofundamento teórico sobre as raízes do turismo brasileiro, iniciei um trabalho de pesquisa fomentado pelo meu primeiro orientador, o historiador Eduardo Romero de Oliveira, que objetivava investigar o desdobramento de estâncias de saúde em estâncias turísticas. As transformações desses lugares, sua refuncionalização permeadas por importantes acontecimentos políticos nacionais, se tornaram objeto de minha atenção ao longo da iniciação científica.

Nesse processo de investigação, uma das estâncias brasileiras que passou por essa transformação se destacou como um dos importantes cenários de transformações políticas em prol do desenvolvimento do turismo nacional: a estância de Campos do Jordão, localizada no Estado de São Paulo. Pela proximidade física com esse lugar turístico, pois naquele período eu estudava e residia em São Paulo, e também por sua relevância para os estudos do turismo no percurso do tempo, optei por investigar com maior atenção esse destino.

Assim, durante a graduação e também ao longo do mestrado, orientado pela historiadora Sênia Bastos, me aprofundei em pesquisas sobre o território jordanense com o intuito de compreender as origens e transformações do turismo nesta estância. Pautados nas teorias e metodologias da História, os trabalhos anteriores de graduação e mestrado concentraram-se na história local, buscando-se compreender a lógica dos acontecimentos e, respeitando uma cronologia, apresentar as principais transformações ocorridas neste antigo destino de saúde que, atualmente, se constitui como um famoso destino turístico.

Ao ingressar no doutoramento em Desenvolvimento Regional, a proposta de estudo sobre Campos do Jordão foi lançada a novos olhares, sob a supervisão do geógrafo Rogério Leandro Lima da Silveira. Mais do que pela história do lugar, mais do que a cronologia dos acontecimentos que permitiram o surgimento do turismo em Campos do Jordão, buscou-se

compreender o processo de formação e transformação deste território preocupando-se em refletir sobre toda a complexidade e dinamicidade presentes no fenômeno turístico.

Os novos olhares que os estudos geográficos permitiram a esta pesquisa foram de grande valia para o aprimoramento profissional e também para o amadurecimento de minhas investigações sobre turismo. Neste processo, não poderia deixar de destacar as profícuas contribuições da geógrafa Carminda Cavaco ao longo do período de estágio doutoral realizado na Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

Tendo me apresentado novas matrizes teórico-metodológicas para o estudo do passado do turismo, a presente tese é também resultado de suas valiosas orientações. O reconhecimento de novos e autores e teorias me permitiram repensar os resultados obtidos ao longo dos anos de investigação sobre o passado do turismo e também sobre Campos do Jordão. Assim, o trabalho aqui composto se apresenta como o resultado de todo este processo, revelando-se como um estudo que me permitiu repensar as lógicas temporais e espaciais do processo de origem e difusão do turismo no Brasil.

1. INTRODUÇÃO

É inegável que os estudos sobre o turismo estão, cada vez mais, a ganhar espaço no universo acadêmico. Ainda que não tenha definido o seu estatuto de ciência, a construção do saber turístico vem se intensificando com a inovação e sofisticação de ferramentas de análise. Neste processo, observa-se não apenas o estudo das condições atuais da atividade, mas também do seu passado. A invenção do turismo interliga-se com os projetos de recreação, deslocamento e disputas por usos do espaço, que inicialmente foram um dos grandes privilégios da elite.

Na sua história, guardam-se origens distintas no processo de criação dos lugares turísticos. Dentre elas, destacam-se os projetos de destinos de saúde, lugares em que a paisagem e a estrutura urbanística, aliadas à construção de um tempo para exercer as vontades individuais (comtempladas e orientadas por um discurso médico), levavam a deslocamentos que objetivavam o afastamento dos grandes centros urbanos, locais de conturbações e doenças.

Muitos destinos de praias, termas e montanhas, em diferentes partes do mundo, constituíram-se como lugares atrativos, de fruição da paisagem e usufruto de um tempo de repouso, manutenção da saúde e, muitas vezes, procurados também para a cura de determinadas doenças. Com ajustamentos ao longo do tempo e com a evolução das práticas sociais, muitos dos antigos destinos de saúde foram reconfigurados por e para o turismo.

Nesse desdobramento de saúde ao lazer, que remonta às origens da construção das práticas turísticas em muitos lugares, vários elementos se colocam como relevantes para o estudo do processo. A democratização dos transportes, avanços na medicina, criação de novos gostos, dentre outros inúmeros fatores que vêm de escalas distintas, contribuíram com a criação dos lugares turísticos e desenvolvimento da atividade ao longo do tempo. O estudo desse passado, contudo, é um dos grandes desafios dos pesquisadores que se dedicam a construção do saber turístico.

Isto porque a compreensão da origem e difusão da atividade faz parte de um movimento que busca compreender o turismo em sua plenitude, revelando a explicação do fenômeno em si e suas inúmeras expressões. Nesse processo, observa-se um esforço intelectual dos pesquisadores em aplicar diferentes métodos que possibilitem analisar o

fenômeno em um tempo e um espaço delimitados, geralmente amparados em fontes documentais.

Da combinação e do cruzamento dos conhecimentos da História e do Turismo, observou-se ao nascimento do campo da história do turismo. Este campo, no caso do Brasil, até bem pouco tempo reproduzia apenas abordagens cronológicas (e muitas vezes anacrônicas) e geralmente a reboque das linhas evolutivas da história do turismo europeu. Apenas recentemente é que se observa uma nova produção historiográfica, sem estabelecer generalizações ou análises evolutivas do turismo brasileiro.

Mas apesar desse aperfeiçoamento nos estudos turísticos, observa-se que estas novas contribuições ainda estão dando os seus primeiros passos. A busca por compreender o passado do turismo está também pautada por olhares direcionados, aprofundados em elementos específicos da atividade, tais como a formação de determinados atrativos ou destinos. As dificuldades na obtenção de fontes e a complexidade do fenômeno turístico estão dentre as justificativas dos pesquisadores para a delimitação dos estudos.

Nesse processo, observa-se que o estudo do surgimento e difusão das práticas turísticas no Brasil ainda encontra-se como uma caminho a ser desdobrado. Pensar o fenômeno turístico em sua totalidade, isto é, em sua multidimensionalidade, exige novas metodologias que permitam observar não apenas elementos da atividade, mas sim toda a intricada rede relações e reações presentes no movimento turístico. Considera-se, assim, que o desafio consiste em estudar o passado do fenômeno considerando toda sua dinamicidade.

Para tanto, deve-se levar em consideração que o estudo do passado do turismo vai além da investigação do fenômeno em um dado recorte espacial e temporal. Há que se compreender a importância do tempo para o surgimento e difusão da prática turística e, mais do que isso: há que se compreender a extrema relevância do espaço nesse processo. O turismo se dá pelo consumo dos espaços e são justamente as características espaciais que dão tom à prática turística.

Entretanto, a tríade turismo, espaço, tempo salvaguarda um rica complexidade. Os meandros que traduzem essa relação são as linhas que direcionam esta tese. Buscou-se, ao longo deste trabalho, construir um aporte teórico-metodológico que permitisse estudar o processo de origem e difusão do turismo conjugando o tempo e o espaço de forma articulada, permitindo-se observar a complexa dinâmica do turismo no passado. Para tanto, optou-se por

focar as análises em um território específico, cuja trajetória permitiu investigar o processo de construção e ampliação do turismo não apenas no local, mas também no cenário nacional.

Neste sentido, a presente tese teve como objeto de atenção a estância turística de Campos do Jordão, localizada no Estado de São Paulo. Destino montanhoso, a altitude e o clima conjugados com uma infraestrutura voltada ao turismo de inverno, são atualmente atrativos para turistas advindos, sobretudo, das capitais paulista e carioca. Assim como outras localidades no Brasil e no mundo, a história de Campos do Jordão carrega o seu passado enquanto destino de saúde, recondicionado para os usos do turismo.

A antiga estância de saúde foi muito procurada ao longo da primeira metade do século XX por doentes pulmonares, tuberculosos e também por uma elite industrial, que buscavam nas altitudes jordanenses um clima melhor do que o encontrado nas capitais e seus grandes aglomerados urbanos. Os usos desse território, inicialmente procurados por motivos de saúde, foram ajustados aos usos do lazer, constituindo-se um território do turismo. Nesse processo, importantes eventos no cenário político nacional ocorreram em prol da difusão da atividade. Campos do Jordão não apenas faz parte desse cenário como é também uma peça importante para compreender a constituição da primeira política nacional de turismo, como poderá ser observado ao longo desta tese.

Dessa maneira, o objetivo deste trabalho foi compreender como se deu a formação e transformação de Campos do Jordão. Para tanto, levou-se em consideração mais do que a cronologia dos acontecimentos no local. Buscou-se investigar todas as ações e reações, em diferentes escalas, que permitiram as mudanças neste território, revelando nesse processo importantes elementos que auxiliam na compreensão do passado do fenômeno turístico no Brasil. Mas estas análises foram realizadas buscando-se ir além de um recorte histórico. Ao analisar a formação e transformação do território em questão, em interconexão com outras escalas, buscou-se realizar um estudo considerando-se os tempos e o espaço do turismo como fatores essenciais à construção do lugar e também das práticas sociais.

Para tanto, utilizou-se como norte as linhas da Geo-História do Turismo, campo que cruza os conhecimentos das três disciplinas, a história, a geografia e o turismo. Dentre as diversas referências que se inscrevem neste campo teórico, destaca-se a produção de matrizes francófonas, com a presença de um seleto grupo de pesquisadores que inovaram os estudos que aliam o turismo e a geografia em uma perspectiva temporal.

Esse grupo de pesquisadores, os quais apresentar-se-á no primeiro capítulo desta tese, se dedicaram ao estudos do passado do turismo sob um panorama bastante diferenciado, revelando conceitos e teorias que permitem explicar como lugares e práticas se relacionam e estruturam o fenômeno turístico. A aproximação com estes autores e teoria se deu durante o período de estágio doutoral na Universidade de Lisboa, momento em que se buscava o aprofundamento acerca das teorias e metodologias sobre a história do turismo. Apresentado pela orientadora no exterior, Carminda Cavaco, a leitura dos autores franceses permitiu um novo olhar sobre os estudos do turismo no percurso do tempo.

É neste sentido, que a presente tese buscou recobrar os estudos acerca do passado do turismo sob outras perspectivas, recorrendo-se a diferentes abordagens que permitissem compreender não apenas os eventos que ocorreram em Campos do Jordão, mas também eventos em outras escalas, compreendendo a formação e transformação do lugar e, em conjunto, o contexto de construção e difusão da prática turística no país.

O cenário europeu, neste contexto, é bastante rico no que diz respeito aos estudos históricos sobre o turismo nesta linha em que lugares e eventos em múltiplas escalas estão presentes na construção e difusão de determinadas práticas. A contribuição do estágio doutoral foi, sem dúvidas, a peça fundamental para o desenvolvimento desta tese e, a aproximação com uma proposta teórico-metodológica francesa que visa estudar os lugares de turismo por meio de uma espacialização do tempo e temporalização do espaço, foi essencial para inspirar o presente trabalho em que as análises sobre Campos do Jordão ultrapassam o simples suceder linear de acontecimentos e revelam uma outra abordagem possível aos estudos do turismo no tempo.

Os caminhos que levam a esta direção, contudo, merecem uma apresentação cuidadosa e minuciosa. Em razão disso, optou-se por apresentar os objetivos da pesquisa, o objeto em questão, e o aporte teórico metodológico de forma aprofundada ao longo da primeira parte deste trabalho, composta por um conjunto de três capítulos. No capítulo de número 02, que dá início à composição desta tese, apresentou-se as linhas teóricas que permitiram chegar à temática proposta. Repensando as formas de abordagem do estudo do passado do turismo, referenciou-se o aporte teórico-metodológico e o grupo de pesquisadores franceses que embasaram a proposta de pesquisa. É também a partir desse aporte que se revela o problema que norteou nossas ações, assim como a justificativa detalhada pela eleição do destino Campos do Jordão.

Como a proposta de trabalho alinha-se à tríade turismo, espaço e tempo, no capítulo de número 03 buscou-se esclarecer como a questão do "tempo" é tratada nesta pesquisa. Os estudos do passado do turismo, na abordagem que se propõem, levam em consideração o tempo sob múltiplas acepções e, neste sentido, dedicou-se este capítulo ao esclarecimento das diversas formas de compreensão dos "tempos" do turismo que utilizamos nesta tese. Da mesma forma, buscou-se realizar uma reflexão acerca do espaço e seus usos no turismo, destacando sua relevância para o processo de surgimento e difusão da atividade, constituindo-se o capítulo 04. Neste mesmo capítulo, objetivou-se esclarecer outros conceitos norteadores da pesquisa, tais como território e espaço urbano.

Este embasamento teórico-metodológico foi o suporte para as análises sobre a Estância de Campos do Jordão e para as reflexões sobre os contextos que permitiram o desenvolvimento da prática turística no lugar e também no Brasil. Assim, na segunda parte deste trabalho, buscou-se apresentar os eventos que permitiram a formação territorial de Campos do Jordão, considerando-se neste processo eventos ocorridos em diferentes escalas, por diferentes atores que permitiram neste território os seus usos e, posteriormente, os seus re-usos.

Buscando compreender como foi inventado o gosto pela montanha e seus usos curativos, no capítulo 05 realizamos um retrospecto de como a prática do curismo e do turismo se estabeleceu na Europa, revelando nesse processo como nasceu a estância de Davos na Suíça, lugar que serviu de modelo e inspiração para Campos do Jordão. Tendo um parâmetro dos principais eventos internacionais que permitiram a construção de determinadas práticas, no capítulo 06 verificou-se como o tais questões se revelaram no Brasil e contribuíram com a criação de uma Suíça brasileira, constituindo os primeiros passos da formação territorial de Campos do Jordão. No capítulo 07, concluindo a segunda parte da tese, apresentou-se como se consolidou a estância climatérica e o território da saúde.

Na terceira parte, objetivou-se apresentar como se deu a transformação do território, verificando como a prática turística foi implementada e difundida no lugar, compondo, assim, o capítulo de número 08. No capítulo 09, buscou-se apresentar como o território do turismo foi consolidado e, em conjunto, como ocorreu o declínio dos usos da saúde no lugar. Por último, no capítulo 10, apresentou-se o espaço turistificado e, por fim, os eventos que encerram nossas análises no ano de 1966, momento em o turismo já encontrava-se arraigado ao território jordanense.

Para compor os resultados apresentados nestes capítulos que se referem ao território estudado utilizamos um conjunto diversificado de fontes documentais coletadas em acervos de diferentes instituições ao longo dos anos de pesquisa sobre o destino. Dentre os principais acervos consultados destacam-se os arquivos históricos alocados na Biblioteca Municipal de Campos do Jordão, no Instituto do Patrimônio Histórico de Campos do Jordão e na Biblioteca Nacional.

Nestes acervos foram coletados jornais, revistas, obras literárias, atas, fotos, relatórios de exercícios bem como outros documentos que compõem os resultados desta tese. Contudo, o objetivo não foi realizar um exame exaustivo de documentos históricos. Os documentos aqui apresentados têm como intuito combinar um conjunto documental que ilustra o processo de formação e transformação territorial. Seguindo as linhas teórico-metodológicas propostas pela equipe *Mobilité, Itinéraries, Tourismes*, objetivou-se estudar os processos espaciais e temporais sem, no entanto, pretender-se realizar uma pesquisa alocada nas rigorosas metodologias da História.

PARTE 1 – TURISMO, ESPAÇO E TEMPO

A relação entre turismo, espaço e tempo não se apresenta como novidade. Os estudos do turismo usualmente perpassam pelas dimensões espaciais e temporais, sobretudo em razão das características da atividade, que transcorre por meio do consumo e produção dos espaços. Neste âmbito de pesquisa, geralmente a questão do tempo se apresenta como elemento que atravessa o espaço, contribuindo para a caracterização do cenário que envolve o fenômeno turístico e suas práticas. Na presente pesquisa, propomos ir além dessa concepção. Seguindo os pressupostos teóricos de Santos (1996) e da Equipe MIT (2005), buscou-se unir o tempo e o espaço nas análises do objeto de pesquisa. Para tanto, objetivamos ao longo dos capítulos dessa primeira parte, teorizar a relação entre espaço e tempo, com o intuito esclarecer os conceitos e categorias de análise que orientam esta tese, assim como as matrizes teóricas que permitiram operacionalizar nosso problema e metodologia de pesquisa.

2. ENTRE A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA DO TURISMO

O objetivo do presente capítulo é apresentar as teorias que fundamentam o estudo do turismo em seu processo de origem e difusão, alocadas nas linhas da história e da geo-história do turismo. Nesse sentido, buscou-se apresentar como os pesquisadores têm abordado o estudo do passado do turismo, identificando os principais problemas encontrados nessa perspectiva. Dentre estes, destaca-se a necessidade de se compreender o turismo enquanto uma prática social alocada no tempo e no espaço de forma conjugada. Seguindo esta proposta, apresenta-se um conceito elaborado por uma equipe de pesquisadores franceses que norteou as ações desta pesquisa: o conceito "*moment de lieu"*.

2.1 Desafios dos estudos da origem e difusão do turismo

> *Não se pode pensar o turismo apenas como atividade econômica ou social. Sua explicitação deve abarcar todas as suas multidimensões (PANOSSO, 2007, p.43).*

A produção do saber turístico é caracterizada por múltiplas abordagens. Nos últimos anos, acompanhando o quadro de amadurecimento desta área do conhecimento, assistimos a um crescimento dos debates científicos que têm o turismo como objeto. Compreender suas fases teóricas, sua epistemologia, e apurar seu campo metodológico são apenas alguns dos desafios enfrentados pelos pesquisadores que se propõem a problematizar o turismo.

A tarefa se torna ainda mais complexa em razão das características do objeto: o turismo é fluido, heterogêneo, multidimensional. Dessas particularidades deriva a principal preocupação dos pesquisadores nas últimas décadas: definir o que é o turismo e qual a melhor forma de investigá-lo. Embora muito tenha se avançado nesta discussão, não se pode negar que este é um tema que ainda permeia pesquisas recentes e faz parte da constante transformação e evolução da produção do saber turístico.

Nesse processo de delimitação do turismo, seja enquanto campo de análise ou como conceito, observamos o surgimento e ampliação de pesquisas que têm como objetivo compreender as raízes da atividade. O turismo é um fenômeno que nem sempre existiu, mas sua invenção, apesar de relativamente recente no tempo histórico, foi e ainda é objeto de atenção por parte de pesquisadores desse campo teórico. Os esforços para compreender o

processo de origem e difusão da atividade fazem parte de uma mobilização de pesquisadores que têm como objetivo não só investigar as transformações do fenômeno, mas também de aprimorar a própria produção do saber turístico, contribuindo de certa forma, com a delimitação de seu conceito.

Mas esse campo de análise, apesar de extremamente relevante para o aprimoramento da produção do saber turístico, ainda se apresenta em fase de consolidação. Apesar de termos uma diversificação de pesquisas nesta linha, as dificuldades encontradas nesse campo de investigação ainda limitam a profusão de pesquisas nessa área. Afinal, como compreender as transformações, ao longo do tempo, de uma atividade que é extremamente dinâmica? Pensar o turismo nessa perspectiva nos exige uma reflexão que vai além do estudo isolado do fenômeno em algum período do passado. O turismo é permeado por tempos e espaços múltiplos e é justamente essa característica que dificulta as análises relativas à sua história.

Pensemos, por exemplo, na questão do espaço. A dimensão espacial do turismo envolve uma configuração complexa, formada por uma área emissora, uma área de deslocamento e uma área receptora, o que nos leva a pensar movimentos e relações que vão além dos limites físicos do destino turístico. Há que se considerar também que, apesar de ser uma atividade essencialmente social, pautada por comportamentos que ditam os movimentos do turismo, as características do espaço também têm importante papel na criação e consolidação dos destinos, afinal, o turismo se dá pelo consumo dos espaços. Mas devemos considerar que, muitas vezes, espaços com características muito similares podem ou não desenvolver o turismo. Daí deriva a necessidade de explicar os motivos que levam a ocorrência da atividade em alguns lugares e sua inexistência em outros.

Pensar o turismo nessa perspectiva, recorrendo ao estudo de sua origem, requer uma reflexão bastante aprofundada e uma metodologia própria. A multidimensionalidade do turismo exige um estudo que permita observar toda a intrincada rede de relações e complexidade desse processo. Nesse sentido, deve-se lembrar também que a atividade turística ocorre em diferentes lugares ao mesmo tempo. Ao pensar na sua história levar-se-á em consideração, portanto, a multiplicidade de lugares que compõem o quadro de desenvolvimento da atividade.

Claramente, esta não é uma tarefa simples. A grande quantidade de territórios a serem pesquisados sob esta perspectiva já se constitui como um desafio para esse campo, e se agrava ao considerarmos que o exame de fontes e dados históricos sobre o turismo mesclam

informações diretas e indiretas sobre a atividade. Isto é, o estudo da origem do turismo requer a investigação de eventos diversos, que nem sempre se vinculam exclusivamente a atividade, tais como o avanço nos transportes, as transformações nas relações de trabalho e, até mesmo, as mudanças na medicina, como será observado ao longo deste trabalho.

Verifica-se, assim, que as temporalidades a serem estudadas no turismo também são plurais. Os eventos que contribuem com a formação dos destinos, assim como com a construção de novas práticas relacionadas ao turismo, se materializam em tempos e lugares distintos. Ora as ações partem de agentes no próprio destino e, nesse caso, temos a predominância dos tempos individuais, ora, temos também ações externas, que muitas vezes vêm de longe, mas que afetam direta e indiretamente na formação de destinos turísticos, permitindo uma análise da dimensão coletiva do tempo. Há que se considerar também que o turismo tem uma capacidade de recriação bastante peculiar, o que nos leva a estudar diferentes durações da atividade em um mesmo lugar.

Além dos tempos e espaços, a pluralidade também se aplica na dimensão social do turismo. As pesquisas neste campo disciplinar trabalham com as relações daqueles que recebem e dos que são recebidos. Aqueles que participam ativa e passivamente da organização do turismo. Os atores e suas relações com o espaço são primordiais nestas análises, afinal, as práticas turísticas são feitas por pessoas e grupos sociais, assim como a produção do espaço. Dadas estas proposições, verifica-se que os diferentes elementos que englobam o turismo requerem uma abordagem que permita articular todas as especificidades que a tríade sociedade, espaço e tempo materializam no processo de criação e transformação do turismo.

A fim de compreender como os pesquisadores têm tratado essa tríade, cujo elo produz resultados que revelam o turismo em uma perspectiva histórica, realizamos uma revisão de literatura dando ênfase às pesquisas brasileiras. Nesse processo, buscou-se identificar o panorama da história e da geo-história do turismo, analisando a forma de abordagem, os destinos eleitos como objetos de estudo, os tempos históricos e os eventos explicitados, assim como a escolha e o tratamento das fontes e dados que compõem estas pesquisas. A partir dessa revisão, referenciou-se os principais problemas encontrados pelos pesquisadores e, a partir deles, construiu-se a metodologia dessa pesquisa.

2.2 O estado da arte: o estudo do turismo no percurso do tempo

A presente tese parte da reflexão sobre a origem e difusão do fenômeno turístico. Este campo de abordagem, que se materializa no elo entre turismo, espaço e tempo, é tratado no âmbito de um quadro interativo de disciplinas de domínio conexo. Assim, observamos nos últimos anos, o surgimento e ampliação de uma agenda de pesquisa realizada por historiadores, geógrafos e turismólogos, dentre outros, em que o enfoque é o turismo sob uma perspectiva temporal.

Seguindo este panorama temos, por um lado, o desenvolvimento da produção científica alocada nas linhas da história do turismo. Nesta vertente, verifica-se um arcabouço de investigações que se utilizam do saber histórico elegendo o turismo como objeto. Por outro, nota-se um conjunto de produções que se inscrevem nas linhas da geo-história do turismo, que têm como principal característica a apresentação diacrônica da evolução do turismo para compreender as transformações do espaço.

Embora os dois campos apresentem similaridades e intersecções no que se refere ao tratamento do objeto, suas características metodológicas são bastante distintas. Se por um lado temos grandes preocupações com a cronologia e tratamento crítico das fontes pelos historiadores do turismo, por outro, observamos a atenção daqueles que optam pela geo-história para a dimensão espacial como processo e como causa na explicação dos acontecimentos relativos ao turismo ao longo do tempo.

Em comum, os dois gêneros de investigação se apresentam como campos relativamente recentes. A ampliação do número de pesquisas nestas áreas ocorreu com maior intensidade no último decênio. Nas linhas da história do turismo a criação da *The Internacional Commission for the History of Travel and Tourism* em 2001, e o lançamento do *Journal of Tourism History* em 2009, são bons exemplos de como processo de produção e difusão do conhecimento nesta área se ampliaram com a entrada do século XXI, sobretudo no âmbito internacional.

John Walton, historiador inglês responsável pela criação dessa comissão que buscou unir a rede de pesquisadores da história do turismo, reafirmou a emergência da temática no campo científico ao declarar que os estudos turísticos não podem ser compreendidos sem a referência do passado. Para o autor, não é possível predizer ou antecipar o futuro do turismo

sem ter algum conhecimento de onde viemos ou de como os grupos sociais compreendem e avaliam suas versões do passado[1].

A preocupação de Walton simboliza a carência de estudos aprofundados sobre o turismo e sua história. No texto de abertura da primeira edição do *Journal of Tourism History,* Walton aponta que o campo da história do turismo tem sido abordado de forma demasiadamente "solta, frívola, intangível e difícil de quantificar para se qualificar como um campo de estudo sério, principalmente porque carece de um corpo definido de arquivos oficiais e uma variedade de abordagens metodológicas[2]" (WALTON, 2009, p.1).

A fragilidade apontada pelo autor deriva da complexidade do fenômeno turístico. Sua principal característica está na heterogeneidade (de espaços, tempos, pessoas, relações, imaginários, etc.) e, em razão disso, múltiplas associações podem ser realizadas quando busca-se construir cientificamente seu escopo histórico. Essa diversificação, de objetos de análise, métodos, fontes, dentre outros, é observada na literatura de história do turismo no Brasil.

Acompanhando o quadro de expansão das pesquisas em história do turismo, os anos 2000 marcaram as principais publicações desta área no contexto brasileiro. A publicação de um maior volume de pesquisas no campo internacional influenciou direta e indiretamente a produção de pesquisas do mesmo gênero no Brasil. Comprovando tal conjuntura, tivemos a publicação das principais obras didáticas que se propuseram a apresentar o estudo do turismo no percurso do tempo, referenciando muitas vezes, a história do turismo em um contexto mais geral, de matrizes europeias.

Embora pesquisas de outras naturezas também sejam pertinentes a esse período, tais como artigos e teses acadêmicas, vamos nos ater, nesse primeiro momento, apenas aos livros, pois estes acabaram por se tornar os "clássicos" da literatura da história do turismo brasileira e se encontram em reedições nas prateleiras de muitas bibliotecas, sendo frequentemente utilizados como referências por estudantes e pesquisadores. A seleção foi realizada elegendo

[1] *The tourism studies [...] "cannot be understood without reference to what has gone before: nor can we attempt to predict or preempt the*

[2] *It has also, undoubtedly, been seen as too fluffy, frivolous, intangible and difficult to quantify to qualify as a serious field of study, especially as it lacks a defined body of official archives and requires a variety of methodological approaches.*

apenas as obras cujo conteúdo tivesse a história do turismo no Brasil em seu escopo, no sentido de contribuir para a construção teórico-metodológica dessa área[3].

Dentre as obras do gênero, uma das pioneiras[4] foi *"Viagem na memória: guia histórico das viagens e do turismo no Brasil"* do turismólogo Luiz Trigo. A obra, lançada no ano 2000, é resultado de uma preocupação do autor com a falta de organização dos dados históricos do turismo. A fragmentação da documentação e a ausência de um banco de dados sobre o tema no país foram dificuldades que o próprio autor encontrou em suas pesquisas que antecederam a produção do livro. Dessa forma, Trigo se preocupou em sistematizar em ordem cronológica cerca de 2.300 referências acerca de viagens, legislação, transportes, meios de hospedagem, dentre outros temas que contribuíram, na visão do autor, para o desenvolvimento do setor.

O autor utilizou como fontes livros, jornais, revistas, guias, brochuras, leis, bem como a informação oral obtida por contato direto com empresários, profissionais e acadêmicos do setor. Os resultados compuseram efetivamente um guia, repleto de tópicos organizados por datas, tal qual o apêndice da obra *Historia general del turismo de masas,* de Fuster (1990)*,* que apresenta a cronologia do turismo internacional e serviu de modelo e inspiração para o trabalho de Trigo. Tendo como proposta somente reunir dados e fontes, não observamos a preocupação do autor com as teorias e métodos da história, nem com a crítica interna e externa da documentação, o que é significativo de um momento em que a busca pela história do turismo brasileiro ainda se encontrava em sua fase inicial.

No que tange à delimitação geográfica dos dados apresentados na obra, observamos informações bastante difusas. Alguns dados, como os eventos relativos à restauração, se concentram em informações somente sobre Rio de Janeiro e São Paulo. Outros, como os dados sobre a criação de museus, contam com referências de diversos Estados. Claramente, a dispersão e fragmentação de fontes não permitiu ao autor sistematizar dados de todo o território nacional de forma mais equânime.

Diferentemente, a obra do historiador Mario Jorge Pires, *Raízes do Turismo no Brasil,* publicada no ano de 2001, privilegia um recorte, a região sudeste, para compreender o

[3] Não analisamos aqui obras como *História das viagens e do turismo* de Barbosa (2002), por tratar majoritariamente da temática em contexto internacional e *Brasil: história e turismo* de Queiroz (2005), por ser uma abordagem mais voltada a elaboração de roteiros e conhecimento de atrativos culturais.

[4] Luiz Trigo publicou, em 1991, um livro de menor volume com a mesma temática intitulado *Cronologia do turismo no Brasil.* Trata-se de uma obra que apresentava os primeiros resultados de suas sobre a história do turismo no Brasil. A continuação do trabalho deu origem a obra mais completa *Viagem na Memória,* a qual damos maior ênfase nesta pesquisa por sua popularidade e alcance.

surgimento do turismo moderno no Brasil. Este trabalho, por sua vez, se apresenta como uma das primeiras produções bibliográficas brasileiras com uma maior preocupação metodológica no sentido da produção do saber histórico, com uma maior criticidade no uso das fontes e na análise dos discursos.

O autor privilegia a literatura de viagem, ou seja, guias, diários e relatos de viajantes para contextualizar as transformações no ato de viajar e a formação de uma estrutura de serviços que serviu de apoio ao desenvolvimento do turismo em um momento posterior. Embora a questão espacial esteja presente nessa obra, com a apresentação do surgimento de novos hotéis e ferrovias, o foco do trabalho está nas mudanças de comportamentos por parte da elite cafeeira e na assimilação do hábito de viajar em imitação aos modelos europeus. A própria natureza das fontes consultadas conduz a abordagem proposta no trabalho de Pires. O foco nos comportamentos em detrimento da questão espacial se dá em razão da maior facilidade em se encontrar documentos relativos a relatos e experiências de viagens do que documentos específicos sobre equipamentos e serviços de apoio a viagens e turismo.

Paulo de Assunção, em sua obra *História do turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX*, publicada em 2012, reafirma tal conjuntura. Tendo sistematizado diversos relatos de viajantes que visitaram o Brasil em diferentes situações e momentos, o trabalho buscou identificar, por meio das narrativas de diferentes atores, como se processou o ato de viajar e as principais condições que envolveram as viagens e os deslocamentos no período proposto. Assunção destaca que a bibliografia com esse enfoque é bastante vasta, visto que há muitos registros de viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil entre os séculos XVI e XX.

Embora a literatura de viagem seja um importante arcabouço documental para as pesquisas em história do turismo, não podemos deixar de citar as instabilidades decorrentes do uso exclusivo destes dados, visto que os mesmos são discursos, e como tais, são produzidos em função de um determinado contexto. Sendo assim, o resgate de registros do passado exige reconhecer os condicionantes que os geraram, e no caso das viagens e do turismo isso implica em compreender diversos elementos sociais, econômicos e políticos do momento estudado. Observa-se que muitas das pesquisas desse gênero recorrem aos grandes eventos históricos, objetivando sistematizar as informações relativas a transformação e evolução do turismo, colocando os eventos em sequência e ajustando-os em grandes períodos, como observamos nas obras de Pires (2001) e Assunção (2012).

A desvantagem dessa abordagem é que, muitas vezes, o trabalho acaba por apresentar um simples suceder linear de acontecimentos que vão se acumulando, construindo uma espécie de depositório das linhas evolutivas do turismo. Com este mesmo viés, em 2002, foi publicada a obra *Turismo no Percurso do Tempo* organizada pela turismóloga Miriam Rejowski. O conjunto de capítulos que compõem esta obra foram concebidos com a missão de produzir um livro introdutório a evolução histórica do turismo, integrando o panorama internacional e nacional. Dessa maneira, a obra apresenta desde os momentos antecedentes da história do turismo na Antiguidade, Idade Média e Renascimento, passando pelo desenvolvimento do turismo moderno, até suas transformações com a entrada do século XX.

Articulando exemplos europeus e o caso brasileiro, os resultados mostram uma linha evolutiva do turismo nacional que vai desde os primórdios das primeiras viagens realizadas a exemplo da Corte, passando por suas primeiras manifestações, com a criação das estações de cura, o intenso crescimento e decadência da atividade entre as décadas de 1970 e 1980, e sua retomada com o crescimento do mercado interno a partir da década de1990. Em razão de seu cunho didático, o livro apresenta uma sistematização da literatura já existente sobre o tema, trazendo dados gerais sobre o contexto que permitiu o desenvolvimento do turismo nacional, citando em casos pontuais, algumas fontes históricas com o intuito de enriquecer o panorama evolutivo apresentado.

A escassez de fontes é justificada pelos autores, que citam os obstáculos de se realizar uma pesquisa sobre este tema em razão da "inexistência de registros da memória histórica do turismo no país e da falta de sistematização das informações no setor" (REJOWSKI *et al.,* 2002, p.117). De fato, a dificuldade em encontrar registros documentais organizados é o maior empecilho com que se deparam os pesquisadores dessa área. O historiador Haroldo Camargo, na sua obra *Uma pré-história do turismo no Brasil*, publicada em 2007, também aponta a falta de dados e a inexistência de trabalhos mais minuciosos neste eixo.

Tendo realizado um trabalho bastante primoroso no sentido de busca e organização de documentos, assim como a análise criteriosa de seus dados, a obra *Uma pré-história do turismo no Brasil* teve como proposta contribuir com o aprimoramento metodológico do campo da história do turismo. Tomando como objeto de estudo as práticas de recreação da aristocracia e o lazeres da burguesia no Rio de Janeiro, entre 1808-1850, o autor apresenta uma gama de documentações diversificadas que abrangem relatos de viagens, registro de exploradores, diários, correspondências, folhetins, anúncios, ilustrações, dentre outros, e nos

mostra como determinados costumes, tais como a vilegiatura e banhos hidrominerais e de mar, passaram a ser reconhecidos e imitados, configurando-se como embriões do turismo no país, o que leva o autor a designar tal contexto como uma "pré-história do turismo" brasileiro.

Este trabalho, por sua vez, diferencia-se das outras obras de história do turismo por considerar que este campo de análise não pode ser construído na grande corrente tradicional da historiografia. Para Camargo (2007, p.314), a história do turismo "corre lateralmente, sem os mesmos critérios de continuidade (da história tradicional), e por outros meios". Para ele, se faz necessário recusar as cronologias que se apoiam em marcos, em grandes eventos, pois, conforme o autor mostra em suas pesquisas, nem sempre estes feitos surtem efeito ou impacto sobre o objeto em questão.

No caso do período e local analisado, Camargo prova que, embora houvesse algumas práticas e estruturas que evoluiriam na direção do turismo em um período posterior, a atividade propriamente dita inexistia naquele momento. Ou seja, a presença do Regente, as mudanças de Regime e de Governo e os feitos revolucionários advindos desses grandes eventos, possibilitaram algumas inovações que esboçavam o turismo, mas nada foi realizado com intenções deliberadas para a promoção do mesmo. A grande contribuição do autor se deu na constatação de que o turismo é formado e transformado em condições singulares de espaço e tempo e, sendo assim, necessita ser estudado numa perspectiva que vá além do simples suceder linear de acontecimentos, respeitando a complexidade do passado e do turismo.

As pesquisas mais recentes dessa linha dirigem-se para esse caminho. A história do turismo no Brasil é formada por um mosaico de territórios, em períodos bastante distintos e, em razão de sua complexidade, necessitam de estudos individualizados que, em conjunto, formam o panorama da história do turismo nacional. Ultrapassando a perspectiva sequencial e evolutiva observada em trabalhos anteriores, a obra *História do Turismo no Brasil* organizada por Castro, Guimarães e Magalhães, publicada em 2013, reúne trabalhos de pesquisadores brasileiros que se debruçam sobre diversas especificidades da história do turismo em diferentes regiões do país. Ainda que incompleto, em termos de abrangência geográfica e temporal, o conjunto de pesquisas representam um primeiro movimento colaborativo entre pesquisadores brasileiros que buscam construir a história do turismo no Brasil.

Mas cabe destacar que por ser uma obra pioneira - no sentido de agrupar diferentes pesquisas sobre história do turismo no Brasil – os resultados apresentados são bastante difusos quanto a sua abordagem. Algumas pesquisas recaem sobre as mudanças urbanísticas,

outras sobre comportamentos, outras dão ênfase a promoção de eventos e construção de atrativos específicos que contribuíram com a turistificação de alguns lugares. Ou seja, não há uma linearidade nos trabalhos apresentados, o que é justificável, visto que as pesquisas desse campo recaem sobre objetos bastante distintos entre si, o que exige uma pluralidade de metodologias.

Observamos, assim, que a história do turismo no Brasil se constitui, atualmente, sobre uma grande variedade de pesquisas acadêmicas com olhares específicos sobre elementos que compõem o turismo. Mas como observar o surgimento e a difusão das práticas turísticas no Brasil de forma a abranger sua totalidade, isto é, a multidimensionalidade que é inerente a este fenômeno?

Os estudos a partir da perspectiva espacial se revelam como um caminho possível para essa tarefa. Em uma revisão teórica sobre a temática deparou-se com os estudos realizados por um grupo de pesquisadores franceses que buscaram compreender a emergência do turismo enquanto prática social alocada no tempo e no espaço. Essa equipe de pesquisadores, denominada MIT[5] (*Mobilité, Itinéraires, Tourismes)*, tem desenvolvido estudos que apresentam o turismo a partir de novas problemáticas, criando novos conceitos e metodologias de análise.

O trabalho desses autores se aproxima das linhas da geo-história do turismo, mas não se inscreve exclusivamente nesse campo de pesquisa porque o ultrapassa, e inova no sentido de propor outras abordagens. As linhas que direcionam os estudos da geo-história partem das transformações de ambas disciplinas no século XX. Tanto a história quanto a geografia ampliaram seus domínios ao constatarem a necessidade de se abordar o tempo e espaço enquanto dimensões indissociáveis. Fundadas nas teorias de Vidal de la Blache e Fernando Braudel, este campo, partilhado pela história e geografia, toma como norte a ideia de que se o espaço está sujeito aos ditames do tempo, a temporalidade também está sujeita aos ditames do espaço (BARROS, 2006).

No campo do turismo, esta via de mão dupla entre espaço e tempo se torna ainda mais palpável. O turismo é tanto estruturante quanto estruturado por condições temporais e espaciais. Segundo Coriolano e Silva (2005, p.96) a atividade "diz respeito ao tempo e ao espaço, pois as relações sociais ocorridas ao longo do tempo alteram e reestruturam lugares

[5]A Equipe MIT é composto pelo seguinte grupo de pesquisadores: Denis Diderot, Giorgia Ceriani, Vincent Coeffé, Philippe Duhamel, Anne Guague, Jean-Christophe Gay, Rémy Knafou, Hélene Pébarthe, Isabelle Sacareau, Mathis Stock, Luc Vacher e Philippe Violier.

produzidos em tempos diferenciados, construindo os patrimônios culturais, as cidades, a chamada segunda natureza, ou seja, lugares que passam a ser objeto do olhar do turista". Dessa maneira, estudá-lo sob a perspectiva da geo-história acaba por ser salutar, na medida em que o turismo traz, em sua essência, a interferência entre os atores e os lugares, em um dado contexto espaço-temporal.

Os estudos do MIT se aproximam dessa lógica. Os autores, contudo, trazem novas teorias e metodologias a esta análise e nos indicam um caminho possível para pensar as origens e transformações do turismo em uma perspectiva que supera a simples apresentação cronológica dos fatos, e abarca a multidimensionalidade do turismo. Dentre as inovações propostas destacamos o conceito denominado *moment de lieu*. Para melhor compreender o contexto de sua criação, bem como suas características, se optou por estudá-lo individualmente.

2.3 *Moment de Lieu:* uma proposta teórico-metodológica

O conceito de *moment de lieu*[6] foi criado por um grupo de pesquisadores que buscavam compreender o surgimento do turismo. Para esses autores, as práticas turísticas se tratam de inovações que se materializam em um dado momento e em um dado lugar. Mas deve-se considerar que o turismo, apesar de uma atividade essencialmente social, tem como componentes outros elementos que permitem o desenvolvimento da atividade. Isto é, além dos atores, se deve levar em consideração que as características dos lugares são fatores importantes na prática turística, pois são justamente essas características que autorizam e dão sentido à atividade.

Tendo esses preceitos como base, o grupo MIT tinham realizado reflexões sobre duas situações: sobre lugares modelos, ou seja, lugares que serviram de padrão e foram imitados por outros lugares que se pretendiam turísticos, e sobre os períodos temporais que poderiam se revelar como centrais nas análises dos lugares turísticos e seus funcionamentos. A partir dessas duas situações, os pesquisadores sentiram a necessidade de pensar o espaço e o tempo concomitantemente.

Teorizando a relação entre espaço e tempo no turismo, a equipe do MIT desenvolveu o conceito de *moment de lieu*. Este conceito é constituído por um conjunto de proposições. Sua

[6] Optamos por não traduzir o termo a fim de preservar os significados que o conceito traz em sua língua original. Em português o termo "momento de lugar" traz uma compreensão diferente, uma vez que a preposição "de" subordina o "momento" como meio, causa ou modo em relação ao "lugar".

estruturação parte de três elementos fundamentais: os lugares exemplares (*lieux exemplaires*), o efeito do lugar (*effect du lieu*) e o ar do tempo (*air du temps*). Embora os autores abordem outros conceitos para a construção do *moment de lieu*, considerou-se esses três essenciais para compreender as bases desse trabalho.

O conceito de "lugares exemplares" abarca aqueles lugares que são construídos para serem únicos e inimitáveis. Pelo seu sucesso, grandiosidade e diferenciação, estes lugares acabam, contudo, por serem reproduzidos, imitados. São diversos os casos que ilustram esse conceito. Davos na Suíça, por exemplo, é um desses lugares que por sua unicidade instigam outros à imitação. Davos serviu de inspiração a vários outros lugares, inclusive no Brasil, que utilizaram seus ideais de estância de tratamento de saúde e, posteriormente, de turismo de montanhas como referência e parâmetro de apropriação. O mesmo acontece, por exemplo, com Bath[7] e seus banhos termais e com o Rio de Janeiro e seu turismo de praia.

Na obra *Tourismes 2*, publicada em 2005, os autores do MIT citam diversos exemplos do que eles consideram como lugares-modelo, ou seja, lugares que serviram de exemplo para outros, e de modelos de lugares, isto é, padrões, tipos ideais de ordenamento que poderiam ser seguidos. Tomando como exemplo casos europeus, ao observar e analisar alguns "lugares exemplares", os autores levantaram o seguinte questionamento: como é possível que certas práticas turísticas se associem a certos lugares e não a outros? Há uma grande quantidade de lugares que têm montanhas com características físicas similares, por exemplo, mas nem todos desenvolvem a prática turística. Os autores explicam essa diferenciação a partir do conceito de "efeito do lugar".

Para os autores, o "efeito do lugar" exprime a interferência das qualidades do espaço nas práticas dos indivíduos e na construção e difusão da prática turística. Mas aqui cabe uma ressalva. O "efeito do lugar" não trata apenas das qualidades físicas ou paisagísticas de um espaço. É algo mais abrangente, pois trata do conjunto: situação geográfica, conjunto societal, objetos materiais e imateriais que compõem as características do lugar e que dão a ele o seu efeito (Equipe MIT, 2005).

Tomando o "efeito do lugar" como base, deve-se considerar que, para que os lugares se tornem modelos, há que se levar em conta que as características intrínsecas ao seu espaço são relevantes para a prática turística. O "efeito do lugar" compreende, portanto, o conjunto de objetos e ações que permitem o desenvolvimento de certas práticas no turismo.

[7] Bath é uma cidade inglesa, famosa por seus banhos termais.

Além do "efeito do lugar", o estudo dos "lugares exemplares" também leva em consideração a questão temporal. Dentro do *moment de lieu* o estudo dos lugares perpassa pelo período em que os mesmos fulguraram como modelo, mas não só. Esse estudo temporal também abarca o conjunto de períodos que permitiram as configurações do "efeito do lugar". Nesse sentido, a ideia de temporalidade observada pelos pesquisadores do MIT salvaguarda uma durabilidade diferenciada. Não se trata nem de uma longa duração nem de uma curta duração. Os autores propõem uma duração intermediária, traduzida no conceito como *moment*.

O *moment*, dentro do conceito proposto, designa, portanto, uma duração em que as temporalidades passadas e também o tempo de durabilidade dos lugares exemplares se alinham. Nesse sentido, a ideia de "duração" no conceito de *moment de lieu* não é pré-determinada, é, assim, variável segundo a natureza do fenômeno em questão. Segundo os autores o *moment de lieu* dura "o tempo que demanda a invenção, a adoção e a difusão de uma prática social"[8], sempre considerando o papel dos lugares nesse processo. (Equipe MIT, 2005, p.293).

Mas cabe considerar, contudo, que o conceito de "lugar" se vincula à conjunção de diferentes escalas espaciais e, em decorrência disso, a um conjunto de lugares com atores sociais que produzem a inovação. O lugar, nessa abordagem, não é considerado como localização, ou receptáculo. O lugar é, assim, operador ativo. O lugar em questão é a dimensão em que não somente as coisas acontecem, mas onde se dá "a liga". Segundo os autores:

> Em um "*moment de lieu*", há um encontro das práticas de atores externos, adotadas ou aceitas tacitamente pelos atores internos, o todo em um contexto espacial e temporal particular que lhe dá sentido e conteúdo. Há que se definir nesse processo de associação momento/lugar o que é lugar nessa conjuntura, quais qualidades estão em jogo, para quem e em qual escala[9] (Equipe MIT, 2005, p.293).

Para se compreender essa proposição, deve-se levar em consideração que no caso do turismo, há situações em que as práticas turísticas são predecessoras e encontram em determinados espaços o lugar ideal para se desenvolver. Há outras situações em que a prática é inventada no próprio lugar. Independentemente da situação, há que se compreender como lugar e prática se reproduzem mutuamente no contexto de uma ação espacial. Para tanto, o

---

[8] *[...] le moment de lieu dure un certain temps...c`est-à-dire le temps que demande l`invention, l`adoption et la diffusion d`une pratique sociale..*

[9] *Dans un moment de lieu, il se produit une reencontre autor des pratiques d`acteurs extérieurs, adopteés ou accepteés tacitement par les acteurs interner, le tout dans un contexte spatial et temporel particulier qui lui sens et contenu. La condition pour penser cette asssociatio lieu/moment, est d`arriver à definir ce qu`est le lieu dans ce processos, c`est –à-dire quelle(s) qualite´(s) sont en jeu, pour qui et à quelle échelle...*

método permite tanto partir de um lugar e analisar sua ligação com a prática, como pode-se partir de uma prática para saber em quais lugares ela foi inventada e se desenvolveu. O par lugar/prática funciona, portanto, segundo várias combinações.

Mas, independentemente da situação, os autores destacam que o *moment de lieu* incorpora certas qualidades que são frutos da conexão entre um sistema local e um sistema geral. Na verdade, é o próprio *moment de lieu* que produz o amálgama entre os elementos locais e gerais; é no *moment de lieu* que temos a tomada social que produz um lugar a ponto do mesmo se tornar referência para outros lugares e atores. Segundo a Equipe MIT (2005, p.305), "o sucesso de um lugar reside na interação fortemente espacializada entre atores de nível e de força muito diferentes que têm em comum a consciência de ter ligação com o lugar"[10].

Nesse sentido, para que haja um *moment de lieu* é necessário uma inovação social co-produzida por diversos atores com forte interação com o lugar e uma materialização dessa inovação aos olhos do mundo exterior. Mas cabe lembrar que a dimensão espacial necessita do qualificador temporal. As práticas são fruto de um contexto temporal e os lugares também. Nesse sentido, os autores acreditam que a compreensão do *moment de lieu* passa pela contextualização da época dominante, composta por um conjunto de práticas e representações que servem de referência a uma sociedade no movimento de mudança ou reafirmação das mesmas. Este contexto temporal é designado pelos autores como o "ar do tempo".

Importante destacar que o conceito prioriza a relevância do tempo e não da história. Os autores asseveram que o *moment de lieu* conjuga diferentes "ares do tempo" com diferentes "áreas do tempo". Ou seja, os autores optam por mostrar uma sucessão de práticas turísticas e de lugares turísticos ao longo da história. Dessa forma, as pesquisas não partem de diferentes épocas para nelas recolocar as etapas da evolução turística. Sem o interesse na construção de uma evolução histórica, os autores partem de lugares e práticas considerando a capacidade que os lugares turísticos têm para inovar-se e reinventar-se regularmente, "com" e não "apesar" da passagem do tempo. Sendo assim, os autores não buscam a posição temporal do turismo no passado, mas sim compreender a dinâmica do turismo em sua totalidade, e não de forma sequencial.

[10] [...] *le succès d`un lieu reside dans l`interaction fortemente spatialiseé entre des acteurs de niveau et de puissance très différents [...] qui ont en commmun la conscience d`avoir partie liée avec de lieu.*

2.4 Transferências do *moment de lieu:* pensando os "nossos" lugares do turismo

O conceito de *moment de lieu* nos traz uma compreensão muito interessante acerca do turismo, pois busca identificar como as qualidades do lugar, em interdependência com o "ar do tempo", em uma determinado espaço geográfico, podem produzir um sistema original e emblemático, incorporando as etapas do processo de emergência e/ou desenvolvimento do turismo. Em um movimento de temporalização do espaço e de espacialização do tempo, os autores nos mostram uma outra perspectiva possível para os estudos do turismo no percurso do tempo.

Conforme identificado anteriormente, a principal problemática observada nos estudos sobre o turismo no percurso do tempo, especificamente nas pesquisas brasileiras, está na visão evolutiva do turismo e na construção de sua história a partir da sistematização dos grandes eventos. Em busca de se superar esta abordagem fundada na cronologia, identificou-se que os estudos mais recentes priorizam certos elementos da atividade. Contudo, a especialização de temas dentro dos estudos históricos do turismo, embora de extrema relevância para os estudos do setor, não abarcam toda a complexidade do fenômeno.

Os estudos do MIT mostram outro caminho possível para os estudos do turismo na perspectiva temporal, partindo do estudo do processo, e não dos períodos que o enquadram. Ao estudar as qualidades espaciais, os atores, as temporalidades e as diferentes escalas presentes em lugares e práticas turísticas, observamos a multidimensionalidade presente na atividade. Mediante a relevância do conceito, buscou-se aplicar o conceito do *moment de lieu* aos "nossos" lugares de turismo, no Brasil.

Atentou-se, para tanto, sobre a possibilidade de aplicar o conceito partindo de um lugar e verificando sua ligação com a prática turística. Tomando como norte essa ordem, o passo seguinte está na identificação de lugares exemplares. Entre as diversas possibilidades de lugares-modelo e modelos de lugares brasileiros, se fez a opção de concentrar as investigações sobre um lugar em especial: a estância turística de Campos do Jordão, São Paulo.

A escolha do objeto, contudo, não é aleatória. A estância paulista de Campos do Jordão apresenta-se como unidade de observação relevante por ter se desdobrado em uma

famosa estância de saúde constituída tal qual o modelo de Davos Platz[11], sendo reconhecida como a "Suíça Brasileira[12]". Com o tempo, de estância de saúde tornou-se um destino turístico serrano, levando à titulação de estância turística.

Davos, conforme já citamos, se consolidou como um lugar-modelo. Campos do Jordão, aos moldes de seu predecessor europeu, buscava se afirmar como um lugar exemplar no território nacional e ganhou importância significativa enquanto destino de saúde. Segundo Bertolli Filho, ao final dos anos 1920, a fama de Campos do Jordão era tanta que este lugar "havia se transformado no principal refúgio nacional dos 'fracos do peito'", sendo denominada também de "Meca dos tísicos" e "Chanaã dos tuberculosos" (BERTOLLI FILHO, 2001, p.142).

Embora outros lugares no Brasil tenham desenvolvido a mesma função neste período, Campos do Jordão desponta em relação aos demais recebendo grandes fluxos de doentes advindos de diversas regiões do país, tornando-se uma forte referência na geografia médica, no que diz respeito a estações de cura para a tuberculose. Artigos médicos do período revelam as propriedades climáticas diferenciadas de Campos do Jordão e atestam as qualidades da estância climatérica como o lugar ideal para tratamento da tuberculose, ganhando uma grande fama em relação a outras localidades com a presença de sanatórios, tais como São José dos Campos –SP, Nova Friburgo-RJ, Belo Horizonte-MG, dentre outras.

A famosa "Suíça Brasileira" representa, no período, um destino em destaque. Embora, não se possa afirmar comprovadamente que Campos do Jordão serviu de modelo a outras estâncias do mesmo gênero a ponto de ser imitada, não se pode ignorar a "exemplaridade" do lugar em relação a sua função na época. De tal forma, o tratamento da tuberculose no Brasil e a Estância de Campos do Jordão apresentam-se frequentemente associados em todo o tipo de literatura e pesquisas sobre este período.

Mas a fama de Campos do Jordão não vincula-se somente ao seu momento enquanto destino de saúde. A origem e difusão das práticas turísticas também são objeto de atenção. Campos do Jordão fulgura entre um conjunto de estâncias que se destacam pelo turismo serrano no Brasil. Divulgada como 'um pedaço da Europa nos trópicos' Campos do Jordão se

[11] Davos Platz, cidade Suíça, ficou reconhecida ao longo do século XX pelo serviço sanatorial para tratamento da tuberculose. As características geográficas e climáticas do local eram consideradas como favoráveis ao tratamento da doença. A fama do destino amplia-se com a publicação da obra literária *A montanha Mágica* de Thomas Mann em 1924, cuja trama se desdobra em um sanatório de Davos.

[12] Este termo surge com a publicação dos estudos de Belfort de Mattos Filho, no 1º Congresso Brasileiro Hidro-Climatológico, em 1935, nos quais se alude a Campos do Jordão como a Davos Paulista (PAULO FILHO, 1997).

consolidou enquanto destino turístico entre os anos de 1950 e 1960, e a referência de um dos melhores climas do Brasil se propagou em conjunto com a divulgação das belezas naturais da estância.

Destino altamente frequentado pela elite paulistana e carioca, Campos do Jordão não só foi, como ainda é, uma das principais referências nacionais no que diz respeito à estâncias climáticas de exploração turística. De tal modo, a "Suíça Brasileira", é correntemente referenciada quando se trata da prática do turismo de inverno no país. Servindo como parâmetro ou referência, não é incomum observar expressões[13] como a "Campos do Jordão do Nordeste", a "Campos do Jordão Mineira", dentre outras, para designar lugares em que se observam determinadas estruturas voltadas ao turismo em elevada altitude e clima ameno.

Embora o objeto de estudo seja um modelo exitoso, a ponto de se tornar referência para designar determinadas estruturas e práticas de turismo, a eleição de Campos do Jordão enquanto foco de análise em relação ao estudos da origem e difusão do turismo no Brasil vão além dessa concepção. O "lugar exemplar" escolhido, em conjunto com todas as perspectivas que esse conceito aborda (condições espaciais, temporais, societais...), permite o estudo das primeiras ações políticas voltadas ao planejamento do turismo em âmbito nacional. Os atores que mediam e condicionam a estruturação do território do turismo jordanense se inter-relacionam com os atores que configuram as primeiras ações de gestão turística em extensões mais abrangentes no país, contribuindo inclusive, diretamente na construção dessas ações.

Dessa maneira, a escolha de Campos do Jordão permite observar aspectos de difusão da prática turística sob duas perspectivas: uma voltada ao contexto de criação e difusão da prática turística no próprio lugar e outra voltada a criação de uma política nacional de turismo e a uma tentativa de difusão da prática turística na escala nacional. Considera-se assim, que o lugar eleito compreende as principais características para a aplicação do conceito de *moment de lieu*: apresenta-se como um modelo espacial de sucesso e traz o turismo como uma inovação social coproduzida por atores diversos. As perspectivas que levam a esta constatação, contudo, serão explicitadas de forma mais aprofundada no decorrer desta tese.

[13] Estas expressões, observadas sobretudo em textos jornalísticos ou de propaganda turística, reafirmam a notoriedade de Campos do Jordão enquanto destino turístico de sucesso e a associação de determinadas práticas e estruturas, como "festival de inverno", "turismo de montanhas" ao objeto de estudo. As expressões citadas podem ser consultadas nos seguintes links: http://robertoalmeidacsc.blogspot.com.br/2009/07/campos-de-jordao-do-nordeste.html e https://gcnturismo.wordpress.com/2013/06/10/monte-verde-a-campos-do-jordao-mineira/. A primeira refere-se a Gravatá, Pernambuco e a segunda a Monte Verde, Minas Gerais. Ambos os destinos são reconhecidos pelo clima frio.

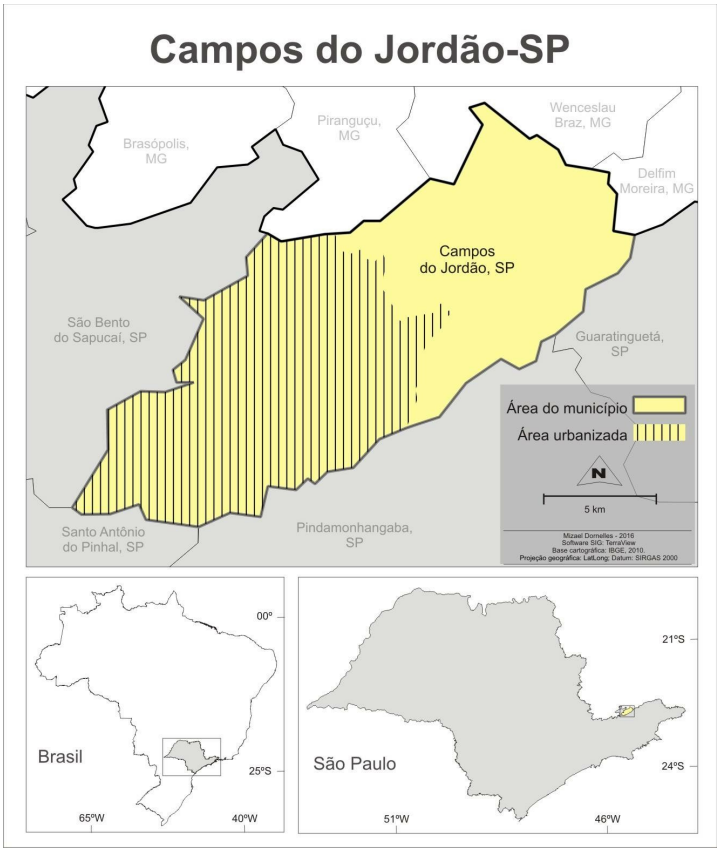
Tendo assinalado o lugar a ser investigado, definiu-se também o momento que delimita o estudo. Elegeu-se uma periodização específica, de 1911 a 1966, por compreender que este recorte é o "tempo" que demanda a gestação do turismo enquanto inovação no território estudado e o tempo que envolve o processo de afirmação do lugar enquanto modelo exitoso. É também o recorte temporal que permite o estudo do nascimento da primeira política nacional de turismo no Brasil.

Observa-se, no entanto, que apesar do emprego desse recorte não se pretende recriar uma cronologia dos acontecimentos do turismo em Campos do Jordão e da política de turismo no país. Embora a diacronia esteja presente, mais do que pelo passado, seguindo a lógica proposta pela Equipe MIT, debruçou-se sobre os processos, sobre os movimentos que levam à compreensão do lugar e suas práticas. Para melhor compreender as linhas que direcionam estas escolhas, apresentar-se-á de forma mais aprofundada o destino escolhido.

2.5 O destino escolhido: Campos do Jordão – SP

Campos do Jordão localiza-se na região do Vale de Paraíba, Estado de São Paulo. No século XIX a região que assim ficou conhecida em razão do rio Paraíba do Sul, era reconhecida pelas condições favoráveis de solo, clima, topografia e abundância de terras disponíveis para a plantação em larga escala de café e, neste período, as propriedades do Vale se distribuíam entre áreas pertencentes às capitanias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Trata-se assim, de uma região de referência nacional em relação ao ciclo econômico cafeeiro (LIMA, 2012, p.14).

Ilustração 1 – Localização de Campos do Jordão.



Fonte: IBGE (2016).

A prosperidade das terras daquela região atraíu os interesses de sesmeiros. Dentre os vários atores que ocuparam este território ao longo dos anos, destacamos Ignácio Caetano Vieira de Carvalho. Obras de memorialistas e historiadores destacam este sesmeiro como um dos pioneiros na detenção das terras que viriam a constituir o território de Campos do Jordão. Tendo fundado a fazenda Bom Sucesso por volta de 1771 nas terras do vale, a propriedade que permaneceu sob as divisas de São Paulo foi vendida em 1825 para o Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, ficando desde então conhecida como os "campos do Jordão".

Com o falecimento do Brigadeiro Jordão em 1827, o fracionamento da propriedade deu origem a três pequenos povoados, denominados de "vilas", erguidos sobre terras de médicos, cuja trajetória aponta que faziam parte de famílias tradicionais da elite cafeeira que eram muito presentes na região do Vale do Paraíba. Em 1874 tem-se a formação da primeira Vila, cujas terras foram adquiridas em 1891 pelo médico cearense Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho.

A escolha pela compra de terras nos "campos do Jordão" não se deu ao acaso. A tuberculose já faz parte da realidade brasileira no século XIX e as propriedades terapêuticas

do local eram reconhecidas, sobretudo pela classe médica. Clemente Ferreira, estudante de medicina esteve em Campos do Jordão por volta de 1879 para realizar pesquisas sobre as propriedades terapêuticas do local. Em 1881, já tinha divulgado nos jornais as suas descobertas:

> Como se vê, temos hoje um esplêndido refúgio climatérico nos Campos do Jordão, que constituem um maravilhoso "sanatorium" das montanhas, uma extensão médica de primeira ordem. Consideramo-los como podendo servir de residência aos doentes, como formando uma verdadeira estação fixa de verão e de inverno, visto como a temperatura dos meses invernosos é muito suportável, por isso que a atmosfera contém muito pouco vapor d'água e não impressiona, desagradavelmente, o organismo (FERREIRA, 1891 *apud* PAULO FILHO, 1977, p.89).

As propriedades terapêuticas de Campos do Jordão foram observadas no século XIX não somente pelos médicos, mas também por Teodoro Fernandes Sampaio, geógrafo, historiador e engenheiro[14]. Este, em 1893, realizou uma viagem a Campos do Jordão, cujos relatos foram encontrados no seu diário de viagem, publicado no século posterior na obra *Viagem à Serra da Mantiqueira: Campos do Jordão e São Francisco dos Campos*. Nesses relatos Teodoro Sampaio exaltava a paisagem, o clima e as propriedades terapêuticas do local.

> O clima é ameníssimo. As manhãs estivais até são frias nestas regiões alpestres. E, entretanto, estes sítios tão aprazíveis, a dois passos das nossas cidades beira-mar, estes verdadeiros sanatórios para onde a população acossada das epidemias fugiria aos primeiros sinais do verão implacável, aí ficam abandonadas, desconhecidos mesmo daqueles que não trepidam, através de dificuldades sem conta, buscam a estranhas terras o que lhes não falta no pátrio território (SAMPAIO, 1978, p.17).

O relato de Teodoro Sampaio é bastante significativo para a compreensão da conjuntura do século XIX. As viagens em busca de lugares onde o clima virtuoso, os sítios aprazíveis, permitiam "fugir" do calor e das epidemias faziam parte do imaginário social. Certamente, o autor se referia às viagens por curismo, realizadas por uma elite e, conforme indica, em terras estrangeiras onde as estâncias climáticas e hidrominerais já se encontravam consolidadas. O olhar do médico e do engenheiro mesmo que materializados sob diferentes formatos (uma tese médica e um diário de viagem) indicavam a necessidade de criar um território de saúde tal qual se via no exterior. O que nos intriga é a que interesses esta necessidade serviu?

Os desdobramentos da história jordanense nos parecem dar pistas sobre a questão. Embora pouco divulgado, a Vila de Domingos Jaguaribe recebeu alguns doentes para

[14] Entre 1892 e 1903 exerceu as funções de diretor e engenheiro-chefe do Saneamento do Estado de São Paulo e inspetor da empresa canadense The São Paulo Tramway Light and Power Company (http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1470).

tratamento da tuberculose. Mas é com a entrada do século XX que se teve as principais mudanças que reconfiguram o povoado. O período marcado pela crise do café e o início da industrialização configuraram um cenário propício para o crescimento dos centros urbanos, sobretudo dos maiores, e, com isso, o agravamento das epidemias. As capitais paulista e carioca eram as que tinham maior predomínio da doença.

Com a descoberta de Koch em 1882, as elites perderam sua imunidade social. Nesta interpretação, o embasamento nas teorias europeias que ligavam pobreza à contaminação bacilar e a preocupação dos ricos e sadios para combater os pobres doentes levaram à constituição de um processo de reconhecimento da interdependência social, ou seja, para se manter saudável a elite deveria sanar os problemas da classe operária.

É sobre a égide do temor de contágio que a elite, juntamente com o Estado, buscou soluções para o controle da moléstia. Iniciou-se, portanto, uma filantropia higiênica. Não bastava recomendar à população que evitasse o contato com os doentes; era necessário sujeitá-los a um processo de saneamento moral e higiênico por intermédio de um programa de ação pública e privada. Dessa forma, algumas instituições filantrópicas foram criadas e responsabilizadas pelas políticas de controle da tuberculose.

Este movimento tornou-se mais forte com a fundação, em 1899, da Associação Paulista de Sanatórios Populares e, em agosto de 1900, da Liga Brasileira contra a Tuberculose que consolidava a preocupação médica e dos intelectuais em combater a enfermidade (JUNTOS, 2002). Cabe ressaltar que essas associações eram não governamentais, cabendo a um grupo de médicos e intelectuais do Estado de São Paulo a função do movimento social de combate à tuberculose.

Foi justamente Clemente Ferreira, um dos precursores das teorias climatéricas no Brasil, o responsável por sensibilizar a classe médica e a elite paulistana para a organização de uma entidade filantrópica de combate à tuberculose. Até 1903, Clemente Ferreira redigiu mais de cem artigos reforçando ao Governo do Estado de São Paulo a necessidade de patrocinar a instalação e funcionamento de uma ampla rede de sanatórios e, nesse período, Emílio Ribas (Diretor Sanitário do Estado de São Paulo) era um dos aliados do movimento filantrópico. Contudo, o apoio entre a entidade filantrópica e a diretoria sanitária paulista não durou por muito tempo (BERTOLLI FILHO, 1993).

Desde 1899, com a criação da Associação, Clemente Ferreira defendia a ideia de construir um sanatório popular em Campos do Jordão, o qual deveria ser financiado pelo governo estadual, mas ficar subordinado à Associação de Sanatórios Populares e não ao Serviço Sanitário. Emílio Ribas discordava de Clemente Ferreira e alegava que a administração desses estabelecimentos deveria estar a encargo do Serviço Sanitário, tal qual nos países europeus. Em virtude das tentativas frustradas de definir as áreas de influência da Liga e do Serviço Sanitário, Clemente Ferreira acabou desistindo do intento.

Apesar de reclamar da paternidade da ideia de instalação de um hospital em Campos do Jordão, o Dr. Ferreira abriu mão desta iniciativa, atribuindo ao Estado a tarefa de erguimento e administração do nosocômio.E assim surgiu a estância climatérica de Campos do Jordão, erguida sobre parte das terras de Emílio Ribas[15], diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo no início do século XX. Campos do Jordão foi receptáculo de doentes advindos de diversas partes do país, concentrando sua maior demanda de tuberculosos provenientes das capitais paulista e carioca, dada a proximidade geográfica destes dois grandes centros industriais.

Após a construção da Estrada de Ferro de Campos do Jordão em 1915, e a decorrente facilidade de acesso ao núcleo urbano que se formava, vários sanatórios e pensões começaram a ser construídas naquele espaço. Uma cidade-jardim, tal qual os modelos europeus de estância em que os preceitos de higiene e estética estavam presentes, foi engendrada no Vale do Paraíba, tornando-se um centro de atração de fluxos de investimentos, pessoas e instituições. Sua inspiração veio dos preceitos da estância de Davos Platz, na Suíça.

São duas classes de doentes que se estabeleceram em Campos do Jordão: por um lado teve-se um grande número de doentes de baixa renda, trabalhadores dos grandes centros urbanos. Por outro, também teve-se uma elite industrial, que em razão do surto epidêmico presente nos centros de aglomeração urbana, não estava imune à doença. Dessa maneira, a estruturação do território contou com a multiplicação de sanatórios populares subsidiados, sobretudo, por doações de uma elite industrial para servir à massa trabalhadora (e também para afastar estes doentes dos grandes centros, evitando assim, maiores índices de propagação da doença).

[15]O médico, natural de Pindamonhangaba cidade próxima a Campos do Jordão, era detentor de terras jordanenses. A ferrovia valoriza as propriedades do então Diretor. Além disso, sanatórios particulares são construídos sobre suas propriedades.

Além dos sanatórios públicos destinados às classes populares, havia também os sanatórios particulares, locais em que a estrutura assemelhava-se a de hotéis, contando com uma bela vista para a paisagem montanhosa, quartos individuais com varanda e amplos jardins para caminhadas. Nestes empreendimentos não apenas tuberculosos usufruíam do conforto oferecido pelos sanatórios, mas também aqueles que desejavam ter um tempo de repouso, de afastamento dos "ares maléficos" das capitais e aproveitá-lo para apreciar a natureza. Neste mesmo intuito, muitos empresários de renome das capitais paulista e carioca construíram nesta cidade suas "segundas-residências", com o objetivo de ali estabelecerem suas "casas de veraneio" e em conjunto proporcionar maior conforto e discrição àqueles tuberculosos da alta sociedade que necessitavam de tratamento climatoterápico.

Iniciava-se aqui, uma dada organização e produção do espaço, em que estrategicamente havia uma divisão entre o núcleo da "alta sociedade" e o núcleo dos "doentes pobres". Mas também cabe observar que os "usos" dados aos diferentes espaços que começaram a se esquadrinhar por interesses e ações de alguns atores (médicos, políticos, proprietários de terras jordanenses, membros da elite industrial paulista e carioca), também nos revelam um desejo de modelar, condicionar e constituir uma nova função para a cidade, que não apenas a de tratamento para a saúde, mas igualmente a de vilegiatura.

Herdeiras de uma "imitação" das práticas aristocráticas, a apreciação da paisagem, a fruição do tempo livre em conjunto com o tratamento do corpo, configurou em um típico ritual da sociedade industrial. Inicialmente destinado àqueles que tinham as benesses do tempo livre, ou seja, a elite, as férias conjugavam os prazeres e sua ostentação e, as estâncias de saúde e, por que não dizer também de lazer, passaram a fazer parte desta prática.

É neste contexto de uma nova prática social, que determinou o uso do tempo livre para o consumo de espaços como Campos do Jordão com fins de recreio, que se realizou o ordenamento territorial. Melhoramentos foram realizados na estância vislumbrando, sobretudo, uma arquitetura urbana cuja estética era privilegiada. A união entre o natural e o construído conduzia a atuação da Cia de Melhoramentos de Campos do Jordão, de propriedade do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, importante empresário, político e proprietário de longas extensões de terras jordanenses.

Dessa forma, dentre fins da década de 1920 e ao longo da década de 1930 o território se reestruturou com a coexistência das funções da saúde e do lazer (este, por sua vez, materializado sob a forma de vilegiatura e a prática do veranismo). Hotéis e pensões luxuosas

se estabeleceram em Campos do Jordão e, em 1934, criou-se o município de Campos do Jordão emancipando-se de São Bento do Sapucaí. O fluxo de visitantes "não tuberculosos" começou a aumentar, o que de certa maneira preocupou os higienistas uma vez que "doentes" e "sãos" entravam em contato pelas vias e empreendimentos de entretenimento e hospedagem da estância.

Por outro lado, a "inibição" dos visitantes "sãos" que deixavam de frequentar a estância pelo temor do contágio, também preocupavam a um grupo de investidores (políticos e grandes industriais) que desejavam dar um novo uso a estância de saúde: o turismo. Seguindo a tendência de reprodução do capitalismo, onde segundo Harvey (1990) o lazer se converte em uma nova mercadoria a ser comercializada transformando-se em "capital circulante", o uso turístico de Campos do Jordão passou a ser alvo de políticas.

Mas cabe destacar aqui, que nesse período o crescimento do turismo era realidade nacional. Os avanços trabalhistas da Constituição de 1934, dentre outros eventos, contribuíram com o desenvolvimento da atividade. É sob este ideal que o discurso "por uma cidade turística" se tornou primeiro plano nas discussões observadas em jornais do período e, sobretudo, nas políticas. Adhemar de Barros, Interventor do Estado de São Paulo (e também proprietário de terras jordanenses e investidor do ramo hoteleiro), decretou em 1940 o zoneamento da estância, destinando áreas específicas ao tratamento de tuberculosos e áreas destinadas ao turismo, tendo também coordenado, via Governo do Estado de São Paulo, a construção do Grande Hotel em 1944 e exploração do Cassino que se encontrava em seu interior.

A partir da década de 1940, com os avanços na medicina e descoberta da "estreptomicina", medicamento para tratamento da tuberculose, houve o declínio do tratamento sanatorial e, com isso, o turismo que já era a função considerada como "ideal" para a cidade, necessitou de maiores investimentos e planejamento, sendo que muitas destas ações também modelaram de forma diferenciada o espaço jordanense, e a partir de então, buscou-se um "desenvolvimento turístico". Diversos sanatórios encerraram suas atividades, e a estrutura de muitos destes, passaram a ser aproveitadas por hotéis.

Entre os anos de 1950 e 1960, uma nova conjuntura de desenvolvimento turístico se instalou. Políticos, empresários e sociedade em geral se organizaram para planejar a atividade em Campos do Jordão a fim de torná-la uma destinação de referência nacional. Dentre as principais iniciativas que circunscrevem a este objetivo estão a organização do I Congresso

Nacional de Turismo em 1953, sediado na cidade e que tinha por objetivo discutir sobre a necessidade de uma política nacional de turismo, e o lançamento da obra cinematográfica *Floradas na Serra* em 1954, romance cuja trama se passava em Campos do Jordão e ressaltava as belezas naturais e atrativos da cidade.

Na década de 1960, também se teve importantes fatos para o desenvolvimento turístico. Documentos do período (Atas da Câmara de Campos do Jordão e o periódico "A cidade de Campos do Jordão") nos revelam que as iniciativas de planejamento na estância vislumbravam não apenas divulgar os atrativos, mas, além disso, criar uma "mentalidade turística". O termo próprio da época revelava uma necessidade dos empreendedores de "incutir" na sociedade um comportamento para promover o turismo enquanto atividade econômica. Iniciativa que foi estendida ao âmbito Estadual por meio da criação da Secretaria de Estado e Negócios do Turismo em 1965, que discriminava em suas atribuições: "criar condições para o desenvolvimento de uma mentalidade turística no Estado".

Com o crescimento da atividade, em 1966 cria-se o Instituto Brasileiro de Turismo (IBRATUR), constituindo finalmente um órgão nacional de planejamento do turismo que manteria suas atividades por um período mais longínquo. Campos do Jordão acompanhou o crescimento da atividade no país, consolidando-se em 1978 como estância turística por meio da Lei Estadual nº1.844.

2.6 O *momento de lieu* de Campos do Jordão: perguntas norteadoras da pesquisa

Como pôde ser observado, Campos do Jordão fornece indícios relevantes para compreender os processos que levam à formação de um lugar exemplar, bem como a difusão de novas práticas relacionadas ao turismo. A articulação entre os diferentes atores, as qualidades do lugar e o "ar do tempo" levam à criação de um lugar de referência nacional como destino de saúde e como destino turístico. A fama de Campos do Jordão, tanto na função saúde como na função turismo, é amplamente difundida na literatura e documentação do período estudado, como será possível observar ao longo da tese.

Mas, mais do que observar o processo que leva à construção de um lugar exemplar, optou-se pelo destino de Campos do Jordão em razão de suas contribuições para o estudo da origem e difusão da prática do turismo no Brasil. O turismo, enquanto inovação social, tem importantes desdobramentos entre as décadas de 1940 e 1960 no cenário nacional. Trata-se do momento em que diferentes atores se articulam em busca da organização e afirmação da

prática turística não apenas nos territórios, mas também como uma política nacional. Campos do Jordão é uma peça importante nesse movimento, como observado anteriormente.

Tomando tais premissas como base, objetivou-se ao longo da presente tese compreender como se deu o *moment de lieu* de Campos do Jordão, isto é, como se processou a formação e a transformação desse espaço, observando esse movimento de forma interconectada com as múltiplas temporalidades e ações de diferentes atores. Para tanto, optou-se por abordar o objeto sob a perspectiva territorial, visto que o conceito de território , como será observado nos próximos capítulos, melhor designa os usos do território bem com as relações entre os atores e o espaço que se propõe estudar.

Seguindo a forma de abordagem proposta pelos pesquisadores do MIT, o problema de pesquisa tem como base a conjugação entre o tempo e o espaço nas análises propostas. Dessa maneira, objetivou-se estudar a formação e transformação territorial de Campos do Jordão observando como "o efeito do lugar" e o "ar do tempo" estão presentes nesse desdobramento. Em outras palavras, objetiva-se compreender como se materializou o processo que permitiu a consolidação da "Suíça Brasileira" voltada aos doentes e, posteriormente, transformada em um destino de turistas.

Objetiva-se, assim, no estudo do processo, identificar as "qualidades do lugar" e o conjunto temporal que permitiu essa configuração, a ponto do território estudado autorizar, dar sentido, ao desenvolvimento de práticas de viagens por saúde e, posteriormente, por lazer. Considerou-se, aqui, que o território estudado é fruto da conjunção de ações desenvolvidas desde diferentes escalas, é a dimensão que permitiu o encontro entre os atores internos e os atores externos. Ao estudar as inter-relações sociais e espaciais presentes nos desdobramentos territoriais do objeto em questão, buscou-se identificar os diferentes atores envolvidos no processo, observando como os mesmos interagiram a ponto de diferenciar o território estudado em função de seus projetos.

Para melhor designar o conjunto sociedade, espaço e tempo presentes no processo de formação e transformação territorial que envolveu o *moment de lieu* de Campos do Jordão, optou-se por investigar o "efeito do lugar" e o "ar do tempo" de forma conjugada com o aporte teórico de Milton Santos. Considerando que o conceito de "efeito do lugar" indica as características espaciais em seu sentido mais amplo e o "ar do tempo" aponta as temporalidades presentes nesse processo, utilizou-se como conceito complementar ao *moment*

de lieu uma matriz que conjuga as duas proposições: o evento. Não se trata, contudo, do conceito que remete aos grandes eventos históricos. A abordagem aqui proposta é outra.

Para Milton Santos, o evento é a resposta necessária para igualar espaço e tempo. Santos (1996, p.124) nos esclarece sobre esta relação ao afirmar que: "é através do evento que podemos rever a constituição atual de cada lugar e a evolução conjunta dos diversos lugares, um resultado da mudança paralela da sociedade e do espaço". O conceito de eventos, nesta perspectiva, se apresenta como possibilidade de revelar, nas análises propostas, diferentes durações, extensões e escalas em relação ao objeto em questão. Como se trata de um conceito complexo, apresentar-se-á as linhas que direcionam a sua escolha no próximo capítulo.

Tendo como norte tais orientações, a problemática da pesquisa recai sobre uma questão mais ampla, que delineou as ações: Como ocorreram a formação e a transformação territorial de Campos do Jordão, considerando as inter-relações sociais, espaciais e temporais resultantes da interação de diferentes eventos (locais, nacionais, globais) presentes nos processos de desenvolvimento urbano e turístico?

Estudaremos, para tanto, o território de Campos do Jordão em três momentos: o início de sua urbanização, os seus desdobramentos enquanto estância de saúde e como estância de turismo. Neste processo de investigação sobre a formação territorial pretendeu-se responder as seguintes questões: quais são os eventos (nas escala nacional e global) que influenciam o processo de produção territorial de Campos do Jordão? Como o território media, condiciona, adapta e modifica esses eventos? Quais são os atores e as relações sociais envolvidas neste processo e quais as interações espaciais que eles promovem? Como nasce a ideia de desenvolvimento do turismo em Campos do Jordão e no Brasil? A que interesses o desenvolvimento do turismo serve, nesse período?

O conjunto dessas respostas permitiu analisar Campos do Jordão e o desenvolvimento da prática turística de forma a revelar o território enquanto operador ativo, admitindo a associação entre elementos dispersos que se alinham em determinadas condições espaciais e temporais ousando produzir inovações, o que possibilitou ao território jordanense se tornar emblemático em diferentes épocas, configurando o seu *moment de lieu*. Mas, para delinear estas análises, utilizou-se um conjunto de conceitos e categorias que compuseram o referencial analítico que balizou o estudo proposto. Buscando explorar a extensão e conteúdo destes conceitos, apresenta-se nos próximos capítulos as dimensões que foram consideradas nas análises dos resultados desta tese.

Para tanto, no capítulo seguinte buscamos esclarecer como o conceito de tempo está atrelado à pesquisa, bem como acerca do conceito de evento enquanto categoria analítica que baliza nossas ações. Por conseguinte, buscamos esclarecer o que compreendemos como espaço turístico e como analisamos a questão espacial em Campos do Jordão.

3. O TURISMO NA FLECHA DO TEMPO

O estudo do turismo no percurso do tempo exige reflexões sobre as formas de abordagem sobre o "tempo", enquanto conceito proposto, para as análises do turismo. Tendo em vista tal proposição, os objetivos desse capítulo se resumem a esclarecer como o conceito de tempo é referenciado nas pesquisas de turismo e revelar como os diferentes usos do

"tempo" possibilitam a criação de destinos turísticos. Nesse sentido, apresenta-se como os pesquisadores do MIT compreendem o tempo e quais dessas abordagens levou-se em consideração nas análises da pesquisa. Seguindo este eixo teórico-metodológico, apresenta-se o conceito de eventos e de "lugar turístico" enquanto categorias de análise da investigação.

3.1 O tempo e o turismo: entre o trabalho, a saúde e o lazer

Tanto o conceito de Tempo quanto o conceito de Turismo se apresentam como temas inesgotáveis. Atualmente, os estudos desses conceitos se desdobram em muitas questões, problemas e propostas analíticas. Se separadamente os conceitos são encarados das mais diversas maneiras, em conjunto, a relação turismo/tempo se revela como um campo de polifonias.

A própria conceituação de turismo remete à sua relação com tempo. Embora não exista um consenso acerca da definição do vocábulo, a ideia de turismo envolve a prática do deslocamento, viagem e, como tal, essa prática implica necessariamente no tempo desprendido para se mover de um lugar a outro e também para estar no lugar pretendido, usufruir do destino. O tempo é, assim, internalizado na definição de turismo.

Mas a relação entre turismo e tempo vai além dessa concepção de movimento inerente à atividade. O tempo também aparece em outro ponto crucial para compreensão da prática: o turismo tem como principal objeto o uso do tempo livre. O tempo, nesta perspectiva observada nos estudos sobre turismo, é um tempo qualificado, um tempo que acompanha as teorias dos tempos sociais, mais especificamente acerca dos usos do tempo e sua relação com o trabalho, e mais do que isso: o uso do tempo fora do trabalho.

O tempo fora do trabalho é tão antigo quanto o próprio trabalho e acompanha um quadro de transformações sociais ao longo da história. No século XVII, este tempo era pautado por imprevistos, sendo a escolha de como ocupá-lo espontânea. O tempo de trabalho do camponês, do artesão e demais trabalhadores, nesse período, é flexível sendo ocupado, muitas vezes, por atividades não planejadas em razão dos inúmeros feriados religiosos e das mudanças climáticas que ditavam o ritmo. "Neste contexto, o trabalhador controlava o processo de produção e podia planejar a vida conforme sua vontade (BALESTRA, 2010, p.2)".

Contudo, com a reformulação dos ritmos de trabalho ligada à Revolução Industrial, o tempo foi pouco a pouco sendo substituído pelo tempo calculado, previsto, ligado à produtividade. A passagem da Idade Média para a Idade Moderna representou a extensão da jornada de trabalho e a partir dessa mudança inicia-se um feixe de reivindicações que revelam o desejo de apropriação de um novo tempo. Segundo Barbosa (2002, p. 83):

> As reivindicações operárias começam em 1866 por ocasião do Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores. Nesse evento, a principal decisão seria a jornada de oito horas. Uma parte do patronato admitia a necessidade de que os operários tivessem uma pausa para um repouso fisiológico e psicológico, pois seria mais produtivo para a própria indústria.

Concomitantemente ao processo de redução da jornada de trabalho, inicia-se uma nova distribuição dos tempos sociais. Elaboram-se uma indústria e uma cultura popular que permitem a apropriação do tempo livre e dão início às discussões sobre trabalho e lazer. No século XIX, nos Estados Unidos, foi fundada a "sociologia do lazer", cuja teoria, segundo Dumazedier (2004, p.20), não trata "da ociosidade das diferentes categorias de ociosos da burguesia, mas sim do lazer dos trabalhadores".

Essa mudança ocorre porque até então a falta de tempo livre era sinal de pobreza. Ter tempo livre permitia a cultura do corpo e do espírito. Deste modo, a "classe do lazer" era constituída por uma "elite que mostrava aos outros o seu consumo de bens raros e o seu gosto pela prodigalidade, a fim de revelar a sua feliz disponibilidade para gozar o supérfluo (CORBIN, 2001, p.22)".

O nascimento do turismo moderno é, assim, antecedido por um fluxo de viagens realizado por grupos específicos, os quais detinham tempo livre e dinheiro para dedicar-se às práticas sociais inventadas como formas de uso do tempo ocioso. É neste sentido que os estudiosos do Turismo remontam as raízes da atividade a partir do "*Grand Tour*" um dos mais importantes momentos de ressignificação da prática de viajar que subsidia o nascimento de uma economia do lazer.

O *"Grand Tour*" surge na Europa em decorrência das transformações econômicas e culturais do Iluminismo e da Revolução Industrial. Neste momento, a viagem por prazer se dava não apenas como um ato isolado, realizado por um ou outro viajante curioso, mas sim "como um fenômeno social, configurando fluxos com origens e, sobretudo, destinos específicos" (SALGUEIRO, 2002, p.291).

Entre os destinos do *Grand Tour* estão as estâncias. São lugares onde se pôde combinar viagem e vilegiatura. O vocábulo vilegiatura deriva do italiano *villeggiattura*, que designa temporada que se passa na casa de campo ou veraneio. Trata-se de um termo que designa "temporada de deslocamento e recreio" (AMBRÓZIO, 2005, p.107). É também uma das modalidades "de devaneio geográfico, associada ao sistema de apreciação dos espaços naturais" (CORBIN, 2001, p.91). E são justamente estes modos de apreciação que preparam as formas contemporâneas de lazer[16].

O termo estância, do latim *stantia* (coisa parada), também apresenta múltiplas acepções. Dentre os usos mais conhecidos está a designação de um estabelecimento rural destinado à cultura da terra e criação do gado (termo derivado do italiano *stanza*). "O *Larousse* do século XIX define-a como estadia recreativa que se faz no campo" (RAUCH, 2001, p.101). No entanto, o uso mais longínquo do termo deriva de *estança* (século XIII), indicando o "lugar por onde se está por algum tempo, estação" (CUNHA, 20120, p.268). O termo também é associado às termas.

As "estações termais", que designam o uso terapêutico de águas quentes (ou termais), provêm da prática romana designada pelo vocábulo *"thermae"* que se referia a locais destinados aos banhos públicos. Dentre as finalidades destes banhos estão a higiene corporal e, principalmente, a terapia pelas águas com propriedades medicinais, sem deixar de lado o aspecto lúdico próprio desta prática. Os banhos revigorantes são recomendados àqueles que necessitam de um tempo de repouso. Tal prática fica ainda mais evidente em razão do crescimento das cidades. A necessidade de afastamento da agitação urbana faz com que as estações de cura sejam recomendadas às classes superiores.

Famílias reais, aristocratas e a *gentry* (pequena nobreza) passam a frequentar estes lugares de ócio e de luxo, onde ambiguamente se pratica o controle do corpo e o prazer. A estação termal de Bath na Inglaterra é um dos exemplos de locais onde se mesclam o requinte e o divertimento dos concertos, saraus, bailes, jogos em conjunto com a prática de "ir às águas" para cura. A expressão "ir às curas" também é utilizada neste contexto. Do termo alemão "*kure"*, tendo originado em português o "curismo", a sentença é observada em inglês como *"taking the cure"* (QUINTELA, 2004, p.245) abarcando as viagens realizadas para

[16] Há autores que acreditam que a vilegiatura não se trata de uma prática predecessora do turismo, pois crêem que a vilegiatura é uma prática aristocrática e o turismo, uma prática moderna. Inserem-se nesta corrente teórica Ambrozio (2005) e Camargo (2007). Por outro lado, autores como Corbin e Porter (2001) compreendem a vilegiatura como uma prática que subsidia o "devaneio turístico" moderno. Em outras palavras, os autores entendem que o tempo das férias turísticas é herdeiro destes antigos modos de apreciação dos espaços naturais.

banhos e divertimento, representadas não apenas pelas termas, mas também pelas praias e banhos de mar (LARRINAGA, 2010).

Os séculos XVIII e XIX são marcados pela pulverização de espaços destinados ao curismo na Europa. Encontram-se aqui, diversos exemplos de *moment de lieu* voltados ao curismo. As cidades litorâneas, pelas virtudes das águas salgadas para diversas doenças (prática da talassoterapia) "tornaram-se modelos de urbanização específicos e prósperos" (CORBIN, 2001, p.30). O modelo inglês das termas de Bath também fez escola. "*Spa* foi a primeira cidade do Continente a imitar Bath. Os Baden na Renânia ou da Boemia, Carlsbad, Marienbad, relevam o mesmo princípio (RAUCH, 2001, p. 94)". O sucesso de *Spa* foi tão significativo que o termo passou a designar todo tipo de água mineral e tornou-se sinônimo de estação termal. Na França, o desenvolvimento das estações termais é tão grande que, "de 1850 a 1870, o número de curistas e seus acompanhantes triplica" (RAUCH, 2001, p. 94).

Mas a prática do curismo voltada inicialmente à hidroterapia assume outros significados com os avanços decorrentes do processo de industrialização. A divisão social do trabalho e as conjunturas urbanas que se estabeleceram com a chegada do capitalismo dão luz a uma nova ordem social e, com ela, novos comportamentos. As aglomerações urbanas e os decorrentes problemas de higiene dada a desordem e insalubridade das moradias dos grandes fluxos de operários fabris tornaram o ambiente ideal para a propagação de epidemias.

Dentre estas, a Peste Branca, ou tuberculose, é a que mais preocupava os médicos higienistas do período. A tísica[17], embora já existente desde a Idade Média, tem seu apogeu na Europa entre os séculos XVIII e XIX. Sua causa, segundo saber científico da época, estava atrelada ao "ar contaminado" também denominado como "miasmático" e seu principal meio difusor eram as residências dos trabalhadores pobres:

> Mesmo a necessidade de ar puro deixa de ser uma necessidade para o operário; o homem retorna a sua toca, mas ela é agora empestada pelo sopro pestilento e fétido da civilização; ele só habita de uma maneira precária, como uma força estranha que pode a cada dia se subtrair dele, da qual ele pode a cada dia ser expulso se ele não paga. É necessário que ele pague essa casa de morte (MARX, 1944 *apud* LEFEBVRE, 1999, p.34).

Mas a "peste branca", assim como outras epidemias era desprovida de uma imunidade social. Isto é, a peste, embora atribuída à pobreza atinge também às classes mais elevadas. Para estes, um novo destino de cura foi engendrado: as estações climáticas. O "ar" e o "clima"

[17] Termo médico para designar tuberculose pulmonar.

novamente aparecem como centro das atenções. O saber médico atribuiu às propriedades do "ar e do clima das montanhas" como um precioso tratamento para a tuberculose. Assim como as "águas" curavam problemas de pele, reumatismos e até mesmo problemas auriculares, o "ar puro" era considerado como capaz de reavivar os pulmões debilitados pela doença que se espalhava, sobretudo, no meio urbano.

E assim surgiram as estâncias climáticas localizadas inicialmente nas montanhas suíças, mas que viriam a ser replicadas por diversos países (MIT, 2005). Os aristocratas da época georgiana buscavam, sobretudo, a estância de Davos, uma das pioneiras no tratamento da doença. Mas, assim como no curismo termal, o curismo climático também apresentou seus desdobramentos. A vilegiatura e os divertimentos propostos pelas estâncias climáticas atraiam não apenas doentes, mas também visitantes "atraídos pelas belezas das montanhas, as qualidades revitalizantes do clima, o encanto da vida social e os prazeres dos desportos de inverno" (PORTER, 2001, p.47).

Inicialmente voltado a um grupo restrito de "nobres" que podiam usufruir das benesses do tempo livre e da fruição de espaços como estes, aos poucos, estes destinos passaram a ser frequentados por outras classes de viajantes. Os avanços tecnológicos da industrialização possibilitaram algumas transformações significativas para este processo, a ser: a formação de uma burguesia industrial e o avanço nos meios de transporte. Em especial, estes dois fatos foram de suma importância para o início de uma popularização das estâncias.

As estradas de ferro são, sem dúvidas, o maior fator propulsionador desta fama. Com a facilidade de acesso e deslocamento e barateamento das passagens, a classe burguesa, que passa a ter mais tempo e dinheiro para viajar, descobre os prazeres anteriormente restritos a grupos específicos da nobreza. Embora a busca pelas estâncias estivessem associadas ao afastamento dos perigos de contágio dos centros urbanos e associadas a uma disciplina médica, a ampliação da comercialização destas novas práticas indica a transição do tratamento terapêutico para uma economia do lazer.

> O deslocamento do hotel para os locais de banhos, o passeio num cenário de natureza privilegiada. Os espaços estilizados dos jogos, mesmo se submetidos a horários e regidos por uma etiqueta, favorecem as civilidades de exibição pessoal. Entre estes dois usos do tempo, o da cura e o da descontração, cria-se uma tensão que altera o sentido e os costumes da estadia (RAUCH, 2001, p.93).

A este movimento do "turismo ostentário" que transcorre do *Grand Tour* (com a prática do *tour* aristocrata) ao turismo difundido dentre a classe burguesa, formando uma

primeira "classe do lazer[18]" que dispunha do domínio do seu próprio tempo e poderia gastá-lo com o consumo dos espaços de luxo é o que Marc Boyer (2003) classifica como Revolução Turística. Coexistente com o período que compreende a Revolução Industrial e seus desdobramentos, a Revolução Turística é marcada pelos avanços nos transportes, novos comportamentos no que diz respeito às viagens e, sobretudo, as transformações espaciais decorrentes dos novos usos dados aos lugares de consumo, traduzidos pelas estâncias.

O rearranjo dos espaços com vistas à massificação destas novas práticas é o que se considera como fator propulsionador da transformação do viajante em turista. O desejo de consumir das classes burguesas forneceu às estâncias uma clientela totalmente apta a se beneficiar dos prazeres que o dinheiro podia dar acesso. O sucesso destes destinos se deu em razão dos mesmos não serem explorados pela Coroa, mas sim por pessoas ou propriedades privadas, os empresários locais. E o crescente fluxo de visitantes estimulou a construção de novas estâncias europeias criando concorrência entre as mesmas, além de instalações que permitiam acolher os grandes fluxos de viajantes, como hotéis, lojas, restaurantes, o desenvolvimento da rede de comunicação e publicidade (PORTER, 2001).

Embora inicialmente estes lazeres não tenham sido pensados enquanto produto acessível a grande parcela da população, alguns eventos contribuíram para tornar estes destinos que se consolidaram por toda a Europa como um produto acessível aos trabalhadores pobres. Há que se lembrar, entretanto, que a linha entre cura e lazer era muito tênue e que a ignição para a criação destes destinos foi, primeiramente, a cura de doenças. Embora o termo "curismo" venha carregado dos ideiais de prazeres, estes espaços foram criados sob uma lógica higienista. A estrutura urbana das estâncias era pautada numa lógica disciplinar, com o esquadrinhamento dos espaços e rigorosas regras de comportamento.

Estes espaços, formatados longe dos centros urbanos industriais preconizavam, inclusive, um "modelo de cidade jardim e do higienismo" e pregavam um planejamento urbano em que a ordem higiênica, moral e econômica prevaleciam (PALOMO, 2003), justamente o oposto das condições em que as massas operárias viviam, "gerando situações patogênicas a nível higiênico-sanitário e tensões conflituais a nível das relações sociais pelos

[18] Há duas vertentes quando se referencia a questão do lazer: o lazer burguês e o lazer operário. Em ambos os casos nos referimos à questão como o desenvolvimento do tempo livre nas sociedades industriais. O termo "lazer", neste contexto, não referencia as práticas aristocráticas - que são traduzidas enquanto "recreio, diversão e prazer"- pois se compreende que o tempo livre aristocrata está muito mais ligado ao ócio (pautado pela de "ausência de trabalho") do que o lazer (que supõe o "tempo de não trabalho"), segundo matrizes teóricas propostas por Joffre Dumazedier (1999).

perigos imediatos latentes, relacionados com o desequilíbrio provocado por uma organização não controlada das convivências condensadas" (DONNE, 1979, p.29).

A imagem ameaçadora que a miséria massiva do proletariado dava à burguesia faz com que os poderes públicos, orientando-se na direção das reformas sociais, realizassem intervenções no corpo social. Para Foucault (2006), o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. E foi assim que os pobres e trabalhadores foram objetos da medicalização. A desordem urbana, os delinquentes, a propagação de doenças foram alvo de preocupações em relação ao controle e organização do corpo social.

A preocupação com os pobres deu-se, dentre outros fatores, pelo perigo sanitário que representavam. "A cólera de 1832, que começou em Paris e se propagou por toda Europa, cristalizou em torno da população proletária ou plebeia uma série de medos políticos e sanitários" (FOUCAULT, 2006, p.94). Assim, surgiu na Inglaterra a chamada "Lei dos pobres" (1834), que visava o controle sanitário da população pobre.

> Com a Lei dos pobres aparece, de maneira ambígua, algo importante na história da medicina social: a ideia de uma assistência controlada, de uma intervenção médica que é tanto uma maneira de ajudar os mais pobres a satisfazer suas necessidades de saúde, quanto um controle pelo qual as classes ricas ou seus representantes no governo asseguram a saúde das classes pobres e, por conseguinte, a proteção das classes ricas (FOUCAULT, 2006, p.95).

É neste contexto que em algumas localidades o meio acadêmico de medicina lutava para salvaguardar a gratuidade do acesso às estâncias para os indigentes. Na verdade, desde 1512 esta gratuidade era mencionada na primeira *Poor Law.* As estâncias de Buxton e Bath, por exemplo, eram citadas nesta lei como "locais de *resort* para pessoas enfermas", mas na prática o acesso era primordialmente da família real e posteriormente estendeu-se à classe média (LICKORISH; JENKIN, 2000, p. 26).

Contudo, no século XIX na França, em Cannes, observou-se uma assídua luta da Academia de Medicina que convenceu o Estado a criar leis para que "as águas fossem sempre administradas sob o controle de médicos inspetores (um por estação) nomeados pelo Estado" e assim garantir acesso gratuito àqueles que não podiam pagar pelo uso das águas (BOYER, 2003, p.53).

Iniciou-se, portanto, em algumas localidades uma intervenção estatal nas estâncias. Intervenção dada tanto de forma direta (com o controle dos espaços e a presença dos

higienistas nomeados pelo poder público) como indiretamente, com as orientações dadas aos trabalhadores sobre como manter a saúde, estimulando dentre outras ações, a visita às estâncias. A literatura desde período é repleta de informações que objetivavam orientar o trabalhador sobre seus comportamentos, visando moldá-lo em uma nova figura, submissa e economicamente produtiva.

Como a maior ameaça ao corpo era a doença, foram difundidos nestas regras de comportamento novos hábitos de higiene, com o intuito de preservar a saúde e a força de trabalho dos operários. Tratava-se, portanto, de uma medicina voltada para o corpo social que se expandia (SILVA, 1999, p.11). Médicos e higienistas, juntamente com o conhecimento científico, produziram discursos que se propagaram e se revezaram na sociedade.

> Utiliza-se da metáfora do *Homo Motor*, para a força do trabalho da época, que tinha seus corpos tratados como se fossem reservatórios de energia, como o das máquinas, capazes de ser domados e disciplinados, visando alto rendimento: o corpo como uma máquina produtiva. Corpos, máquinas e natureza eram movimentos passíveis de serem medidos dentro das leis da dinâmica, e por isso dominados, submetendo-se a sistemas organizacionais cientificamente desenhados (UGARTE, 2010, p. 03).

Neste sentido, a associação entre viagens e a saúde também aparece como eixo-norteador. Embora as estâncias aspirassem atrair as classes médias, os estímulos dados à população em geral tonaram possível a frequência de uma clientela operária em muitas estâncias, nem que fosse por um dia. Em Blackpoll em 1813, cidade que figurava como destino favorito dos operários pobres das cidades industriais do Lancashire:

> …fluíam como multidões de pobres advindos das cidades fabris, convencidos da eficácia dos banhos, que afirmavam que nos meses de agosto e setembro o mar agia como remédio – um remédio dos mais completos, com todas as virtudes de todos os medicamentos que se encontram nos médicos e que curam toda a espécie de maleitas (PORTER, 2001, p.41).

Mas estas indicações, que permiteira o maior acesso da população operária às estâncias, se constituíram como uma via de mão-dupla. Se por um lado, médicos, burguesia e Estado desejam controlar os centros urbanos industriais por meio das mudanças de comportamento da massa proletária, instigando práticas de saúde que também eram traduzidas pelo afastamento dos grandes centros (uma vez que as viagens às estâncias permitiam não apenas a cura de diversas doenças, mas também o "afastamento" das aglomerações urbanas e, por consequência, diminuição dos riscos de contágio, já que as estâncias eram planejadas justamente pensando em espaços desobstruídos), por outro, surgiu uma nova forma de apropriação do tempo livre do trabalhador e o desenvolvimento de um lazer mercadoria.

O acesso da classe operária às estâncias foi também conjugado com os usos dados ao tempo livre do trabalhador, ou seja, o tempo de "não trabalho". Uma das primeiras vias a delimitar o trabalho como questão sindical foi a sua jornada. O modo de produção industrial, composto inicialmente por exaustivas horas de trabalho sem pausa, incita a reivindicação que se interliga a necessidade de tempo livre.

No que tange às discussões acerca do lazer dos trabalhadores, segundo Dumazedier (2004, p.20), o lazer foi anunciado, então, como futuro substituto do trabalho alienado. Para o referido autor, Karl Marx considera o trabalho em si como necessidade primeira do homem, especificando que somente a apropriação coletiva da máquina possibilitaria a conquista de um tempo de livre, "espaço do desenvolvimento humano" que findaria por humanizar o trabalho. "Segundo ele, é este tempo liberado do trabalho que deveria possibilitar a superação da antinomia do trabalho e do lazer com vistas à realização do homem total".

Contudo, observou-se no decorrer do tempo histórico, que o tempo-livre e o lazer como prática social, inseriram-se na lógica de produção capitalista, levando aos pensadores de inspiração marxista a reconhecerem esta apropriação de necessidades humanas convertidas em mercadoria. "Para eles, lazer e consumo são uma mesma e única realidade. Esta realidade é um produto não da sociedade industrial avançada, mas do sistema capitalista de produção, de distribuição e de consumo" (DUMAZEDIER, 2004, p.61). E complementa: "Este tempo disponível não é o resultado de uma decisão do indivíduo; é, primeiramente, o resultado de uma evolução da economia e da sociedade". Certos filósofos acreditam que:

> O lazer seria uma alienação, uma ilusão de livre satisfação das necessidades do indivíduo, portanto estas necessidades são criadas, manipuladas pelas forças econômicas de produção e do consumo de massa, conforme os interesses de seus donos [...] Os bens e serviços de lazer estão submetidos as mesmas leis dos mercado que os outros bens e serviços. Ocorre mais ou menos o mesmo na nascente organização turística...(DUMAZEDIER, 2004, p.92).

O turismo exerce um poder sobre o corpo e os comportamentos. A sua prática é, portanto, um reflexo das formas de disciplinarização do tempo livre. O consumo destes espaços, triunfantes enquanto lazer mercadoria foi popularizado (ou transformado em turismo de massa), sobretudo após a difusão social das férias pagas.

> O direito às férias remuneradas surge apenas após a Primeira Guerra Mundial para alguns países europeus. Em 1935, a situação das férias remuneradas foi discutida na Sociedade das Nações e na Organização Internacional do Trabalho; em 1936 vários países já teriam criado legislação pertinente às férias remuneradas. [...] As primeiras férias remuneradas inauguram o direito de todos ao ócio turístico [...] (BARBOSA, 2002, p. 83).

Dessa maneira, a extensão do turismo a novas categorias, não favorecidas, é habitualmente datada dos anos 30. De tal modo, em 1936, na França, com o *Front Popular* é também a época em que surge a expressão "turismo popular", muito utilizada por Associações Populares que "preocupavam-se em tornar acessível ao povo formas e lugares de turismo até então reservadas aos ricos" (BOYER, 2003, p.14). O exemplo Francês, aliás, é bastante representativo da evolução do turismo nas décadas seguintes.

Se inicialmente, durante o século XIX, o Estado realizava intervenções nas estâncias e na orientação do tempo livre dos trabalhadores por meio do discurso médico, com a entrada do século XX e as mudanças no universo do trabalho (diminuição da jornada e instituição das férias remuneradas), surgiram outros atores e instituições capazes de validar as orientações dadas à massa trabalhadora para incentivar a prática do turismo: as secretarias de Esporte e Lazer. No caso francês, criada em 1936, esta pequena "subprefeitura", qualificada também como "Ministério dos Lazeres" é composta por representantes de diversos ministérios e sindicatos: "do Touring Club, do Clube Alpino, dos Albergues da Juventude" além de personalidades da literatura e da arte (BOYER, 2003, p.124).

Esta associação entre departamentos e comissões de turismo estatal com os atores sociais administrativos, busca criar uma verdadeira política do turismo de massa, objetivando, sobretudo, o avanço na legislação e regulamentação do desenvolvimento do turismo. Sob a justificativa de que o turismo "é uma das formas mais saudáveis" do homem que trabalha se "recriar durante suas horas de lazer", algumas iniciativas foram tomadas em prol do fomento da atividade, como a intervenção no rodízio de férias das empresas (estimulando o período de férias coletivas em conjunto com as férias escolares); garantindo o financiamento de 50% na construção de novas colônias de férias e buscando lugares que apresentassem um interesse turístico cujos preços fossem módicos, a fim de produzir brochuras para divulgar estes estabelecimentos acessíveis (BOYER, 2003, p.146).

A organização do turismo por parte dos regimes totalitários também é bastante significativa neste período. Itália, Alemanha e URSS também firmam práticas que visam o estímulo tanto ao turismo doméstico quanto ao turismo receptivo. A *Opera Nazionale Dopolavoro* de Mussoline, por exemplo, pregava o "excursionismo, para que as grandes massas vissem as grandes realizações do regime". Ao mesmo tempo, estimulava o turismo nos balneários e estações de esqui. Mussoline quis mudar a imagem da Itália e rejeitou, em certo momento, os viajantes e turistas estrangeiros. Com a crise, a política turística foi

revisada e Mussoline passou a investir volumosos recursos para atrair turistas ao litoral adriático (BOYER, 2003, p.152).

O modelo fascista fez escola e foi imitado por Hitler. Desde 1933 campos de férias (nos Alpes e no litoral) foram organizados para a massa dos trabalhadores, estimulados a não deixar a Alemanha em suas férias, "para evitar a contaminação ideológica dos produtos culturais judeus". A empresa semi-pública *Mittel-Europaerches Reïse Buro* realizou propagandas no exterior visando tanto a publicidade turística da Alemanha quanto ideológica (BOYER, 2003, p.153).

A mesma política dupla é observada na URSS que "em 1933 recebeu 1.200 milhão de turistas estrangeiros". O direito às férias dos trabalhadores também estava inscrito na Constituição. Na divisão de tarefas entre os países, a Romênia, a Bulgária e a Hungria eram especializadas na recepção do turismo de massa. Estes modelos são válidos também para Portugal na época de Salazar, na Espanha de Franco, nas ditaduras da Europa Central e nos regimes militares da América do Sul (BOYER, 2003, p.154, 155).

Neste processo de ampliação do turismo e seu acesso à classe trabalhadora duas questões se põem em relevo. Por um lado, observa-se o processo de dominação do tempo livre do trabalhador objetivando sua produtividade. Por outro, em alguns lugares, o turismo tornou-se instrumento político. Em comum, as duas ações apresentam a mesma base lógica: o consumo do tempo-lazer. A evolução da sociedade industrial revela o tempo livre como um tempo social criador de novas relações e valores em que o "lazer torna-se um produto da sociedade de consumo, mercadoria que se vende e que se compra" (RODRIGUES, 1999, p.109). Assim, concorda-se com Portuguez (2001, p.08) ao afirmar que:

> [....] o tempo pode ser visto como recurso, uma certa forma 'de objeto de manipulação' da vontade coletiva, fruto de um processo contínuo de expropriação das horas de não-trabalho [...] O uso do tempo livre se converte em ato consumista dos espaços de comércio, de serviços de lazer, de forma cada vez mais crítica e cada vez mais intensiva.

A difusão do turismo, em um modelo mais próximo do que hoje vivenciamos, parte dessa lógica. Os avanços do capitalismo recobrem a esta ordem. Esse processo é o que Milton Santos denomina como "autonomização do lazer". O turismo e sua relação com tempo parte de um processo de consumo. "Cria-se um lazer que tende mais a agir sobre a sociedade do que vice-versa, e que tende a plasmar o gosto, a *domesticar o uso do tempo*, a mobilizar em

seu favor os recursos disponíveis agora e no futuro, a conformar expectativas e a impor e reforçar imagens do mundo e do outro" (SANTOS, 2000, p. 32 – *grifo nosso*).

Nesse movimento, observa-se a pulverização no número de estâncias turísticas, isto é, lugares criados por e para o turismo. Nesse processo, assiste-se a evolução desses lugares e suas práticas. Segundo as lógicas industriais, nas estâncias turísticas tudo é aplicado para facilitar o acesso, garantir o conforto da estadia e, acima de tudo, favorecer as práticas desejadas. Se incialmente as transformações do tempo social, a apropriação do tempo-livre e, por fim, do condicionamento do tempo de consumo do lazer, permitem a origem e difusão do turismo inicialmente por diversos países na Europa, observamos também essa dinâmica em outros continentes e países.

No Brasil, a prática turística tem suas origens referenciadas nos exemplos europeus. Etimologicamente, na língua portuguesa, o termo turismo é datado do século XX e sua origem remete-se ao inglês *"tourism"* e também ao francês *"tourisme"* designando "a viagem ou excursão feita por prazer, a locais que despertam interesse e o conjunto dos serviços necessários ao atendimento das pessoas que fazem esse tipo de viagem" (CUNHA, 2010, p.658). Segundo Guimarães (2012, p.34), o vocábulo chegou indiretamente ao repertório brasileiro por meio da presença dos ingleses a partir da segunda metade do século XIX. A ideia de "viajar por turismo" representava um modelo a ser seguido e essa lógica permitiu a criação de diversos lugares turísticos ao longo do processo de industrialização no Brasil.

A energia do movimento de criação das estâncias turísticas brasileiras também parte das transformações dos tempos sociais, do trabalho, da saúde e do lazer. A própria criação da estância turística de Campos do Jordão segue esta lógica. Mas, neste processo, a questão do tempo assume outras formas que vão além da observação do tempo qualificado, do tempo-livre e sua ligação com o consumo. Nesse sentido, a presente tese parte do estudo do tempo em relação ao turismo de duas formas: a primeira, relaciona-se à apropriação do tempo e seus usos, conforme explicitamos neste item.

A segunda relaciona-se ao tempo em suas diferentes durações; o tempo observado como produto social e conjugado com o processo espacial. Embora complementares, realizamos essa diferenciação com o objetivo de compor um outro olhar sobre o tempo em relação ao turismo, uma vez que nem sempre se observa nas pesquisas desta área o tempo seguindo esta lógica dinâmica. Partindo dessa segunda abordagem, objetiva-se observar as

diferentes extensões, durações e escalas do tempo que, em conjunto, revelam um sistema de atores, de lugares e práticas que sintetiza os sucessivos sistemas de turismo.

3.2 A questão do tempo no conceito de *moment de lieu*

A presente pesquisa parte do estudo do turismo aliado ao tempo. Tendo como proposta pensar o turismo "com" o tempo, compreende-se ser relevante refletir sobre como o conceito de tempo é usado nas pesquisas do MIT e quais formas de abordagem serão priorizadas nesta pesquisa. Trata-se de uma abordagem difícil e raramente se observa a reflexão desta questão por pesquisadores do turismo, tornando-se um diferencial desta equipe de pesquisadores franceses. Geralmente, a questão do tempo é observada nas pesquisa de turismo como algo externo, sem um posicionamento concreto em relação a ele.

Para os autores da Equipe MIT, o tempo não pode ser apreendido como um fluxo exterior à sociedade, tampouco como um elemento meramente subjetivo ou "vivido". Para eles, o tempo é concebido como um conceito que permite expressar as relações com durações distintas, uma vez que o tempo é apropriado e produzido em determinadas condições societais. Dessa maneira, para os autores, os tempos são múltiplos e, em razão disso, as temporalidades dos acontecimentos também são variadas.

Partindo desse princípio, o conceito de *moment de lieu* se institui a partir do efeito temporal do contexto social sobre os atores e também sobre os lugares. Observemos, para tanto, as especificidades dessa proposição. O turismo é uma prática social realizada e incorporada por diferentes atores. Seus comportamentos, sua relação com os lugares somente são passíveis de análise quando observados sob o viés do contexto social que lhes é inerente. Considera-se assim, que determinados comportamentos voltados ao turismo, a difusão de certas práticas, somente são possíveis em razão da condição temporal que as envolve, mas que também se ajudou a construir.

Assim, ao observarmos a consolidação de algumas estâncias turísticas compreende-se que as mesmas são frutos de um movimento mais amplo dos processos decorrentes das transformações sociais relacionadas ao uso do tempo livre e, posteriormente, a divisão do trabalho e seus desdobramentos. Dessa maneira, a prática turística em suas diferentes modalidades se materializa de acordo com o contexto social que lhe é intrínseco. Mas, este contexto também é fruto de uma construção social, afinal, o tempo livre e seus usos são

inventados, isto é, são criados pela sociedade e se transformam em razão da constante evolução em que vivemos.

Da prática do *Grand Tour* ao turismo de massa, observa-se distintos mecanismos de uso do tempo. Os homens de cada época, de cada categoria social, interpretam o uso do tempo livre e contribuem com a formação de destinos de prazer e lazer segundo um contexto. Ao observar o turismo sob esta perspectiva, devemos focar em como os indivíduos e as sociedades interpretam os esquemas antigos e os reintegram em um conjunto coerente de representações e novas práticas. Assim, ao observar o surgimento e ampliação da prática turística em Campos do Jordão, ressalta-se que este processo só foi possível em razão da apropriação e reinvenção das práticas observadas em um outro período, em um outro lugar.

Quer dizer, as transformações decorrentes dos tempos sociais e seus usos, os movimentos decorrentes do processo de industrialização observados em um período anterior na Europa, permitiram que um conjunto de atores, internos e externos ao território jordanense, se apropriassem e reinventassem as práticas turísticas. Assim, o gosto pela montanha, o usufruto da hotelaria, a facilidade de acesso renovada por novos transportes são bons exemplos de elementos que são incorporados na construção do território do turismo jordanense em razão de um dado contexto sócio-temporal.

Isto é, tais elementos se materializaram e se difundiram a partir de influências externas ao lugar, ações de atores na organização desses elementos no lugar e, por fim, em razão da presença de viajantes que buscaram estes elementos. Sendo assim, os elementos que formam a prática turística são frutos das ações de determinados atores que colaboraram com a inovação de certas práticas e permitiram sua reprodução por outros atores. Dessa maneira, pode-se afirmar que ao mesmo passo em que se tem um conjunto de atores que realizam estratégias e ações para o turismo no território estudado, essas mesmas práticas e representações servem de referência para uma sociedade em relação a qual se está situado.

Deve-se levar em consideração, portanto, duas temporalidades: uma bastante pontual, com uma duração bem específica e identificável e a outra mais longa, com um tempo de consolidação maior. A primeira, curta e pontual, geralmente se refere a uma aceleração súbita do tempo, muitas vezes devido à ação de uma personalidade notável, que lança o lugar em uma nova dimensão (MIT, 2002). Quando importantes médicos e políticos se inspiraram em modelos europeus para lançar a Suíça brasileira, observamos a apropriação e reinvenção de certas práticas que transformam o lugar.

A segunda, expressa numa duração intermediária, envolve o tempo necessário para o surgimento e constituição da novidade, isto é, o tempo que leva para a difusão da prática. Assim, a fama de Campos do Jordão enquanto destino de saúde reconhecido nacionalmente é observado segundo uma duração mais longa. Por conseguinte, o desejo de um novo uso para lugar também permite a observação dessas diferentes temporalidades.

Dessa forma, a presença da Cia de Melhoramentos em Campos do Jordão e as ações de algumas personalidades políticas em prol do turismo também são exemplos dessa primeira temporalidade, que gera uma duração bastante específica que é capaz de dar novos usos ao lugar, reimprimindo e renovando práticas observadas em esquemas antigos, outrora utilizados pela saúde. Por conseguinte, observa-se também a segunda duração, fator que observamos no território estudado, por exemplo, a partir do movimento em prol da difusão do turismo e criação de uma "mentalidade turística" iniciados na década de 1950 que visam consolidar a nova prática.

Esse movimento, de infusão e difusão do turismo permite conceber o efeito temporal das condições societais, em um dado momento, sobre as práticas individuais. Dessa maneira, o estudo da prática turística nesta forma de abordagem permite tanto as análises no âmbito do indivíduo e seus tempos individuais, quanto de gerações e de sociedades e seus tempos coletivos. Assim, o tempo que demanda a invenção, adoção e difusão da prática turística é observado segundo uma duração variável (MIT, 2002).

A observação do turismo a partir dessa lógica permite, segundo a equipe MIT, compreender o movimento de desenvolvimento do turismo, que é caracterizado por um mecanismo de diversificação das práticas. Mais do que uma sucessão, as práticas turísticas "evoluíram através da diversificação, criando práticas renovadas que se conectam com novas lógicas segundo as épocas[19]" (MIT, 2005, p. 314).

Ao estudar Campos do Jordão sob esta lógica, pretendeu-se compreender o movimento de criação e recriação do turismo neste território, observando como o território media, adapta e modifica os eventos que permitiram desenvolver o turismo durante o período proposto para aprofundamento dos estudos desta tese. Mas este movimento foi observado sempre considerando o vínculo da criação e renovação das práticas com o sistema espacial. Isso

[19] [...] *les pratiques touristiques ont évolué en se diversifiant, créant des pratiques renouvelées se connectant selon les époques avex des logiques nouvelles.*

porque o espaço é a base da prática turística, que é formada a partir do gosto frente ao espaço, cujo interesse foi socialmente e temporalmente construído.

Há de se considerar neste processo de construção do interesse social pelo território estudado, a importância das qualidades do espaço para o desenvolvimento da prática em questão. O turismo traz a marca do território onde está localizado, mas é também fator de organização espacial. Ou seja, a atividade é tanto estruturante como estruturada em relação ao seu ambiente ou suporte espacial. Mas deve-se considerar que o espaço, nessa proposição, não é apenas um suporte. "Ele tem suas próprias leis de distribuição, diferenciação e suas propriedades características [...], e também está em jogo entre os atores do turismo[20]" (BERNARD, BOUVET, DESSE, 2014, p.11).

É nesse sentido, que os autores do MIT propõem o estudo a partir da definição das qualidades do espaço turístico, formado por condições específicas e por condições substitutivas. As condições específicas são aquelas que não são reproduzíveis, tais como uma paisagem, o relevo, o clima. Esses elementos, que são específicos e remetem à localização, não são dados, mas sim revelados por um olhar diferente direcionado pelos atores. Já as condições substitutivas designam as estruturas adaptáveis, construídas com a intenção de reforçar as qualidades específicas. Um hotel com vistas à montanha, seria portanto, uma condição substitutiva (MIT, 2005).

O encontro dessas condições, que formam as qualidades do lugar, também carregam o movimento que incorpora o passado e o presente em uma interação com outros lugares. No caso de Campos do Jordão observa-se como as condições específicas e substitutivas referentes ao período da saúde no território são adaptadas e recondicionadas ao período do turismo, revelando como elementos que correspondem a idades distintas são justapostos com o objetivo de lançar o território a uma outra dimensão, inserindo o destino Campos do Jordão no circuito do turismo nacional.

Dessa maneira, observou-se como o planejamento urbano, a configuração de determinadas instituições e as atitudes políticas presentes no território estudado, revelam a conjunção do tempo das diversas ações vindas de um período anterior e que se desdobram segundo novas lógicas, dando novas significâncias às fontes materiais sobre o espaço

[20] *S'il a ses propres lois de répartition, de différenciation et ses propriétés caractéristiques [...], il est aussi enjeu entre les acteurs du tourisme.*

analisado. Assim, considerou-se que o espaço, nestas condições, "deve ser apreendido como acumulação de tempos e como possibilidade do tempo se fazer" (SILVEIRA, 2003, p.1).

A opção por introduzir a dimensão temporal e espacial de forma combinada nas análises do objeto em questão, exigem, contudo, uma metodologia que permita estudar a totalidade do processo de *moment de lieu* em movimento. Embora os autores do MIT apresentem essa dinamicidade por meio dos conceitos de "ar do tempo" e "efeito do lugar", considerou-se que uma terceira categoria de análise poderia complementar a coerência interna dos elementos analíticos ante o objeto estudado: os eventos.

Considerou-se, para tanto, que os eventos são os vetores da dinamicidade espacial e temporal, pois permitem unir a análise de objetos e ações de forma ampliada, buscando, sobretudo, empiricizar o tempo e o aproximá-lo da concretude do espaço. Trata-se assim, de uma categoria de análise que permite captar elementos fluídos e dispersos nas análises do turismo e agregá-los em um movimento de temporalização do espaço e espacialização do tempo. Para melhor compreender o conteúdo e extensão do "evento" enquanto categoria de análise, aprofundaremos seu estudo no item a seguir.

3.3 O estudo dos eventos: a totalidade em movimento

Passível de múltiplos significados, a palavra "evento" ganha diferentes sentidos e também outros nomes. Do latim, *eventus*, o vocábulo designa um acontecimento, o sucesso, um resultado, a saída, o desenlace, uma resolução ou um fim. Dada a natureza diversificada de suas acepções, observa-se também diferentes qualificações do vocábulo pelos autores que fazem o uso científico do termo.

Segundo Santos (1996, p.114), no âmbito da Geografia, enquanto "Lefebvre escreve a palavra *momento*, Bachelard fala de *instante* e Whitehead de *ocasião"*, designando diferentes sistemas de ideias na teoria dos eventos. Para o autor, é necessário que a teoria geográfica seja coerente e propõe a construção do conceito de evento sob uma nova perspectiva. Tal necessidade é, na verdade, reflexo de um movimento maior acerca dos avanços no entendimento formal do espaço e do tempo.

Até o início do século XX, espaço e tempo eram pensados de forma separada. O conceito de espaço-tempo surge após a revolução dos conceitos de física clássica com a teoria

da relatividade de Einstein (ASKIN, 1969), o que surtiu efeito sobre diversos campos da ciência. No tocante à geografia, importantes avanços metodológicos no que diz respeito à análise conjugada entre espaço e tempo foram realizados ao longo do século XX. O próprio surgimento do campo da Geo-História representa tal contexto.

A origem epistemológica da Geo-história se remete à tese *La Mediteranée* (1949) de Fernand Braudel, que surge em meio a um movimento de apreensão de novos métodos da História na escola dos *Annales* (BURKE, 1992). Buscando resgatar as diferentes temporalidades do período capitalista, ao mesmo tempo em que se rompia com a visão linear do tempo histórico, a obra de Braudel foi também um importante contributo à Geografia por trazer uma nova abordagem acerca da relação espaço-tempo. A obra braudeliana permitiu demonstrar que todas as caraterísticas geográficas têm sua história, e mais do que isso, são parte da história (LIMA, AMORA, 2012).

O espaço, na concepção de Braudel não é apenas um palco, mas sim personagem histórico, uma estrutura integrante do cotidiano. A perspectiva braudeliana possibilitou a superação das "introduções geográficas descritivas, paisagísticas e passivas", fazendo com que a Geografia ganhasse um "papel ativo e condicionante na explicação histórica" (RIBEIRO, 2006, p.110). "Com efeito, Braudel trouxe inovações não somente no que diz respeito à visão de espaço, mas também quanto ao tempo, procurando ir além da visão do tempo episódico, da narrativa linear, do tempo do evento, que exige uma continuidade sequencial dos fatos..."(LIMA, AMORA, 2012).

Na teoria braudeliana, o tempo dos eventos, ou seja, aquele que dá ênfase aos acontecimentos, dá lugar a uma abordagem dialética da duração: a articulação entre o tempo curto dos eventos, o tempo intermediário das conjunturas e o tempo longa das estruturas (RIBEIRO, 2006). Ou seja, Braudel oferece grande contributo ao demonstrar a coexistência de diferentes temporalidades históricas, visão de grande importância para a compreensão da realidade como totalidade.

Segundo Santos (1996, p.212), esse modo de ver braudeliano ultrapassou o domínio da história e invadiu as demais ciências sociais, colonizando a geografia. Ainda de acordo com o autor, os geógrafos, com raras exceções, apenas aplicaram quase que mecanicamente essa ideia". É nesse sentido, que Milton Santos propõe novas abordagens à relação espaço-tempo, e sugere, nessa concepção teórica, um valor próprio da geografia ao termo "evento", que é uma das categorias que permite analisar de forma conjugada espaço e tempo.

Tomando como norte a ideia de que os eventos são os vetores do processo de criação e recriação dos lugares a cada movimento da sociedade, Milton Santos revela como os eventos, unindo objetos e ações, permitem compreender o espaço em seu sentido dinâmico. Para ele, "se considerarmos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo", mas não só, pois o "evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social" (SANTOS, 1996, p.115).

Considera-se, assim, que os eventos podem ser tanto naturais quanto sociais. Os eventos sociais são aqueles que resultam da "ação humana, da interação entre os homens e dos seus feitos sobre os dados naturais" (SANTOS, 1996, p.115). Já os eventos naturais resultam da ação da própria natureza. Mas a própria ação do homem modifica os lugares naturais e, sendo assim, os eventos naturais passam a se dar em lugares cada vez mais artificiais, alterando o seu valor.

É nesse sentido que Milton Santos considera que não existe evento sem ator, sem sujeito. Na teoria geográfica toda teoria da ação é também a teoria do evento. Ao aliar a ideia de evento a ideia de ação, compreende-se que onde evento se instala há mudança. "Os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes ali mesmo onde estão, novas características". Os eventos "dissolvem as identidades, propondo-nos outras, mostrando que não são fixas". Dessa forma, os eventos são sempre novos, não são passíveis de repetição. As circunstâncias não são as mesmas duas vezes. Quando um novo evento surge, também está propondo uma nova história (SANTOS, 1996, p. 116).

Mas ao compreender o evento como sinônimo de uma ação, não se deve esquecer que os eventos não são apenas fatos, mas também ideias. Milton Santos destaca que "uma inovação é um caso especial de evento, caracterizado pelo aporte a um dado ponto, no tempo e no espaço, de um dado que nele renova um modo de fazer, de organizar ou entender a realidade" (SANTOS, 1996, p.118). É a partir dessa abordagem que analisamos o turismo.

O turismo é composto por um conjunto de eventos, formado por práticas inovadoras inventadas, ora pelo lugar, ora pela síntese inovadora de práticas existentes em outros lugares (MIT, 2005). Em Campos do Jordão observa-se estas duas vertentes. Se por um lado tem-se a imitação de práticas de origens europeias, por outro, a "Suíça brasileira" também contribui com a consolidação de práticas turísticas modeladas pelo próprio lugar. Nesse jogo, o que nos interessa analisar, contudo, são os eventos que permitiram a

materialização da prática turística, a renovação da organização do lugar e a adoção das novas formas de compreensão da realidade.

Nesse mesmo aporte teórico, compreende-se que ao analisar essa dinâmica do turismo, os eventos estão sempre presentes, mas ocorrem com durações diferenciadas. O evento não é necessariamente instantâneo. A duração do evento pode até ser natural, estar vinculada às suas qualidades originais, mas pode também ser prolongado, direcionado mediante um princípio de ordem. Quando abordamos um conjunto de eventos sociais, como no caso da dinâmica do turismo, deve-se lembrar que os eventos, nesse caso, têm frequentemente sua duração regulada por formações organizacionais. Os eventos são objeto de organização "na sua instalação, no seu funcionamento e no respectivo controle e regulação" (SANTOS, 1996, p.119).

Assim, uma lei, uma decisão governamental, ou uma empresa são formas organizacionais relacionadas ao turismo que vão qualificar e ditar o tempo social, e consequentemente interferir e até mesmo determinar diretamente na duração dos eventos que incidem na prática turística e produção dos lugares, conforme observado anteriormente. Mas considerou-se, para tanto, que os eventos, além de diferentes durações, têm também diferentes extensões, afinal, o tempo não é apenas transcurso ou intensidade, é, igualmente espacialidade.

A extensão dos eventos sociais nem sempre é fácil de ser identificada. No caso específico do turismo, essa proposição se acentua, pois, a área de ocorrência da atividade é de difícil delimitação. Sua natureza é caracterizada por contínuas mudanças na superfície de incidência e sua extensão. Assim, a área que compreende o processo de produção e difusão do turismo não pode ser delimitada apenas por sua localização, mas sim pela identificação das forças que são capazes de produzir eventos que incidem, em diferentes momentos, sobre áreas extensas e transformam os conteúdos das áreas de ocorrência do turismo.

Essas forças produtoras dos eventos que compõem a dinâmica do turismo são compostas por fatores técnicos e fatores organizacionais. Segundo Milton Santos (1996, p.119-120), os fatores técnicos, nessa perspectiva, "podem ser postos em paralelo com os dados propriamente naturais de duração dos eventos do mundo físico" enquanto os fatores organizacionais correspondem aos "vetores propriamente 'organizativos'" dos fatores técnicos. Aplicando tais conceitos ao turismo, pode-se dizer que os fatores técnicos e

organizacionais correspondem às condições específicas e substitutivas que compõem a atividade, como explicado anteriormente.

Mas mais do que identificar as condições específicas e substitutivas, o que nos interessa é compreender como os eventos que as compõem, incidem e se movem sobre uma determinada extensão. Para tanto, há que se compreender que as forças promotoras dos eventos se aplicam a partir de duas escalas: a escala de origem e a escala de impacto. Todavia, o uso do termo “escala” neste contexto merece atenção.

O vocábulo “escala” encontra-se bastante arraigado ao imaginário geográfico e qualquer discussão em relação ao seu sentido pode, *a priori,* parecer desnecessária uma vez que o termo sugere, em um pensamento imediato, a um recurso cartográfico que indica relações de medida entre o real e sua representação gráfica. Contudo, os debates mais recentes acerca do conceito superam a noção cartográfica e problematizam uma nova abordagem.

Isto porque a complexidade do espaço geográfico e as diferentes dimensões dos fenômenos socioespaciais demandam uma abstração muito maior do que aquela ofertada pelo viés descritivo e analítico da escala geográfico-cartográfica. Muitos autores buscaram diferenciar a escala cartográfica (que exprime a representação do espaço como forma geométrica) e a escala geográfica (que exprime as relações que as sociedades mantêm com esta forma geométrica).

Segundo Castro (2012, p. 120), a "prática de selecionar partes do real é tão banalizada que oculta a complexidade conceitual que esta mesma prática apresenta". Dessa maneira, o presente estudo aborda a escala em uma noção mais filosófica, em que o termo supõe projetividade da realidade, sem contudo, considerar um recorte métrico e hierárquico.

Ainda segundo a autora, "cada recorte não tem necessariamente o mesmo tamanho ou a mesma dimensão, mas colocam em evidencia relações, fenômenos, fatos que em outro recorte não teriam a mesma visibilidade" (CASTRO, 2012, p. 135). Isto porque há "a necessidade de se considerar diferentes espaços de conceituação para as análises espaciais, e se torna importante colocar a questão da articulação entre diferentes níveis de análise em função da prática social" (DEGRANDI, 2012, p.5).

Assim, ao analisar o turismo em sua dinamicidade, considerou-se a "escala" como um limite e um conteúdo que está sempre mudando. Tendo esclarecido o conceito de escala, voltemos às forças compositoras dos eventos, divididas nas escalas de origem e de impacto.

Consideremos, para tanto, os eventos como fluxos. Na escala de origem, tem-se o campo das variáveis envolvidas na produção dos eventos, na construção do fluxo. Na escala de impacto, tem-se a realização do evento, sua materialização na área de ocorrência, a incidência do fluxo em seu lugar de objetivação (SANTOS, 1996).

A escala de origem é, assim, também a escala das forças operantes. É na base de origem que se tem o lugar geográfico ou econômico ou político de onde atuam as variáveis que criam os eventos. Essas escalas superiores de ação estão frequentemente enviando vetores de diferentes níveis hierárquicos que se combinam solidariamente para constituir uma área comum de ocorrência. A partir de sua identificação se pode ter a compreensão do "movimento de uma totalidade superior à do lugar em que se instalam"(SANTOS, 1996, p. 121).

Dessa maneira, ao observar os eventos relacionados ao processo de origem e difusão do turismo no território estudado, buscou-se identificar quais eventos, formados em níveis hierárquicos diferentes, que influenciaram no processo de produção territorial de Campos do Jordão. Nesse movimento, temos também o estudo da escala de impacto. A escala de impacto, por sua vez, trata-se da área de ocorrência, da "geografização" do evento. Neste processo, verifica-se uma combinação de um conjunto numeroso de eventos, cuja ordem e duração não são as mesmas, levando assim, a uma superposição dos eventos.

Desse processo, tem-se a combinação de eventos que criam, por meio do seu conjunto, um fenômeno unitário. Neste sentido, compreende-se que ao estudar Campos do Jordão buscando reconhecer e delimitar a extensão e os efeitos das condições societais fabricantes do turismo, assim como as condições espaciais previstas nesse processo, incorporando as interferências entre os atores e os lugares "com" o tempo, só seria possível por meio do estudos dos eventos não apenas em sua base de origem mas também em sua base de objetivação.

Para Santos (1996, p.124), "os eventos são atuais, absolutos, individualizados, finitos, sucessivos. Mas na medida em que se estendem uns sobre os outros, participando uns dos outros, eles estão criando a continuidade do mundo vivente e em movimento, ou, em outras palavras, a continuidade temporal e a coerência espacial". É assim que o turismo se cria e recria. O mundo em movimento supõe uma permanente redistribuição de eventos que, em conjunto, permitem a diferenciação dos lugares.

Mas cabe destacar que, se tratando do turismo, a diferenciação dos lugares dada a distribuição dos eventos, é também marcada pelo valor dos objetos que compõem a atividade. Para compreender tal proposição, há que se discernir entre a existência e o valor do objeto. Santos (1996, p. 124), afirma que "o objeto tem autonomia de existência, devido à sua existência corpórea, mas não tem autonomia de significação". O seu valor vem de sua existência relacional. Assim, a valoração do objeto "está ligada à maneira como a sociedade dele se utiliza".

Dessa forma, compreende-se que a montanha, um hotel, a estrada de ferro, dentre outros, são objetos que compõem o espaço de Campos do Jordão e que assumem um valor sistemático quando considerados em conjunto no sistema do turismo. Mas cabe lembrar que estes objetos não são dados, mas sim criados ou revelados em determinados contextos. Desse modo, se faz necessário compreender que a existência e valorização desses objetos em um lugar dependem do conjunto de eventos que nele se instalam. Assim, ao se analisar os objetos, há que compreende-los a partir de uma sequência de eventos:

> [...] o momento dos modos de produção quando, no mundo, aparece a possibilidade de criar tal ou qual objeto; o momento da formação social quando esse objeto é inserido num país; e um terceiro momento, em que o objeto é localizado num lugar preciso (SANTOS, 1996, p.125).

É dessa maneira que buscou-se, ao longo dessa tese, identificar os objetos que compõem o turismo, buscando compreender a sua "certidão de idade", isto é, observando-os a partir dos acúmulos de tempos que possibilitaram a existência dos objetos em um lugar e os diferentes usos e valores que neles se instalam. Mas estas análises, contudo, não se limitam apenas à identificação individual dos objetos. Optou-se por investigar também os eventos que permitem amarrar todos esses objetos a ponto de se ter a tomada social para o turismo. Compreende-se assim, que "a conexão existente entre os objetos é dada pelos eventos" (SANTOS, 1996,p.126).

Mas nesse processo, de conjunção de diferentes eventos em um dado lugar, existe um movimento a ser analisado. Santos (1996, p.126) compreende que o entendimento dos lugares em sua evolução depende "da consideração do eixo das sucessões e do eixo das coexistências". Para ele, "não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens, empresas e instituições" (SANTOS, 1996, p.127).

Dessa forma, o acontecer social se divide segundo duas lógicas. Há o tempo como sucessão, ou o chamado tempo histórico, que permitem distinguir períodos diferentes. Esse é

o eixo da sucessão. Mas, no viver comum, os eventos não são sucessivos e sim concomitantes, formando o eixo das coexistências. Dessa forma, pode-se dizer que "paralelamente a um tempo que é sucessão, temos um tempo dentro do tempo", um tempo que é comandado e usado de diferentes formas por cada indivíduo, cada classe social, cada firma, cada instituição (SANTOS, 2002, p.3).

É nesse sentido que se observa a diacronia e a sincronia dos eventos. Mas pensar os eventos nesse movimento, pautados por diferentes temporalidades que coabitam o mesmo momento histórico, exige o reconhecimento do espaço enquanto coordenador dessas diversas organizações do tempo. Milton Santos (1996, p.212) afirma: "não há, pois, tempos absolutos", e é somente por meio da observação da materialidade e relações sociais, expressas pelas técnicas presentes no espaço que podemos empiricizar o tempo.

Na linha de Fernand Braudel, Milton Santos nos revela a multiplicidade dos tempos, mas propõe uma outra abordagem em substituição à lógica dos tempos longo e curto. Para Santos (2002), a contabilidade do tempo vivido pelos homens, empresas e instituições pode ser expressa por duas outras noções: o tempo rápido e o tempo lento. O espaço, é palco desses atores diversos que trabalham conjuntamente. Esses atores, ao conformar um lugar, criam e depositam objetos. Por sua vez, esses objetos "impõem à sociedade à sociedade ritmos, formas temporais do seu uso" (SANTOS, 2002, p.04).

As ações, que animam os objetos técnicos, se movimentam segundo tempos rápidos e tempos lentos. Assim também é o desenvolvimento do turismo. A busca por interligar os destinos a outros lugares de forma a facilitar os deslocamentos, sempre buscando maneiras mais ágeis de transporte, representam os tempos rápidos. A criação de novas vias têm como objetivo animar os lugares turísticos, ampliar seu acesso, possibilitar sua ascensão enquanto destino. A materialidade, nesse caso, é atravessada por uma velocidade rápida, favorece o tempo rápido.

Mas, ao mesmo tempo em que se prioriza uma aceleração dos tempos visando impulsionar os destinos, uma contra-lógica se instala no interior dos mesmos. Isto é, a rapidez se instala nos objetos técnicos para chegar até o destino, mas essa lógica não se repete em seu interior. Em estâncias como Campos do Jordão, a urbanização prevê um modelo de ordenamento oposto à lógica acelerada dos grandes centros. O destino turístico é o lugar de uso do tempo além do trabalho, o tempo-livre. Para uso desse tempo, pautado pelos ideais de lazer, os objetos técnicos oferecidos revelam os tempos lentos.

Os deslocamentos internos priorizam a fruição da paisagem, assim como os demais equipamentos e serviços de apoio ao turismo. Os ritmos edificados no modelo cidade-jardim objetivam oferecer ao viajante e ao turista uma velocidade oposta à da urbanização dos grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo. Assim, o movimento do turismo permite a justaposição do tempo rápido e do tempo lento, revelando outras abordagens para o estudo turismo "com" o tempo, de forma sincrônica.

Mas cabe destacar que cada lugar deve ser analisado em particular. Os ritmos, temporalidades, objetos e ações se materializam de diferentes formas em cada lugar. Os eventos, enquanto conceito que compreende a totalidade desses elementos em movimento, se geografizam de diferentes maneiras. Assim, os eventos devem ser analisados em sua totalidade mas também em sua particularidade. Isso porque só a totalidade em movimento cria novos eventos, mas as ações desse movimento só se tornam possíveis em um lugar particular.

É em razão dessa lógica que os eventos devem ser analisados não apenas pelo seu acontecer, mas sim pela sua imbricação. "Os eventos são individuais, mas não há eventos isolados. Eles são interrelacionados e interdependentes e é nessas condições que participam de situações. Na realidade, somente há situações porque os eventos se sucedem, ao mesmo tempo em que se superpõem e interdependem" (SANTOS, 1996, p.130).

No campo do turismo, a imbricação dos eventos é o que permite o acontecer da atividade. Cada evento relativo ao turismo é um fruto do Mundo e, ao mesmo tempo, do Lugar. A invenção do turismo e sua constante recriação vincula-se, assim, a um rede complexa de eventos interconectados. Assim, não é possível analisá-lo em sua totalidade sem levar em conta a parte e o todo. A presente tese parte desse movimento.

3.4 Eventos e lugares turísticos

> *Muda o mundo e, ao mesmo tempo, mudam os lugares (SANTOS, 2008, p.158)*

O turismo, enquanto processo intimamente relacionado a expansão do modo capitalista de produção, é um movimento que se observa por esta linha dialógica. A criação e recriação da prática turística, de maneira geral, faz parte de um movimento global, mas ao mesmo tempo, sua materialização se dá nos lugares, sob formas variadas, permitindo

diferentes práticas turísticas. Assim, o turismo se aloca em um jogo que compreende seu papel no lugar e no mundo de forma cíclica, sendo que um retroalimenta o outro. Neste viés, concorda-se com Santos (1996, p.215) ao retomar as ideias braudelianas:

> Conforme escreveu Braudel (1979, p.57), a partir do movimento privilegiado que desejamos iluminar, podemos descobrir o movimento global através dos movimentos particulares, já que 'todos esses ciclos são contemporâneos e sincronizados; eles coexistem, estão misturados e somam ou subtraem seus movimentos diante das oscilações do conjunto'.

É em razão dessa lógica que o conceito de evento se torna adequado à pesquisa, pois os eventos se apresentam em dois níveis de existência: o nível do mundo e o nível do lugar (SANTOS, 1996) e, mais do que isso, são os eventos que operam a ligação entre os dois níveis. Mas, neste processo, cabe destacar o que se compreende como lugar. Conceito-chave da Geografia, o lugar apresenta duas acepções fundadas em eixos epistemológicos distintos: uma voltada às correntes da Geografia Humanística e outra alocada nas linhas da Dialética Marxista (LEITE, 1998).

A primeira vertente traz o "lugar" como produto da experiência humana e está mais interligada à "valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao seu ambiente". Na segunda vertente, que mais se aproxima do enfoque da presente pesquisa, o "lugar" é compreendido como uma "expressão geográfica da singularidade", produto de uma "dinâmica que é única", ao mesmo tempo em que é uma "expressão da globalidade" (LEITE, 1998, p.11-5).

Embora a noção de lugar na perspectiva dialética marxista tenha sido pensada diante do processo de globalização, o conceito nos permite outras aplicações na medida em que "o lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço" (CARLOS, 1996, p.15). Esses movimentos, que formam o lugar, são "reflexos de ações multilaterais que se realizam em tempos desiguais sobre cada um e em todos os pontos da superfície terrestre [...] o lugar assegura assim a unidade do contínuo e do descontínuo, o que a um tempo possibilita sua evolução e também lhe assegura uma estrutura concreta inconfundível" (GERTEL, 1996, p.87).

Dessa maneira, nos movimentos que o turismo carrega, o lugar aparece como ponto de articulação entre os eventos de escalas superiores e eventos internos, é no lugar onde tudo se funde, onde se dá a "liga", onde os objetos, as ações, a técnica e o tempo se concretizam. Segundo Santos (2001, p.158), "o lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é

por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente". Assim, compreendemos que o lugar, nessa perspectiva, é um resultado provisório, pois está em constante transformação.

A complexidade do fenômeno turístico recobre a esta lógica. Assim, consideramos que o "lugar" enquanto instância influenciada e influente no fenômeno turístico deve ser observado em seu contínuo processo de desenvolvimento. É neste sentido que optamos por diferenciar o "lugar" de "local" ou "localização". Isso porque no turismo, o "lugar turístico" designa justamente esta transposição de local para lugar. Segundo a Equipe MIT (2005, p.340) , o lugar turístico "é o resultado provisório da transformação de um local em lugar pelo turismo (processo de invenção), assim como de um lugar já constituído em um lugar de uma nova qualidade (processo de subversão e diversão)[21]".

O lugar, neste sentido, vai além das coordenadas espaciais. É um conceito que abarca as qualidades relativas à sua localização, mas que também permite compreender um conjunto de transformações que fazem com que objetos e ações tenham "seu valor real estabelecido pela sua posição dentro do funcionamento do conjunto" (FRATUCCI, 2000, p.125). Assim, considerou-se que:

> [...] lugar turístico só é passível de existência a partir do momento que entendamos o turismo enquanto fenômeno sociocultural complexo, no qual seus agentes e componentes existem num jogo constante de interações, onde cada um é ao mesmo tempo causa e efeito no círculo do processo (FRATUCCI, 2000, p.131).

Assim, observamos Campos Jordão sob esta lógica. O lugar turístico que aqui expomos não se restringe aos limites administrativos da estância, mas sim ao lugar como um "espaço presente dado como um todo atual com ligações e conexões cambiantes" (CARLOS, 1996, p.31). Assim, nossas investigações recobrem aos eventos que permitem observar a transformação de "local" em "lugar", sendo que o "lugar turístico" é o resultado, sempre provisório, de um movimento contínuo entre o lugar e o mundo.

Mas cabe destacar que nesse processo uma intrincada rede de atores está envolvida na produção do lugar turístico. A transformação do lugar está atrelada às manifestações de poder e, como tal, não poderíamos deixar de levar em consideração o conceito de território para compreender as sinergias do espaço humano em que o turismo se realiza. Buscando explicitar como o conceito de território é utilizado na presente pesquisa, nos aprofundaremos sobre esta questão no próximo capítulo. Para tanto, iniciaremos a reflexão com o conceito predecessor

[21] *C`est le résultat provisoire de la transformation d`un endroit en lieu par le tourisme (processos d`invention), ainsi que celle d`une nouvelle qualité (processos de subversion et de diversion).*

do território: o espaço. E, assim, como designamos as especificidades do conceito de lugar turístico, nossas atenções também recaem sobre o conceito de espaço turístico.

4. PENSANDO O ESPAÇO DO TURISMO

A presente pesquisa parte do estudo do turismo em uma relação conjugada de espaço e tempo. Nesse sentido, este capítulo visa esclarecer o que se compreende como espaço turístico e quais noções acerca da teoria geográfica serão utilizadas como eixo norteador para as análises da presente tese. Levou-se em consideração, para tanto, que ao estudar o processo de origem e difusão do turismo em um determinado território, a relação espacial presente neste processo deve ser explicada abarcando diferentes aportes teóricos. Sendo assim, buscou-se esclarecer neste capítulo quais são as teorias acerca do espaço turístico e motivo que nos leva ao uso do conceito de território.

4.1 O estudo do espaço turístico

> *[...]o turismo é, antes de tudo, uma prática social coletiva que integra mecanismos distintos de relação com o espaço... (NICOLAS, 1999, p.40)*[22].

A prática turística, enquanto fenômeno da sociedade capitalista, é essencialmente constituída por superposições espaciais e territoriais de natureza diversificada. Passível de múltiplas análises, a essência espacial do turismo se apresenta como um campo a ser especificado. As teorias acerca do espaço turístico são bastante variadas. A postura interdisciplinar entre a Geografia e o Turismo permitiu a articulação de conceitos e metodologias no que diz respeito as análises do espaço turístico.

Segundo Rodrigues (1999), o movimento científico que explora a relação entre as duas disciplinas acentuou-se na década de sessenta, como reflexo de um momento histórico em que o turismo passou por um aceleramento em seu desenvolvimento. O período pós-guerra, interligado à prosperidade econômica dos países centrais do capitalismo, engendrou uma nova dinâmica na produção do espaço social mundial.

Para Costa *et. al* (2004), este novo dinamismo caracterizou-se por uma profunda transformação dos espaços, sendo observados os impactos relativos ao turismo nesse processo. As mudanças advindas das novas condições sociais produziram novos hábitos, novos modelos de produção e consumo e, como consequência, a consolidação de novas práticas socioculturais gerou a produção e rearranjo de novos e antigos espaços, fator que possibilitou a invenção e recriação de lugares turísticos.

Neste contexto, diversos pesquisadores passaram a analisar de uma maneira mais atenciosa o fenômeno responsável por novas incidências espaciais, emergindo o campo da geografia do turismo. As bases desse campo teórico se alinham a partir da essência do fenômeno turístico, uma vez que "o turismo é fenômeno dos deslocamentos e estes deslocamentos se dão num espaço, logo, no amplo campo da geografia" (MOESCH, 2000, p.22).

Para Britton[23] (1991), o campo da geografia do turismo é caracterizado pela preocupação com a descrição de fluxos turísticos, estruturas espaciais, os usos do solo, dentre

---

[22] "*el turismo es, antes que todo, una práctica social colectiva que integra mecanismos distintos de relación al espacio ...*"

[23] *'geography of tourism as being primarily concerned with: the description of travel flows; microscale spatial structure and land use of tourist places and facilities; economic, social, cultural, and environmental impacts of tourist activity; impacts of tourism in third world*

outros fatores inerentes aos impactos sociais, culturais e ambientais da atividade turística. Ainda segundo o autor, a grande problemática é que muitas dessas seções são apresentadas de forma descritiva e fracamente teorizadas, o que ocasiona atrasos ao estudo geográfico do turismo.

Dessa maneira, observa-se que o turismo se reveste de uma enorme complexidade e pensar em sua geografia requer definir não apenas os elementos que compõem o turismo, mas também "captar o peso ou a força que essa atividade exerce na produção do espaço" (RODRIGUES, 1999, p.43). Dentre os desafios exposto na Geografia do Turismo, a maior dificuldade está, sem dúvidas, na definição e análise do espaço turístico. A tríplice da geografia do turismo compreende uma geografia de mercados, de circulação de tráfego e de núcleos receptores, e é nesse movimento triádico que muitos autores propõem modelos de espaços turísticos.

Há de se destacar, contudo, que muitas das propostas que buscam teorizar o espaço turístico estão alocadas nas linhas da teoria geral dos sistemas como observamos nos trabalhos de Acerenza (1987), Beni (1998) e Getz (1986). Os trabalhos que seguem esta lógica partem da ideia de que o turismo é um grande conjunto, formado de subconjuntos dotados de inter-relações entre si e com outros sistemas. Objetivando criar um desenho conceitual em que se possa analisar as partes e o todo que compõem o turismo, os estudos dos sistemas turísticos colaboram para muitas das construções de sua teoria espacial.

Neste embasamento temos, como exemplos de grande relevância científica, os trabalhos de Leiper, Boullón e Miossec. Segundo Panosso (2008), Leiper (1990) propôs um sistema turístico composto por cinco elementos, sendo três deles geográficos, a saber: a região de origem dos viajantes, uma região de trânsito que interliga origem e destinos e, por fim, a região de destino turístico. Os dois outros elementos que se diluem entre os elementos geográficos são o turista e a indústria de viagens e turismo, que configuram os serviços e equipamentos desta área. O modelo de análise espacial proposto por Leiper é reconhecido pela sua simplicidade e aplicabilidade geral, permitindo a fácil visualização do sistema turístico.

---

countries; geographic patterns of recreation and leisure pastimes; and the planning implications of all these topics [...]But these sections are dealt with in descriptive and weakly theorised ways. This is a major problem for the advancement of the geographic study of tourism. (BRITTON, 1991, p. 451).

Mas o modelo de Leiper, apesar de flexível, não apresenta da melhor forma a complexidade espacial do fenômeno. Outros autores se preocuparam em observar este quadro sistêmico e aprimorá-lo de forma a contribuir com a construção de uma teoria do Espaço Turístico. Um dos autores que seguem esta proposta é Boullón (2002). Para o autor, os principais critérios e elementos de composição do espaço turístico são: a demanda turística; a oferta turística; o produto turístico; o empreendimento e atrativos e, por fim, a infraestrutura e superestrutura. Este conjunto é o que consolida o patrimônio turístico.

Descrevendo minunciosamente cada um desses elementos, Boullón apresenta tipologias de distribuições espaciais dos equipamentos e serviços turísticos, permitindo, segundo o autor, compreender e analisar a formulação de qualquer patrimônio turístico. De acordo com Boullón (2002, p.80): […] a melhor forma de determinarmos um espaço turístico é recorrermos ao método empírico, por meio do qual podemos observar a distribuição territorial dos atrativos turísticos e do empreendimento, a fim de detectarmos os agrupamentos e as concentrações que saltam à vista[24]".

Ainda seguindo Boullón, os agrupamentos e concentrações decorrentes do patrimônio turístico podem ser classificados de acordo com a sua superfície de abrangência, sendo divididos em: Zona, Área, Complexo, Centro, Unidade, Núcleo, Conjunto, Corredor, Corredor de traslado e Corredor de estada. Abarcando diversos elementos, cada um desses sistemas se conecta com os demais, configurando assim, a delimitação territorial do espaço turístico.

A teoría de Boullón se tornou uma das bases para a compreensão do espaço turístico e um importante aporte teórico para orientar ações de planejamento. Contudo, vale destacar que apesar dessa vertente teórica apresentar uma boa diversidade de elementos materiais em uma análise relacionada com a distribuição espacial, considera-se que a visão de espaço proposta por Boullón desconsidera totalmente a influência da sociedade sobre este espaço, sendo uma noção abstrata e intangível. Para Boullón dentro da capacidade humana de percepção, sem a presença de objetos de referência o "espaço não existe":

> [...] O espaço é o vazio entre a posição dos objetos sólidos definidos por sua própria massa. Dentro dos limites que têm a capacidade perceptiva do homem, sem corpos de referência, o espaço não existe: é o nada. Portanto, existem duas maneiras de apreciar o espaço: uma, através do tamanho dos objetos materias, e outra, por meio das distâncias que os separam; por que tanto os objetos materiais como os vazios que os mesmos deixam, têm uma

[24] *"[...] la forma más adecuada de determinar un espacio turístico es recurrir al método empírico, que permita observar la distribución territorial de los atractivos turísticos y de la planta a fin de detectar las agrupaciones y concentraciones que saltan a la vista*

forma (BOULLÓN, 1997, p.60)[25].

A proposta de Boullón é uma análise pautada em um plano espacial bidimensional. Este procedimento de análise técnica "limita uma análise espacial mais complexa e necessária quando pensamos em localidades turísticas. Afinal, a atividade turística não se encontra isolada de qualquer outra atividade; assim, pensar a totalidade do espaço geográfico é tarefa fundamental para o fazer turístico" (TELES, 2009, p.39).

Tomando como base que a teoria do espaço turístico proposta por Boullón vincula-se a análise do espaço físico, sem considerá-lo, contudo, como um produto social, observa-se também que a questão temporal não se apresenta neste viés teórico. Há, no entanto, outro trabalho clássico acerca da teoria dos espaços turísticos que aborda esta perspectiva temporal: a teoria proposta por Miossec.

Segundo Teles (2009), Miossec (1976) se preocupou em analisar a evolução estrutural das regiões turísticas no tempo e no espaço, considerando para tanto quatro elementos básicos: os centros turísticos, as redes de transportes, a conduta dos turistas e a atitude das autoridades e da população local.

Citado frequentemente nos manuais de Geografia do Turismo, o modelo proposto por Miossec buscou captar as fases evolutivas da produção do espaço turístico, demonstrando que à medida em que a atividade se expande, "surge um sistema hierárquico cada vez mais completo de centros turísticos com a expansão da rede de transporte e os demais elementos básicos" (TELES, 2009, p.37), levando a localidade ao processo de saturação e crise e posterior renovação. Embora este modelo de transformações estruturais seja objeto de atenção quando se aborda as novas formas espaciais decorrentes do turismo, concorda-se com Rodrigues (1999, p.49) ao afirmar que:

> Como toda proposta teórica baseada em modelos, o trabalho deve ser analisado com precaução, uma vez que dificilmente a realidade é captada e reproduzida por meio de modelos. Nem todos os espaços turísticos passam por fases que vão, inicialmente, das primeiras atividades turísticas implementadas no território até a saturação do espaço pelo turismo, como propõe Miossec (RODRIGUES, 1999, p. 44).

Considera-se, mediante a tais constatações que nem a teoria de Leiper, nem as teorias de Boullón e Miossec, apesar de sua relevância para os estudos acerca do espaço turístico, são apropriadas para o estudo de Campos do Jordão na perspectiva proposta na presente pesquisa.

---

[25] *[...] el espacio es el vacío entre la posición de los cuerpos solidos definidas por su propia masa. Dentro de los límites que tiene la capacidad perceptiva del hombre, sin cuerpos de referencia, el espacio no existe: es la nada. Por lo tanto, hay dos modos de apreciar el espacio: una, a través del tamaño de objetos materiales, y, otra, por medio de las distancias que los separan; por que tanto los objetos materiales como los vacíos que dejan, tienen una forma*

Considerar o estudo do espaço turístico jordanense interligado ao seu processo de origem e difusão requer uma análise que suplante as teorias embasadas em modelos hologramáticos.

Isto porque compreende-se que o espaço turístico, na proposta da presente pesquisa, vai além da designação das coordenadas espaciais e vincula-se, sobretudo, às relações, ações, e retroações produzidas pelos agentes sociais do fenômeno, sempre considerando a extensão progressiva do todo turístico. Ou seja, o espaço turístico levado em consideração compreende um conjunto de elementos, a ser: atores sociais e os processos de apropriação do espaço oportunizando a sua turistificação; as condições físicas e societais que possibilitam a criação, difusão e recriação da prática turística; e por fim, a presença dos tempos e temporalidades nestes processos.

Nesse sentido, considera-se que o espaço turístico é um sistema social aberto e heterogêneo. A interseção de seus elementos no espaço e no tempo dependem da combinação dos atores sociais, dos elementos naturais, culturais, políticos, econômicos e tecnológicos (SELVA, 2012), resultando em um processo que vai além das fronteiras euclidianas propostas nas já citadas teorias clássicas do espaço turístico. O espaço turístico que se propõe analisar é dotado de uma dinâmica que só é possível ser captada por meio de categorias de análise que objetivam decompor e recompor a totalidade do espaço.

4.2 As noções fundadoras do espaço e relações com a pesquisa

As matrizes teóricas que orientam o problema desta pesquisa estão alinhavadas fundamentalmente no conceito espaço alocado na teoria crítica da Geografia. Tendo sido considerado sob diferentes abordagens ao longo da história do pensamento geográfico, o conceito de espaço passou de simples "receptáculo" dos tempos da geografia tradicional, para o conceito de "espaço relativo" (Harvey, 1969) da época da geografia teorético-quantitativa, tendo assumido, dentre fins da década de 1980 até os dias atuais, novos conceitos que atrelam o espaço como *locus* da reprodução das relações sociais, abordagem observada com o nascimento da geografia crítica (CORRÊA, 2012 *in* CASTRO *et. al*., 2012).

Por ser tratar de uma teoria mais recente no que concerne à evolução do conceito de espaço e também por ser a mais adequada em relação a forma de abordagem que se adotou, os estudos se alocam no âmbito desta última corrente do pensamento geográfico. Fundada no materialismo histórico e na dialética, a geografia crítica surge no contexto da denominada

"crise da geografia" e procura romper e revolucionar com os fundamentos das correntes predecessoras.

O conceito de espaço, anteriormente renegado ao segundo plano, reaparece nos debates acadêmicos como um dos temas centrais. Em razão da crise do capitalismo e as decorrentes contradições sociais e espaciais emergentes, o espaço é visto como condição de existência das sociedades humanas e, simultaneamente, expressam, nesta nova abordagem, as formas de produção e reprodução da vida material em que se inscrevem.

Nesse contexto, a perspectiva de análise do espaço sob a teoria marxista, inspira diversos autores a conduzirem sua produção acerca do conceito de espaço. Dentre eles, destacamos dois cuja produção se enquadra no escopo teórico desta pesquisa: Henry Lefebvre e Milton Santos. Ambos trabalham com a concepção do espaço-social, contudo, suas contribuições são complementares e merecem atenção em razão do contexto em que foram produzidas e das possibilidades de aplicação destas vertentes teóricas sobre outras unidades de observação.

Segundo Schmid (2012), a obra de Lefebvre sobre a "produção do espaço", inicialmente despertou pouco interesse, contudo, quando posteriormente ocorre a emergência do tema nas ciências sociais, a produção teórica lefebvreana assume maior significação. Uma das principais contribuições do autor está na ideia de que o espaço é um produto, ou seja, o espaço não existe "em si mesmo". O espaço é, nessa perspectiva, social, vivido e não deve ser visto como absoluto.

Para Lefebvre (1974, p.36) é "preciso mostrar que o espaço social não consiste numa coleção de coisas, numa soma de fatos (sensíveis), nem tão-somente num vazio preenchido, como uma embalagem, de matérias diversas, que ele não se reduz a uma "forma" imposta aos fenômenos, às coisas, à materialidade física[26]." Para o autor, o espaço é mais do que isso, o espaço é o *locus* das relações sociais de produção. Para Lefebvre (1974, p.40) "cada sociedade (consequentemente, cada modo de produção com as diversidades que engloba, as sociedades particulares nas quais se reconhece o conceito geral) produz um espaço, o seu[27]" .

Sendo assim, para compreender o espaço nesta perspectiva há que se reconhecer a relação entre o "espaço" e o "tempo", pois ambos são produtos sociais, resultado e pré-

[26] "*Que cet espace social ne onsiste pas en une colletcion de choses, en une somme de faits (sensibles), pas plus qu`en un vide rempli, comme un emballage, de matieres divverses, - qu`il ne se déduise pas à la matérialité physique...*"
[27] *"...chaque societé (don chaque mode de production avec les diversités qu`il englobe, les societes particulieres ou se reconnait le concept general) produit un espace, le sien)".*

condição da produção da sociedade. Segundo Schmid (2012, p.2): "Como eles são produzidos socialmente, só podem ser compreendidos no contexto de uma sociedade específica. Dessa forma, espaço e tempo não são apenas relacionais, mas fundamentalmente históricos".

Na presente pesquisa utilizou-se este enfoque. Ao estudar o território de Campos do Jordão em diferentes temporalidades, observou-se a matriz sociedade-espaço-tempo. Entende-se, portanto, o espaço como produto social e, como tal, apresenta variações que só podem ser compreendidas por meio do movimento das inter-relações sociais ao longo do tempo. É em razão desta delimitação teórica que se propõe a investigação contemplando o movimento de criação e recriação de Campos do Jordão, enquanto estância de saúde e turismo, dando ênfase neste processo ao papel dos atores e sua relação com a produção e reprodução das relações sociais no espaço.

Outro ponto que justifica a abordagem do espaço enquanto produto social nesta pesquisa se dá em razão da investigação ser norteada pelo viés do turismo, prática social moderna que incide diretamente sobre a produção do espaço. Isto porque o turismo é uma atividade em que o "consumo do espaço" é a principal via delimitadora, e a dinâmica induzida pela atividade sempre está engendrada por relações sociais, seja sob a égide dos planejadores da atividade, seja por meio dos indivíduos que participam enquanto consumidores e receptores.

No entanto, neste processo social há uma dualidade: ao mesmo tempo em que o espaço é dominado com o objetivo de modelá-lo para o consumo, há também um processo de apropriação simbólica, pautada no usufruto dos espaços. Esta relação que se divide entre a ação de planejadores e turistas se vincula ao "valor de troca" e ao "valor de uso" do espaço. Com o capitalismo, temos uma preponderância do espaço-mercadoria, vinculado à dominação dos espaços, enfatizando o seu valor de "troca". Todavia, o valor de uso dos espaços se torna importante para compreender o processo turístico, na medida em que o imaginário do turista não se edifica apenas na forma de consumo do mundo em objetos. A experiência turística, na verdade, se materializa pelos sistemas de significados, pelo valor de uso, pela apropriação simbólica destes espaços.

Mas cabe destacar aqui que não apenas o turismo enquadra-se nesta perspectiva. No caso do objeto de análise desta pesquisa, o consumo de Campos do Jordão enquanto destino de saúde também pode ser observado sob esta abordagem. Mas entender o turismo e o

curismo enquanto práticas interligadas com o conceito de “espaço produzido” e também “produtor de relações sociais”, requer outros aprofundamentos sobre a questão espacial.

Lefebvre explica a produção do espaço por meio de uma tríade: A "prática espacial”, a “representações do espaço” e os “espaços de representação”. Esta tríade refere-se, portanto, ao espaço “percebido”, “concebido” e “vivido"[28] (LEFEBVRE, 1974, p.50). Essa figura tridimensional da realidade social se apresenta estruturada da seguinte forma:

A prática espacial é a dimensão material da atividade e interações sociais, caracterizada por uma simultaneidade de fatores que constituem um sistema articulado e conectivo de elementos ou atividades que representam a vida cotidiana. Já a representação do espaço trata do desenho (da representação do espaço) que também o definem. Os mapas, fotos, plantas, discursos, descrições, teorias científicas, são exemplos de representação do espaço que ao mesmo tempo se apresentam como condicionado e condicionante. Por último, se tem os espaços de representação que se constituem como a dimensão da produção do espaço. É também a inversão da dimensão anterior (a representação do espaço). A produção do espaço se dá por meio do processo de significação do meio material, que se expressa por normas, valores e experiências.

Este conjunto de dimensões é analisada por Lefebvre (1974) a partir dos conceitos de percebido, concebido e vivido, que assim são organizados: a materialidade dos elementos que constituem o espaço pode ser apreendida por meio dos sentidos, permitindo que haja diferentes percepções acerca do espaço, tanto no meio individual quanto coletivo. Contudo, estas percepções não são possíveis sem que tenha havido uma concepção prévia (em pensamento) daquilo que se compreende como espaço.

Em outras palavras, ao conceber o conjunto de elementos que designam o espaço, ao produzir cientificamente o seu conceito, estamos concebendo ideias que são delineadas e também delineiam sua percepção. Mas, tanto a percepção quanto a concepção do espaço estão articuladas com a experiência vivida. O espaço vivido é a experiência de significação do mundo assim como ele é vivenciado pelos seres humanos (LEFEBVRE, 1974).

É importante destacar que a tridimensionalidade que caracteriza o conceito de espaço na teoria lefebvreana não deve ser vista de forma separada. As três dimensões estão dialeticamente interconectadas e são, fundamentalmente, de igual valor. O espaço é ao mesmo

[28] *La triplicité: perçu-conçu-vécu (spatialement: pratique d`espace – représentation de l`espace – espaces de représentation).*

tempo vivido, percebido e concebido. Mas, nesta relação dialética não se deve esperar uma síntese. Neste caso, os três momentos se relacionam em conflito ou em aliança. É a partir desta concepção que Lefebvre nos revela o espaço como inacabado, sendo continuamente produzido, e por essa razão, está sempre ligado com tempo (SCHMID, 2012).

A compreensão da produção do espaço de Campos do Jordão enquanto uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente pode ser observada pela teoria triádica de Lefebvre. Isto porque ao observar a dimensão da prática espacial em diferentes momentos da criação e recriação do território jordanense, pode-se verificar como esta prática gera diferentes representações e produções sobre este espaço.

A dinâmica de Campos do Jordão vinculada ao tratamento de saúde gera, por exemplo, uma série de representações espaciais muito específicas, atrelando a concepção do território jordanense aos ideais de cura, institucionalização de sanatórios, zoneamento entre núcleo dos doentes ricos e pobres, interligação da estância com as capitais paulista e carioca por meio de ferrovias, gerando, por meio destes processos, inter-relações entre médicos, doentes, políticos e sociedade em geral que configuram a dimensão do espaço vivido.

A experiência vivida no espaço é, por conseguinte, primordial para compreender os aspectos que se materializam com a prática do turismo, pois a viagem, sua motivação e sua percepção se dissolvem entre ações que estão intrinsicamente ligadas à dimensão da prática da vida cotidiana. Dessa maneira, ao observar o desenvolvimento do turismo em Campos do Jordão, está também se investigando qual a configuração territorial que esta prática condiciona e é condicionada, bem como analisando o processo de significação que esta prática social adquire no percurso do tempo.

Mas cabe destacar que o turismo, como uma prática que se materializa com a modernidade, segue a lógica do capital. Pela ação do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas há uma dominação e apropriação dos espaços e dos recursos neles contidos para a sua transformação em atrativos vendidos como mercadorias. Ou seja, ao mesmo tempo em que temos a fixação de objetos de interesse turístico para a promoção do mesmo, estes mesmos objetos espaciais, muitas vezes pré-existentes à atividade, também constituem fatores impulsionadores desses interesses. É nesse sentido que os espaços do turismo vão sendo produzidos diferencialmente, em um movimento permanente.

Esta continuidade de produção do espaço possibilita explorar outras contribuições teóricas de Lefebvre, que identifica três diferentes momentos de produção do espaço: a produção material, a produção de conhecimento e a produção de significados. Para melhor compreendê-las, há que se aprofundar os estudos acerca do conceito de "produção", que não possui um único sentido. Para Lefebvre, o termo não pode ser visto apenas em seu sentido econômico, mas sim em sua filosofia completa, envolvendo a produção de ideias, ideologias, consciência, conhecimentos, ilusões e verdades (GODOY, 2008). Para o autor:

> [...] é possível indicar que os conceitos da *produção* e do *produzir* apresentam a universalidade concreta reclamada. Elaborados pela filosofia, eles a ultrapassam. [...] o que é "produzir", no que concerne ao espaço? Será preciso passar de conceitos elaborados, portanto formalizados, a esse conteúdo sem cair na ilustração e no exemplo, essas ocasiões de sofismas. É, portanto, uma *exposição* completa desses conceitos, e de suas relações, de uma parte com a extrema abstração formal (o espaço lógico-matemático) e, da outra, com o prático-sensível e o espaço social, que ele precisará fornecer. (LEFEBVRE, 1974, p. 23)[29].

Dessa forma, Lefebvre aponta que as produções ocorrem não apenas no âmbito das coisas (produtos), mas também no âmbito das obras, que se referem a "produtos" que vão além da materialidade, como a produção da ciência, da arte, das relações humanas, das cidades, do tempo, da história, dentre outros. Neste sentido, há que se considerar que a produção também envolve a "reprodução"' tanto física quanto social, constituindo assim, a reprodução do "modo de vida" (GODOY, 2008, p.126). Para Lefebvre (1974, p. 42) "a prática espacial, engloba a produção e a reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão"[30].

Na presente pesquisa, utilizou-se o conceito de produção espacial neste viés, analisando a "filosofia completa" dos diferentes espaços de Campos do Jordão em seus processos de urbanização, desenvolvimento de uma estância de saúde e de turismo, investigando em cada um desses momentos, as produções materiais, de conhecimento e de significados em cada um destes processos. A própria dinâmica das relações produtivas observadas pelo exercício do poder entre Estado, classes empresariais e trabalhadoras em aliança e conflito ao longo da história, permite esta compreensão.

---

[29] *Des maintenant, il est possible d`indiquer que les concepts de la production el du produire présentent l`universalité concrete réclamée. Élaborés par la philosophie, ils la débordent. [...] Et qu`est-ce que produire en ce qui concerne l`espace? Il faudra passer de concepts élaborés, donc formalisés, à ce contenu sans tomber dans l`illustration et l`exemple, ces occasions de sophismes. C`est donc un exposé complet de ces concepts, et de leurs rapports, d`une part avec l`extrême abstraction formelle (l`espace logico-mathemátique) et, de l`autre, avec le pratico-sensible et l`espace social, qu`il faudra donner..."*

[30] *La pratique spatiale, qui englobe production et reproduction, lieux spécifiés et ensembles spatiaux propres à chaque formation sociale, qui assure la continuité dans une relative cohésion.*

Neste âmbito, uma outra categoria se revela como essencial para compreender a produção do espaço no conceito de Henri Lefebvre: o trabalho. Tão importante quanto o termo "produção", o trabalho é entendido não apenas como atividade produtiva, mas, sobretudo, como o "princípio gerador do homem", ou seja, "o homem histórico, resulta do seu próprio trabalho" e, sendo assim, compreende-lo é "uma forma de analisar e entender a sociedade, o Estado, o capital, o poder, a produção e as relações espaço/sociedade" (GODOY, 2008, p.126).

O trabalho também se encontra como cerne da pesquisa. Sua forma de (re) produção revela, ao longo da história, desdobramentos que permitem a criação de territórios de saúde e lazer e, em sequência, mudanças geográficas na circulação de capital. A tríade trabalho-saúde-lazer e suas decorrentes configurações espaciais exigem outros aprofundamentos sobre a questão espacial a fim de compreendê-lo em sua totalidade. Acerca desta noção do espaço (visto em sua totalidade), utilizaremos as abordagens propostas por Milton Santos.

Fortemente inspirado por Lefebvre, Santos (1980, p.145), afirma: "o ato de produzir é igualmente o ato de produzir o espaço". Para Santos, o espaço se enquadra na mesma essência social proposta por Lefebvre e, neste sentido, estudá-lo requer compreender sua complexidade, seus elementos, sua história, suas interações que estão circunscritas aos desdobramentos decorrentes da realidade social marcada por contradições.

Santos (1988) afirma que o espaço deve ser considerado como uma totalidade. Contudo, analisá-lo desta forma exige um processo de fragmentação que permite, após o término da análise das partes, compreender o todo. Dentre as diversas possibilidades de fragmentação da totalidade do espaço, o autor propõe sua análise em "elementos" que permitem compreender como se constitui as "formas", "funções", "estruturas" e "processos" do espaço.

A "forma" é o aspecto visível, exterior de um objeto, que tanto individualmente quanto coletivamente formam um padrão espacial. Mas a forma, contudo, não pode ser observada apenas por sua aparência, ou seja, por seu desenho geométrico. Ela deve ser vista em sua essência, pois todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento se realizam através de formas. Elas terminam por adquirir uma "expressão territorial" (SANTOS, 1988, p.2).

Isto porque cada forma tem uma determinada "função", que designa a atividade, o papel desempenhado pela forma. Mas tanto a forma quanto a função fazem parte de uma matriz social onde as mesmas são criadas e justificadas. Em outras palavras, as formas e funções são frutos de uma "estrutura" social, que representa a natureza histórica do espaço. Mas esta estrutura só é possível em razão do "processo", ou seja, do movimento de transformações que a estrutura apresenta em diversos momentos. Nas palavras de Santos (1988, p.02):

> Como as formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, mas formas-conteúdo. Por isso, estão sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhes atribui a cada momento, frações diferentes do todo social. Pode-se dizer que a forma, em sua qualidade de forma-conteúdo, está sendo permanentemente alterada e que o conteúdo ganha uma nova dimensão ao encaixar-se na forma.

Na presente pesquisa verificou-se as diferentes formas, funções, estruturas e processos presentes na periodização e no território em questão. A noção do movimento dialético de forma e conteúdo a que o espaço apresenta explica, ao menos em partes, a relação entre produção e espaço. No caso de Campos do Jordão, esta proposição se explica, por exemplo, por meio das diferentes formas que o espaço estudado materializa em razão das funções do território, ora dada pela saúde, ora dada pelo turismo. Ambas as funções, contudo, são reflexos de estruturas e processos que se organizam em diferentes feixes-hierárquicos pautados, sobretudo, nas relações de produção engendradas por eventos nas escalas local, nacional e global.

No que tange ao turismo, estas categorias de análise do espaço propostas por Milton Santos se revelam ainda mais latentes. Segundo Rodrigues (1999, p.48-50), no espaço turístico temos a “forma” caracterizada pela paisagem, cuja conotação tem um peso especial para a atividade, pois o turismo se desenvolve sobre a construção do imaginário social e da experiência em relação à paisagem. Já os estudos acerca da “função” se diluem entre os elementos do espaço turístico, a ser: “oferta, demanda, transporte, infraestrutura, serviços, gestão e *marketing*”. Cada um destes aspectos tem uma participação na totalidade e analisá-los permite captar a “estrutura espacial” do turismo. Mas esta dinâmica também nos revela o “processo espacial” que dita o movimento de ascensão ou declínio dos espaços turísticos, bem como a produção de novos espaços.

Apropriando-se desta conexão entre as categorias de análise do espaço de Milton Santos e sua relação com o espaço turístico, algumas reflexões sobre a unidade de observação

se tornam apropriadas. Analisou-se, portanto, como a paisagem jordanense se constituiu como elemento crucial para o desenvolvimento do turismo, uma vez que o clima serrano, as belezas das montanhas despertam interesses não apenas de doentes mas também de outros grupos sociais, findando por constituir uma classe de turistas que se dedicam à vilegiatura.

Neste movimento diacrônico que circunda entorno da paisagem, analisou-se os diversos elementos que dão funcionalidade ao turismo, estudando os serviços, infraestrutura, formas de divulgação, o planejamento da atividade, dentre outros aspectos que ao longo da história formaram a estrutura do turismo jordanense, fazendo com que neste processo espacial se consolidasse a prática do turismo como uma das principais vertentes deste território.

Mas para captar o funcionamento desta engrenagem, há que se compreender o espaço por meio de três noções fundadoras, conforme abordagem proposta por Santos (1996): as técnicas, os objetos e as ações. Ao estudar a formação e transformação territorial de Campos do Jordão, estes conceitos se tornam fundamentais para explicar a complexidade destes processos. Isto porque cada território é dotado de uma historicidade, onde convivem subsistemas técnicos de diferentes épocas.

As técnicas, por sua vez, abrangem o conjunto de instrumentos (inclusive sociais) com os quais o homem realiza sua vida, produz e cria espaços. No caso do objeto de estudo, o fenômeno técnico é primordial para compreender a transitoriedade do processo de urbanização, o movimento de criação de uma estância de saúde e de turismo. Estes desdobramentos, que refletem o estado das técnicas em outras escalas, podem ser observados, por exemplo, na industrialização, na construção de ferrovias, na produção médica, na criação de empreendimentos de entretenimento, dentre outros objetos técnicos que em conjunto, vão possibilitar a produção do território estudado, afinal, “a forma como se combinam estes sistemas técnicos de diferentes idades é que dão as formas de vida possíveis naquela área” (SANTOS, 1996, p. 35).

Por outro lado, essa compreensão também revela uma outra abordagem: como a configuração territorial é cada vez mais o resultado de uma produção histórica tecnicizada, observa-se que no decorrer do tempo os objetos naturais vão sendo substituídos por objetos técnicos, fazendo com que o espaço se torne cada vez mais artificial. Nesta perspectiva, Santos (1996, p. 51) propõe estudar o espaço como um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações”.

Ainda segundo o autor, toda criação de objetos, bem como sua reprodução é uma condição social e corresponde às técnicas presentes num dado período histórico. Os objetos, tanto heranças naturais quanto resultados da ação humana, devem ser observados de forma sistêmica, pois estão inter-relacionados. "A utilidade atual, passada ou futura dos objetos vem de seu uso combinado pelos grupos humanos que os criaram ou herdaram de gerações anteriores" (SANTOS, 1996, p.60). Dessa maneira, temos um sistema de objetos geográficos, dotados de uma complexidade funcional e estrutural que se combinam, mas também se sobrepõem ou se substituem ao longo da formação territorial de Campos do Jordão.

Ao analisar a formação dos sanatórios, da estrutura de praças, ruas, comércio e, posteriormente, hotéis, cassinos, clubes no espaço urbano de Campos do Jordão, tem-se bons exemplos de como alguns destes objetos, dentre muitos outros que compõem o espaço geográfico, mantêm relação com outros objetos e ações. Cada um dos objetos citados tem um repertório de funções que combinadas com o seu uso, serviram a diferentes pessoas, empresas, instituições ou a outros objetos de forma direta e indireta.

Mas cabe destacar que são as ações que definem os objetos. Por ação, compreendemos o conceito como "um processo dotado de propósito", a "execução de um ato projetado". Este comportamento orientado que designa a ação é subordinado a normas (escritas ou não), formais e informais. Santos (1996, p.67) afirma que a ação "é o próprio homem" e neste sentido, temos um conjunto de atores que decidem as ações. Na maior parte das vezes, temos os "grandes decididores" (governos, empresas multinacionais, organizações internacionais, etc.) que exercem ações num dado lugar formando uma racionalidade que nem sempre pertence ao indivíduo daquele lugar. Tratam-se de ações que caracterizam uma "racionalidade" e uma "necessidade" alheia.

Em uma primeira análise sobre Campos do Jordão já é possível identificar um conjunto de atores (médicos, políticos, empresários) que decidem as ações que definem os objetos deste território. Mas, estes atores transitam entre diferentes escalas, pois boa parte é participante de instituições governamentais federais. Daí a necessidade de realizar, conforme afirma Santos (1996, p.65) "uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando". Esta diretriz auxiliou a identificar, por exemplo, como os diferentes atores influem e são influenciados pelos diferentes eventos que identificamos ao longo da pesquisa.

Contudo, destaca-se que os objetos também têm seu "poder" em relação às ações. Os objetos "valorizam diferentemente as ações em virtude de seu conteúdo técnico". Dessa

maneira, cada espaço "geografizará" os objetos e as ações de uma determinada maneira (SANTOS, 1996, p.70). É com base nesta concepção que a presente pesquisa buscou compreender como o território media, condiciona, adapta e modifica os diferentes eventos, que estão intimamente interligados com os sistemas de objetos e de ações em diferentes escalas.

4.3 O conceito de território: saúde, turismo e territorialidades

Os conceitos de espaço e território são indissociáveis, pois o território é formado a partir do espaço. Dessa maneira, entende-se que não seria possível investigar a formação e a transformação territorial de Campos do Jordão sem antes compreender seu elemento primordial. A definição do termo território tem suas origens nas correntes deterministas do século XIX, sendo delimitada a uma abordagem vinculada a dimensão política.

Para Ratzel, território seria "a expressão legal e moral do Estado, a conjunção do solo e do povo, na qual se organizaria a sociedade" (VALVERDE, 2004, p.119). Esta visão, mais ligada à geopolítica, é remodelada no século XX, pois assim como o conceito de espaço ganha novas acepções, o território também apresenta dinamicidade em seu conceito no processo histórico. Assim como no conceito de espaço, também temos o acréscimo da questão "humana" no território.

Uma outra importante contribuição, nesta perspectiva crítica, está na obra de Raffestin (1993) *Por uma geografia do poder*, em que o autor traz uma abordagem relacional do território, no qual ele é inseparável do poder. Para ele, território é um produto das relações de poder desempenhadas pelos sujeitos no espaço. Na visão de Raffestin, o território como produto das relações de poder exercido por diferentes atores origina uma tessitura.

A tessitura, por sua vez, determina a escala de poderes no território. Em uma explicação mais pragmática, poderíamos definir a tessitura como os diferentes atores que compõem o território (como por exemplo, o Estado, sociedade, empresas privadas, etc.) e a ação de suas (inter)relações (o relacionamento do Estado com a sociedade, da sociedade com as empresas, das empresas com o Estado e vice-versa). Dessa relação, dessa imbricação de poderes, temos a territorialidade, que se origina num sistema tridimensional "sociedade-espaço-tempo". Isso porque a territorialidade é dinâmica, suscetível a variações no tempo.

A cada momento da história, a cada movimento da sociedade, tem-se uma dada constituição territorial. A territorialidade humana, dada pela imbricação de poderes, age e reage produzindo e reproduzindo o espaço geográfico conforme seus projetos. Nesse processo, combinam-se os antigos usos com os novos usos dados aos espaço, movimento que compreendemos como "a constituição do território". Dessa forma, concordamos com Santos e Silveira (2001, p.11) ao afirmarem que o território pode ser apreendido "a partir de seus usos, do seu movimento conjunto e do de suas partes".

Tendo como base a ideia de que o território trata-se de uma extensão apropriada e usada, o seu estudo passa pela compreensão de como o território foi usado, por quem, por quê e para que. Mas para realizar estas análises, é necessária uma periodização, uma vez que "os usos são diferentes nos diversos momentos históricos"(SANTOS, SILVEIRA, 2001, p.20). Contudo, estes usos devem ser analisados cuidadosamente, uma vez que as diversas manifestações de uso a cada período, revelam a unidade e a diversidade presentes no território. Isto é, a constituição dos diferentes usos do território são uma expressão não apenas de sua materialidade, mas também dos modos de regulação e organização.

Assim, cabe pesquisa-lo observando não apenas sua manifestações particulares, mas também de princípios gerais, tais como a história global, o comportamento do Estado e da Nação e também as feições regionais (SANTOS, SILVEIRA, 2001). Os usos do território, considerado em toda sua dinamicidade, é definido, portanto, pelo continuo processo de reconstrução paralela da sociedade e do território, pela formação socioespacial definida e reajustada em diferentes escalas. O território usado é, assim, resultado das relações sociais que os atores estabelecem entre si e, deles como os objetos geográficos (naturais e artificias) no espaço geográfico, expressando distintas territorialidades.

Com base nesta concepção de que a territorialidade resulta das "relações sociais desenvolvidas entre os diferentes agentes, mediadas pelo poder e projetadas numa dada porção do espaço geográfico" (BRITO, 2008, p.20), retomamos o objeto de pesquisa. Ao estudar Campos do Jordão consideramos a dinâmica territorial como um movimento de criação e recriação de territorialidades. Para melhor compreender como esta proposição se aplica à investigação, vamos nos deter neste primeiro momento às transformações decorrentes do capitalismo nas esferas do trabalho e do lazer.

No contexto social da modernidade há mudanças consideráveis nas relações de trabalho e, com ela, mudanças que se estendem à vida urbana. O crescimento dos centros

fabris, o aumento da população operária leva - como já explicitado no capítulo anterior - à disseminação de epidemias e a um movimento de reorganização social em que novas lógicas de poder se inserem.

Neste processo, "a organização social e política do espaço geográfico influi decisivamente no modo como os riscos à saúde são distribuídos entre diferentes grupos socioespaciais" (MIRANDA, *et.al.* org., 2008, p.18). Nesta mesma linha de ação, evidencia-se o papel do espaço, em particular das intervenções técnicas sobre o ambiente físico, para prevenção e controle de doenças. Surgem, portanto, estratégias territoriais e regionalização de serviços e ações para combate às epidemias.

É neste contexto que surge a estância de Campos do Jordão. Ao tratar sobre a formação das estâncias brasileiras, estas apropriações do espaço, os usos que se fazem destes territórios nos parecem bastante evidentes. Trata-se de um processo em que se apresenta o rompimento de uma sociedade estabelecida tradicionalmente para inseri-la em uma nova ordem de transformações. As mudanças decorrentes das novas territorialidades, presentes no processo de transformação de um pequeno núcleo urbano dos "campos do Jordão" para a consolidação de uma estância de saúde, se enquadram neste enfoque.

Médicos, empresários, políticos, doentes e residentes aliam, confrontam e reorganizam as distintas territorialidades que se constroem e reconstroem neste território. Segundo Lima (2007), a consolidação de cidades em que se alia uma atmosfera higiênica a uma atmosfera rica e próspera cria uma premissa de um projeto de urbanização em que se busca o progresso material à custa das profundas mudanças "da alma e do modo de vida dos seus cidadãos". Em Campos do Jordão não é diferente. As relações de poder manifestas nas relações entre os atores presentes nas estâncias geram conflitos e desigualdades.

Nesta perspectiva, em razão da necessidade de amenizar estes problemas da desorganização social surge como alternativa o ordenamento territorial. A organização do território revela tambéma necessidade de promover uma dada racionalidade na produção e organização do espaço de modo a viabilizar os novos usos do território, demandados através das relações de poder que se instituem em cada momento histórico.

Muitos autores consideram que o ordenamento é anterior ao planejamento. O ordenamento, nesse caso, não se circunscreve ao conceito de ordem. É, portanto, um conceito muito próximo ao de planejamento territorial. Contudo, não nos interessa aqui definir qual o

termo precursor ou sucessor, mas sim que ambas são ferramentas disponíveis para a gestão do território. Dentre os termos que aliam os dois conceitos está o *"amenagement du territoire"*, vocábulo francês que designa, dentre outros significados, o planejamento, o desenvolvimento, programas e ações para gestão territorial. Fischer (2003, p.10), define o *"aménagement"* como:

> O conjunto das intervenções do poder público baseadas em objetivos públicos e em projetos sociais coletivos e que visam, pela aplicação de políticas de monitoramento (resposta a uma demanda expressa) e de políticas de treinamento (antecipação de uma solicitação futura), a requalificar espaços degradados ou em crise, a aumentar a atratividade e os potenciais de certos territórios, a garantir um mínimo de equilíbrio inter-regional dentro do espaço nacional.

A ideia de "organizar, planejar, ordenar" o território surge a partir das transformações decorrentes da revolução industrial que se intensificam após a II Guerra Mundial. As cidades crescem, rompem os seus limites, há um grande crescimento populacional e, como consequências dessas mudanças surgem novas demandas por transportes, circulação de pessoas e novos espaços para o acolhimento dessa nova conjuntura social. Com a inserção mais efetiva do capitalismo, o território passa a desenvolver-se de forma desigual.

O conceito e prática do ordenamento territorial, portanto, "supõe a existência de 'um projeto social' que comporta os objetivos coletivos, o que implica na busca de equilíbrio entre os imperativos econômicos e as necessidades sociais" (FIRKOWSKI, 2008, p.79). No caso da consolidação das estâncias, verifica-se que estas práticas ocorrem por meio da medicina urbana e da medicina da força de trabalho.

Segundo Foucault (2006), a medicina urbana possui três grandes objetivos: analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que no espaço urbano pode provocar doenças, controlando regiões de confusão e perigo; controlar a circulação de elementos como a água e o ar, veiculadores de miasmas; e organizar espacialmente itens necessários à vida urbana, como fontes e esgoto. Já na medicina da força de trabalho o foco é o corpo como mão-de-obra e sua profilaxia.

Mas há de se destacar que estas ações não se tratam apenas de uma iniciativa para "melhorar a saúde da população" com objetivos de viabilizar a qualidade de vida. Trata-se, acima de tudo, de uma iniciativa para majorar a força ativa dos trabalhadores e, em um segundo momento, consolidar locais onde o "uso turístico" do território se manifesta como

mais uma das formas de reprodução do capitalismo, onde o lazer se converte em uma nova mercadoria a ser comercializada.

> A prática dos lazeres e, por extensão, das férias, é eivada de valores éticos, tornando-se, como a esfera do trabalho, quase que uma obrigação, por assumir a conotação de elemento de diferenciação social e pseudo-realização pessoal. Paradoxalmente, o lazer, as férias remuneradas que deveriam representar uma alforria em relação ao trabalho, vão ser logo submetidos à regulação do modelo econômico dominante, assumindo uma marcante similaridade com relações sociais que caracterizam a esfera da produção, ou seja, a massificação, a padronização, a prática rotineira, a ausência de criatividade, a competitividade, a escravização ao tempo do relógio (RODRIGUES, 2006, p.301).

Iniciemos aqui uma reflexão sobre a segunda esfera que é conjugada ao trabalho: o lazer. O turismo nasce dessa relação bipolar. O tempo das férias, do repouso se materializa sob os discursos da "manutenção da saúde" do trabalhador. Neste ínterim, a criação de destinos se revela como uma forma de lazer alienado. Sob a lógica do mercado hegemônico globalizado há uma pulverização de destinos.

Mas a formação de territórios turísticos também apresenta diferentes territorialidades. Temos relações de poder observadas nas interações entre turistas e residentes, turistas e produtores de turismo, e até mesmo, entre os próprios turistas e seus diferentes interesses quanto ao território. Nesse campo relacional, os poderes relativos à prática do turismo são extremamente imbricados, simultâneos e, em razão disso, é difícil investigar todas as territorialidades presentes neste fenômeno.

Em razão desta complexidade é que a presente pesquisa buscou identificar quais são os atores envolvidos no processo de transformação de uma estância de saúde em uma estância turística e a que interesses o turismo serve no período proposto para o estudo, identificando, por conseguinte, algumas das distintas territorialidades presentes neste processo.

A estratégia destes atores para a construção de um território turístico, as ações, as representações espaciais criadas, as disputas de forças com outros atores, as ideologias, os discursos, políticas, bem como outras formas de imprimir o poder são alguns dos pontos que podem ser avaliados na documentação a ser consultada para compreender a lógica de formação e transformação do território a ser estudado. Entendemos, portanto, que a territorialidade está inscrita na relação de dominação e apropriação do território envolvendo o poder concreto e simbólico de forma conjugada.

Porém, é interessante recordar que estas distintas territorialidades também estão envoltas por interações espaciais. Segundo Corrêa (2006, p.279) “as interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico”.

Como se trata de um movimento de transformação ancorado na sociedade, compreender o conceito de interação espacial passa, antes de tudo, pela compreensão da história do homem. A esse respeito, foi durante a Revolução Industrial que tivemos uma maior dinamização nas interações espaciais. Isto porque as inovações técnicas permitiram a articulação cada vez mais rápida entre diferentes territórios.

No caso da unidade de estudo, a vinda de doentes de diferentes classes sociais, médicos-empreendedores e a instalação de diversos sanatórios particulares em Campos do Jordão, supõe um movimento empresarial e técnico que indica uma complexa tessitura que envolve outros territórios e, por consequência, diferentes interações espaciais. A abordagem se tornou apropriada para a presente pesquisa na medida em que tratamos de um território cuja dinâmica em diferentes temporalidades se dá por meio de fluxos. Com os avanços das técnicas uma nova configuração territorial se materializa, e ao mesmo tempo em que se busca uma ampliação do acesso à estância de saúde é produzida uma estrutura de redes cujos fluxos conduzem bens materiais, pessoas, capitais, assim como ideias e informações.

Da mesma forma, o conceito também é adequado para as análises da conjuntura do turismo. Isto se dá em razão das características da atividade, cuja lógica de funcionamento se apresenta com uma área emissora, uma área de deslocamento e uma área receptora. É nesta tríplice que se reproduz o espaço turístico, proporcionando assim, diferentes interações espaciais. Rodrigues (2006, p.305) afirma que o turismo, pelo grande dinamismo ao qual está subordinado, é uma prática social marcada pelo “hibridismo territorial”:

> É no espaço de origem da demanda que se originam os fluxos turísticos, mas é no espaço de destino que se concretiza, produzindo novas territorialidades. Muitas vezes os dois vetores ocorrem no mesmo território, produzindo hibridismos, demarcando fragmentos que se superpõem.

Para as análises sobre Campos do Jordão a noção de hibridismo territorial como fragmentos que se superpõem, se torna importante para explicar outras concepções. O território conjuga as territorialidades da saúde e do turismo não apenas como predecessora e sucessora, mas em dado momento, as duas territorialidades coexistem, articulando ao mesmo

tempo diferentes interações espaciais que se conectam com fluxos, origens e destinos em diferentes escalas e dimensões.

4.4 O espaço urbano: o turismo como fenômeno urbano

A presente pesquisa parte do processo de urbanização como movimento norteador dos desdobramentos que se pretende investigar. Nesse sentido, a compreensão do "espaço urbano" também se torna alvo de nossas atenções. A partir das construções teóricas que acercam os conceitos de espaço e território temos subsídios para compreender também a construção do conceito de "espaço urbano".

Para tanto, devemos rememorar alguns conceitos já explanados. O espaço é estudado, em dado momento histórico, como objeto de análise da relação do homem com seu meio. A relação científica com o espaço consolida-se, por sua vez, com a economia espacial quando há uma preocupação, dentre outros fatores, com os aglomerados urbanos e os problemas decorrentes dessa situação. Nasce aqui, a cidade.

> A cidade nasce da necessidade de se organizar um dado espaço no sentido de integrá-lo e aumentar sua independência visando determinado fim, isto é, a sobrevivência do grupo no lugar, e o rompimento do isolamento das áreas agora sob sua influência (CARLOS, 2001, p.57).

Neste sentido, compreendemos que os estudos aqui propostos partem da configuração da cidade de Campos do Jordão. Isto porque o processo de urbanização se orienta no sentido de organização deste espaço que, em dado momento, passa a receber fluxos de pessoas advindas dos grandes aglomerados urbanos das capitais. Sendo assim, este conjunto que configura a organização espacial da cidade, pode também ser denominado como espaço urbano.

Os estudos atuais sobre a cidade e o espaço urbano compreendem as especificidades de sua composição e seu funcionamento. Pensar a cidade sob esta perspectiva requer, portanto, o entendimento de que a cidade não se trata de um simples produto material, mas sim de uma produção das relações entre a sociedade e natureza ao longo do tempo, sendo a dimensão histórica fundamental para analisar este processo. Ana Fani A. Carlos (2001), ao abordar os estudos da cidade sob uma perspectiva histórica afirma:

> Essa dimensão histórica é fundamental para a compreensão da natureza da cidade. Ela é essencialmente algo não definitivo; não pode ser analisada

> como fenômeno pronto e acabado, pois as formas que a cidade assume ganham dinamismo ao longo do processo histórico. A cidade tem uma história.

Pensando a cidade como a "obra de uma história" não se pode deixar de refletir sobre os aspectos que fundamentam esse processo, revelando o espaço definido como "um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações". Ademais, trata-se de um processo em que deve ser analisada não apenas a "noção-fundadora" do espaço, mas também o "espaço visto em sua própria existência", como explica Milton Santos.

Dessa maneira, justifica-se a pesquisa sobre a formação e transformação da cidade de Campos do Jordão, com objetivo de compreender como este território foi socialmente produzido, as mudanças em sua função no decorrer do tempo e, por fim, como o turismo enquanto atividade econômica e social de relevância para a cidade foi condicionante e condicionado por diferentes eventos locais, regionais e globais.

Na visão de Corrêa (1989), o espaço de uma grande cidade capitalista revela um conjunto de diferentes usos do território justapostos entre si. Os diferentes usos, que compõem as múltiplas áreas e/ou funções da cidade revelam, portanto, sua fragmentação. Eis que o espaço urbano é, portanto, "fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim, a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais" (CORRÊA, 1989, p.9).

Sendo assim, o conceito de espaço urbano, também está atrelado às relações impressas no território, e seus estudos, repletos de investigações acerca dos usos, das relações, das tessituras e redes, ideias trabalhadas nas perspectivas em torno do debate acadêmico sobre o território. O espaço urbano seria também "um produto de lutas, fruto das relações sociais contraditórias, criadas e aprofundadas pelo desenvolvimento do capital. Assim, no embate entre o que é bom para o capital e o que é bom para a sociedade hoje, o urbano se produz, a cidade se estrutura e a paisagem ganha sua configuração" (CARLOS, 2001, p.71).

Sob este ponto de vista, o espaço urbano, a cidade, se configuraria sob a perspectiva de análise local ou regional? Embora ambas as vertentes sejam possíveis no debate teórico, levamos em consideração que a região, segundo Lencioni (1999), se constitui como categoria de análise da própria Geografia nos debates atuais. Nesta dimensão de análise é possível abarcar a dinâmica ambiental e a dinâmica social que se encontram fortemente articuladas e relacionadas, compreendendo assim os aspectos culturais, econômicos, políticos, naturais, entre outros.

Historicamente a cidade é dada como circunscrita à região. Contudo, se pode observar estes dois conceitos (a cidade e a região) a partir de outras análises. Os processos socioespaciais atuais levam aos debates em que se busca compreender as relações socioeconômicas entre o urbano e o regional, formatando assim, um "espaço urbano-regional". Sendo assim, a dimensão regional torna-se interessante não apenas como categoria de análise, mas também pela pluralidade de dinâmicas a serem observadas nessa categoria. "Nesse sentido, o lugar é sempre um espaço presente dado como um todo atual com suas ligações e conexões cambiantes. Mas isso só pode ser entendido se transcende a ideia de lugar enquanto fato isolado..." (CARLOS, 1996, p.31).

Portanto, delimitando-se os olhares sobre o objeto "cidade" de Campos do Jordão, verifica-se que este, ao ser considerado como espaço urbano, como produto das relações entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, serão melhor analisados se a identificação de seu conceito não se restringir a sua dimensão local , mas valorizar também a sua dimensão regional, uma vez que é justamente esta que possibilita a compreensão da articulação com o global.

A esta articulação de Campos do Jordão enquanto "espaço urbano regional", complementa-se a análise ressaltando que esta dinâmica de articulação entre a cidade e a região provém, sobretudo, do conjunto de diferentes usos do território. Sua funcionalidade voltada à saúde e posteriormente, ao turismo revela um processo histórico que condicionou as atuais condições espaciais e funcionais da cidade, revelando o espaço urbano de Campos do Jordão em sua fragmentação e articulação.

Preliminarmente é possível observar que a categoria "região" se torna mais adequada para delimitar o objeto porque os interesses das elites (e também de outras categorias sociais) que se justapõem ao desenvolvimento turístico da cidade de Campos do Jordão e, por conseguinte, ao movimento de mudança na função do espaço urbano, estão inseridos tanto no âmbito local quanto regional. As elites locais, por sua vez, se articulam com as elites regionais para consolidar suas ações que direcionam os usos daquele território.

Mas há de se considerar também que as divisões territoriais do trabalho, as lógicas de produção e reprodução implícita a este processo, e as decorrentes transformações espaciais e funcionais das cidades, se desdobram por meio de jogos de interesses e políticas que são articuladas por diferentes atores nesse território. Lefevbre (1999, p.49) complementa: "A existência urbana se confunde com a existência política como a palavra indica. Se a cidade

concentra o que faz uma sociedade, ela o distribui de uma maneira relativamente razoável em organizações e instituições".

A existência do turismo como fenômeno urbano na cidade de Campos do Jordão responde a algumas destas questões. Os interesses envolvidos neste processo, bem como a lógica política envolvida entre os atores é o que permite esta organização que é pautada no âmbito da cidade. Claramente o uso desta delimitação nos revela alguns questionamentos. Há uma dificuldade muito grande em definir-se o que é urbano e o que é rural. Quando estas questões são transpostas ao fenômeno do turismo essa dificuldade torna-se ainda maior.

A proposição se torna anda mais complexa em razão da formação das cidades-estâncias (tanto de saúde quanto de turismo) se erigirem sob uma ótica onde o natural e o construído se alinham. A força da paisagem neste processo e a necessidade de promoção do meio natural tornam a conjuntura ainda mais entrelaçada no processo de distinção urbano-rural. Mas porque ainda sim nos referimos ao processo enquanto fenômeno urbano?

A constituição da estância de Campos do Jordão enquanto produto criado e ampliado pela sociedade do consumo de massa responde a este questionamento. A própria natureza dos atrativos, serviços e outras estruturas que compõem o turismo em Campos do Jordão relacionam-se aos estilos de vida, comportamentos e relações de trabalho cujo padrão de consumo são nitidamente urbanos. A própria documentação do período estudado revela a intenção de criação de uma "cidade" turística. O caráter funcional e também simbólico dos discursos "por uma cidade turística" também representa um fenômeno urbano construído no imaginário dos atores estudados.

A partir da tomada do turismo enquanto "fenômeno urbano", voltemos à lógica dos atores que buscam a constituição de uma "cidade turística". Neste processo político e social também nos interessa a questão do planejamento urbano. Ao tratarmos especificamente sobre os projetos de desenvolvimento turístico devemos considerar que estes, muitas vezes, se tornam políticas de governos que investem grande volume de recursos na recriação da imagem urbana e na construção de empreendimentos que possam tornar-se atrativos para investidores e turistas, gerando renda, empregos e impostos. Este é o caso da unidade de estudo.

O presente trabalho, com suas preocupações teórico-metodológicas, traz como abordagem as linhas que permeiam os fundamentos acerca do conceito de planejamento e

seus desdobramentos, a ser: planejamento territorial, planejamento regional, planejamento urbano e, por fim o planejamento turístico. Tal arcabouço de terminologias torna-se passível de aprofundamento na medida em que cada uma destas concepções incide de forma direta ou indireta sobre a análise do objeto de pesquisa. Dessa maneira, buscamos neste momento expor diferentes dimensões acerca do lineamento geral do planejamento a fim de confrontar com os resultados que serão obtidos na pesquisa sobre Campos do Jordão.

Segundo os estudos de Lira (1990), todo o processo de planejamento parte do pressuposto de que em cada sociedade, em cada momento histórico, existe um projeto político que instrumentaliza o planejamento. Nesta perspectiva temos algumas concepções importantes a destacar: em primeiro lugar, o projeto político tem, não raras as vezes, como força motriz o poder público. Nesta perspectiva, as intervenções ocorrem quase sempre concentradas nas mãos do Estado. Isto não seria problema se as etapas do processo de planejamento aferissem a participação de diferentes atores neste processo. Segundo Silveira e Campos (2012, p.205):

> De uma maneira geral os modelos tradicionais de planejamento se caracterizam pelo fato de serem predominantemente normativos, impessoais e pretensamente neutros uma vez que baseiam seus resultados e interpretações no determinismo da racionalidade técnica e instrumental do próprio modelo de planejamento. No planejamento tradicional pressupõe-se a existência de um sujeito planejador, via de regra, o Estado, e de um objeto em que o planejamento incide – uma determinada realidade econômica, espacial, social. Para essas concepções os demais agentes sociais e econômicos apresentam um papel eminentemente passivo e previsível.

Esta é realidade de grande parte da prática em planejamento observada na maioria dos projetos em diferentes áreas do conhecimento. Ainda segundo os autores, surge como alternativa ao modelo tradicional a proposta de planejamento estratégico e participativo que "se firma e se legitima como instrumento de planejamento e de gestão a ser desenvolvido em conjunto com a sociedade". Pensar um planejamento estratégico participativo, contudo, não é uma tarefa simples. A multiplicidade de atores sociais e os conflitos de interesse e discursos são os maiores desafios para a construção de uma metodologia adequada para nortear o planejamento.

Mas estas perspectivas tornam-se ainda mais contundentes quando se observa que além de consonâncias e dissonâncias diretas e indiretas entre os grupos sociais que permeiam as relações de poder, tem-se também implicações sobre as condições da configuração espacial de um dado território. Consideremos para tanto, segundos as teorias de Santos (2002), que o espaço é uma instância social e o território é o espaço usado, reorganizado, configurado,

normatizado, racionalizado. Ainda segundo o autor (2002, p.07), o "território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência".

Uma das abordagens recentes em relação ao planejamento está justamente pensar o espaço e o território em busca de "um equilíbrio inter-regional". É nesta linha de ação que surge o conceito de planejamento regional. Segundo Lira (1990, p.10), o planejamento regional constitui "em essência, uma escala decisória intermediária entre o planejamento nacional setorial por um lado e, por outro o planejamento local servindo de interface entre as forças centrifugas e centrípetas que atuam a favor ou contra os processos de desenvolvimento regional". O planejamento regional trata-se de uma importante estratégia para fortalecimento das economias locais a fim de que as mesmas possam se inserir competitivamente na escala global.

Quando se trata da inserção da escala local na escala global, não podemos deixar de ressaltar, além do planejamento regional, o planejamento urbano. "Agora, vistas como plataformas produtivas e vetores econômicos, as cidades são pensadas, sobretudo, a partir da construção e reprodução de vantagens competitivas e das estratégias de desenvolvimento local capazes de assegurar-lhes uma posição favorável no espaço da competição interurbana" (GONÇALVES, 2012, p.41).

Dada a conjuntura, o planejamento urbano se divide em diferentes linhas de atuação, dentre as quais se destaca o planejamento turístico, que de acordo com Braga (2007, p.8), pode ser definido como:

> Processo de avaliação do núcleo receptor (comunidade, oferta turística e de demanda real) da demanda potencial e de destinos concorrentes, com o intuito de ordenar ações de gestão pública direcionadas ao desenvolvimento sustentável e, consequentemente, fornecer direcionamento à gestão privada para que ela estruture empreendimentos turísticos lucrativos com base na responsabilidade socioambiental.

Embora as teorias acima citadas se tratem de referências de planejamento posteriores ao período que se elegeu para estudo, as mesmas são válidas para a constituição do arcabouço teórico na medida em que nos permitem refletir sobre algumas das perspectivas dos processos que fundamentam estas ações. No caso do objeto de pesquisa, estas análises se tornam ainda mais latentes em razão de algumas peculiaridades na história deste território.

Um dos primeiros pontos a se destacar sobre o planejamento turístico de Campos do Jordão, é que o mesmo se inicia por iniciativa de entidades civis. Instituições como a Companhia de Hotéis de Campos do Jordão, Centro de Planejamento de Campos do Jordão e Associação de Amigos de Campos do Jordão, são representativas destes grupos sociais, sendo importantes elementos estudados nesta tese.

Sendo assim, observa-se que diferentemente dos processos de planejamento turístico tradicionais em que o "controle" é assumido pelas instâncias públicas e precariamente absorvido pelas demais instâncias sociais, no caso do objeto de estudo observa-se que é o "poder civil" que condiciona o surgimento de um "poder público", pois após a criação das entidades acima citadas, é criada em 1951 a Diretoria Municipal de Turismo (DMTUR) de Campos do Jordão, responsável por organizar as políticas de turismo no âmbito local-regional.

Mas não podemos, no entanto, confundir esse "poder da sociedade civil" com evidências de um "planejamento participativo". Embora nem sempre representando a totalidade do empresariado jordanense, as instituições acima citadas são formadas por membros da elite local, sendo que boa parte destas personalidades têm interesses no desenvolvimento turístico da estância não apenas como forma de incremento econômico, mas também como uma estratégia para a melhoria da qualidade de vida na cidade. Ao analisar alguns dos documentos do período nos parece que elevar os padrões da cidade aos níveis de uma cidade europeia são os desejos evidentes de uma elite que almeja viver em um local livre do estigma sanatorial, fato evidenciado pelo zoneamento da estância em zona de saúde e zona de turismo, como poderá ser verificado nos próximos capítulos desta tese.

É neste sentido que se busca a "construção da mentalidade turística". A terminologia, transcrita tal qual observado nos documentos oficiais, nos indica a intenção de forcejar uma prática que não era realidade até então. Naturalizar, portanto, o desenvolvimento de uma atividade que não era comum (ou largamente difundida) nem a empreendedores, nem a viajantes, nem a comunidade receptora. Assim, observa-se que são estes os elementos que embasam o título da presente tese "por uma cidade turística", cujos meandros estudaremos cuidadosamente ao longo deste trabalho.

PARTE 2 – A FORMAÇÃO DE CAMPOS DO JORDÃO

Tendo esclarecido as diretrizes teórico-metodológicas desta tese, trataremos nos próximos capítulos do processo de formação do território de Campos do Jordão. Mas antes de chegar ao destino escolhido, nossa viagem começará primeiramente com uma passagem pelo lugar que inspirou a formação da "Suíça Brasileira". Iniciaremos, portanto, com o estudo do "lugar exemplar" que serviu de modelo a Campos do Jordão: Davos. A invenção da montanha e seus diferentes usos ganharam fama e foram reaplicados, gerando outros "*moment de lieu",* como o do lugar que optamos por estudar. Mas o território não apenas se reproduziu tal qual

seu modelo. Suas especificidades aliadas aos diferentes contextos que os cercaram e o compuseram resultaram em um movimento que permitiu sua formação, inicialmente voltadas à saúde e, posteriormente ao turismo. Neste processo, revelamos quem são os atores, objetos e ações que criaram e recriaram o território da saúde.

5. A INVENÇÃO DA MONTANHA

A montanha, o frio, a altitude: os gostos por estes elementos são invenções sociais, assim como o consumo dos lugares que os combinaram com uma estrutura de recepção. Inicialmente voltados aos prazeres de uma elite, as transformações no universo do trabalho e, posteriormente, as mudanças nos usos do tempo-livre, permitiram a criação e incentivos de práticas para usufruto dos lugares cujo clima era propício para a saúde e também para o repouso. Assim nasceram as estâncias climáticas, dentre as quais destacamos Davos, na Suíça. Objetivando esclarecer como se deu a criação deste e outros lugares de saúde e também

turísticos, este capítulo apresenta como as transformações urbanas e avanços das epidemias colaboraram com a invenção destes espaços, iniciados no contexto Europeu e reaplicados no Brasil, respeitando-se as particularidades desse processo.

5.1 A montanha e a invenção dos seus usos

Ao iniciarmos os estudos sobre Campos do Jordão, cabe antes de adentrarmos ao objeto em questão, refletir sobre a criação das práticas que o compõem. Embora tenhamos optado por partir do lugar e nele investigar como a prática turística se internalizou, não podemos deixar de recobrar alguns eventos antecessores, ocorridos em escalas distintas daquela do objeto de estudo, mas que influenciaram diretamente na sua constituição. Assim, buscamos, antes de tudo, compreender como nasceu o gosto pela montanha e, em sequência, a criação de estâncias climáticas e a prática turística nestes lugares.

A montanha, enquanto objeto natural, isto é, no seu sentido físico, é condição específica de algumas localidades. Ou seja, trata-se de um elemento que antecede a exploração humana e está diretamente relacionado com a natureza. A partir das ações humanas, que não apenas modificam este objeto natural, mas também atribuem significados e valores, é que temos a existência da "montanha" no sentido que buscamos estudar: como objeto de atração para deslocamentos, como território usado.

É nesse sentido que optamos por asseverar que a montanha se trata de uma invenção e não de uma descoberta. Corbin (1989), nesta mesma abordagem, revela em sua obra *Território do Vazio* como a praia é inventada. Embora este espaço já fosse reconhecido pelas sociedades, os seus usos associados ao desejo e prazer de frequenta-lo ocorreram somente após 1750. Sua contemplação, sua utilização, sua organização é que tornaram a praia um lugar, segundo nos mostra Corbin. Este espaço, no seu sentido físico, é antes de tudo uma "terra vazia" que se constituiu como lugar a partir dos ditames da sociedade e formação dos territórios e territorialidades. Assim como a praia, a montanha também foi criada, e não apenas revelada ou descoberta.

Concordamos com Font e Rufí (2006, p.292) ao afirmarem que a montanha, foi durante um longo tempo, temida e evitada pela sociedade. A apreciação destas paisagens e a moda em frequentar os espaços montanhosos só ocorreram após alguns eventos ao longo do

século XVIII. Segundo os autores, neste período, na Europa, começaram "a aparecer livros ilustrados sobre excursões à montanha" e este processo levou a "a aparição de uma estética do grandioso, do sublime". Dessa maneira, observamos que embora conste como paisagem obrigatória, sobretudo no cenário europeu, a montanha se tornou novidade apenas quando houve o surgimento da relação estética com esta paisagem.

Nesse processo, os Alpes, formação montanhosa dominante entre o Norte da Europa e Mediterrâneo, se tornaram objeto de admiração. Serviram de modelo e inspiração a pintores, poetas e cientistas. Para Deprest (1997, p. 96) "é através da mediação da arte que os lugares assumem o *status* de paisagem [...] e é nesta evolução estética que a montanha alpina adquire visibilidade como paisagem[31]". Sobretudo no século XVIII, os Alpes surgiram não apenas como sujeito de representações artísticas. Ainda segundo Deprest, os Alpes também foram objeto científico, na medida em que se tornaram um lugar para descobrir e conhecer.

São diversas as obras que ganharam fama e prestígio pelas viagens de exploração às impressionantes paisagens montanhosas alpinas. Cientistas e também aventureiros, jovens que se interessavam pelo fascínio das belezas naturais e de ambientes ainda pouco conhecidos, se dedicaram a descrever suas viagens para estes destinos considerados impressionantes pelas suas paisagens. Citando alguns exemplos dessa literatura e a sua relevância para a construção do gosto por estes lugares Duarte Rodrigues (2015, p.115) afirma:

> […] a obra *Die Alpen* (1729) de Albrecht von Haller (1708-1777) e com a *Voyages dans les Alpes* (1779) de Horace Benedict de Saussure (1740-1799), inauguram uma nova linha de livros de viagens - das paisagens naturais incomensuráveis -, que ganham no final do século XVIII, principio do XIX, uma enorme importância pois vào de encontro a um novo gosto e a uma nova sensibilidade.

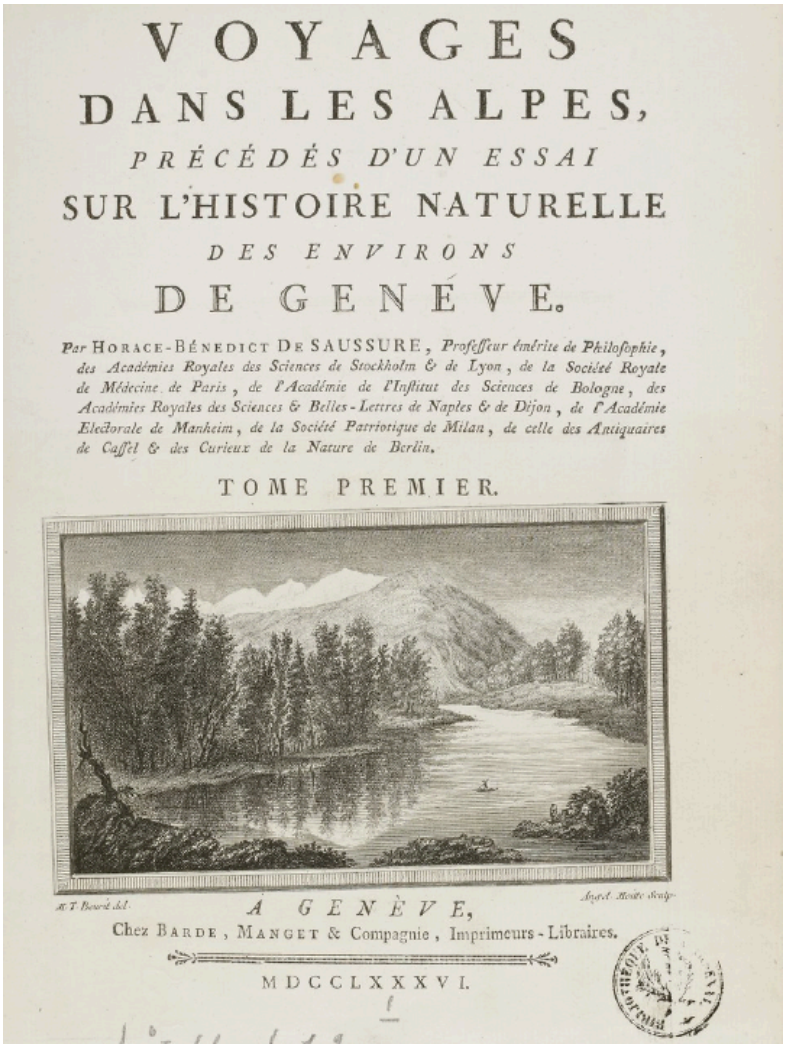
A literatura lançada por estes exploradores ao longo do século XVIII, foram de extrema significação para a construção de um imaginário social sobre estes espaços até então temidos e desconhecidos. Saussure (1779), o pioneiro no lançamento da literatura sobre os Alpes, foi capaz até mesmo de mudar a forma como Mont-Blanc, montanha localizada no território francês, era denominada. Popularmente conhecida como "montanha maldita" nessa época de lançamento da obra de Saussure o Mont-Blanc passou a ser assim reconhecido (FONT, RUFÍ, 2006) .

[31] *C`est par cett médiation de l`art que des sites ont accédé au status de paysage [...] C`est dan cette évolution esthétique que la montagne alpine acquiert une visibilité en tan que paysage.*

Isto porque os relatos de viagens como as obras de Haller, célebre naturalista suíço, e de Saussurre, filósofo formado pela academia de Genebra, tinham muito mais do que a intenção de se aventurar e desbravar o topo das montanhas. O objetivo das empreitadas nos Alpes era compreender o mundo, utilizar-se desse laboratório natural para compreender fenômenos físicos e atmosféricos. As obras eram ricas nas descrições científicas. Descrevia-se a composição da montanha, seu relevo, suas qualidades, seu clima. Em conjunto, edificava-se uma imagem das belezas e propriedades deste espaço que deixou de ser visto como "temido" ou "aterrorizante".

Ilustração2 – Capa da obra *Voyages dans Les Alpes* de Saussure (1796), primeiro volume[32].

[32] Todos os volumes da obra de Saussure sobre a viagem aos Alpes têm ilustrações destacando as belezas paisagísticas das montanhas. Nesta ilustração destaca-se a beleza dos lagos, relevo e vegetação.



VOYAGES
DANS LES ALPES,
PRÉCÉDÉS D'UN ESSAI
SUR L'HISTOIRE NATURELLE
DES ENVIRONS
DE GENÉVE.

Par HORACE-BÉNEDICT DE SAUSSURE, Professeur émérite de Philosophie, des Académies Royales des Sciences de Stockholm & de Lyon, de la Société Royale de Médecine de Paris, de l'Académie de l'Institut des Sciences de Bologne, des Académies Royales des Sciences & Belles-Lettres de Naples & de Dijon, de l'Académie Electorale de Manheim, de la Société Patriotique de Milan, de celle des Antiquaires de Cassel & des Curieux de la Nature de Berlin.

TOME PREMIER.

A GENÈVE,
Chez BARDE, MANGET & Compagnie, Imprimeurs-Libraires.

MDCCLXXXVI.

Fonte: Saussure (1796).

Os novos conhecimentos gerados a partir dos estudos desses espaços, além de desmistificarem sua aparência popularmente negativa de lugares desconhecidos e temíveis, colaboraram também com a construção de novos usos. As condições físico-climáticas da montanha, e seus estudos decorrentes das viagens exploratórias até estes espaços, cooperaram com a construção de teorias sobre as qualidades da montanha para o favorecimento da saúde física e mental do ser humano. Os montanheses, ao contrário dos habitantes do meio urbano, eram vistos como homens de saúde destacável.

A investigação das propriedades químicas das águas das montanhas, assim como a aferição da pressão atmosférica, temperatura, graduação das cores de azul do céu, dentre outros elementos, são descrições encontradas em obras como a de Sassurre, assim como de outros autores, que subsidiaram as teoria médicas sobre as benesses do clima da montanha para a saúde. Criou-se um mito da "imunidade das zonas alpinas". Os estudos dos cientistas desbravadores das altitudes colaboraram com a formulação de uma "lei que dizia que a

imunidade começa, sempre na semidistancia da altura vertical que separa as bases do nível do mar das neves perpétuas[33]" (VIEIRA, 2012, p.184).

Enquanto estava a ocorrer o nascimento de teorias sobre as propriedades da montanha para saúde, em conjunto com o desejo de pesquisar sua natureza, outra vertente se materializou em relação a estes espaços. A imagem das montanhas se constituiu como um lugar distinto, de paisagens atrativas, capaz de impressionar aqueles que desejavam conhecer esse novo ambiente que se revelava como um destino imponente. A arte e a literatura tiveram um importante contributo na construção de um imaginário sobre a montanha enquanto cenário a ser apreciado por novos olhares.

Dentre as paisagens alpinas destacáveis na arte e na literatura estavam as geleiras das Suíça. Os glaciares desse país se revelaram como importante objeto de atenção, sobretudo por parte dos viajantes que desejavam, ao longo do século XVIII, conhecer pontos de natureza impressionante. Deprest (1997) afirma que os glaciares suíços, tais como o Grindelwald na região de Berna, por serem de fácil acesso, se tornaram objeto de atenção e visitas. Mas não só. Genebra também estava entre os destinos eleitos dentre os lugares frios e remotos procurados por curiosidade científica ou por amor a natureza.

Esses lugares, difundidos na literatura de viagem, produziram um novo gosto. Passeios no frio da montanha passaram a ser procurados também pelos jovens aristocratas na prática do *Grand Tour* não apenas na Suíça, mas também em outras delimitações. Inspirados pelas paisagens instigantes edificadas em diversas obras, os *grand tourists* buscavam o devaneio geográfico nestes lugares impressionantes. Segundo Rauch (1995, p.117), "As alturas marcam uma cultura em busca de evasão. Leveza do ar e promessa de aventura conjugam-se [...] elabora-se uma nova experiência destinada a ocupar um lugar de destaque nos sonhos dos citadinos".

Cabe lembrar que o *Grand Tour* era uma prática de viagem importante, reflexo das transformações econômicas do século XVIII. O *grand tourist* não era apenas um curioso ou um cientista, mas sim um viajante jovem, de família rica, que viajava em busca de um enriquecimento cultural. Incialmente praticado por poucos membros de famílias aristocratas, com a emergência da industrialização e fortalecimento da classe burguesa, o *Grand Tour* passou a ter mais adeptos (SALGUEIRO, 2002). Assim, o gosto pelos passeios nas

[33] Estas constatações são apontadas a partir de obras emblemáticas para o estudo climatérico como a *Voyage dans les Alpes* do Saussure e *Influence de la pression de làir sur l avie de l`homme: climat`s dàltitude et climats de monatagne* de Jourdanet (VIEIRA, 2012).

montanhas foi consolidado pela emergência de uma classe de viajantes que se instaurou no período industrial. Para Rauch (1995, p.118):

> Segundo uma simbólica da verticalidade, o percurso da cidade para o cume cria distinções e estas fazem surgir os verdadeiros fiéis. Lá em cima, as alegrias da grande montanha, alegrias relativamente raras são reservadas a uma elite.

Na verdade, a passagem pelos Alpes se tornou quase obrigatória no roteiro dos *grand tourists.* Isto porque um dos destinos frequentemente escolhidos pelos jovens aristocratas era Paris. Segundo Salgueiro (2002), após um tempo na França, o comum era seguir rumo a Itália, necessitando-se realizar a travessia pelos Alpes. Isto porque a outra opção, enfrentar o Mar Mediterrâneo, acabava por ser desestimulante em razão dos riscos da viagem: tempestades, piratas e más acomodações das embarcações. Assim, a travessia pelas montanhas acabava por ser não só uma opção mais segura, como também uma possibilidade de comtemplar as belas paisagens, de sustentar uma experiência que diferenciava estes viajantes dos demais. Conforme a autora:

> A rota mais comum de Lion para Turin era passando pelo Monte Cenis, uma passagem totalmente inviável para o tráfego de veículos de roda, sendo por isso necessário desmontar a carruagem e transportar toda a tralha, inclusive a bagagem, no lombo de mulas, enquanto o viajante era mais provável de ser carregado por robustos carregadores montanheses em cadeiras de viagem do tipo de liteiras. Nesse caso, com um carregador na frente e outro atrás, o *grand tourist* viajava sentado, ... "contemplando" a sublime paisagem alpina (SALGUEIRO, 2002, p.293).

Mas não apenas como rota de passagem as montanhas se edificaram no contexto das viagens. Alguns lugares, cuja filiação paisagística se dava nos Alpes, desenvolveram-se para receber o fluxo de viajantes que se instaurava. Genebra, Mont Blanc- Chamonix são exemplos de lugares cuja filiação estética e científica os tornaram incomparáveis. Se em um primeiro momento foram destinos procurados por alpinistas e cientistas, a divulgação desses lugares pela literatura dos aventureiros despertou o interesse dos viajantes aristocratas.

Aqueles que poderiam ter essa experiência passaram a fazer parte de um seleto grupo, de uma sociedade erudita, que podia apreciar todos os aspectos da experiência na montanha. Isso exigia uma certa instrução, a fim explorar os conhecimentos científicos mas também mundanos envolvidos na prática das atividades alpinas. Em verdade, esse grupo de viajantes produziram uma prática de viagem cujos modelos foram desenhados pelas experiências de alpinistas e cientistas como, por exemplo, Saussure (RAUCH, 1995).

Segundo a Equipe MIT (2005) , após o Mont Blanc ter sido conquistado por alpinistas em 1786, o número de visitantes no vale Chamounix cresceu. Tendo se tornado objeto de admiração, se multiplicaram o número de alpinistas aventureiros e também de ilustres visitantes que objetivavam conhecer as famosas montanhas cenário de tais façanhas. Para receber esse novo fluxo, a população local teve que se adaptar. Camponeses se tornaram guias e estalagens e hotéis foram criadas para receber aqueles que vinham de fora.

Aliadas à estrutura, o gosto pelas montanhas foi produzido pela literatura de viagem, livros acadêmicos, aquarelas, litografias, desenhos que se espalharam por toda a Europa retomando as "façanhas" de seus pioneiros (MIT, 2005). Divulgadas na Europa urbana, a grandeza do espaço das montanhas passou a fazer parte do imaginário europeu, sendo que o deslocamento até esses lugares passou a ser praticado e difundido entre uma elite. Mas, a gradual construção dessa sensibilidade e imaginário acerca desses lugares foi paralelamente integrada a um outro cenário que fomentou sua procura: a saúde.

Como já observado, as teorias climatéricas foram despertadas pelas pesquisas científicas que vinham se consolidando com as cada vez mais frequentes expedições científicas em ambientes de altitude. Em paralelo, o imaginário da montanha enquanto lugar de apreciação, estava a se espalhar via divulgação literária e artística no meio urbano. Assim, as visitas às montanhas alpinas foram incentivadas por estes dois discursos: o de que as altas altitudes favoreciam a saúde e do imaginário sobre este espaço, considerando admirável, sublime.

A codificação dos costumes e dos comportamentos voltados à apreciação da natureza e ao devaneio geográfico, foram conjugados com os discursos sobre os benefícios dos ares da montanha para a saúde. No que tange aos discursos terapêuticos, os Alpes Suíços merecem destaque. A conjugação de exercícios físicos com o ar seco e baixas temperaturas prometiam benefícios diretos para a saúde. Os médicos da moda fizeram a fama da Suíça defendendo "a cura pelas montanhas" (PORTER, 1995).

Em 1840, teve-se um dos trabalhos pioneiros nesse sentido. O médico George Boddington publicou um trabalho inovador para a época sobre as curas em altitude. Segundo Porter (1995, p.47) "os primeiros viajantes que passaram o inverno na Suíça foram para lá para restabelecer a saúde. Em breve outros, que não estavam doentes, se lhes juntaram, atraídos pela beleza das montanhas, as qualidades revitalizantes do clima, o encanto da vida social e os prazeres dos desportos de inverno".

Difundidos entre aqueles que tinham dinheiro e poder para visitar estes lugares, a invenção dos gostos por estes espaços passou a ter novos públicos com o aceleramento da industrialização. As transformações econômicas e urbanas favoreceram tanto a ampliação no número de *grand tourits*, já que surgiu uma classe burguesa que passou a imitar as práticas aristocráticas, quanto a ampliação de epidemias, fator que instigou o uso da montanha enquanto lugar propício ao tratamento de determinadas doenças. Este movimento, causador de uma grande reorganização social foi decisivo para a invenção da montanha enquanto território da saúde, um dos usos significativos que nos aprofundaremos na abordagem desta tese.

5.2 A expansão das cidades e a tuberculose: a teoria da cura pelo clima

A consolidação da montanha enquanto destino de saúde está intimamente interligada com os avanços epidêmicos decorrentes da industrialização e da expansão urbana. Foram justamente os desdobramentos desses processos que permitiram que as teorias sobre as propriedades terapêuticas dos ares da montanha ganhassem fama e contribuíssem com a ampliação dos usos voltados a saúde nestes territórios. Marca da modernidade, o movimento industrial trouxe uma série de mudanças sociais e comportamentais. Com uma nova visão de mundo, a racionalidade técnica, o progresso da ciência e os ideais de liberdade do indivíduo contribuíram com a construção de novos espaços.

A invenção do uso terapêutico da montanha é reflexo das transformações sociais e espaciais indutoras da urbanização e dos problemas decorrentes da expansão desordenada do território das cidades. Para Donne (1979, p.29), "a antiga cidade, aristocrática, burguesa, artesanal, cujo lento crescimento era muito mais os resultados dos nascimentos e falecimentos, sucede em poucos decênios, devido ao fluxo massivo da força de trabalho, a um grande agregado popular". Neste movimento, as aglomerações urbanas e as desigualdades sociais ganharam destaque. A grande densidade populacional, endossada pelas massas operárias, cresceu desproporcionalmente à oferta de empregos dos centros urbano-industriais. Nesta dinâmica, observou-se um aprofundamento das desigualdades no tecido urbano, problema agravado pelo desemprego e subemprego e pela concentração desigual de rendas (LEFEBVRE, 1991).

Mediante às condições de desigualdade e aumento da pobreza decorrentes da produção capitalista e seus reflexos no espaço urbano, teve-se a intensificação de epidemias, importante fator de reorganização social. O fenômeno epidêmico, embora sempre presente na história do

homem, ampliou-se em razão da transição dos modos de produção e também nos momentos de crise social. São diversos os fatores que colaboraram na disseminação de doenças. A criação de novas rotas e vias, a facilidade de deslocamentos sociais dada pelos avanços dos transportes, os aglomerados populacionais no meio urbano, assim como a falta de saneamento são elementos que contribuíram com o surgimento e disseminação de agentes infeciosos (UJVARI, 2003).

Dentre as diversas epidemias que se enquadram neste contexto destacamos a tuberculose, doença que se constituiu ao longo do século XVIII e, sobretudo, no século XIX, como um dos principais desafiadores da ordem social inerentes ao contexto das revoluções burguesas (BERTOLLI, 2001). Ainda nos séculos XV e XVI, a tuberculose começou a ganhar uma dimensão inquietante no cenário europeu em razão dos número de óbitos que causava. Neste período, pouco se sabia sobre a doença. O período moderno foi marcado pelas tentativas médicas de conhecer a patologia. A medicina da modernidade clássica dirigiu esforços para compreender os sintomas e causas da doença (BERTOLLI, 2001).

Ligava-se a causa desta e outras doenças aos ares miasmáticos, isto é, a condições da atmosfera contaminada, capaz de afetar o organismo do homem. Os vapores, o ar e suas partículas, eram considerados veículos dos miasmas nocivos, contagiosos pela simples aspiração desse ar contaminado (BARATA, 1987). Mas apesar da criação da teoria do "ar miasmático", não havia até este momento maiores aprofundamentos sobre o que exatamente causava a doença. Interligava-se a contaminação aos odores, ao calor, à umidade e à deterioração de espécies animais e vegetais, mas ainda não havia uma explicação contundente para tais constatações. Destaca-se aqui, que a concepção miasmática se apoiava na ideia de que a doença, antes de ser do corpo, era dos lugares. Segundo Barata (1987, p.11):

> A compreensão das causas dos miasmas não é absolutamente clara, porém, a ideia do miasma e de seu mecanismo de ação sobre o indivíduo é suficientemente lógica para ser aceita. As medidas profiláticas vão estar voltadas para a higiene e o saneamento ambiental. A obrigatoriedade do sepultamento, por exemplo, evitaria a contaminação da atmosfera pelas partículas provenientes da decomposição dos corpos.

Neste cenário, observa-se que a medicina ainda não dominava completamente as causas da doença e, tampouco suas formas de tratamento ou prevenção. Mediante a este contexto, assistiu-se à uma enorme repercussão da disseminação da tuberculose após a revolução industrial. Para Rosemberg (1999, p.7) diversos países europeus passaram pela grande mortandade tuberculosa. Isto porque "multidões operárias concentraram-se nos

maiores centros urbanos; adultos e crianças, laborando 15 e mais horas por dia, amontoados em mansardas, subalimentados, vivendo abaixo da condição humana, foram vitimados aos magotes pela tuberculose, cuja mortalidade atingiu a 800 por 100.000, e em Londres, o elevado coeficiente de 1.100 por 100.000".

Os altos índices de mortalidade se davam, sobretudo, em razão das condições em que as massas operárias eram obrigadas a viver. A falta de higiene e as convivências condensadas e desorganizadas colaboravam com a disseminação da doença. Em Paris, por exemplo, após as reformas urbanas no governo de Bonaparte em que cidade foi embelezada com jardins, quarteirões de casas populares foram demolidas e os trabalhadores pobres realocados nas periferias, em cortiços improvisados, sem as menores condições de higiene. Segundo Rosemberg (1999, p.7), "os operários viviam geralmente com uma única privada, sem esgoto, para mais de 100 pessoas". Ainda segundo o autor:

> Adultos e crianças, na maior promiscuidade, dormiam amontoados no chão. Nessa massa humana, os óbitos por tuberculose atingiam a 80% da mortalidade geral. Na segunda metade do século 19, a mortalidade tuberculosa nas capitais europeias ia de 400 a 600 por 100 mil, atingindo a 30% da mortalidade geral.

O quadro assustador da doença e sua expansão por todas as classes sociais, incentivaram a busca pela causa e opções de cura da doença. Os esforços científicos, nesse sentido, culminaram no reconhecimento do micro organismo responsável pela tuberculose.

> Koch, em Maio de 1882, descobriu o bacillo a que deu o seu nome. Desde este dia a realidade do contagio não mais fora contestada. A definição era completa: A tuberculose é uma doença infecciosa, contagiosa e microbiana (DIAS, 1920, p.34).

A afirmação de Dias apresenta um período importante na história da medicina: a descoberta do cientista alemão Robert Koch sobre a bactéria responsável pela tuberculose, a *Mycobacterium tuberculosis*. Tal feito determinou a possibilidade de cura da doença. Uma vez descoberta sua causa, o isolamento do bacilo subsidiou as pesquisas que permitiram constatar as formas de contágio, as medidas preventivas e as formas de tratamento da doença. O fim do século XIX marcou, portanto, o início do controle da tuberculose, que, segundo a teoria médica, ocorria por meio da tríade repouso, boa alimentação e ar puro.

Tais fatores eram atrelados à prescrição de terapias para a tuberculose em decorrência das teorias que alinhavam a proliferação do bacilo às condições de comportamento e ambiente no qual o indivíduo estava inserido. Entendendo que o bacilo era contagioso, as seguintes

condições agravavam a sua proliferação: falta de higiene, falta de ar puro e alcoolismo. Estes itens remetiam às condições de falta de salubridade nas moradias neste período e ao comportamento, sobretudo, dos mais pobres.

A miséria estava intrinsecamente ligada às baixas condições de higiene da classe proletária, e esses espaços são alvo de medicalização. Tal crença ocorre em virtude dos estudos que atestavam que a falta de limpeza e o pequeno espaço nas moradias propiciavam o contágio por meio do contato direto com o doente, que ao tossir e escarrar contaminava os demais habitantes do local.

> Cada casa, por vezes, com uma única porta, tem uma pequena sala com uma ou duas alcovas, e, é ahi que se faz tudo: cozinha-se, come-se e dorme-se. As moscas ou outros parasitas voltejam, ou aparecem em todos os lados, transportando e semeando por toda a parte o bacillo de Koch, que pullula n'estes excellentes meios de cultura. É ahi, que os doentes tossem, escarram, emmagrecem e morrem (DIAS, 1920, p. 48).

Contudo, outro fator que agravava a possibilidade de contágio era o ar impuro. Segundo a teoria médica do período, o ar insalubre era transmissor do bacilo, pois quando contaminado continha uma grande quantidade de matérias orgânicas, o que possibilitava a sua rápida reprodução. Por isso, acreditava-se que a bactéria se desenvolvia rapidamente em áreas do corpo com muito oxigênio, sendo o pulmão o principal órgão atingido pela doença.

Assim, o espirro ou a tosse de uma pessoa infectada jogava no ar bacilos que permaneceriam em suspensão durante horas. Em virtude disso, entendia-se que em locais onde o clima era ameno e o ar mais puro, a possibilidade de contágio era menor, pois com matérias orgânicas em menor número no ar a proliferação do bacilo era diminuída, além de possibilitar a cura:

> O ar puro é o meio ideal para o bacilloso. Quanto mais tempo viver ao ar livre, tanto mais depressa elle curará. [...] A vida em plena atmosphera, tonifica o organismo, augmenta a vitalidade dos órgãos e a actividade das grandes funcções; augmenta o appetite e regularisa as digestões, facilita o somno e torna os doentes mais alegres; emfím augmenta a ventilação pulmonar e descongestiona o pulmão (DIAS, 1920, p.74).

A cura pelo clima, contudo, não era uma completa novidade. Como observado anteriormente, antes mesmo da descoberta de Koch no fim do século XIX, a interligação das qualidades do ar com a saúde já era difundida na literatura naturalista, sobretudo no que diz respeito aos ares da montanha. O mito da "imunidade alpina" e as investigações que valoravam o clima frio e a leveza do ar à manutenção da boa saúde em conjugação com o seu

oposto, de que os ares contaminados eram maléficos, colaboraram com a construção de que a montanha poderia ser um bom lugar para tratar doenças como a tuberculose.

Isto porque o ar rarefeito das montanhas, reconhecidamente, causavam uma ação excitante no coração, inscrevendo o corpo numa retórica de fôlego e respiração. Neste movimento, em que os órgãos trabalhavam melhor pelo estímulo a circulação sanguínea, os pulmões eram favorecidos, estimulados, reforçando-se o metabolismo do indivíduo exposto às altitudes. Dessa forma, a montanha era considerada um local adequado para o tratamento dos tísicos, pois nas elevadas altitudes era possível encontrar altos níveis de ozona, o que auxiliaria no processo de recuperação dos pulmões (VIEIRA, 2012).

Ademais, o esforço físico que o doente faria para suportar as baixas temperaturas auxiliaria no seu processo de fortalecimento. Por isso, recomendava-se que nos tratamentos em regiões montanhosas o doente dormisse com as janelas abertas, que passasse boa parte de suas horas diárias em ambiente com boa ventilação, para que o organismo se esforçasse para compensar as diferenças de temperatura ao longo do dia, exercitando os brônquios e possibilitando que a ozona amenizasse os efeitos da doença, melhorando a capacidade de cicatrização.

Com a descoberta de Koch e afirmação da interligação da tuberculose com fatores ambientais e também relacionada a comportamentos do indivíduo, a doença que até então era incurável, passou a ter no ambiente montanhoso uma opção de destaque no seu combate. Além dos benefícios para as condições físicas do indivíduo e aumento de sua imunidade, o ar puro era muito mais vantajoso do que o ar poluído dos grandes centros urbanos. Assim, recomendava-se dirigir-se a locais afastados das cidades, onde poder-se-ia tratar a doença, em um espaço onde a tuberculose não se desenvolvia.

Dentre estes lugares, apontava-se as montanhas suíças, que pela sua altitude e condições climáticas, acabaram por se tornar reconhecidamente destinos para a prática terapêutica pelo clima. A literatura médica é repleta de constatações desse gênero. Na dissertação do médico Alberto Jorge Guimarães, apresentada à escola médica do Porto, Portugal, em 1897, o mesmo afirma que para o lugar fosse terapêutico à tuberculose, deveria obedecer a um conjunto de fatores:

> Em climatothorapia, para que uni logar possua um clima d'altitude, é preciso que a sua elevação acima do nivel do mar esteja em relação com a sua latitude […] um logar, para possuir um clima tuberculo-therapico, deve estar bem exposto ao sol e ser protegido, por altas montanhas, contra as grandes correntes aéreas e em especial contra os ventos frios do norte e húmidos do

> sudoeste: o solo deve ser secco e inclinado para evitar estagnações e humidade, e não deve haver n'elle grandes centros d'accummulaçao, como fabricas, etc (GUIMARÃES, 1897, p.27)

Observa-se, assim, que não bastava apenas ter a paisagem montanhosa. A teoria médica previa condições ideais, como exposição solar, proteção contra correntes de ventos e uma elevação propícia para exercer a prática do climatismo. Assim, explica-se por que a prática acontece em alguns lugares e não e outros. Nesse caso, as características ambientais, que compõem o "efeito do lugar" foram relevantes na produção desses espaços. Mediante a tais exigências, destaca-se que a teoria médica apontava algumas localidades na Suíça, como é o caso de Davos, como lugar com as condições necessárias à prática terapêutica. Descrevia-se as coordenadas, as medidas que levavam a constatação de qual seria a localização geográfica ideal:

> Assim, Davos-Platz tem uma altitude de l:556^{m} ao passo que Huancayo tem uma altitude de 3:000™ por ser a sua latitude menor que a de Davos. Partindo do Equador para os pólos a elevação acima do mar necessária para a caracterisação d'um clima d'altitude vae diminuindo com a latitude. Póde-se d'uma maneira approximada dizer que para a parte mais septentrional da zona temperada o limite de elevação é l:000^{m}; para a parte média da mesma zona l:500^{m} é para a sua parte mais meridional de 2:000^{m} a 2:500^{m}, e para a zona tropical varia entre 2:500 a 4:000^{m} (GUIMARÃES, 1897, p.27)

Assim como Davos, vários outros destinos foram desbravados, estudados, medidos e enquadrados como lugares ideais para o tratamento da tuberculose. Contudo, Davos ganhou grande fama em relação aos seus contemporâneos, sendo seu modelo imitado por diversas localidades no mundo. A literatura médica, associada ao imaginário deslumbrante desses espaços junto à população urbana, configuraram as condições ideais para o nascimento da prática de tratamento de saúde, que foi conjuntamente estimulada com o devaneio geográfico, levando ao *moment de lieu* desse destino. Por sua relevância para o estudo de Campos do Jordão, nos aprofundaremos sobre a formação e transformação de Davos.

5.3 Entre o curismo e o turismo: a montanha mágica

> *Davos, a mais célebre das estâncias, recebera apenas setenta visitantes em 1869; dez anos mais tarde não passa ainda de umas termas primitivas, frequentadas quase que unicamente por suíços. Esta situação não se manteve: em 1890 Davos recebia mil e setecentos visitantes por ano (PORTER, 1995, p.47).*

Sem dúvidas, Davos alcançou grande fama não apenas na Europa como no mundo. A criação deste lugar passou pelo seus usos enquanto destino terapêutico, acompanhado pelos

esportes de inverno e, posteriormente, associado a uma economia do prazer. Seguindo a marcha dos discursos climatoterápicos, a cura da tuberculose em Davos foi amplamente comercializada. Mas cabe destacar que as teorias acerca das qualidades de Davos para o tratamento de doenças pulmonares foram anteriores à descoberta de Koch.

Teses médicas datadas de 1881, como a do médico João Figueiredo da Escola médica do Porto, que estudava o poder do ar das montanhas, já apontava a cidade Suíça como um destino cuja a elevada altitude era procurada por aqueles que tinham tuberculose. Como neste período ainda não havia a concepção de que a causa da doença era o bacilo, a teoria acerca das benesses do clima para o tratamento dessa doença eram embasadas, sobretudo, no mito da imunidade alpina. Isto é, buscava-se estes locais por terem poucas ocorrências da doença, por serem reconhecidamente fomentadores de saúde dos corpos. Segundo o discurso médico:

> *Sabendo que ha lugares preservativos da tuberculose, como o acabamos de vêr, convém saber quaes são elles. Que são os elevados também já nós o sabemos, mas precisamos conhecer o grau de sua altitude em que começa a tornar-se apreciável a immunidade* (FIGUEIREDO, 1881, p.79).

Os usos de Davos voltados à tuberculose são longínquos. A pequena vila Alpina foi objeto de atenção de um médico alemão, o Dr. Alexander Spengler, que havia fugido para a Suíça em razão das Revoluções de 1848. Tendo encontrado trabalho como médico em Davos, Spengler notou que nesta localidade a tuberculose praticamente inexistia o que despertou o interesse do médico, visto que a peste se encontrava em estágios agravantes por todas a Europa. Investigando as causas da "imunidade" no local, Spengler considerou que a luz solar e o ar fresco do lugar eram os fatores propiciadores de tal condição. Assim, em 1865, o médico já tinha pacientes tuberculosos a repousarem em Davos (NEW, 1997).

Aos poucos, Davos foi sendo procurada por um número cada vez maior maior de doentes. As descobertas de Spengler sobre as qualidades de Davos foram divulgadas em guias médicos nos grandes centros urbanos da Suíça, o que levou a uma maior procura pelo destino. Holsboer, um dos médicos promotores da estância de Davos, publicou em 1878 um guia para médicos e pacientes sobre a localidade. Narrando sua visita até Davos, realizada em 1862, o médico destacava:

> Durante uma visita que fiz em Davos, em 1862, Spengler, médico em Davos, me comunicou verbalmente sobre suas experiências acerca do clima de Davos e sobre as doenças lá constatadas, e isso me deixou atento ao extraordinário sucesso das estadias em Davos para os casos, não muito avançados, de tuberculose crônica; Já naquela época ele recomendava as

> estadias em Davos, tanto no inverno quanto no verão, à pacientes tuberculosos (HOLSBOER, 1878, p.12)[34].

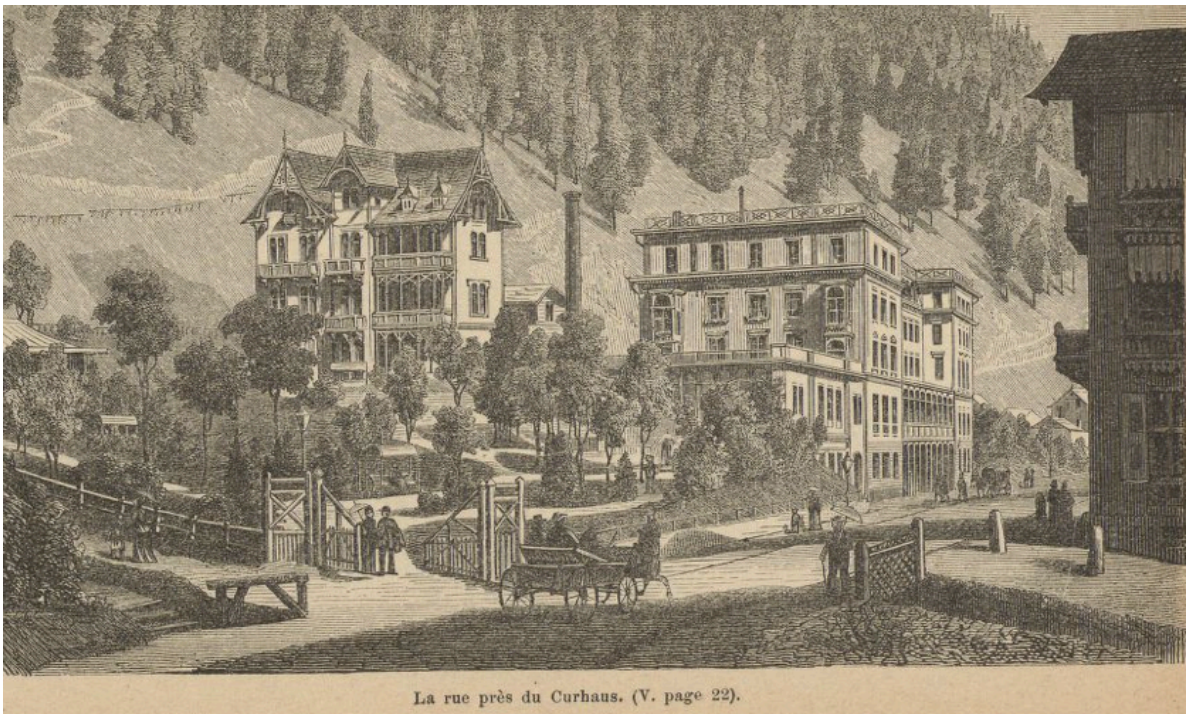
Reforçando as descobertas de Spengler, Holsboer dedicou toda a obra intitulada *A paisagem de Davos*[35] para a descrição das qualidades da estância. A publicação tinha como objetivo não apenas divulgar as qualidades climatéricas de Davos para a saúde, mas também apresentar aos leitores as qualidades paisagísticas e estruturais do lugar. Destacando as vilas, hotéis, sanatórios, pensões e belezas naturais da estância, a obra de Holsboer contribuía com a construção de um imaginário sobre a estância.

A obra, que apresenta diversas ilustrações representando a Davos do século XIX, cooperaram com a divulgação do destino. Nas imagens, conforme exemplifica-se na ilustração 02, observa-se a estrutura das pequenas vilas, onde a imponência da montanha associava-se a caminhos arborizados e a uma estrutura de recepção ao visitante. Hotéis, pensões e sanatórios foram construídos de forma aliada com as belezas naturais. Os frequentadores desse espaço são representados usufruindo os caminhos ao ar livre. Assim, ressalta-se que os discursos de tratamento da saúde alinhavam-se com a promoção das belezas paisagísticas

[34] *Pendant une visite que je fis à Davos en 1862, Spengler, médicin à davos, me communiqua verbalement ses expériences sur le climat de Davos et sur les maladies qui y étaient constatées, et il me rendit attentif sur les succes extraodinaires dus au séjour de Davos pur les cas, pas trop avancés, de tuberculose chronique; deja a cette époque il recommandait le sejours de Davos, tant en hiver qu en été, aux malades atteints de tuberculose.*

[35] O título completo da obra é: *Le paysage de Davos: station climatérique pour maladies de poitrine: au point de vue spécial de la méthode thérapeutique suivie dans l'établissement de cure*

Ilustração 3 – Imagem da obra *A paisagem de Davos* de Holsboer (1878)[36].



Fonte: HOLSBOER (1878).

Apesar do movimento da estância ser significativo entre as décadas de 60 e 70 do século XIX, é na década de 80 que se teve uma transformação que possibilitou maiores públicos na estância. No ano da descoberta do bacilo de Koch, os avanços na compreensão das causas e tratamento da doença validaram as formas de tratamento climatoterápico e permitiram que Spengler criasse o primeiro grande sanatório de Davos. Assim, em 1882 foi fundado o *Alexanderhausklinik.*

As razões da eficácia desse sanatório eram vinculadas à altitude, a intensa radiação solar e às condições de temperatura, o que favorecia o metabolismo e o tratamento da tuberculose. Mas o tratamento não consistia apenas no repouso do paciente. O mesmo era complementado por esportes, caminhadas e alimentação adequada. Em razão de seus atrativos, vinculados aos valores estéticos da paisagem, o sanatório de Davos alcançou grande fama (NEW, 1997).

[36] Conforme a legenda, trata-se de uma das ruas próximas à Curhaus, um dos lugares de tratamento de saúde da estância.

Nesse processo, o sanatório *Alexanderhausklinik* passou a ser procurado não apenas por tuberculosos, mas também por visitantes saudáveis, que buscavam a manutenção seus corpos, instigados, sobretudo, pela leveza do ar e pelo itinerário calmo e sereno, afastado das conturbações dos centros urbanos. Em decorrência da conjugação de sãos e doentes, o problema do contágio se instalou neste sanatório. Segundo relatos dos frequentadores da estância, o excesso do contingente de doentes advindos de diversas partes do mundo em conjunto com a presença de outros visitantes, estava a "estragar" o destino de Davos. Segundo Porter (1995, p.48):

> Em 1882 John Addington Symonds previne que Davos não poderá escapar à sorte de todos os outros triunfos súbitos e que a sua ruína será provavelmente tão rápida quanto seu sucesso. A nuvem de fumo, diz ele, parada sobre o vale levava-o a pensar 'na respiração de centenas de tísicos apertados uns contra os outros'. Segundo ele, o sistema de evacuação das águas sujas era infame: havia uma fossa séptica sob as janelas do hotel mais frequentado pelos ingleses e grassava a febre num hotel que recebia sobretudo alemães. Frequentemente – por ocasião de representações teatrais, bailes, concertos e vendas de caridade – as pessoas reuniam-se em salas sobre-aquecidas. Como sempre na história das férias, a estância tinha sido 'estragada' pelo fluxo de novos frequentadores.

Mediante aos temores epidêmicos, alternativas foram traçadas para melhor gerir a relação entre sãos e doentes. Neste contexto, em 1889, outro médico chegou a Davos e inaugurou o primeiro sanatório fechado, com implementação de uma rotina de tratamento disciplinar. O sanatório do dr. Karl Turban ampliou o fluxo de tuberculosos para esta localidade (NEW, 1997). Mas apesar da rigor no tratamento e sua exclusividade aos doentes, os pacientes tinham acesso a uma estrutura que possibilitava também o relaxamento.

Varandas em que o doente podia respirar ao livre e tomar sol, conforme orientava a prescrição médica, eram associadas a jardins e coretos, onde oferecia-se música como diversão aos doentes[37]. O isolamento do paciente e o rigor do tratamento, associados aos relaxamentos que colaboravam com a cura, atraíram alguns adeptos. Mas apesar do novo modelo de sanatório fechado, a busca por Davos não se restringia a este padrão de instituição.

O fluxo de doentes em busca de sanatórios era tamanho que existia uma "multiplicidade de hotéis e estalagens que albergavam os doentes que não conseguiam vaga nos sanatórios ou com menos recursos para suportar os longos internamentos" (VIERA, 2012,

[37] *Of these, one of the largest and best known is Dr. Turban': Sanatorium. Here every minute of the day is providec for. When not taking his prescribed walk the patient must be lying down in one of the " cure galleries or sitting out in the garden, or else he is partaking o one of the six meals served during the course of the day Of these two are heavy meals and, contrary to the practice at Nordrach Colonie, no exercise is allowed immediateli after the more substantial meals. The regime is one o moderate overfeeding. The galleries, or verandahs, where thi patients lie and breathe the open air measure in all some 330 feet in length. In front there is a band stand, so tha occasionally music is provided as a diversion* (SANITARY COMISSIONER, 1905, p.113).

p.411). Nota-se, aqui, que o regime sanatorial suíço possuía grande fama. Mas cabe destacar que o alcance a este destino não era comumente extensivo às classes populares. Sua procura era constituída por uma elite e alcançou seu reconhecimento não apenas nos arredores como também em lugares mais distantes.

Procurada por personalidades, políticos, escritores e artistas, Davos teve seu *moment de lieu* provocado por alguns atores, que lançaram o lugar como destaque aos olhos do mundo exterior. De acordo com New (1997), frequentaram Davos personagens famosos como Sir Arthur Conan, Robert Louis Stevenso, Franz Kfaka, Thomas Mann, Fyodor Dostoyevski, Anton Chachov, Maxim Gorku e Vladimir Lenin. As presenças ilustres neste destino foram o que tornaram este lugar um sistema de referências para outros lugares.

Davos era atrativa não apenas por suas qualidades climatéricas. Seu prestígio construiu-se acima de tudo, pelo luxo das instalações sanatoriais e pela possibilidade de aliar o tempo na montanha a experiências e prazeres dos territórios de inverno. Descrevendo estas práticas, Pádua, médico português, em 1898, narra sua visita a Davos:

> *No princípio, ao norte, encontra Davos - Dõrfli, cheia de casas gaiatas, com um lago formosíssimo, dum azul profundo, cuja água no inverno o frio gela e onde por isso se patina á vontade e sem mêdo, apesar da água nalguns pontos ter a profundidade de 60 milhas. Pequeno, com kilómetro e meio de comprido por meio de largo, o lago percorre-se a pé em 20 minutos, para a gente poder ir ao restaurante Howald tomar o seu copo de leite ou a sua sandwich com cerveja; gelada pelo frio, a água da superficie transformou-se em gelo espesso, azulino, da grossura dum metro, que supporta os trenós mais luxuosos, puxados pelas parelhas mais possantes* (PÁDUA, 1898, p.22).

A oscilação entre as práticas de saúde e prazer era perene. A facilidade de transporte, dada pela inauguração do trem de Davos Schatzalp em 1899, ampliaram ainda mais o acesso de curistas e turistas. A promoção do destino levou à criação de outros sanatório e também hotéis. A recomendação, inclusive, era de que o doente aproveitasse essa estrutura, cujos usos possibilitavam também os prazeres da viagem:

> *Deliciosa estrada essa, que a todos os meus doentes, que vam a Davos, aconselho que percorram, quando possam ter a ventura de obter do seu médico a licença indispensável. Por ella chegarám até Fluela Hospitz, a 2400 metros, onde um bom hotel os nutre; e, se fizerem ainda um pequeno precurso de vinte minutos, terám a seus pés o maior deslumbramento da sua vida: esse oceano vasto de montanhas, de que lhes falei, onde a vista mais aguda jámais alcançou limites, e que lhes apparecerá como um infinito tapete de jaspe estendido submisso a offerecer-se-lhes (PÁDUA, 1898, p.22).*

A estrutura de recepção, aliada aos atrativos e à facilidade de transporte, tornaram

Davos uma região turística, pois satisfazia as necessidades não apenas do doentes como também daqueles que vinham exclusivamente para aproveitar o tempo das férias. Segundo Porter (1995, p.49) "às vantagens materiais juntavam-se as virtudes terapêuticas do clima e a exaltação espiritual produzida pelas paisagens sublimes: que mais poderia desejar um viajante? Inválidos e turistas cruzavam-se como os verdadeiros desportistas, sobretudo, os que estavam ligados ao Clube Alpino".

Os esportes de inverno, inclusive, eram atrativos importantes na estância. O Clube Alpino, criado em 1853, tratava-se de um grupo formado por uma elite, que se dedicava à prática do montanhismo. Dentre os destinos frequentados por esses turistas estava Davos. Mas logo outros surgiram nesta estância e contribuíram com o fortalecimento da prática turística neste lugar. Segundo Porter (1995, p.49), "a formação do clube inglês de esqui de Davos, em 1903, e do clube de esqui da Grã-Bretanha foram, para a história das estâncias de desportos de Inverno suíças, datas tão importantes como a fundação do Clube Alpino 50 anos antes".

Por sua fama, de saúde e turismo, o lugar alcançou *status* entre médicos e também viajantes ricos advindos de toda a parte. A estância de Davos passou a ser visitada para fins de reconhecimento da estrutura local, a fim de se reaplicar em outras localidades o modelo suíço. Políticos e sanitaristas, advindos das mais diversas partes do mundo, procuraram esse destino com o objetivo de elaborar estratégias para imitá-lo.

Comparava-se a temperatura, a altitude, o relevo com os parâmetros de Davos para construir em outros países estâncias similares. Assim foi feito, por exemplo, em Portugal com o objetivo de se construir sanatórios na Serra da Estrela (VIEIRA, 2012) e também no Brasil, aproveitando-se das similaridades físicas encontradas em Campos do Jordão.

Servindo de referência, Davos teve sua fama consolidada junto ao grande público com a entrada do século XX. A literatura foi a maior responsável por popularizar este destino. Em 1924 foi lançada a obra "*Montanha Mágica*" de autoria de Thomas Mann. Tendo frequentado Davos em razão do acompanhamento de sua esposa, tuberculosa em tratamento, o escritor inspirou-se na vivência da vida sanatorial para produzir sua obra literária. A trama se passa no no sanatório de Berghof, um dos mais famosos e luxuosos de Davos.

As narrativas da obra foram capazes de inspirar os doentes desse período. A tuberculose no século XX é marcada por uma maior esperança de cura, já que a descoberta de Koch legitimou as formas de tratamento preconizadas no regime sanatorial. Mas, apesar dos avanços na medicina, a epidemia ainda era devastadora neste período. O contágio prosseguia, e com ele, a ampliação do número de doentes. De tal forma, a obra de Thomas Mann ganhou muitos leitores, levando o escritor a obter o Nobel da Literatura em 1929.

O sucesso da obra de Thomas Mann foi tamanho que Davos passou a ser reconhecida pelo mesmo título da obra: "a montanha mágica" (NEW, 1997). Ao longo do século XX, a cidade sanatorial ganhou destaque, levando à consolidação não apenas da estância de saúde, mas também dando espaço ao seu segundo uso, como destino turístico. Isso porque, segundo Vieira (2012, p.187), o que a obra "nos transmite é uma visão metafórica e crítica da vida das cidades e as vantagens dum mundo à parte das regiões remotas onde os tuberculosos eram tratados".

Assim, observou-se a consolidação das sensibilidades e gostos pelo distanciamento social, retorno à natureza e à montanha, elementos que contribuíram não apenas com a prática de saúde, mas também a prática turística. De tal modo, que desde o início do século XX havia nesta estância hotéis exclusivamente destinados ao turistas. Na revista médica *The Lancet*, do Reino Unido, um artigo publicado pela comissão especial sanitária em 1905 alertava:

> Há em Davos-Platz e Davos-Dorf uma grande variedade de hotéis e sanatórios. Há, como já mencionado, hotéis para o uso exclusivo dos viajantes saudáveis e turistas, e estes podem ser distinguidos pelo fato de que eles não têm varandas ou sacadas amplas para os pacientes permanecerem do lado externo, ao ar livre e no sol[38] (SANITARY COMISSIONER, 1905, p.113).

Ao contrário dos doentes que necessitavam de ar puro e sol, os turistas podiam usufruir de instalações fechadas e aquecidas e dedicar-se livremente aos esportes, embora muitas vezes, doentes também se dedicassem a esta prática. Segundo Porter (1995, p.48):

> A patinagem no gelo, por exemplo, tronou-se popular, embora fosse estranho e talvez um tanto perigoso para um 'inválido' patinar sob um sol escaldante, depois regressar a pé ao hotel suado, passando de sítios onde reina um sol resplandecente a outros onde a sombra é gelada.

Houve, assim, a coexistência das duas funções em Davos por muito tempo. Foi apenas com a descoberta de fármacos para tratamento da tuberculose no meio do século XX que a função sanatorial caiu em desuso. Nesse processo, diversos sanatórios foram adaptados e transformados em hotéis, predominando-se a função turística, a qual perdura até os dias atuais. Mas cabe destacar que, apesar de ter se consolidado como destino turístico, foi na época de coexistência das duas funções na estância que Davos teve seu ápice. O fluxo de turistas e doentes, de forma conjunta, é que possibilitaram a configuração do lugar e a materialização das práticas oscilantes entre o turismo e o curismo aos olhos do mundo exterior.

Mas cabe destacar que, apesar da estância de Davos ter sido organizada segundo os

[38] *There is at Davos-Platz and Davos-Dorf a great variety of hotels and sanatoriums. There are, as already mentioned, hotels for the exclusive use of healthy travellers and tourists, and these may be distinguished by the fact that they have no verandahs or broad balconies for patients to lie out in the open air and sunshine.*

desejos de uma elite e tendo sido prioritariamente frequentada por este público, não se pode deixar de observar a imitação capilar dessas práticas de saúde e turismo pelas classes menos abastadas. No seu auge, não apenas ricos e famosos frequentaram a estância. A tuberculose atingia ricos e pobres e o modelo de referência para a cura em Davos foi difundido também entre as classes inferiores. Pessoas menos abastadas procuravam a estância para tratar a tuberculose e, mesmo sem condições, buscavam formas de permanecer no lugar a fim de ter acesso aos "ares benéficos". Narrando tal situação, Helga Fredmann que trabalhou por anos como enfermeira na estância afirma:

> Havia tantos pacientes aqui que, apesar de sua doença, simplesmente tinham que encontrar maneiras de sobreviver. Eles viviam em quartos modestos e se aqueciam com pequenos fornos e com nozes que eles coletavam da floresta. Eles comiam basicamente pão e leite e ganhavam algum dinheiro trabalhando nas casas de famílias ricas, onde ocasionalmente era dada uma pobre refeição. Para estes, é claro, a cura levou muito mais tempo e era muito mais difícil. Eu sei de alguns ex-pacientes que sentiram essa amargura, em razão disso, se recusaram a ver o filme do romance de Thomas Mann porque este nada mostrou de suas vidas em Davos, a Davos em que eles não podiam pagar nem mesmo por uma única visita a um café, e onde eram felizes se tinham dinheiro para comprar selos ou pasta de dente[39] (FERDMANN, 1997, p.151).

Como pode-se observar, a montanha mágica teve seu outro lado, contra ponto ao luxo observado na maior parte dos sanatórios da estância. A imitação das práticas elitistas por parte das classes trabalhadoras se deu não apenas pelas motivações relacionadas à saúde mas também pelas possibilidades de vivência do devaneio geográfico, de apreciação de espaços naturais cuja imagem foi aos poucos construída como um lugar de distinção, de uma paisagem impressionante que incialmente apenas alguns poderiam acessar. Com o tempo, essas práticas foram difundidas por meio da imitação, as massas copiaram os comportamentos e as escolhas das camadas de alta renda.

Concordamos com Boyer (1999, p. 32), ao afirmar que "na origem de tudo está a invenção do inútil, uma nova prática, um lugar desconhecido são identificados por alguém original, marginal, na alta sociedade [...] os grupos famosos ou *stars* da sociedade hierarquizada garantem a manutenção das práticas: eles a adotam, consagram as atrações". Assim, compreendemos que a montanha e seus usos foram inicialmente inventados por práticas aristocráticas, endossados por um novo imaginário acerca desses espaços e validados

[39] *There were so many patients here who despite their illness simply had to find ways of surviving. They lived in modest rooms and heated small ovens with acorns they had collected themselves from the wood. They ate bread and milk mostly and earned a bit of money working in the households of wealthy families where occasionally they would also be given a porper meal. For them, of course, the cure took much longer and was much harder. I know of some former patients who felt bitter and who refused to see the film of thomas mann`s novel because showed nothing of their davos, the davos in which they could not afford even a single visit to a coffe shop and were happy if they had enough money for stamps and toothpaste*

pelos discursos terapêuticos. O advento da tuberculose e os avanços científicos com a descoberta do bacilo consagraram a montanha. Mas sua efetiva difusão ao grande público se deu apenas quando houve a imitação pelas massas.

Nesse processo, cabe uma observação atenciosa acerca destes eventos. A difusão da montanha enquanto destino de saúde e também o processo de construção dos usos desses espaços por meio da prática turística, de forma acessível a uma grande massa, se revelam como objetos que merecem um estudo aprofundado. Tais aspectos, que subsidiaram as práticas turísticas modernas, são pautados por uma via de mão dupla: a disciplinarização da saúde e também do tempo livre do trabalhador, processos que nos aprofundaremos no próximo item.

5.4 Saúde e lazer popular: a socialização da montanha

Embora alguns destinos como Davos tenham se consolidado a partir de práticas elitistas, não podemos deixar de observar que as grandes massas tiveram papel fundamental para a manutenção desses lugares e, especialmente, para a evolução da prática turística com o decorrer do tempo. Sobretudo no que diz respeito às montanhas, o contexto que permitiu a construção de seus usos estava fortemente interligado com a tuberculose e com as causas de difusão da epidemia.

A associação da doença às conturbações dos grandes centros urbanos foram de grande de grande valia para a construção de estâncias em locais afastados das cidades, onde valores naturalistas e as paisagens não-urbanas prevaleciam. Buscava-se fugir da poluição, do barulho, da insalubridade e insegurança presentes nos grandes centros industriais. Mas cabe destacar que a raiz de todas essas mazelas, presentes nos grandes centros urbanos, estava essencialmente interligada ao proletariado. Segundo Donne (1979, p.30) “a miséria massiva do proletariado industrial citadino, dá à burguesia uma imagem ameaçadora”.

Com a industrialização e aumento das concentrações demográficas, nasce o que Foucault denomina de “medo urbano”. A cidade, como sede de poder e território de uma classe dominante, era vista com angústia em razão de uma série de elementos: “medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população numerosa demais; medo também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornavam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade” (FOUCAULT, 2006, p.87).

Assim, ressalta-se que a busca por locais afastados das concentrações urbanas tinha como força motriz também o medo despertado pela desordem social. No que tange a tuberculose, destaca-se que mesmo antes da descoberta de Koch, já havia essa via de mão dupla na busca das elites pelas montanhas: por um lado, associava-se à doença aos ares miasmáticos e seu tratamento às propriedades do ar em altas altitudes. Por outro, o medo urbano e a propagação desenfreada da epidemia levaram as classes dominantes a buscarem locais mais seguros, afastados do tumulto urbano. De tal forma, que muitos dos doentes ricos que se dirigiam às montanhas passavam anos nestes lugares e, não raramente, acabavam por se radicarem nas estâncias.

Neste período, a tuberculose era representada de forma romântica. Apesar de atingir tanto a rico quanto a pobres, "as repercussões da tuberculose nas classes sociais mais altas e os dramas de indivíduos destacáveis pela sua posição e notoriedade fizeram história" (ROSEMBERG, 1999, p.6). Segundo Borralho (2014), no início do século XIX, a tuberculose era conhecida como a "febre das almas". A doença atingia grandes personalidades, dentre os quais se destacavam artistas e poetas, o que conferia um *status* "romântico" para a tísica.

A ideia de tuberculose era projetada como algo interessante, o corpo doente adquiria um aspecto "aristocrático". Para Gonçalves (2000, p. 5), "ser como ou ser um "tuberculoso" era visto, por alguns grupos, como um símbolo de distinção, o que influenciou por muito tempo os padrões sociais europeus de vestir-se, de viver, de comer e de afirmar-se na sociedade". A visão romantizada da doença era conjugada com os prazeres que a montanha poderia ofertar. Sinal de distinção, a temporada nas altitudes permitia a afirmação de valores impostos pela nova ordem: a divisão entre aqueles que poderiam usufruir de um tempo de tratamento saúde e também de lazer e aqueles que não tinham acesso a esses privilégios.

Mas se em um primeiro momento a montanha foi refúgio de uma classe dominante que buscava não apenas se tratar mas também se afastar dos perigos urbanos, a descoberta de Koch revolucionou tal conjuntura. Além de validar a possibilidade de cura pelos ares da montanha - o que despertou o interesse de um maior número de doentes, ricos e pobres, para a prática da climatoterapia - a descoberta do bacilo também trouxe a ideia de interdependência social. A visão romantizada da doença deu lugar a uma visão depreciativa do doente.

O tuberculoso era visto com temor e preconceito. Nesse processo, a sociedade voltou suas atenções às classes mais pobres, que apresentavam maiores números de casos da doença e, por consequência, acabavam por contaminar as classes superiores. Assim, observou-se que

para manter a saúde da elite havia que se fazer muito mais do que criar espaços para os ricos se tratarem. Era necessária uma intervenção social, realizar a medicalização das classes populares a fim de proteger os mais ricos.

A proteção das classes dominantes ocorreu de duas formas: uma estava vinculada à ordenação do espaço urbano, de forma a controlar espaços e comportamentos das massas com objetivos higienistas; a outra estava vinculada à criação de espaços e instituições onde os pobres, em imitação aos modelos de estâncias e sanatórios para ricos, poderiam se tratar da tuberculose. Tais ações tinham basicamente três objetivos: controlar o corpo urbano que crescia; evitar a disseminação da doença e o consequente contágio das classes mais abastadas; e por fim, cuidar da classe proletária, não por filantropia, mas sim por razões políticas e, sobretudo, econômicas.

A tuberculose era ameaçadora não apenas por sua capacidade de contágio sem distinção de classes, mas também pelo perigo econômico que representava. Os altos índices de mortalidade que a doença causava sobretudo entre os operários fabris, sujeitos a condições insalubres no meio de trabalho, ou seja, locais fechados, com acúmulo de poeira e com grandes agrupamentos de trabalhadores, preocupava a sociedade capitalista que presenciava a diminuição da mão de obra ocasionada pelo avanço da epidemia. É nesse contexto que se modificaram as políticas de saúde. A medicina passou a ter poder e responsabilidade para atingir a um só objetivo: controlar a tuberculose em nome do "bem social".

Sob orientações de médicos, políticos e higienistas, em diversos países europeus uma nova ordem foi instalada. Para tratar a tuberculose, assim como diversas outras epidemias presentes nos centros urbanos, foi necessário pensar na organização dos espaços e dos comportamentos individuais e coletivos. Orientar e educar os comportamentos em prol de boas práticas de saúde, assim como o processo de planejamento e esquadrinhamento tanto dos espaços urbanos quanto dos espaços afastados dos grandes centros para tratamento de doenças, foram ações recorrentes no controle epidêmico durante período industrial. Pelo controle dos espaços e também dos comportamentos, foi estruturada o que Foucault (2006) denominou de medicina social.

Mas a medicina social merece atenção quanto ao seu histórico e seus desdobramentos na sociedade. A força de produção, o corpo proletário, não fizeram parte incialmente das preocupações da medicina social. O interesse em controlar a força de trabalho por meio da medicalização surgiu apenas após a segunda metade do século XIX, momento em que se teve

um agravamento das aglomerações populares e quando as descobertas de Pausteur e Koch inauguraram a era microbiológica e introduziram novas ideia sobre a infectologia (BOUSQUAT, COHN, 2004). Antes desses eventos, que promoveram a medicina da força de trabalho, teve-se duas etapas predecessoras na medicina social: a medicina de Estado e a medicina urbana.

A medicina de Estado se desenvolveu no começo do século XVIII[40], quando muitas nações europeias começaram a preocupar-se com o estado de saúde de sua população visando majorar a força ativa da mesma para ganhos econômicos e políticos. Em diversos países se desenvolveu uma política médica, que consistia em organizar um saber médico estatal, normalizar a profissão, subordinar os médicos a uma administração central e, finalmente, integrar vários médicos em uma organização médica estatal (FOUCAULT, 2006).

Esse conjunto de medidas teve por objetivo centralizar as informações médicas e controlar o esquadrinhamento da população, verificando que tipos de tratamento eram dispensados e como se reagia ao aparecimento de doenças epidêmicas. Administrava-se a saúde por meio da criação de funcionários médicos nomeados pelos Governos com responsabilidade sobre uma região. Tudo isso tinha por objetivo aperfeiçoar e desenvolver a força estatal, controlando o corpo dos indivíduos que compunham a própria força do Estado (FOUCAULT, 2006). Ou seja, buscava-se organizar a sociedade, exercer domínio sobre os corpos doentes e, com isso, administrar o próprio poder do Estado.

As epidemias eram vistas como uma manifestação do desajustamento social e cultural. Sua existência, "indicava as falhas da organização política e social afetando, predominantemente, as classes dominadas" (BARATA, 1987, p.12). No caso específico da tuberculose, enquanto os ricos "fugiam" dos centros urbanos para se tratarem nas montanhas, os efeitos mais devastadores da doença se espalhavam entre as classes mais pobres, representando um problema social, político e econômico aos Estados. Mediante a tal contexto "a medicina investe sobre a cidade, disputando um lugar sobre as instâncias de controle da vida social. Possuindo o saber sobre a saúde e a doença dos indivíduos, o médico compreende que a ele deve corresponder um poder capaz de planificar as medidas necessárias à manutenção da saúde" (MACHADO *et al.*, 1978, p. 18).

[40] Foucault (2006) aponta que a medicina de Estado se desenvolveu primeiramente na Alemanha, tendo sido replicada de diferentes formas em outros países, tais como a França e a Inglaterra.

Sob esta lógica de uma medicina de Estado, o movimento higienista ganhou força e poder. A figura do médico, cujo conhecimento foi normatizado e validado pelo próprio aparelho político, ganhou novas dimensões por meio das práticas higienistas, doutrina que objetivava manter determinadas condições de salubridade nos ambientes da cidade, sobretudo ao longo do século XIX e século XX. O médico higienista era aquele que pensava a política urbana, a higiene pública, e direcionava as ações dos Governos no processo de enquadramento e controle da cidade, expressão da primeira forma de uma política urbana (PECHMAN, 2002).

A presença da figura do médico higienista nos sistemas de governos surgiu de forma concomitante ao processo de ampliação da urbanização, quando verificou-se a necessidade de unificação do poder urbano. Esta necessidade ocorreu por várias razões. Em primeiro lugar, por razões econômicas, já que a cidade era um lugar de mercado e produção; em segundo, por razões políticas, já que com o desenvolvimento das cidades a população operária pobre engrossava as fileiras do proletariado, responsável por muitas revoltas urbanas e; por último, por existir um medo e angústia diante da cidade, decorrente das doenças do meio urbano. Tais fenômenos médicos e políticos que inquietavam a população urbana desencadearam na necessidade de um poder capaz de esquadrinhar esta população.

É neste contexto que surgiu a medicina urbana, a qual possuía três grandes objetivos: analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que no espaço urbano poderia provocar doenças, controlando regiões de confusão e perigo; controlar a circulação de elementos como a água e o ar, pois se acreditava que estes tinham o poder de veicular miasmas; e organizar espacialmente itens necessários à vida urbana, como fontes e esgoto (FOUCAULT, 2006). Independente da doença em questão, aos médicos higienistas, políticos e planejadores urbanos, cabia "o conhecimento de uma etiologia social da doença" e o "esquadrinhamento do espaço da sociedade com o objetivo de localizar e transformar objetos e elementos responsáveis pela deterioração do estado de saúde das populações" (MACHADO *et al.*, 1978, p. 18).

Dessa forma, a tuberculose, enquanto fenômeno epidêmico relevante em diversos países, descortinou algumas ações relacionadas a medicina urbana. Sob orientações do higienismo pode-se afirmar que a profilaxia e o contágio da tuberculose estavam estreitamente relacionados ao modo de vida do doente e, em razão disso, as ações de organização urbana levavam em consideração este preceito para suas ações. Mas aqui cabem

algumas considerações. Antes de compreender como as práticas higienistas influenciaram na organização do espaço urbano, cabe destacar que as matrizes teóricas que explicavam as causas da doença foram fundamentais no direcionamento das ações de médicos e políticos.

Quando ainda não havia a correlação das causas da doença com o bacilo, atribuindo-se as causas da tuberculose aos "miasmas", os higienistas buscavam orientar a limpeza do espaço urbano. Segundo Mastromauro (2013, p.45), "o miasma podia estar presente em tudo: excrementos humanos e animais, solos úmidos, habitações mal construídas, cadáveres, hospitais, pessoas doentes, doenças em geral, água suja, etc." Assim, a palavra de ordem era "limpar "o espaço urbano. O objetivo desse procedimento era, acima de tudo, evitar que todos esses elementos degenerassem o "ar" que, quando contaminado, veiculava os miasmas responsáveis pela tuberculose.

Os pareceres médicos criticavam, dessa forma, "a direção de algumas ruas, ao impedir a livre circulação de ar; o tipo de construção das casas, por dificultar a renovação do ar; as águas estagnadas, por exalarem 'pestíferos vapores', assim como a imundície de praças e casas capazes de corromper e degenerar o ar", tornando-o mais propício à produção de enfermidades (MACHADO *et al.*, 1978, p. 145). Diante desse diagnóstico, os higienistas viram na maneira de viver do pobre um grande problema de saúde pública. Os miasmas, concentrados nas áreas urbanas mais precárias, alimentaram as teorias "infeccionistas" que indicavam o ambiente como propagador de doenças.

Assim, coube aos higienistas tomarem "providências para transformar as condições locais e impedir a produção das emanações miasmáticas tão temidas" (MASTROMAURO, 2013, p.56). Sob esta lógica, de um lado, criaram-se as estâncias climáticas seguindo todos os preceitos urbanísticos de livre circulação do ar, servindo aos interesses de uma população que poderia se deslocar para as montanhas para usufruírem de "ares mais seguros". De outro, ficou sob responsabilidade dos governos, em diferentes países, repensar os espaços que corrompiam o ar da cidade.

Concordamos com Mastromauro (2013, p.68) ao afirmar que "nesse sentido, o modo de vida da população pobre é denunciado em alta voz pelos higienistas". Com objetivos de identificar, esquadrinhar, dividir e isolar os espaços que representavam desordem e poderiam acarretar no mal funcionamento do todo, as teorias higienistas preconizavam "a catalogação de ruas e bairros mais pobres e precários, identificando as residências e os comportamentos humanos que geravam o aparecimento das doenças". Como as causas da tuberculose estavam

diretamente interligadas com o "ar", além dos espaços públicos, o interior das casas desses indivíduos foi objeto de medicalização e intervenção estatal.

Estas residências, localizadas nos subúrbios, nos arrabaldes da localização das indústrias, representavam significativamente os pontos de aglomeração do espaço urbano. Segundo Choay (2010, p.4), em meados do século XIX, "os subúrbios de Londres representa 13% da aglomeração e o de Paris 24%". Sendo conjuntos populacionais de números significativos, higienistas denunciavam a higiene física deplorável dessas residências, sendo o habitat insalubre do trabalhador e sua higiene moral objetos de atenção (CHOAY, 2010).

Dessa forma, um dos primeiros pontos de intervenção médica e política no que diz respeito ao combate da tuberculose nos grandes centros urbanos foi a residência dos trabalhadores pobres. Buscava-se remodelar as residências de forma a permitir a livre circulação de ar. A tipologia da casa se tornou um denominador de saúde. Países como a Inglaterra e Alemanha investiram na construção de casas para a população de baixa renda, seguindo parâmetros de controle de ventilação, umidade e claridade (MASTROMAURO, 2013).

Estes mesmos preceitos de limpeza e higiene, permaneceram após as descobertas de Koch. Contudo, com o surgimento da bacteriologia entre fins do século XIX e início do século XX, as teorias contagionistas ganharam espaço e a intervenção médica e política foi além do controle das residências das populações pobres. Era necessário controlar também os comportamentos das classes populares. Isto porque antes das descobertas médicas atribuía-se as causas das doença aos ares emanados nos ambientes, sendo o próprio espaço, em uma perspectiva bastante determinista, o agente de propagação de doenças e a causa principal de infecção do homem. Com a descoberta de Koch, a ideia de contágio, de transmissão da tuberculose pelo contato com o doente, remodelou as práticas intervencionistas (MASTROMAURO, 2013).

Dessa forma, segundo Bertolli (2001, p.39), "a definição do bacilo como agente responsável pela abrangência coletiva da moléstia pulmonar coagiu a Higiene Pública a analisar a consunção da moléstia que poderia ser controlada por intermédio do bloqueio das fontes produtoras do material contaminante". Assim, buscava-se policiar o doente. Os manuais de higiene desse período recomendavam a obrigatoriedade de denúncia do tuberculoso e colocavam o Estado como responsável pelo doente, pela inspeção de sua residência e pelo isolamento do mesmo em locais adequados. "Os lugares onde se

encontravam os pestilentos eram demarcados na cidade como extremamente nocivos impondo à família uma disciplina obrigatória que consistia primeiramente, pelo impedimento do doente de contaminar o saudável" (MASTROMAURO, 2013, p.43).

Algumas medidas eram tomadas neste sentido. O isolamento do doente na sua residência era uma delas. Impedi-lo de circular nas ruas era uma das soluções. Contudo, a identificação de um doente na família acabava por trazer um constrangimento entre os residentes tornando-se um problema no ambiente doméstico. Assim, além do isolamento domiciliar, buscava-se outras alternativas. Para os ricos, o "isolamento[41]" se dava nas montanhas, nas afamadas estâncias climáticas, em sanatórios de alto padrão. Para os pobres, após o desdobramento do conhecimento clínico-epidemiológico sobre a tuberculose, os movimentos oficiais buscaram criar sanatórios populares, destinados àqueles que não poderiam pagar pelos tratamentos nas montanhas.

Seguindo a lógica de disseminação de sanatórios nas regiões de altitude por toda Europa, "vários países europeus centraram recursos na campanha pela criação de casas de saúde franqueadas ao proletariado, alegando que a tísica fazia grande número de vítimas entre os extratos mais pobres da população" (BERTOLLI, 2001, p.55). O nascimento dos sanatórios populares nas montanhas partiu, assim, de dois movimentos: um se refere a um movimento social, em que médicos e leigos cobravam do Estado uma assistência controlada com o objetivo de impedir o alastramento da doença. Pode-se dizer que essa intervenção era como um cordão sanitário "estendido no interior das cidades entre ricos e pobres: os pobres encontrando a possibilidade de se tratarem gratuitamente ou sem grandes despesas e os ricos garantindo não serem vítimas de fenômenos epidêmicos originários da classe pobre" (FOUCAULT, 2006, p.95).

O outro movimento, orientado por intelectuais e médicos, justificavam a necessidade de criação de sanatórios populares em regiões de altitude como uma medida essencial para controle das classes proletárias a fim de torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas. Mas o perigo, neste caso, não era apenas relacionado ao contágio. Intelectuais do século XIX, eugenistas[42] e sociológos, produziram pesquisas revelando que as toxinas tuberculosas "faziam com que os fimatosos[43] agissem contra os valores básicos da

[41] Aqui trata-se de um isolamento no sentido de afastamento do ambiente familiar. O preconceito com o doente se dava inclusive entre as classes mais abastadas. Ter um doente na família era considerado uma ameaça (velada) aos parentes e amigos saudáveis.

[42] Teóricos que propõem uma seleção nas coletividades humanas baseada em leis genéticas; eugenismo.

[43] Tuberculosos (sinônimo).

sociedade", sendo que a doença era responsável pelos desarranjos coletivos e, consequentemente, o aumento no número de encarceramentos nas cadeias e manicômios (BERTOLLI, 2001, p.55).

Nesta mesma linha de raciocínio, sociólogos revelaram que o indivíduos que contraíssem a infecção pulmonar, devido ao desregramento da vida cotidiana, ficavam avessos ao trabalho. A tuberculose era, assim, um recurso "aos que buscavam fugir de seus compromissos com a sociedade". Citando exemplos na Itália, França e Alemanha, Bertolli (2001, p.55) destaca que o resultados dessas teorias, endossadas por campanhas sociais motivadas por médicos e burguesia, consistiu "na criação de uma rede de casas de saúde no continente europeu" tornando os sanatórios "espaços constitutivos do saber tisiológico".

Foi, portanto, a partir desse contexto em que os Estados buscavam administrar a saúde das cidades e de seus habitantes, que as montanhas passaram a ter novos frequentadores, por meio da existência de sanatórios destinados ao atendimento dos contaminados mais carentes. A construção de sanatórios populares em locais afastados dos grandes centros urbanos servia a diversos interesses. Com o encaminhamento dos doentes para longe dos aglomerados populacionais, atingia-se o objetivo de "limpar" as cidades e também de controlar os doentes mais pobres. O regime sanatorial era rígido e disciplinar. Adotando regras rigorosas de higiene, a prática sanatorial para as populações de baixa renda limitava-se a fórmula boa alimentação, ar puro e repouso. Mais próximo do regime hospitalar, os sanatórios populares não tinham os mesmos luxos e divertimentos dos sanatórios das elites.

Nas estâncias climáticas já consolidadas em diversos países, assistiu-se à implementação de sanatórios populares em áreas estratégicas, geralmente afastadas das áreas de tratamento da elite. Mas, claramente, a construção dessas intuições especializadas para pessoas de baixa renda em regiões montanhosas não era suficiente para comportar todo o fluxo de doentes necessitados presentes nas cidades. Assim, além dos sanatórios associados aos ares montanhosos, aos poucos outras instituições com os mesmos objetivos foram criadas em cidades com qualquer clima (ROSEMBERG, 1999).

Na falta de sanatórios, aos doentes carentes cabia procurar hospedagens alternativas em regiões montanhosas, tornando-se comum a habitação em pensões e moradias populares nas estâncias climáticas. Contudo, esta condição não se trata de um dado amplamente exposto na bibliografia científica. Segundo Rosemberg (1999, p.19), "se são abundantes os relatos dos tuberculosos das classes sociais mais elevadas economicamente, é escassa a literatura dos

doentes indigentes [...] sobre as misérias ocorridas com os tísicos nos hospitais públicos, mesmo nos países mais ricos".

Contudo, apesar de pouco documentado, não se pode negar que este foi um movimento importante nas estâncias climáticas. O acesso por parte da classe proletária às montanhas iniciou-se com ações de intervencionismo sanitário e ampliou-se com a busca de doentes pobres por hospedagens alternativas. Porém, cabe lembrar que a montanha ao longo do século XIX e início do século XX tinha um uso oscilante entre saúde e turismo, de acordo as práticas incorporadas pela elite. Inicialmente, a socialização da montanha extensiva às classes populares se deu exclusivamente para fins de saúde, mas aos poucos os usos turísticos foram incorporados pelas massas em um processo de imitação capilar. Neste movimento, alguns eventos se tornam relevantes para compreender a ampliação dos usos turísticos da montanha.

Para analisá-los, cabe voltar ao movimento de controle e medicalização dos trabalhadores. Aos tuberculosos, recomendava-se o isolamento e a internação. Entretanto, apenas esquadrinhar os doentes não consistia na total solução dos problemas urbanos relacionados a epidemia. Havia a necessidade de "chamar atenção dos jovens proletários para o perigo das enfermidades que poluíam as áreas urbanas, ensinando-lhes que as disposições higienistas eram produtos genuinamente derivados das leis morais" (BERTOLLI, 2001, p.100).

As causas da tuberculose, segundo apontavam as teorias higienistas do período, iam além dos "ares contaminados" e das condições insalubres do espaço urbano e das moradias dos trabalhadores pobres. A imoralidade, os comportamentos sedentários e promíscuos das classes trabalhadoras também eram apontados como causas de doenças como a tuberculose. Assim, somente aqueles que "cediam ao ócio, aos vícios e às tentações sensuais é que se tornavam fáceis presas do conjunto de patologias que consagrava o terreno da metrópole", segundo apontavam os discursos médicos (BERTOLLI, 2001, p.100).

Tais discursos são fruto da criação de uma "tecnologia de poder capaz de controlar indivíduos e as populações tornando-os produtivos e ao mesmo tempo inofensivos" (MACHADO *et al.*, 1978, p. 156). A medicina europeia intensificou a construção de um ser coerente com a modernidade por meio do apoio nas técnicas pedagógicas do discurso educador em saúde (BERTOLLI, 2001). Em diversos países, tais como Estados Unidos, França e também Portugal, foram instalados órgãos públicos de educação e propaganda

sanitária (BERTOLLI, 2001; VIEIRA, 2011). Estes órgãos tinham como objetivo elaborar cartilhas educativas, ir às escolas orientar os jovens e também educar a população proletária sobre os padrões adequados de cuidados higiênicos e de comportamentos visando manter a condição de saúde.

Aos saudáveis, para não contrair a tuberculose recomendava-se, além de manter a limpeza das casas, cuidar dos comportamentos considerados perigosos: alcoolismo, promiscuidade e má alimentação deveriam ser abolidos das práticas cotidianas dos operários. Recomendava-se, por exemplo, o casamento como forma de evitar a tuberculose. Entre os solteiros e viúvos o acesso à prostituição e aos prazeres da boêmia agravavam as possiblidades da doença (VIEIRA, 2011).

No seio familiar, mulheres e crianças quando má alimentadas também tinham maiores chances de desenvolver a doença, segundo apontavam os estudos médicos. Assim, todos os cuidados pessoais implicados nos imperativos morais e terapêuticos construíram um novo esquema, no qual o corpo se encontrava no centro das preocupações. Para Foucault (2006), o corpo passou a ser enfocado pelas tecnologias de poder, sendo vigiado e controlado como uma estratégia "bio-política". Cuidava-se do comportamento da população pobre dentro das fábricas, de suas casas e também nas escolas, organizando-se o corpo social em sua totalidade.

A escola, além do aprimoramento intelectual, também deveria zelar para que as crianças pudessem "realizar uma alimentação abundante, brincar, passear e repousar" (VIEIRA, 2011, p.16). O corpo deveria ser zelado e fortificado para que não fosse atingido pela doença. A família deveria dedicar-se a atividades ao ar livre. Passeios fora dos ambientes fechados e exercícios físicos eram recomendações recorrentes nos discursos higienistas.

> No início do século XIX, observou-se a multiplicação dos ginásios e dos professores de ginástica e a crescente divulgação de manuais de medicina que chamavam a atenção para as vantagens físicas e morais dos exercícios, o surgimento de formas mais regulamentadas de atletismo e alpinismo, e sobretudo, o aparecimento de jogos de bola como o futebol, o *rugby*, o hóquei de grama e o tênis (SALLES *et al.,* 2003, p. 326).

A palavra de ordem no século XIX era fortificar os corpos para evitar os "tempos perdidos" com os trabalhadores doentes (CORBIN, 2001). A morbidade e mortalidade operária em razão da tuberculose, é uma das preocupações centrais desse período. De tal forma que os discursos médicos ganharam poder e notoriedade no que tange à orientação da saúde do trabalhador e de sua família. Contudo, as orientações não foram centradas apenas nos comportamentos no ambiente doméstico. Os olhares dos médicos penetravam também

sobre a organização do trabalho, sobre os ritmos acelerados aos quais os trabalhadores eram submetidos. Os esforços excessivos dos trabalhadores também os deixavam mais suscetíveis às doenças.

Segundo Corbin (2001, p.334), sob a justificativa de atenuar "a mortalidade e a morbilidade operárias, de lutar contra os acidentes, os defeitos de fabrico, os tempos perdidos", uma nova ciência se estabeleceu entre fins do século XIX e início do século XX. Duas novas preocupações surgiram nesse aspecto: a fadiga e o repouso. Os estudos de fisiologia e psicologia apontavam que o excesso de trabalho era também prejudicial à saúde do trabalhador. A fadiga passou a ser considerada patologia e o repouso um ato necessário para a restauração da energia do operário. Os excessos nos ritmos de trabalho foram considerados como responsáveis pela fragilidade da saúde do proletário e por deixá-lo mais suscetível à tuberculose. O mesmo preceito se aplicava às escolas. Os excessos, físicos ou mentais, eram apontados como fator propiciador da doença.

> O *surmanage*[44] é concebido por médicos como uma fadiga cerebral que prepara terreno para doença [...] a multiplicação das vítimas escolares, dos 'fortes na disciplina da tuberculose' é o castigo deste excesso" (CORBIN, 1995, p.344)

É neste cenário que se repensaram os tempos de trabalho. A diminuição da jornada diária, o tempo das férias, a desaceleração dos ritmos foram acompanhadas e justificadas pela atividade científica que tentava conjurar as doenças que se espalhavam entre os mais pobres. Assim, a lógica das argumentações, o teor dos debates e as formas de ação de todos que lutavam pela redução do tempo de trabalho eram endossadas pelos temores epidêmicos e, mais do que isso, pela necessidade de restaurar a força do trabalhador, manter sua produtividade (CORBIN, 2001).

No entanto, se a doença foi um dos motores para repensar a organização dos tempos de trabalho, o mesmo ocorreu com os tempos fora dele. Com o aumento dos tempo livres, iniciou-se uma preocupação com os perigos do lazer espontâneo. Segundo Thiesse (2001, p.368), nos textos consagrados aos problemas sociais, a questão da organização do lazer e do trabalho ganharam o seguinte sentido: "entregues a si próprios, os proletários são propensos a dar-se sistematicamente a lazeres estupidificantes e aviltantes que os rebaixavam até à bestialidade e são as causas de sua miséria". Ainda de acordo com a autora:

[44] Este é um termo tirado da medicina veterinária e aplicado às condições de trabalho humano no século XIX. Trata-se do esgotamento físico ou mental produzido pelo trabalho prolongado, ergastenia.

> O trabalho, santo e sagrado, enobrece o operário; mas esta vantagem, tão preciosa quanto frágil, pode ser arruinada pelo lazer espontâneo; só um lazer são, que restaure moral e intelectualmente, é capaz de consolidar a posição do proletariado na humanidade**. Cabe às elites criar e organizar este lazer:** estariam a fugir ao seu dever mais urgente e mais nobre se não aceitassem esta tarefa [grifo nosso] (THIESSE, 2001, p.369).

Observa-se uma apropriação do tempo livre do trabalhador. O objetivo era organizar esses tempos, exercer o paternalismo patronal, controlando a mão-de-obra de forma que as massas populares pudessem utilizar de forma sã os seus tempos. Os temores eram de que se os operários utilizassem livremente seus tempos fora do trabalho, poderiam fazê-lo de forma negativa, entregando-se aos vícios, agravando os riscos de doenças. Assim, "a vontade de definir, de controlar, de ditar as modalidades do lazer dos trabalhadores e, deste modo, de fazer pesar sobre eles uma dominação simbólica é então estimulada pelo temor da anarquia no uso de um eventual tempo pessoal" (CORBIN, 2001, p.364). Dessa forma, buscava-se o progresso moral da classe operária a fim educá-la, de moldá-la aos padrões ideais de comportamento, de higiene e de produtividade.

Uma das formas de se obter tais condições foi por meio do desenvolvimento do turismo. As viagens, os divertimentos que por longo tempo tinham sido domínio reservado dos ricos, faziam parte das "fantasias", do desejo do proletariado e se tornaram um modelo interessante para o desenvolvimento de um lazer orientado, responsável pelo aprimoramento intelectual e físico dos trabalhadores. O turismo tornou-se, aos poucos, uma prática corrente ofertada por organizações sindicais, pelo patronato, líderes religiosos e, até mesmo, pelos Estados. Mas cabe destacar a relevância dos discursos de higiene e moral na estruturação desse movimento turístico que se iniciou em meados do século XIX. Os tempos dedicados ao turismo eram uma questão de educação e saúde.

Incialmente, as práticas foram estruturadas sob um viés filantrópico. Citando estudos sobre os lazeres dos operários ingleses no século XIX Porter (2001, p.30), afirma que "os filantropos paternalistas que desejavam recompensar os seus operários ou crianças andrajosas que empregavam" organizavam uma "viagem salutar para longe dos fumos e das barracas". A ideia era, ao mesmo tempo, exercer o paternalismo e desenvolver práticas de lazeres saudáveis, longe dos ares contaminados dos centros urbanos. A mesma lógica se aplicava nas associações atléticas ou desportivas, que por meio das viagens e dos esportes poderiam "desenvolver a força muscular e purificar os pulmões da juventude proletária; dar aos jovens distrações sãs e agradáveis, o que era um paliativo ao alcoolismo e às más companhias" (THIESSE, 2001, p.371).

Um dos eventos mais significativos apontados pelos historiadores do turismo, emblemático por inaugurar o movimento de viagens turísticas organizadas e a prática do agenciamento, também teve como fio condutor aspectos de saúde e educação. A primeira grande empresa de viagens do mundo, do militante batista Thomas Cook, "foi fruto do combate travado contra o alcoolismo". A primeira viagem organizada por ele teve como objetivo levar operários para uma "grande festa anti-alcoolica com piquenique" (PORTER, 2001, p.33). O valor sanitário, social e também pedagógico das excursões organizadas por Thomas Cook o tornaram célebre. "Trabalhadores ingleses eram retirados do vício do álcool e podiam descobrir seu país, começando pelo mar que eles nunca tinham visto" (BOYER, 2003, p.60).

Observa-se que o turismo era uma ferramenta interessante para modelar os comportamentos. A pedagogia das viagens era norteada pelas ações dos organizadores do lazer, preocupados com os comportamentos coletivos e com a saúde. A criação e o desenvolvimento das colônias de férias também foram orientadas por uma preocupação social. Era necessário "permitir que crianças pobres que viviam nas grandes cidades do século 19, muito poluídas (fumaça de usinas, aquecimento com carvão), pudessem partir para o ar livre durante as férias escolares" e, para tanto, diversas iniciativas fizeram nascer obras de caridade de colônias de férias (BOYER, 2003, p.60).

A palavra de ordem era buscar melhores ares, propiciar um tempo de repouso aos operários e, sobretudo, mantê-los longes dos vícios. Para tanto, os destinos escolhidos eram os mesmos que outrora apenas os ricos poderiam acessar: as termas, as praias e, sobretudo, as montanhas. Mas o que foi iniciado por paternalismo e sob um discurso filantrópico, logo passou a ser estruturado como um produto disponível e acessível às classes assalariadas possibilitando a difusão das práticas. Molina (2003) denomina este período como os tempos do "turismo industrial primitivo", momento em que surgiram os primeiros hotéis urbanos, quando houve a expansão do transporte de superfície e a estruturação das primeiras agências de viagens.

Corbin aponta que o fator de maior peso para o processo de ampliação da prática turística aos assalariados foi, sem dúvidas os avanços nos transportes. Segundo o autor "antes do aparecimento do caminho de ferro, a viagem era cara lenta penosa e até perigosa. As viagens de massas eram impossíveis por estrada [,,,] um só comboio podia transportar milhares de pessoas e o caminho de ferro tornou a viagem acessível às multidões" (CORBIN,

2001, p.30). Mediante à facilidade de transportes, pouco a pouco, destinos foram estruturados para receber os novos viajantes que se ampliavam. Surgiram, então, as estações de férias, locais onde os ideais de saúde e prazer entrecruzavam-se.

> Essas estações de férias, afastadas da indústria e da produtividade que tornava sua existência possível, esses centros, cada vez mais dedicados ao consumo numa época em que a produção ainda estava na ordem do dia, tendiam a desenvolver-se em lugares onde a natureza acentuava sua artificialidade: regiões isoladas, de difícil acesso, como os Alpes, os Vosges, os Pirineus, o Maciço Central, e, no seu devido tempo a praia (WEBER, 1989, p.219).

As montanhas estavam entre os destinos preferidos pelas grandes massas. O tempo de repouso nas altitudes inseriam-se nos ideais de prazeres exigentes que permitiam combinar higiene e férias. A montanha representava uma excelente forma de progresso moral, de saúde e de forma física e espiritual. Em imitação aos moldes das viagens excêntricas da aristocracia, diferentes classes sociais buscavam os lazeres nas montanhas em estações de férias, colônias populares e até mesmo em segundas residências em modelos mais simples. As estradas de ferro desempenharam um papel importante no desenvolvimento turístico em larga escala em lugares da moda como as cidades suíças. Segundo Boyer (2003, p.62), "na essência nada mudou a não ser o número de turistas. A problemática contemporânea consiste em transportar estas massas, alojá-las, regularizar o seu fluxo, chamar sua atenção, despertar o seu desejo, mas não em renovar o turismo".

Ainda segundo o autor, o turismo ampliado que se estabeleceu pelas revoluções nos tempos de trabalho não inventou novas fórmulas. O lazer das massas foi, portanto, herdeiro das formas elitistas. Segundo Boyer (1999, p. 31), "passou-se de um pequeno número às massas sem revolucionar-se o conteúdo". Se em um primeiro momento, os destinos da saúde e prazer como as montanhas foram criados por e para uma elite, as transformações sociais advindas do capitalismo e, sobretudo, dos conflitos causados pelos avanços das epidemias, foram de grande relevância para o controle social das massas e também a criação de destinos para o consumo orientado, consolidando locais onde o "uso turístico" manifestava-se como mais uma das formas de reprodução do capitalismo, onde o lazer se converte em uma nova mercadoria a ser comercializada transformando-se em "capital circulante" (HARVEY, 1990).

5.5 A urbanização das estâncias climatéricas: a combinação entre cidade e a natureza

A socialização da montanha veio acompanhada de um processo de ampliação da estrutura urbana destes espaços para atender às novas demandas de viajantes. Estes lugares, anteriormente enquadrados como ambientes mais naturais, com uma lógica de planejamento rural com caminhos vicinais, foram aos poucos sendo substituídos por uma organização mais urbana, com ruas e avenidas (DEPREST, 1997). A construção de estradas de ferro, de hotéis, pensões e segundas residências em razão do movimento de saúde e lazer que se estabeleceu nestes destinos foram fundamentais para a transição dessas antigas aldeias em cidades.

Ao mesmo tempo em que se iniciou o aumento do fluxo de doentes, e posteriormente de turistas, as preocupações dos higienistas se voltaram também ao processo de urbanização nas estâncias climatéricas. Se a lógica da organização dos grandes centros deveria estar interligada com o ordenamento das vias e livre circulação do ar, conforme lutavam os sanitaristas, o mesmo ocorreu com as estâncias em regiões de montanha, onde justamente buscava-se o tratamento de doenças por meio do clima. Assim, o desenho das vias, das praças, enfim, de todos os elementos que compunham estes espaços foram pensados visando a construção de destinos perfeitamente higiênicos.

Contudo, além da questão higiênica, o movimento que permeou a urbanização da maioria das estâncias climáticas também levava em consideração preceitos estéticos e uma valorização do ambiente natural, característica primordial desses espaços. Como visto, a construção do gosto pela montanha desenvolveu-se a partir da edificação estética e terapêutica sobre estas paisagens. O lugar sublime, de natureza exuberante, de ares perfeitos para a cura foram valorizados pelos primeiros movimentos de viajantes aristocratas que se deslocavam até os ambientes montanhosos.

A nobreza europeia buscava afastar-se dos cenários urbanos e dedicar um tempo a fruição em locais naturais, mas claramente, isso não foi realizado em ambientes totalmente destituídos de estrutura urbana mínima. As estâncias, após a consolidação do fluxo dos ricos viajantes, não se tratavam de espaços rurais nem tampouco selvagens. Eram pequenas cidades, organizadas de forma a aliar o natural e o construído. O refúgio das elites mesclava as benesses da natureza com as benesses das cidades, mas em uma lógica bem diferente da cidade industrial.

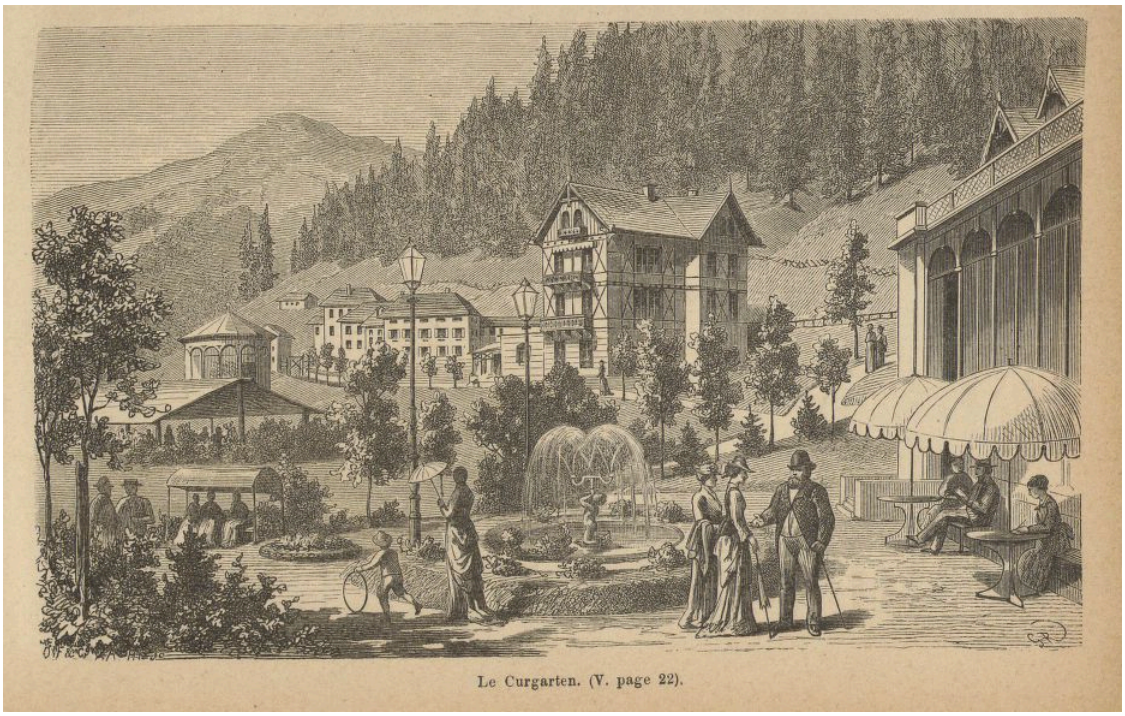
Os principais confortos da vida na cidade eram conjugados com a calmaria dos refúgios em altitude. Não havia a conturbação das fábricas, nem tampouco os ares poluídos, mas ainda sim contava-se com uma estrutura e serviços que permitiam melhor usufruir do

tempo de tratamento ou vilegiatura. Assim, teve-se a construção de núcleos urbanos nas estâncias, geralmente próximos às estações férreas, onde dispunha-se de diversos hotéis, pensões, casas e sanatórios para receber os viajantes. Nestes centros, pequenos serviços comerciais eram prestados. Cafés, oficinas, casas de medicamentos serviam a curistas e turistas.

Em destinos como Davos, todos esses comodismos eram destacados pelos viajantes. Os núcleos de recepção da antiga aldeia foram remodelados acompanhando a expansão de sua urbanização e do fluxo de curistas e turistas. Construíram-se passeios arborizados, jardins e edificações suntuosas com salões para festas. O luxo das instalações era complementado por seu entorno. Além da suntuosidade das montanhas e das hospedagens, as vias públicas eram amplas. Fontes e esgotos permitiam a circulação adequada de água e a limpeza dos espaços públicos. Nas praças, jardins e coretos completavam os ideais estéticos e se configuravam como ambientes da moda, onde os ricos poderiam ver e serem vistos.

A obra de Holsboer (1878), apresenta diversas ilustrações e relatos que revelam o modelo de urbanização de Davos, que tendo servido de referência a outros lugares, certamente fez escola no planejamento de estâncias em regiões montanhosas. Na ilustração 3, pode-se observar um dos núcleos urbanos da emblemática cidade Suíça, símbolo de seu tempo. A valorização do jardim, das fontes e de uma estrutura de fruição de espaços ao ar livre eram justificadas pelos discursos higienistas. Médicos e engenheiros se uniram para construir espaços urbanos em padrões ideais, onde saúde e beleza se misturavam.

Ilustração 4 – Imagem de um dos jardins da estância de Davos no século XIX



Fonte: Holsboer (1878).

A valorização dos espaços naturais e a prática da deambulação[45] eram bastante estimuladas no movimento que se estabeleceu nas estâncias em montanhas. Ao doente, os passeios eram recomendados para auxiliar no tratamento dos pulmões prejudicados. Aos sãos, o ar puro e a possibilidade de um tempo de descanso eram revitalizadores da saúde. Assim, a organização do espaço urbano dos destinos montanhosos contava com estruturas para passeios públicos em caminhos arborizados, com jardins, bancos, quiosques, fontes, sanitários, etc. Ou seja, locais onde era possível aproveitar a natureza, o clima e, ao mesmo tempo, cuidar da saúde, já que se tratavam de espaços higienicamente perfeitos, com livre circulação de ar, limpos. Foi dessa maneira que higiene e estética conjugaram-se na estruturação desses espaços. Os usos oscilantes entre curismo e turismo são, assim, ação e reação desse processo planejamento das estâncias que preconizavam concomitantemente o são e o belo.

De tal forma que não apenas nas estâncias essa prática se firmou. Pode-se dizer que a urbanização em tempos de epidemia foi instituída por dois movimentos. Um foi a inserção de estruturas citadinas em ambientes mais naturais, tais como as aldeias em montanhas a fim de ofertar maiores confortos e serviços aos viajantes das estâncias. O outro foi um movimento de

[45] Passear, andar à toa. O termo refere-se à prática das caminhadas ao ar livre no século XIX (RAUCH, 2001).

inserção de elementos naturais em espaços citadinos, tais como parques e jardins, para proporcionar um ambiente mais saudável aos seus residentes (HENRIQUE, 2009).

Em ambos os casos, estes espaços eram territórios dos mais abastados, seja nos pequenos núcleos urbanos das estâncias ou nos jardins urbanos presentes, sobretudo, em grandes centros como Inglaterra e França. Foi somente com o avanço nos problemas epidêmicos que estes ideais de urbanização se estenderam a outros territórios na cidade e nas estâncias. Com o agravamento da situação de salubridade das moradias populares, surgiram novos planos para a urbanização do espaço citadino e ampliação do acesso às estâncias. Segundo Henrique (2009, p.130) "com a ideia da higienização aliada a natureza e sua função estética no embelezamento da cidade, começa a se desenvolver um projeto de aproximação definitiva entre a natureza e o plano urbano – as cidades-jardim".

O modelo de urbanização cidade-jardim fez escola. Desenvolvido pelo inglês Ebenezer Howard, este plano previa um determinado desenho urbano e uma estrutura orgânica em harmonia com a natureza. Embora criticado, no início do século XX várias cidades europeias partiram desses ideais e se inspiraram nesta lógica de urbanização para remodelarem partes de seus espaços urbanos. O mesmo ocorreu com algumas estâncias no Brasil que se apoiaram nesta escola para criar uma maior integração entre cidade e campo objetivando construir "cidades-saúde" (FRANCO, 2002).

O parâmetro urbanístico cidade-jardim também teve suas variações. O subúrbio-jardim foi um desses desdobramentos. Com a expansão urbana propunha-se a criação de comunidades autônomas, de crescimento controlado, ou seja, de espaços planejados mais longínquos dos grandes centros, mas que ainda sim integravam campo e cidade. O subúrbio-jardim era entendido como uma extensão da grande cidade, privilegiando a fuga da densidade das áreas centrais (WOLFF, 2001). A motivação para a criação desses espaços (cidade-jardim ou subúrbio-jardim) tinha como intenções elevar o nível de saúde e bem-estar dos trabalhadores, proporcionando "uma combinação sadia, natural, econômica, da vida da cidade com a vida do campo" (CHOAY, 2010, p.222). O modelo proposto por Howard previa um padrão de cidade ideal. Embora as iniciativas de cidades-jardim não tenham seguido completamente as ideias propostas pelo inglês, a essência do projeto serviu de eixo norteador para diversas ações de urbanização.

O movimento cidade-jardim e seus desdobramentos foram inspiradores na construção de casas, lares, colônias centros ou campo de férias em localidades não tão longínquas dos

centros industriais, mas que ainda sim poderiam ser acessadas por operários com o objetivo de retornar aos locais de natureza. Sob o discurso da necessidade do homem "revisitar a natureza" a fim de promover sua saúde e qualidade de vida, a construção dessas estruturas para os operários acompanhou a mesma lógica de criação de espaços naturais conjugados com espaços construídos outrora realizados por e para a elite.

O tempo das férias ditaram os ritmos das temporadas dos trabalhadores. Além do repouso, para restabelecer o reequilíbrio da vida era necessário o tempo do passeio, o estímulo à deambulação, o usufruto do espaço natural. A construção de espaços de lazer e também de saúde ofertados aos assalariados utilizou-se de estruturas pré-existentes, em estâncias já consolidadas pelo movimento anterior da aristocracia. Na luta contra a tuberculose, contra o raquitismo, contra os efeitos perversos da industrialização selvagem, estas hospedagens que abrigavam o novo fluxo de viajantes que se estabeleceu nas estâncias poderia ofertar em seu entorno, ar livre, luz, sol, terra e campo, ou seja, excelentes remédios para "o crescimento do proletariado degenerado", sendo consideradas "importantes obras de saúde pública e interesse geral" (RAUCH, 2001, p.122).

Estes modelos de urbanização, cujos usos foram ampliados com a presença de um maior número de viajantes, prosperaram em diversos destinos montanhosos por toda a Europa. Davos foi simbólica, mas outras destinos climáticos ganharam força entre os usos de saúde e, posteriormente, os usos turísticos. Crasn-montana e Levy-Sin na Suíça, assim como Davos, ganharam espaço como estâncias climáticas. Mas logo outras também se consolidaram com outros usos, tais como a prática do alpinismo e a vilegiatura mundana, observada em diferente estâncias na Itália, Suíça, Alemanha e França.

Com o tempo, estas novas estruturas urbanas que surgiram foram apropriadas e reutilizadas para os usos do turismo e estes destinos montanhosos, em sua grande maioria, incorporaram a nova prática econômica. O que se iniciou com uma cultura em busca de saúde foi, aos poucos, sendo substituído por uma cultura em busca de evasão. As cidades-saúde viraram cidades-turismo e o modelo cidade-jardim passou a ser incorporado pelas novas práticas elaboradas pela atividade turística. O espaço da montanha, a natureza revisitada, foram consagrados como produtos de lazer disponíveis a um número cada vez maior de viajantes.

As paisagens, o afastamento dos centros urbanos, o equilíbrio entre o natural e o construído presentes na urbanização das estâncias ganharam novas dimensões com a prática

turística. Os avanços na medicina e os ganhos nas organizações dos tempos de trabalho tiveram peso importante nesse processo. Os tempos dispensados nos destinos de natureza não mais se referiram aos temores epidêmicos. O usufruto destes espaços urbanos diferenciados, longe das lógicas caóticas dos grande centros foram apropriados por novos padrões de comportamento, novos valores, novas expectativas e estilos de vida. A montanha, seu clima e paisagem passaram a ser usadas e consumidas como produto turístico, sob justificativa de usos do tempo livre como diversão, como enriquecimento cultural, como mediador do *stress* da vida nos aglomerados urbanos. Como pode ser constatado, as práticas renovaram-se, mas o conteúdo permaneceu. A urbanização destes espaços apenas adaptou-se às exigências dos novos viajantes, mas sem revolucionar sua essência.

Tratando-se de um movimento recorrente em diversos destinos, observaremos no próximo capítulo como este movimento se materializou no objeto de estudo. As linhas que direcionaram a elaboração do gosto pela montanha, seus diferentes usos, as políticas sociais envoltas nesse processo e a urbanização dos grandes centros e também das estâncias são eventos fundamentais para compreender as lógicas que envolveram a formação territorial de Campos do Jordão.

6. A TUBERCULOSE NO BRASIL E O NASCIMENTO DA SUÍÇA BRASILEIRA

Como visto, a invenção do gosto pela montanha e seus diferentes usos, de saúde e de turismo, foram observados primeiramente no cenário europeu, precursor de importantes transformações sociais. Este movimento, permeado por teorias e práticas médicas, foi responsável pela construção de diversas estâncias climáticas, dentre as quais destacou-se Davos. O modelo europeu serviu de inspiração para a formação da estância de Campos do Jordão, mas a constituição deste território apresenta suas especificidades. Sendo assim, neste capítulo objetivamos compreender quais eventos permitiram que as antigas terras do brigadeiro Jordão fossem apropriadas e utilizadas para a modelação da estância de saúde, revelando quem são os atores envolvidos nesse processo e como os mesmos contribuíram para a composição dos usos da saúde neste território. Observando como se deram os primeiros passos do planejamento urbano de Campos do Jordão, o presente capítulo também revela como as práticas e o lugar se combinaram servindo a diferentes interesses sociais, políticos e econômicos.

6.1 A tuberculose no Brasil e o refúgio climatérico nos Campos do Jordão

Para compreender as raízes que fundamentaram a construção de Campos do Jordão, há primeiramente a necessidade de abranger os contextos que tornaram a tuberculose objeto de preocupação médica no Brasil. Embora a doença estivesse presente no país desde os primeiros contatos dos colonizadores infectados com os índios, a mortalidade causada pela tuberculose só começou a ter maiores destaques durante o período do Império. Apresentando elevados índices de mortalidade, esta e outras doenças epidêmicas se tornaram objeto de preocupação.

A inquietação com a tuberculose se deu, dentre outros fatores, em razão do forte intercâmbio entre as práticas das comunidades médicas residentes nas colônias e os centros científicos do Velho Mundo, que buscavam compreender "os fenômenos nosológicos, patológicos e terapêuticos por todo o globo terrestre" (EDLER, 2001. p.930). Assim, os médicos residentes nos trópicos eram estimulados a documentar as doenças regionais, seus efeitos e possibilidades de tratamento, a fim de obter dados que alimentavam uma geografia

médica global. Identificando doenças recorrentes em diversas partes do mundo, tais como a tuberculose, os mesmos procedimentos de combate à doença aplicados na Europa foram instaurados no Brasil.

Assim, mediante as mesmas concepções teóricas sobre a tuberculose, atribuiu-se as causas desta doença no país aos miasmas emanados pelas condições insalubres das casas dos mais pobres, o que era agravado pelas condições climáticas, cujo calor acelerava as emanações pútridas. Tais condições levaram a Junta Central de Higiene do Império a combater a tuberculose, assim como outras epidemias tais como a varíola e febre amarela, por meio da organização sanitária dos cortiços no Rio de Janeiro. A partir de 1870, diversas leis foram instituídas visando aplicar medidas sanitárias nestas habitações (MACIEL *et al.*, 2012).

O fim do século XIX foi marcado pelo avanço da doença no país. Embora houvesse intervenções médicas e políticas no combate à doença, a higienização dos cortiços não surtiu grandes efeitos na tentativa de freamento do surto epidêmico. O aumento populacional em grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo, ampliado com as transformações sociais e econômicas da *Belle Époque* do Café (DOIN *et al.* , 2007) contribuíram com a disseminação da tuberculose, sobretudo nas cidades que se expandiam.

Mas cabe destacar que, nesse período, na Europa, o tratamento climatoterápico já se encontrava à disposição das elites em muitos destinos montanhosos, inclusive em Davos que desde 1865 recebia um fluxo de doentes, embora ainda pequeno. A construção do gosto pela montanha e a teoria da imunidade alpina, aliadas a simbologia romântica da doença, levaram a disseminação da fama das curas nas altitudes e das estâncias climatéricas também entre a elite brasileira. Aqueles que poderiam se deslocar até as montanhas europeias chegavam até mesmo a desejar contrair a "febre das almas" que aflorava as capacidades artísticas e intelectuais (MACIEL *et al.*, 2012). Viajar até as estações de cura no estrangeiro era, dentre a elite nacional, considerado sinal de *status* e distinção.

A literatura brasileira têm diversos exemplos de exaltação da doença atreladas ao modo burguês de vida. Ignorando o padecimento dos tuberculosos pobres, os dramas literários e poesias valorizavam a figura do tuberculoso como criaturas que não pertencem "ao mundo do trabalho e das preocupações materiais" (PORTO, 2007, p.45). Montenegro, citando um exemplo de como a tuberculose se tornou um atributo interessante aos ricos e aos intelectuais brasileiros, reproduz o seguinte trecho de uma carta do poeta romântico Casimiro de Abreu, escrita em outubro de 1858, momento em que já se encontrava tuberculoso:

> Mas queria a tísica com todas as suas peripécias, queria ir definhando liricamente, soltando sempre os últimos cantos da vida e depois expirar no meio de perfumes debaixo do céu azulado da Itália, ou no meio dessa natureza sublime que rodeia o Queimado (ABREU, 1858 *apud* MONTENEGRO, 1971, p.27).

A possibilidade de ir às curas em terras distantes evocava uma concepção espiritualizada da doença. Em contato com a natureza, com o clima ideal, com os prazeres que as estâncias ofertavam, o doente poderia elevar suas sensibilidades, conforme exaltava-se na literatura nacional. Mas ao mesmo tempo em que a elite brasileira buscava as estâncias estrangeiras, estimuladas pelos exemplos de escritores nacionais e internacionais[46] que exaltavam o tempo de sublimação no tratamento da tuberculose, médicos brasileiros estudavam as possibilidade de encontrar em solo nacional climas tão bons quanto os encontrados na Europa para a terapia de doenças pulmonares.

A busca pelos climas ideais no Brasil fazia parte de um movimento médico já instaurado desde meados do século XIX. O médico francês Alphonse Rendu realizou uma missão no Brasil em 1844, a mando do Ministério da Instrução Pública da França, para estudar as doenças que acometiam os europeus que vinham se fixar aqui. Enfatizando o clima quente e a difusão de doenças, o médico destacava que o "sul do Império" tinha um clima mais parecido com a Europa e que ali se encontrava uma população superior física e moralmente (EDLER, 2001). As teorias do médico francês são representativas do que se configurou nas academias de medicina brasileira ao longo do Segundo Reinado. As disciplinas correlacionavam clima e doença e os olhares dos futuros médicos eram estimulados a reconhecer as condições climáticas das regiões:

> [...] o pressuposto de que as doenças eram provocadas pelas condições atmosféricas e telúricas obrigava os médicos a reivindicar um certo programa de pesquisas sobre a nosografia nacional, associado a um levantamento topográfico. Isto era feito com o **emprego dos métodos desenvolvidos pela disciplina denominada climatologia médica** [grifo nosso]. Outras pesquisas que se associavam às deste tipo eram as análises químicas das fontes de água mineral, os estudos químicos sobre as propriedades terapêuticas das plantas nacionais — visando constituir as bases da matéria médica brasileira — e as importantes descrições de casos clínicos e tipos de tratamento, que os médicos publicavam, tendo como referência sua prática profissional (EDLER, 1996, p.288).

Neste viés, surgiram algumas pesquisas nacionais buscando a terapêutica de diversas doenças, dentre as quais destaca-se a tuberculose, por meio do clima. Dentre os trabalhos

[46] São diversos os escritores brasileiros que abordaram a questão da tuberculose em suas obras, sempre observando-se uma visão romântica da doença. José de Alencar, Cruz e Souza, Augusto dos Anjos, Manuel Bandeira, dentre outros (MACIEL *et al.*, 2012). Dentre os estrangeiros, destaca-se Antonio Pereira Nobre, cujo soneto escrito em Cladaveu em 1895 inspirou Bandeira a também ir se tratar na Suíça (BANDEIRA, 1985). A adaptação da obra francesa *Damas das Camélias* também repercutiu no ideário romântico da doença no país no século XIX (MONTENEGRO, 1971).

desse gênero, destacamos os estudos de dois médicos: Domingos Jaguaribe Filho e Clemente Miguel da Cunha Ferreira. Domingos Jaguaribe Filho nasceu em Fortaleza em 1848 e formou-se médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1874. Em sua tese intitulada "Reflexões sobre a colonização do Brasil, na área de geografia médica", de 1878, o médico discutia o aclimatamento dos imigrantes no Brasil a partir das referências da geografia médica francesa e alemã. Segundo Viana (*et al.*, 2014, p.1349):

> Jaguaribe Filho seguia a linha neo-hipocrática em voga na geografia médica: sugeria que as cidades adotassem espaços abertos para permitir a circulação de ar, insolação e iluminação, favorecedores da higiene e da salubridade. Aportava ao ambiente natural a construção humana: as condições favoráveis para o aclimatamento dos imigrantes, além do clima, vegetação e áreas férteis, dependiam da infraestrutura urbana, incluindo edificações e equipamento sociais (escolas, cooperativas) bem como da interação com centros consumidores.

Como pode ser observado, o médico propunha a implementação de núcleos coloniais para imigrantes com determinadas condições urbanas e naturais, dentro dos parâmetros observados nas teorias médicas em voga na Europa. Seguindo as ideias propostas em sua tese, o médico que havia casado com a filha do barão de Porto Feliz, um dos mais importantes fazendeiros do oeste de São Paulo, começou a adquirir terras em regiões despovoadas do território paulista com o objetivo de fomentar e implementar os núcleos coloniais que havia proposto em sua teoria. Norteado por estas ações, em 1891 Jaguaribe Filho adquiriu uma grande extensão de glebas na área onde hoje se situa Campos do Jordão. O objetivo do médico ao adquirir estas terras era "constituir um núcleo colonial e uma estância higiênica e hidromineral nos padrões suíços" (VIANA *et. al*, 2014, p.1349).

Tais intenções foram representativas de dois movimentos. O primeiro tratava-se de encontrar lugares ideais para a adaptação dos imigrantes europeus no Brasil, visto que nesse período havia um fluxo significativo de entrada de estrangeiros no país em razão da necessidade de mão-de-obra para trabalhar na produção de café, sobretudo na região oeste de São Paulo (GONÇALVES, 2014). Assim, buscava-se terras que tivessem um clima similar ao encontrado na Europa, com o objetivo de evitar que os trabalhadores imigrantes sofressem com as doenças agravadas pelo calor e, assim, as propriedades de Jaguaribe Filho seriam úteis a tais ações.

Os locais afastados dos centros urbanos, segundo a proposta de Jaguaribe Filho, seriam alternativas para a minimização dos riscos dos imigrantes padecerem com o clima e com doenças presentes nos aglomerados das capitais. Mas não só. Além da possibilidade de

organização de núcleos coloniais mais seguros sob o ponto do vista epidêmico, a aquisição de terras em altitudes elevadas também foram pensadas por Jaguaribe Filho como método terapêutico. Dessa maneira, a aquisição das terras onde hoje se situa Campos do Jordão também é representativa de um movimento médico que buscava climas ideais no Brasil para instalar uma estância climática aos moldes daquelas que a elite brasileira buscava na Europa.

Mas a eleição por estas áreas para atingir a estes objetivos não se deu ao acaso. A fama desta região já vinha se desdobrando no meio médico por meio das divulgações dos estudos do carioca Clemente Miguel da Cunha Ferreira. Nascido em Resende em 1857, concluiu seus estudos em medicina em dezembro de 1880, quando recebeu o título de doutor. Em 1879 o médico esteve nos "campos do Jordão" realizando pesquisas sobre as propriedades climáticas do lugar e, em 1883, publicou um ensaio pioneiro sobre "O clima de Campos do Jordão no Tratamento da Tuberculose" (ACADEMIA DE MEDICINA DE SÃO PAULO, 2015).

A escolha das terras jordanenses para as teorias de Clemente Ferreira não foram aleatórias. A proximidade geográfica deste território com as capitais do Rio de Janeiro e São Paulo, aliadas à altitude do lugar e o clima frio em comparação às cidades do entorno foram propulsionadores das investigações do médico em busca dos climas ideais para tratamento da tuberculose. Além disso, observou-se também o desejo de um dos fazendeiros da região em divulgar um dos seus hotéis no local, que em 1879, vinha recebendo alguns doentes. Ou seja, quando Clemente Ferreira esteve nos campos do Jordão, já havia um fluxo de alguns poucos doentes que procuravam o clima frio das montanhas para permanecer por algum tempo, a fim de amenizar os efeitos da doença.

Embora esse fluxo de viajantes para tratamento da tuberculose até o povoado existente nos campos do Jordão fosse pequeno, a possibilidade de conferir se os ares deste destino eram de fato terapêuticos, conforme exigiam os meios científicos, chamou a atenção do médico visto que a doença começava a se agravar nos grandes centros. Cabe destacar que entre fins de 1880 e início de 1890, as capitais paulista e carioca estavam iniciando seu crescimento e, em conjunto com a expansão urbana, a tuberculose estava se alastrando, despertando a atenção de médicos e higienistas para este problema.

O ciclo do café trouxe avanços nos transportes e um novo movimento aos centros urbanos, assim como o enriquecimento de uma elite do "*coffe business"*. Segundo Doin (*et. al,* 2007, p.99), esta mesma elite era a "que possibilitava o investimento de parte dos lucros

na produção industrial, tornando-o um elemento indutor fundamental na criação de uma dinâmica favorável à modernização da economia". Com as mudanças trazidas com a expansão do café e início da industrialização, embora ainda embrionária, os problemas urbanos começaram a se agravar. A entrada de imigrantes no Brasil aliada ao aumento da pobreza nos centros urbanos colocaram novamente a tuberculose no foco das atenções.

Foi diante deste cenário que Clemente Ferreira escreveu sobre as propriedades do clima de Campos do Jordão para combater a tuberculose. As terras jordanenses reuniam todos os itens necessários à construção de uma estância climatérica. Elevada altitude, clima frio, atmosfera ideal, além de uma estrutura prévia de um pequeno povoado, com acomodações que poderiam acolher aos viajantes. Esta estrutura tratava-se de algumas melhorias realizadas pelo fazendeiro Matheus da Costa Pinto, português radicado na região, que em 1876 construiu uma capela e um pequeno hotel em 1879, para receber àqueles viajantes que procuravam o pequeno povoado, tais como negociadores de gado.

Interessante destacar que, mesmo antes da divulgação dos estudos de Clemente Ferreira, o pequeno hotel de Matheus da Costa Pinto já recebia alguns tuberculosos que, por conta própria, buscavam climas mais amenos para aliviar os sintomas da doença do peito. Tendo percebido o potencial do empreendimento, observou-se o desejo do fazendeiro em ampliar o fluxo de clientes em sua hospedagem. No jornal "A província de São Paulo" de 27 de abril de 1879, um anúncio do hotel foi publicado destacando a estrutura para a recepção do fluxo de doentes:

> O hotel tem arranjo de decência precisa à recepção de famílias. Cuida-se da admissão de maior pessoal para o dito hotel, atendendo a que, produzindo os referidos Campos a cura de pessoas afectadas da Thysica, está sendo grande a afluência de pessoas enfermas. (transcrito por PAULO FILHO, 1986, p. 57).

Tendo observado esta hospedagem nos tempos dedicados à pesquisa, Clemente Ferreira contribuiu com a propaganda do empreendimento localizado no pequeno povoado por meio da publicação de suas pesquisas. Com as divulgações da virtude do clima jordanense, aos poucos o pequeno hotel foi sendo procurado por um maior número de doentes. No jornal "A província de São Paulo" de março de 1881, Clemente Ferreira afirmava:

> Os campos do Jordão hoje oferecem numeroso recursos, diversos meios confortáveis para um passadio agradável; existem habitações em grande número, podendo acomodar muitos doentes [...] Davos, Samaden, Saint Moritz, Goerbersdorf, etc, poderão rivalizar-se com o clima de Campos do Jordão, porém, não excede-lo. Imagine-se um mosaico climatérico,

> constituído pelo que há de mais belo e ameno na Europa, associado ao que de mais encantador e aprazível se pode encontrar sob os trópicos, e ter-se-á uma ideia do que vale semelhante éden sanitário (FERREIRA, 1881 *apud* PAULO FILHO, 1986, p.90).

Como pode ser observado, Clemente Ferreira inspirou-se nas já afamadas estâncias climatéricas europeias para afirmar que os Campos do Jordão tinham as condições necessárias para competir com as mesmas. Em seus estudos o médico apresentou dados como temperatura, níveis de ozona, umidade, altitude, relevo, mostrando que todas as suas aferições culminavam em um produto tão notável quanto os parâmetros observados nas estâncias do estrangeiro. Isso porque, conforme já observado, as teorias médicas europeias já utilizavam as estâncias climáticas famosas como Davos para seguir um padrão ideal de clima e estrutura terapêutica. Compartilhando dessa metodologia, Clemente Ferreira considerou o destino estudado com os padrões adequados para a construção de um espaço para tratamento da tuberculose.

Além das condições terapêuticas ideais, percebe-se nos escritos de Clemente Ferreira o entusiasmo em tornar os Campos do Jordão "um refúgio climatérico" tão atrativo quanto os encontrados fora do país. Nota-se que, apesar da tuberculose ter suas causas atreladas à pobreza e aos aglomerados urbanos que estavam iniciando sua expansão, o objetivo de Clemente Ferreira ao divulgar as propriedades climáticas dos Campos do Jordão para tratamento da doença, ao que parece, era estimular que este pequeno povoado fosse frequentando por aqueles que buscavam no estrangeiro a cura da doença.

A tuberculose estava se espalhar em razão dos avanços do ciclo econômico do café, mas ao mesmo tempo, crescia também a elite cafeeira que poderia frequentar uma estância climática no país. Utilizando-se dos mesmos recursos de exaltação e sublimação no tratamento da doença observados na literatura do período, Clemente Ferreira escreveu:

> Demais, a atmosfera leve e seca, maciamente agitada por uma variação deliciosa, embalsamada pelas emanações resinosas dos pinheiros, o firmamento de uma limpidez profunda e suave e o sol a dardejar garboso, os seus argênteos raios, tudo concorre para debuxar, na tela grandiosa das sensações, os mais delicados arabescos, os rendilhados do mais fino vapor. O moral, o mais abatido se levanta desde então, o pesar foge temeroso ante a alegria e os sorrisos da natureza e a tristeza se esvoaça para longe, desoprimindo o peito que se desabrocha aos beijos de emoções agradáveis e prazenteiras. Após duas pequenas léguas de branda descida, entremeadas de várzeas bastante extensas, aparecem as primeiras habitações dos campos do Jordão. Parece que se penetra em um paraíso (FERREIRA, 1881 *apud* PAULO FILHO, 1986, p.88)

Como nota-se, o trecho publicado no jornal[47] acentuava os prazeres da paisagem e do clima na experiência do viajante. Percebe-se que a narrativa do médico buscava exaltar muito mais do que as propriedades terapêuticas do lugar. No discurso estavam alinhadas às teorias médicas a possibilidade de fruição da paisagem e os sentimentos envolvidos no encontro com a natureza. Oscilando-se entre saúde e enaltecimento da montanha nos trópicos, este texto circulou entre aqueles que tinham acesso ao periódico e, claramente, a quem interessava o discurso: as elites. Embora o pequeno povoado ainda não contasse com uma estrutura de hospedagem, nem tampouco de transporte à altura dos sanatórios europeus, um primeiro movimento de doentes se iniciou nas propriedades de Matheus da Costa Pinto.

Para receber esses doentes, a antiga hospedagem para comerciantes de gado ganhou melhor estrutura. Não se tratava de um estabelecimento luxuoso, mas o hotel construído pelo fazendeiro português nos Campos do Jordão atraía aqueles que queriam uma alternativa às longas viagens para a Europa. Aos tuberculosos que não poderiam pagar, o fazendeiro oferecia oportunidade de trabalho e moradia no entorno e assim, aumentava o povoado sob seu comando (PAULO FILHO, 1986). Embora pequeno, o número de doentes que se deslocava até lá, já era representativo de um movimento que buscava dar novos usos ao pequeno povoado. Endossados pelo discurso médico e, em razão dos interesses do fazendeiro português em ampliar seu povoado e também seu empreendimento, o início dos anos de 1880 representou os primeiros passos da prática do curismo em Campos do Jordão.

Mas as intenções em construir uma estância aos moldes europeus para a elite que formava-se no Brasil logo sofreram alterações. As notícias da descoberta de Koch em 1882 mudaram os rumos do combate à doença no país. No fim do século XIX a noção de doença social, de flagelo social ou doença operária tornava-se cada vez mais forte, e assim como na Europa, baseava-se na capacidade de contaminação nas condições de vida desfavoráveis daqueles que a contraíam e disseminavam a tuberculose: os pobres e os trabalhadores (GONÇALVES, 2000, s.n.).

Embora a terapêutica da tuberculose por meio da climatoterapia tenha permanecido praticamente a mesma após a descoberta de Koch, as teorias contagionistas deram novas condições aos usos que se pretendia fazer das curas nos Campos do Jordão. O tuberculoso rico necessitava de uma estrutura maior e melhor do que a ofertada pelo pequeno povoado, uma vez que com as novas teorias sobre a doença, o objetivo era isolar-se, sair da convivência

[47] "A província de São Paulo" de março de 1881.

familiar para evitar o contágio e residir, muitas vezes por anos, longe da cidade em um ambiente mais propício à respiração. O estigma da doença fomentava a necessidade de se ter espaços melhor equipados para receber estes doentes que eram instigados a exilar-se nas montanhas.

Por outro lado, o destino dos Campos do Jordão também seria necessário à terapêutica dos mais pobres, estimulando-se inciativas que visavam construir espaços destinados a estes. Assim como na Europa, o bacilo de Koch remodelou as ações de saúde e houve a necessidade, em fins do século XIX, de se pensar em espaços não apenas para os ricos, mas também para acolher a massa operária, a qual se desejava manter em condições de saúde por motivos políticos, sociais e econômicos. Em razão da falta de uma melhor estrutura de recepção aos doentes, aliada às dificuldades de transporte para chegar até o local, o fluxo de tuberculosos no lugar não representou avanços significativos até o início dos anos de 1890, momento em que novos investidores como Domingos Jaguaribe retomaram as propostas iniciais de transformar aquelas glebas em um destino de saúde.

O antigo povoado de propriedade de Matheus da Costa Pinto, que recebia alguns poucos tuberculosos, inclusive escravos, comprados a baixo custo por estarem doentes e enviados pelos fazendeiros para aquelas montanhas a fim de se tratarem e se tornarem novamente úteis ao trabalho (PAULO FILHO, 1986), ganhou novo ânimo com os investimentos de Domingos Jaguaribe. Abastado e influente dentre a elite paulista, o médico transformou o antigo povoado em um pequeno núcleo urbano, denominado Vila Jaguaribe em homenagem aos seus esforços para melhorar o lugar. Mas os interesses na aquisição e desenvolvimento das terras onde localizava-se esse antigo povoado foram permeados e justificados por múltiplos saberes.

Entre 1884 e 1888 o médico inseriu-se na política como deputado, e enquanto ocupava este cargo Jaguaribe Filho propôs "à imprensa e ao presidente da província de São Paulo a criação da Comissão Cartográfica e Geográfica para demarcar o território paulista". O objetivo dessa comissão era reconhecer o interior da província e encontrar, especialmente, terras devolutas para exploração das companhias de colonização (VIANA *et al.*, 2014, p.1349).

A exploração do interior de São Paulo foi realizada pelo engenheiro Teodoro Sampaio, que assim como Jaguaribe Filho pertencia à classe burguesa que crescia. Responsável pela produção de mapas e relatório técnicos em diversos projetos brasileiros, o engenheiro foi

atuante no planejamento urbano e regional de São Paulo, tendo realizado uma consultoria privada a um grupo de proprietários na serra da Mantiqueira, dentre os quais se destaca Jaguaribe Filho (VIANA *et al.,* 2014). A incursão de Teodoro Sampaio, realizada em 1893, tinha como objetivo analisar as características ambientais dessa região e, com base na geografia e no clima, indicar as melhores opções para investimentos e planejamento desses lugares.

Tendo realizado a visita também nos Campos do Jordão, passando pelas propriedades de Jaguaribe, o engenheiro produziu um relatório técnico apontado as qualidades do lugar e as atividades mais propícias a exploração econômica neste espaço. Dentre as propriedades agrícolas, o engenheiro apontou a possibilidade da produção de gado e lavoura de frutas europeias. Contudo, o relatório, sem dúvidas, deu destaque às propriedades curativas do lugar, pela água e pelo clima. Segundo Sampaio, o desenvolvimento local seria viável pela exploração da vertente sanitária. Reforçando as qualidades climatéricas, o engenheiro escreveu:

> Tomamos para logo a resolução de escrever as notas alinhavadas, pálido tributo de vulgarização, por esses tesouros ignorados da serra da Mantiqueira. Julguem, ao menos, pelo nosso entusiasmo, os que menos felizes do que nós não lograram respirar a longos haustos esse ar puríssimo que jamais cessaremos de apregoar. Mas 'melhor é experimentá-lo que julgá-lo'" (SAMPAIO, 1978[48], p.43)

Mas não apenas as qualidades do clima foram abordadas por Sampaio. Reforçando as justificativas de que aquelas terras seriam viáveis a exploração de um destino de saúde, o engenheiro destacou também as qualidades das águas do lugar, exaltando a potencialidade que essas propriedades teriam para a atrair viajantes em busca de saúde:

> Nas margens desse pequeno lacrimal formaram-se então poças de vários tamanhos em que sobrenadam manchas avermelhadas com os tons metálicos do peróxido de ferro. São estas as fontes minerais cujas virtudes para males de estomago têm sido mais de uma vez provadas. Estas águas estão carecendo entretanto, de uma boa captação para o seu melhor aproveitamento. Elas muito hão de concorrer para celebrizar essa localidade, atraindo para estes sítios as vistas dos que viajam por motivo de saúde (SAMPAIO, 1978, p.17).

Sob as justificativas técnicas, o engenheiro alertou ainda que seria interessante que houvesse um estrada de ferro interligando as capitais até os Campos do Jordão e que os poderes públicos investissem nas melhorias necessárias, uma vez que os benefícios da localidade aos doentes eram necessários à saúde pública. Munido do relatório de Teodoro Sampaio, em conjunto com a tese de Clemente Ferreira, e com os conhecimentos do próprio

[48] O relatório realizado em 1893 foi publicado em 1978 no formato da obra *Viagem à Serra da Mantiqueira.*

Jaguaribe Filho em medicina, o médico proprietário das glebas jordanenses iniciou o projeto de melhoramento do povoado e construção de um núcleo urbano nas condições sanitárias ideais. Embora um dos seus objetivos iniciais tenha sido montar um núcleo de colonização para imigrantes, o relatório de Sampaio foi preponderante na identidade curativa do lugar e, certamente, foi suficiente para convencer Jaguaribe Filho sobre a viabilidade de desenvolver ali uma estância de saúde.

Tendo este plano como norte, o médico iniciou a urbanização do povoado. Para tanto, ele realizou o parcelamento de suas propriedades. "Alguns lotes foram disponibilizados para a Igreja e para o Estado, outros foram ofertados gratuitamente a proprietários particulares" (VIANA *et al.,* 2014, p.1354). Os casarões eram construídos com a madeira do entorno e o arquiteto era especializado, trazido de São Paulo pelo próprio médico para desenvolver da melhor forma possível o núcleo de povoação. Esses proprietários dos casarões construídos na Vila Jaguaribe eram "negociantes, capitalistas e homens de Estado". Em 1891, esses moradores fizeram um abaixo-assinado solicitando ao serviço de correios do Estado de São Paulo a instalação de uma agência na Vila Jaguaribe, uma vez que uma nova era de melhoramentos havia se iniciado naquela localidade (VIANA *et. al.*, 2014; PAULO FILHO, 1986).

Os investimentos em melhoramentos tinham basicamente um objetivo: por meio da urbanização, formar um núcleo de recepção que atenderia não apenas à população fixa mas, sobretudo, à população flutuante, composta principalmente por pessoas de "boa colocação" que buscariam a Vila Jaguaribe nos Campos do Jordão nos verões, em busca de refúgio ou por motivos de saúde. A intenção do médico em conjunto com os novos proprietários de lotes da Vila, era construir um destino para que a elite das capitais pudessem encontrar um descanso dos ares conturbados dos grandes centros e também uma alternativa ao tratamento da tuberculose, aos moldes das estâncias europeias. No abaixo assinado solicitando a agência dos correios, os moradores escreveram[49]:

> Sob o influxo inteligente de proprietários, como o Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe, uma nova era de melhoramentos começa a inaugurar-se nestes sítios. Para completar, porém, os inúmeros elementos emanadores da fundação rápida **dessa futura "Suíça Brasileira**" [grifo nosso], indispensável se torna o importante melhoramento da agência postal, cuja criação está em vossas mãos, em que nos é grato reconhecer espírito

[49] Este é um trecho do abaixo assinado dos moradores da Vila Jaguaribe de 22 de dezembro de 1891.

> adiantado e funcionário modelo e patriota, interessado pelo progresso da República Brasileira. (transcrito por PAULO FILHO, 1986, p.108).

A ideia era, claramente, dedicar a urbanização daquelas glebas ao desenvolvimento de uma Suíça Brasileira. Mas com os avanços da tuberculose e a descoberta do bacilo, outro gênero de ações começou a se espalhar entre as sociedades das capitais: fomentava-se a construção de espaços destinados também ao tratamento dos pobres e trabalhadores. Contudo, ao que tudo indica, criar espaços para o tratamento de doentes pobres não estava nos planos de Jaguaribe Filho. Segundo Viana, o médico defendia a "manutenção de hospitais para pobres nas cidades e que casas de saúde, com especialistas, fossem situadas em lugares remotos, com serviços organizados para atrair 'os ricos ... [que] preferem vir aos lugares remotos ... a fim de se tratarem mais convenientemente'" (JAGUARIBE FILHO, 1915 p.38 *apud* VIANA *et. al.,* 2014, p.1354).

Os esforços do médico prosseguiram no sentido de notabilizar e divulgar a "Higienópolis" que ele estava incentivando a construir. Para tanto, solicitava-se a parceria do poder público. O médico objetivava contrapartidas do Estado como a construção de uma estrada de ferro para facilitar a chegada dos doentes e "*touristes"* ao lugar (VIANA *et al.,* 2014, p.1354). À parte das negociações políticas, as obras na Vila Jaguaribe prosseguiram em conjunto com ações de promoção da estância que se formava. Os anúncios eram direcionados às classes mais abastadas tendo como modelo o requinte dos curistas e turistas da Suíça. No Jornal *O comércio* do Rio de Janeiro, em setembro de 1899, publicou-se:

> Campos do Jordão. O melhor clima do Brasil. Hotel e sanatório a 1.650 m. acima do nível do mar, nas cabeceiras dos afluentes do rio da Prata. A viagem se faz por Pindamonhangaba, onde há troly a 20$ até o Hotel da Raiz da Serra. Ali se aluga animais a 8$, liteira a 50$. Pode-se ir, no mesmo dia, de São Paulo pois a distancia de Pindamonhangaba aos Campos do Jordão é de 42 quilômetros, de excelente caminho. Os Drs. Miranda Azevedo, Luiz Pereira Barreto, Clemente Ferreira, T. Gonçalves de São Paulo, Dr. Murtinho, Benicio de Abreu, Francisco de Castro, do Rio de Janeiro, reputam os Campos do Jordão, uma estação sanatória sem rival. O hotel passou à nova direção. Foram construídas oito casas que se alugam ao preço de 80$ até 100$ mobiliadas. A Agência do Correio em Vila Jaguaribe é de dois em dois dias (transcrito por PAULO FILHO, 1986, p. 109).

Como pode-se notar, os moldes da estância que se formava, destinada à elite paulista e carioca, estava se desenhando como um destino de alto padrão, com hotéis e casas de veraneio, como era próprio das estâncias climáticas na Europa. Os esforços de melhoramentos urbanos dirigiam-se nesse sentido. Contudo, o agravamento da doença nos centros urbanos e o número cada vez maior de doentes pobres reconduziu os usos do território que se estruturava. A estigmatização do doente na propaganda sanitária construída pelo Estado e o

temor de contágio das classes mais abastadas fizeram com que a elite, destacando-se os proprietários de terras na Vila Jaguaribe em conjunto com personalidades políticas e empresários, sobretudo da capital de São Paulo, repensassem os direcionamentos dados aos Campos do Jordão.

6.2 O Estado de São Paulo no combate à tuberculose: a propaganda sanitária e a estigmatização do doente

O início da última década do século XIX foi bastante simbólico no que diz respeito às transformações ocorridas no combate à tuberculose e também na condução dos usos que se buscava dar aos Campos do Jordão. Embora a descoberta de Koch, cerca de 18 anos antes, tenha surtido algumas mudanças no combate à doença, sobretudo em relação ao declínio da concepção romântica, passando-se a observar a doença como um "mal social", sendo identificada de forma mais clara como um problema de saúde pública, foi somente a partir do período republicano que se teve uma efetiva mobilização para lutar contra a tuberculose sob os olhares das teorias contagionistas.

Embora durante o período imperial e início do período republicano algumas ações tenham sido realizadas por parte dos poderes públicos, notou-se que a simples reorganização dos cortiços não surtiu os efeitos desejados nas capitais. Com a descoberta de Koch, as condutas de combate à doença em todo o mundo mudaram, passando-se a medicalizar não apenas os lugares, mas também os comportamentos. Mas apesar das transformações nas formas prevenção e terapêutica em relação a doença, a passagem do Império à República foi bastante conturbada no que diz respeito às políticas públicas de saúde e, com isso, demorou um certo tempo até que as novas práticas fossem incorporadas nas ações políticas brasileiras.

Tal demora se deu em razão da necessidade de formular as leis da Constituição brasileira e definir as políticas nacionais e estaduais, sobretudo na questão da saúde pública. Foi somente em 1891, com a promulgação da Constituição, que a República Federal deixou a administração da saúde pública a cargo das autoridades estaduais e que as novas práticas de combate à tuberculose começaram a se instalar nos Estados. Nesse aspecto, o Estado de São Paulo se destacou no combate à doença. Tendo elevados índices de trabalhadores, em sua maioria imigrantes, o número de contaminados preocupava a administração paulista. Segundo Mastromauro (2013, p.78):

> Com a implantação do Regime Republicano e o surgimento do Estado, tinha-se por objetivo na capital paulistana sanar diversos problemas que acometiam tantas cidades paulistas numa conjuntura de intenso crescimento e aglomeração, em especial nas que foram instaladas indústrias. O desenvolvimento almejado dependia de muitos fatores ligados à saúde pública. Como o Estado tinha a função de atrair mão de obra a fim de levar São Paulo a destaque nacional na economia brasileira, a saúde era uma ferramenta importante que a República deveria manter no mais absoluto controle, alcançando a salubridade necessária para que a malha urbana permanecesse livre de epidemias.

Tendo como base as os olhares sobre o doente como agente disseminador da doença, médicos, engenheiros sanitaristas e engenheiros arquitetos passaram a atuar na capital paulista com o objetivo de controlar a tuberculose, uma das maiores ameaças ao desenvolvimento da cidade. O Estado paulista foi bastante rápido no que tange à criação de mecanismos de poder público para combate à doença. Segundo Blont (1972, p.41), "sob a nova constituição, o regime republicano em São Paulo agiu rapidamente para formular a política sanitária do Estado", criando em 1891, o Serviço Sanitário de São Paulo. O objetivo da criação deste órgão era organizar a saúde pública de forma geral, cuidando da inspeção sanitária, vacinação e, principalmente, a prevenção de epidemias.

Por meio desse órgão, algumas ações sanitárias foram instaladas, divididas em diferentes frentes. Primeiramente, cuidou-se das moradias, propondo a reorganização das habitações dos mais pobres. Em paralelo, organizou-se o espaço urbano da capital, catalogando-se as regiões com maiores índices de pobres e trabalhadores e com maiores incidências da doença. Relatórios foram publicados resumindo a mortalidade na cidade de São Paulo em 1893, e a partir das estatísticas, definiu-se as ações profiláticas. Outras ações como a criação do Código Sanitário em 1894, respaldaram intervenções na malha urbana. O objetivo era definir linhas de ações que de fato pudessem controlar o avanço da doença (BLONT, 1972). Neste aspecto, algumas ações foram realizadas entre 1895 e 1899, tais como melhorias no saneamento e ações de intervenção nas moradias insalubres dos bairros mais pobres, seguindo as linhas de uma medicina urbana (MASTROMAURO, 2013).

Contudo, mais do que pelos espaços, as ações que direcionaram o Serviço Sanitário de São Paulo estiveram voltadas ao controle dos comportamentos dos indivíduos. Dessa forma, os pobres brasileiros tornaram-se alvo de medicalização, por fazerem parte de um grupo perigoso que aliava moradias insalubres e desvios comportamentais que agravavam a disseminação da doença, dentre eles o alcoolismo. Como as teorias contagionistas imputaram ao doente a responsabilidade de contágio da doença, coube ao poder público utilizar

estratégias que possibilitassem controlar os comportamentos dos tuberculosos a fim de que os mesmos não disseminassem ainda mais o quadro epidêmico.

Foi com esse objetivo que médicos, em conjunto com o Estado, iniciaram a confecção de cartilhas educativas como medida de prevenção, mas acima de tudo, de controle da doença. A propaganda sanitária, inspirada nos modelos europeus, foi balizada por importantes personagens da medicina brasileira que orientaram as ações públicas de combate à doença. Dentre as ilustres figuras presentes na saúde pública de São Paulo estava Emílio Ribas, médico reconhecido nacionalmente por sua experiência na área epidemiológica. Nascido em Pindamonhangaba em 1862 e graduado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1887, o médico paulista foi nomeado inspetor do Serviço Sanitário de São Paulo em 1895, tornando-se diretor-geral da instituição em 1898 (ACADEMIA DE MEDICINA DE SÃO PAULO, 2015) .

Emílio Ribas foi diretor do Serviço Sanitário de São Paulo por quase vinte anos, tendo sido responsável pelo combate a várias epidemias no Estado. No período em que o médico iniciou seus trabalhos no órgão, além da tuberculose grassavam epidemicamente em São Paulo a febre amarela, a febre tifoide, a varíola, a malária e cólera (MASCARENHAS, 1973). Mediante ao extensivo quadro de epidemias, obviamente a instituição não tinha condições de cuidar, ao mesmo tempo, de todas as demandas. Emílio Ribas ficou reconhecido por suas pesquisas e ações de combate à febre amarela e, em razão disso, suas ações dentro do Serviço Sanitário concentraram-se mais neste foco epidêmico. Em razão de seu prestígio como médico e pesquisador, tornou-se muito influente na sua área de atuação. Como a tuberculose também estava dentre as principais preocupações de saúde do Estado, Emílio Ribas indicou o médico Clemente Ferreira, já reconhecido por suas teses sobre a tísica, para atuar como inspetor do Serviço Sanitário de São Paulo em 1896 (BERTOLLI, 2001).

Clemente Ferreira assumiu o cargo com o objetivo de melhor orientar as ações do órgão em relação às tentativas de controle da doença. Nesse período, o médico redigiu diversos artigos sobre a terapêutica da tuberculose e dedicou-se aos estudos sobre a tuberculose infantil e também sobre a disseminação da doença entre os trabalhadores. Suas publicações ficaram famosas no meio médico e, posteriormente, entre a sociedade em geral, que passou a acompanhar as brochuras do Clemente Ferreira com orientações gerais sobre a doença (BERTOLLI, 1993; PAULO FILHO, 1997; MASTROMAURO, 2013).

Dessa forma, pode-se dizer que os cuidados com a tuberculose no Estado de São Paulo foram orientados por estes dois médicos: Clemente Ferreira, com ações mais diretivas de combate à doença e Emílio Ribas, como gestor do órgão público que direcionava e fomentava essas ações. É em razão disso que se observa que boa parte do material de propaganda sanitária referente a este período são de autoria desses dois médicos. As publicações eram bastante elucidativas sobre a necessidade de se adotar boas condutas para evitar o contágio e não espalhar a doença. Direcionadas sobretudo aos operários, estudantes e donas de casa, o material preconizava técnicas de higiene tanto ao são quanto ao doente.

Àqueles que eram saudáveis, a recomendação era manter a casa em ordem, com livre circulação de ar e livre de umidade, além de manter uma boa alimentação e fazer exercícios. A limpeza era a palavra de ordem. Citando algumas instruções encontradas nas cartilhas publicadas pelo Serviço Sanitário do Estado de São Paulo em 1900, 1901 e 1906, Mastromauro (2013), destaca que o material ensinava até mesmo maneiras de limpar a casa, como varrer o chão, passar pano nas superfícies, dentre outros.

Essas cartilhas, assinadas por Emílio Ribas, também tinham recomendações aos doentes. A estes era recomendado o isolamento nos quartos das residências, onde deveriam manter as janelas abertas, possibilitando a circulação de ar e a insolação. A ordem era manter repouso e boa alimentação e, acima de tudo, evitar o contato com aqueles que não estavam doentes, tal qual previa-se na prática médica internacional, como já observado no capítulo anterior.

Ilustração 5 – Panfleto de propaganda contra tuberculose



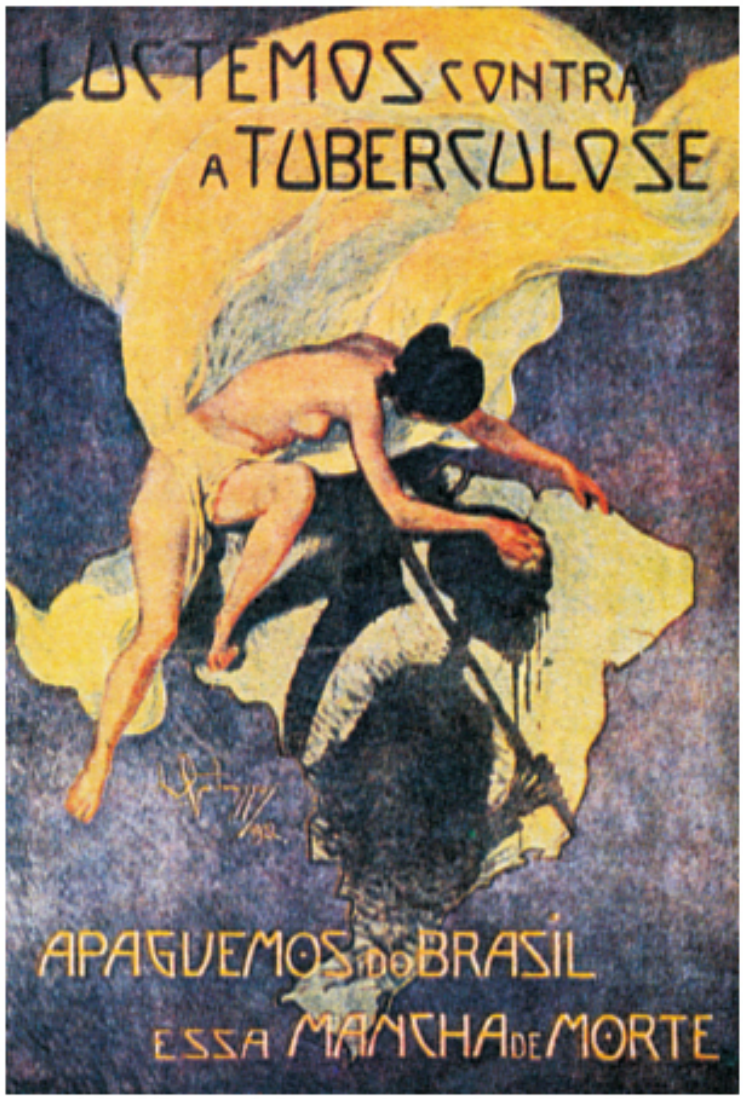
Fonte: Mastromauro (2013)

O distanciamento entre tuberculosos e não tuberculosos foi um dos principais elementos que se desdobraram nas orientações dos comportamentos presentes nos discursos sanitários no Brasil. Explicava-se como o escarro era contaminante e como era importante se prevenir em lugares públicos. Manter consigo escarradeiras portáteis e sempre utilizar as escarradeiras disponíveis em praças, teatros e escolas estavam dentre as ações recomendadas nas cartilhas. Os doentes deveriam evitar circular em locais públicos, por isso a necessidade de reforçar nos discursos o repouso associado ao isolamento como uma forma profícua de paralisar a doença. Em conjunto, nestes discursos construía-se a postura preventiva de temor de contágio, levando a consolidação do imaginário social sobre a necessidade de afastamento do doente. Segundo Soares (1994, p. 127), a iconografia foi um importante recurso na idealização do "mal na figura do doente":

> [...] os desenhos produzidos pelas campanhas de educação sanitária e divulgados para o público sobre a forma de almanaques, folhetos e cartazes, distribuídos ou fixados em locais de movimento [...] trata-se de um itinerário que nos conduz de uma idealização do mal na figura do doente, representada sob a forma de ilustrações alegóricas, a uma interferência direta sobre a doença, um olhar desmistificados que utiliza modernas técnicas de reprodução e novas formas de linguagem – fotografias ou histórias em quadrinhos – para construir representações 'realistas' para a enfermidade.

Por meio das ilustrações atingia-se não apenas aos letrados, mas à população em geral. A imagem tinha o poder educador em todas as classes. O objetivo era revelar o "mal do século", a degeneração do doente e, com isso, construir a imagem do inimigo a ser combatido. A representação do doente se misturava nesta construção. Edificava-se, sutilmente, as representações simbólicas do ser pestilento, perigoso, que deveria ser mantido isolado e com as devidas atenções de higiene.

Ilustração 6 – Cartaz de campanha nacional contra a tuberculose (1900).



Fonte: ANDRADE *et al.* (2005)

Embora os discursos das cartilhas tenham sido voltados às classes populares, a construção social de "medo do doente" se espalhou dentre todas as classes. O desconforto em ter um tuberculoso na família levava ao desejo de mantê-lo afastado. Em razão disso espaços como os hotéis, casas mobiliadas e segundas residências nos Campos do Jordão, começaram a

chamar atenção das elites. Mas o temor de contágio não se dava apenas entre membros da própria família ou mesma posição social.

À parte do projeto de construção de um refúgio climatérico, os efeitos causados pela propagação da epidemia prosseguiam nos grande centros. A diferença é que com o conhecimento sobre o bacilo, as preocupações com os modos de vida dos mais pobres se tornaram ainda mais alarmantes e ainda mais enfáticas com a construção do "medo do doente" promovidos pelos discursos sanitários. Com o avanço do capitalismo e a crescente procura por mão de obra barata, o número de operários nos grandes centros só aumentava, acumulando moradias insalubres nas periferias, mas também nas áreas próximas às indústrias, nos bairros marcadamente operários, nas várzeas e margens de rios, etc.

A administração da pobreza passou a ser uma preocupação das classes abastadas, pois uma vez percebido que a possibilidade de contágio era real e a incidência da doença aumentava, faziam-se necessárias uma intervenção efetiva e a interrupção eficiente do contágio, principalmente dentre as classes mais pobres. Nesta interpretação, o embasamento nas teorias europeias que ligavam pobreza à contaminação bacilar e a preocupação dos ricos e sadios para combater os pobres doentes levaram a elite paulistana a buscar sanar os problemas da classe operária.

> [...] a decisão de agir para combater esse estado de coisas não derivam apenas de uma concepção ética e moral, mas principalmente, da percepção de que a ameaça da doença os tornara solidários e reorganizava a sociedade, certamente, a contra-gosto para muitos [...] Nesse sentido, a consciência social das elites corresponderia à percepção de que não estavam mais isentas dos efeitos negativos produzidos pelos membros menos afortunados da sociedade (HOCHMAN, 1998, p.51).

Nesta perspectiva, observa-se que a elite, juntamente com Estado, buscou realizar ações para o combate à tuberculose. Assim, em 1899 e 1900 foram criadas instituições filantrópicas para tal intento, a ser: Associação Paulista de Sanatórios Populares e a Liga Brasileira de Combate à tuberculose, respectivamente.

6.3 A elite contra a tuberculose: o cuidado com o outro em benefício próprio

O envolvimento da elite no combate à tuberculose se deu basicamente por dois fatores. O primeiro, como observado no item anterior, foi em razão do temor de contágio que se espalhou entre a sociedade em fins do século XIX. As teorias contagionistas e os discursos que formavam o ideário de temor do doente, certamente foram elementos importantes para

endossar as justificativas de união das classes mais abastadas para auxiliar, sobretudo em quesitos econômicos, na condução de medidas de combate à doença. Contudo, além do medo de contaminação gerados pelos discursos sanitários, outro fator foi igualmente relevante para a movimentação das elites: a necessidade de um maior controle sobre os doentes pobres e operários.

Com a premissa de que para manter a saúde dos ricos, os menos afortunados deveriam ser tratados com maior atenção, membros da elite decidiram unir esforços para transformar muito mais do que os comportamentos dos doentes. Observou-se que as orientações de manter o doente em isolamento domiciliar não eram suficientes para frear o surto epidêmico. Os doentes pobres já eram reconhecidamente taxados pelos maus hábitos e pela aversão às boas práticas de saúde. De tal forma que a pedagogia sanitária não era uma ferramenta totalmente eficaz. Era necessário proporcionar ao doente um isolamento mais eficiente, disciplinar, a ser realizado sob supervisão especializada.

Isso porque o doente, ao não respeitar o isolamento domiciliar em seu quarto e as devidas regras de conduta, deixava todos à sua volta sujeitos à doença. Tratava-se de um ciclo extensivo à todas as classes. O operário contaminava os seus filhos, que iam à escola e contaminavam a professora, que contaminava seu marido e assim por diante, não havendo real segurança na possibilidade de freamento da doença. O entendimento de médicos, intelectuais, políticos e empresários era de que sem um isolamento eficiente todos continuariam em risco, independente da classe social.

A forma mais adequada para tanto seria proporcionar aos doentes pobres espaços apropriados para tratar a doença, tais como sanatórios e dispensários[50]. Com a falta de recursos do poder público para construir tais estruturas e disponibilizá-las a população em geral, coube as elites se juntarem e assumirem a tarefa de levantar fundos para tal intento. O isolamento do doente em instituições especializadas era interessante por dois motivos: pela possibilidade de retirar de circulação aqueles que representavam maior ameaça à segurança sanitária do meio urbano e também como forma de preservar a força ativa da população operária que engrossava os grandes centros.

Os discursos médicos nacionais eram enfáticos ao apontarem os operários como os mais atingidos pela tuberculose. Isso era visto como um empecilho à economia e à

[50] Os dispensários são instituições onde são dados aos doentes pobres medicamentos e assistência médica gratuita. O custo de construção dos dispensários é mais baixo do que dos sanatórios (NASCIMENTO, 2001) e logo se tornaram ferramenta de combate às diversas epidemias, dentre elas a tuberculose e a sífilis.

coletividade. Em um discurso público, o tisiologista Clemente Ferreira declarou que a doença tirava "a vida dos soldados da pátria, homens que estão com 30, 40 anos, braços produtivos dentro das fábricas" (FERREIRA, 1904 *apud* MASTROMAURO, 2013, p.167). Por essa preocupação, as iniciativas filantrópicas ocorreram pioneiramente em São Paulo. O crescimento da imigração europeia para a "metrópole do café" foi alvo dos olhares de médicos e personalidades políticas e empresariais da capital paulista. "A elevada frequência de imigrantes hospitalizados estimulou a fundação de sociedades de socorro-mútuo com fins médico-beneficentes" (ABREU, 1987, p.106).

O mentor das ações filantrópicas desse gênero em São Paulo foi Clemente Ferreira. Em 1899 o médico propôs à Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo a criação da Associação Paulista de Sanatórios Populares para Tuberculosos. Inspirada na *Verein Für Volkneilstatten* da Alemanha, a associação tinha como objetivo criar veículos para popularizar o discurso sanitário e também para angariar verbas para a construção de sanatórios e dispensários (MACHADO, 2015). A necessidade de construir instituições próprias para o tratamento dos tuberculosos se dava também por razões terapêuticas. Inicialmente, os tuberculosos pobres eram encaminhados para as santas casas, cujo modelo de internação hospitalar não era adequado ao tratamento da doença.

O tuberculoso necessitava de uma alimentação diferenciada, escarradeiras à disposição, além de banhos de sol diários, o que ficava inviável nestes ambientes. Ademais, a presença de um tuberculoso era incômoda aos outros enfermos, já que representava o perigo de contágio. Como as antigas instituições hospitalares eram inviáveis ao tratamento desses doentes, ficou clara a necessidade de construir novos espaços, onde os tísicos teriam uma assistência específica. Contudo, a escolha de onde construir estas novas instituições também era um fator a ser pensado. O desejo de afastar os doentes do convívio citadino e, sobretudo, de literalmente isolá-los, foi um dos fatores propulsionadores das atividades filantrópicas.

Em razão disso, nota-se que as recomendações dos médicos higienistas eram extremamente favoráveis ao afastamento dos doentes dos centros urbanos. Assim, orientava-se que os sanatórios e dispensários fossem construídos longe das grandes aglomerações. Tratava-se de uma medida de segurança e também terapêutica, uma vez que os ares poluídos eram agravadores da doença. Segundo Clemente Ferreira, o afastamento era uma garantia profilática, pois pelo isolamento eliminava-se "os numerosos focos de contaminação social" e

ao mesmo tempo “pela therapeutica” extinguia-se “o mal nos organismos infeccionados” (FERREIRA, 1900 *apud* MASTROMAURO, 2013, p. 172).

Com a criação da Associação Paulista de Sanatórios Populares para Tuberculosos, presidida por Clemente Ferreira, iniciou-se um movimento em prol destas questões. No ano seguinte, em 1900, em inspiração ao trabalho de Ferreira, foi criada no Rio de Janeiro a Liga Brasileira contra a Tuberculose, que tinha por objetivo instalar sanatórios por todo o Brasil. Como as campanhas ganharam maior dimensão com a criação da Liga nacional, a antiga associação paulista foi renomeada, em 1903, como Liga Paulista Contra a Tuberculose. (ROSEMBERG, 2007).

As Ligas sempre foram organizações filantrópicas. A administrações e recursos eram independentes, assim, a Liga Paulista contava com públicos e doações diferentes da Liga Nacional, embora os objetivos gerais de construir sanatórios fossem os mesmos. As atividades da Liga Paulista também foram encabeçadas por Clemente Ferreira. Por seu reconhecimento na área de tisiologia, conseguiu apoio de alguns médicos e algumas famílias abastadas da elite paulistana. Dentre as diversas ações propostas pela Liga Paulista, estavam o apoio às campanhas realizadas pelo Serviço Sanitário de São Paulo, auxiliando na produção e custos de cartazes de combate à doença, e promoções realizadas para levantar fundos para a construção de sanatórios e dispensários em São Paulo. Foi por meio dessas ações que o médico conseguiu implantar um dispensário na capital paulista em 1902.

Todavia, o dispensário tratava-se de uma medida emergencial. Não era um espaço adequado às necessidades de isolamento e tratamento do doente. Tratava-se de uma instituição apenas para receber os tuberculosos e dar os primeiros cuidados, amenizando os riscos de contágio. Era, assim, uma medida mitigatória, mas que não solucionaria os problemas epidêmicos.

Neste sentido, Clemente Ferreira iniciou uma campanha para conseguir apoio para a construção de um sanatório popular nos Campos do Jordão. Como já citado, o médico era um grande entusiasta das qualidades terapêuticas do lugar. Para ele, a localidade era perfeita para atender às necessidades da capital paulista. Tratava-se de um lugar suficientemente distante dos centros urbanos, o que permitia o isolamento do doente, além de ser o local ideal para a terapêutica da doença, dadas as condições climatoterápicas por ele já atestada em estudos anteriores.

Por esses motivos, Clemente Ferreira, utilizando-se do formato organizacional da Liga Paulista, começou a agir em duas frentes para atingir seus objetivo de criar nos Campos do Jordão um sanatório popular. Buscando apoio junto ao Estado e também doações dentre membros da elite, o médico realizou as seguintes ações: primeiramente, enviou a Emílio Ribas cartas solicitando apoio do Serviço Sanitário para custear as obras do sanatório. Para Ferreira, se o Estado financiasse a estrutura, a Liga, por meio de doações, conseguiria manter as atividades de funcionamento da instituição sanatorial. Assim, ao Estado caberia construir e a administração ficaria por conta da Liga e seus beneméritos (BERTOLLI, 2001).

Inicialmente, a ideia não foi absorvida positivamente por Emílio Ribas que justificou que os Campos do Jordão era um lugar de difícil acesso, além de discordar totalmente de Clemente Ferreira sobre a possibilidade da Liga administrar uma instituição senatorial desse gênero. Para Emílio Ribas caberia ao Estado realizar tal tarefa, o que gerou atrito entre os dois médicos. Embora Clemente Ferreira tenha, por diversos anos, insistido na ideia, suas reivindicações não surtiram maiores efeitos. Até 1907, não havia maiores interesses por parte do Estado de investir na ideia de Clemente Ferreira. Neste ano, até mesmo Oswaldo Cruz, diretor do Instituto Manguinhos no Rio de Janeiro, escreveu um ofício ao Governo de São Paulo solicitando a criação de um sanatório popular conforme idealizara Ferreira, mas o pedido foi novamente rejeitado (MASTROMAURO, 2013).

Iniciou-se uma discussão sobre a proposta junto a Liga Nacional Contra a Tuberculose para que o órgão tomasse posicionamento sobre a questão. Concordando que o Estado de São Paulo deveria se responsabilizar sobre a construção desse sanatório, a Liga Nacional endossou as solicitações junto ao Governo paulista. Embora não tenha conseguido incialmente a aprovação dos poderes públicos, foi a Liga Nacional que efetivamente deu início às ações pró-sanatórios por meio de doações de Domingos Jaguaribe. O médico doou ao órgão filantrópico uma certa quantidade de terras para a construção de um sanatório popular.

Cabe lembrar, contudo, que no período em que se deram as solicitações para a construção do sanatório nos Campos do Jordão Jaguaribe Filho já tinha iniciado a urbanização de sua Vila e tinha pretensões de transformar o lugar na “Suíça Brasileira”. Como já citado, os interesses do proprietário de terras jordanenses era fomentar um destino para as elites. A proposta de Clemente Ferreira de instalação de um sanatório para tuberculosos pobres na localidade não condizia com os objetivos iniciais de Jaguaribe Filho.

Embora houvesse resistência do médico quanto a esta questão, a pressão pelo temor de contágio e pelo símbolo do mal social foi mais forte e, anos mais tarde, Jaguaribe se rendeu ao discurso de implantação de um sanatório para doentes pobres em suas propriedades. Mas sem deixar de zelar por seus interesses, o médico doou terras para Liga Nacional em locais mais isolados, longe dos melhoramentos urbanos que estava a construir. Segundo Viana (*et al.*, 2014, p.1354), o médico:

> Defendia a doação, por "parte de cada homem que tem fortuna" para a fundação de "um sanatório para os pobres tuberculosos nos Campos do Jordão, em lugares isolados" – à semelhança do que ele próprio havia feito, doando "uma grande fazenda, com mil alqueires de terra, nos campos da Bocaina" à Liga Nacional contra a Tuberculose, que lhe valeu (e à sua esposa) o título de sócios beneméritos, em 1908.

O objetivo de construir um sanatório para doentes pobres não foi alcançado. Apesar de terem terras para tal intento, a Liga Nacional não conseguiu levar a ideia adiante, sobretudo em razão da falta de apoio do poder público. Mas pressões promovidas por médicos e empresários das Ligas, embora tenham encontrado resistências junto ao poder público do Estado de São Paulo, surtiram alguns efeitos. Mediante ao cenário de preocupação com a doença e envolvimento das elites na luta contra a doença, Emílio Ribas enviou um de seus assessores, o médico Victor Godinho para visitar os principais sanatórios da Alemanha, Suíça (incluindo Davos) e França a fim de se familiarizar com a rotina desses lugares.

Victor Godinho, carioca, se formou em medicina no Rio de Janeiro em 1887. O médico era inspetor do Serviço Sanitário de São Paulo e foi, durante muitos anos, o braço direito de Emílio Ribas na instituição (TEIXEIRA, 2008). Retornando ao Brasil, Vitor Godinho, em consonância com as ideias de Emílio Ribas, insistia na inviabilidade de se construir sanatórios nos Campos do Jordão, tendo inclusive publicado uma nota técnica alertando que outras localidade seriam mais interessantes para tal intento, tais como o município de São Roque e arredores (BERTOLLI, 2001).

Mediante a tantos esforços em vão, Clemente Ferreira acabou desistindo da ideia. Enquanto discutia-se, inutilmente, a possibilidade de construção de um sanatório popular, anos se passaram e os Campos do Jordão - Vila Jaguaribe, continuaram a se expandir por meio da aquisição de propriedades pela elite paulistana. Surpreendentemente, em 1910, quase uma década após as primeiras reivindicações de Clemente Ferreira e das Ligas de combate a doença, Emílio Ribas e Victor Godinho, juntos, adquiriram da *"Societé Comerciale Franco Bresilienne* uma sorte de terras da então Fazenda Natal, sendo uma parte com 720.000 m^2

destinada a fundar uma vila sanitária" (PAULO FILHO, 1977, p.168). As terras da Fazenda Natal, localizada nos Campos do Jordão, foram adquiridas não só pelos médicos, mas também por importantes membros da elite de São Paulo tais como José Carlos de Macedo Soares, figura política que direcionou muitas das ações de urbanização da estância, como veremos mais adiante.

Interessante notar que, apesar de inicialmente os médicos terem contestado a viabilidade de construção de sanatórios populares no lugar, após a aquisição das terras nos Campos do Jordão, pouco tempo depois o Congresso Estadual aprovou o projeto de construção de vila sanitária e um sanatório nas terras dos médicos e concedeu também o direito da dupla explorar os trechos próximos a estrada de ferro que ali seria construída. Segundo Bertolli (1993, p.150), o Governo estava:

> [...] concedendo aos empreendedores o direito de explorar uma faixa de 15 quilômetros de cada lado do eixo da linha férrea, garantindo também os juros de 5% sobre o capital inicial da companhia, o qual era inicialmente de 3 mil contos, logo em seguida aumentado para 4 mil. Os concessionários da empresa organizaram então a Sociedade Anonyma Estrada de Ferro Campos do Jordão, **aparecendo como principais acionistas os nomes de Emílio Ribas e Vitor Godinho** [grifo nosso](BERTOLLI FILHO, 1993, p. 150).

Foi a partir dos interesses de Emílio Ribas e Vitor Godinho que o lugar foi lançado a uma nova dimensão. Embora os usos do território dos Campos do Jordão já estivessem vinculados à saúde, foi somente após 1911, quando os médicos iniciaram a construção de uma nova Vila sanitária que o destino ganhou amplitude no fluxo de doentes, o que possibilitou sua ascensão enquanto estância de saúde reconhecida nacionalmente. Nesse processo, alguns eventos foram relevantes para transformar o lugar e as práticas. Assim como em outras estâncias pelo mundo, a estrada de ferro, as facilidades de deslocamento, foram propulsionadores da nova dinâmica dada ao território e seus usos. Além disso, os melhoramentos realizados na nova Vila que se construía também foram condicionadores dos usos do território. Com o objetivo de melhor compreende-los, analisamos estes eventos no próximo item.

6.4 Construindo a Suíça brasileira

Para compreender as novas formas e conteúdos que se instalaram nos Campos do Jordão a partir de 1911, é necessário reconhecer como estava se modelando sua estrutura urbana. A Vila Jaguaribe, conforme já observado, vinha se constituindo aproveitando-se da mesma área do povoado já existente, liderado anteriormente pelo fazendeiro Matheus da

Costa Pinto. A ampliação do povoado deu-se, portanto, por meio dos melhoramentos realizados pelo médico Domingos Jaguaribe.

Mas as extensões dos Campos do Jordão não se circunscreviam apenas às propriedades de Jaguaribe. Grande parte das propriedades do brigadeiro Jordão foram adquiridas pela *Société Commérciale et Financièré Franco Brésilenne*, uma sociedade sediada em Santos que possuía capital para empréstimos no comércio de importação e exportação. Atuando junto a proprietários de terras e cafeicultores, a sociedade adquiria terras como garantia imobiliária pelos créditos que realizava (TOSI *et al.,* 2011). A sociedade era proprietária da Fazenda Natal, uma das grandes extensões de terras nos Campos do Jordão.

Quando a *Société Commérciale et Financièré Franco Brésilenne* resolveu fracionar a Fazenda Natal, cuja extensão alcançava boa parte dos Campos do Jordão, a sociedade contratou um engenheiro escocês para realizar a topografia. Como pagamento, o engenheiro recebeu uma porção das terras. Tendo se estabelecido ali, o escocês Robert Jonh Reid deu origem, em 1910, ao segundo núcleo urbano dos Campos do Jordão, denominado Vila Abernéssia, uma homenagem à sua terra natal. Segundo Rocha (2008, s.p):

> Um engenheiro muito próspero, formado pela Universidade de Oxford, Inglaterra, nascido na longínqua Aberdeen, Condado de Inverness, na Escócia [...] Veio para o Brasil em 1896 e para Campos do Jordão em 1907 e aqui ficou morando nas primeiras décadas do século vinte, contratado para elaborar serviços de topografia visando à demarcação e à divisão judicial da imensa Fazenda Natal, nas terras da Mantiqueira que, na realidade, era constituída pela grande maioria das terras que formavam o Município dos Campos do Jordão. Após a conclusão de seus serviços em 1908, na impossibilidade de receber em dinheiro o valor referente a eles, acabou recebendo da Société Commérciale et Financièré Franco Brésilenne, como pagamento, boa quantidade de terras em Campos do Jordão.

De acordo com Masakazu (1988), o escocês iniciou o povoamento e urbanização da segunda vila doando terras a quem quisesse construir. Assim como a Vila Jaguaribe, a Vila Abernéssia desenvolveu-se rapidamente, com grande afluência de forasteiros que procuravam a localidade não apenas para residir, mas também para tratamento de saúde. Tão logo iniciou-se a urbanização da nova vila diversas pensões para tratamento de doentes se instalaram naquele espaço. Segundo o memorialista Masakazu (1988, p.9), neste período foram criadas "a pensão Sans-Souci, na casa do falecido Dr. José Magalhães, a pensão de Nhozinho S. Tiago, na antiga casa do major José Inácio Camargo Penteado e uma outra na casa onde morou Dr. Raposo".

Acompanhando os usos que já vinham se estabelecendo na Vila Jaguaribe, a Vila Abernéssia também se formou com a presença de espaços de saúde modelados por e para uma

elite. As pensões, embora mais simples que os hotéis e segundas residências da Vila Jaguaribe destinados ao tratamento dos tuberculosos de grandes posses da elite paulista e carioca, também serviram aos interesses dos citadinos que poderiam pagar para usufruir das benesses do clima jordanense. Com duas vilas se desenvolvendo a partir das matrizes da saúde, os interesses dos médicos Emílio Ribas e Victor Godinho nas propriedades daquele entorno foram preponderantes para elevar os Campos do Jordão ao patamar de estância de saúde.

Embora os primeiros núcleos urbanos e seus mentores tivessem dirigido esforços para melhorar aspectos de sua urbanização, sobretudo de interligação com a capital paulista por meio de ferrovia, foi somente após a aquisição de parte das glebas da Fazenda Natal pelo diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo que melhorias urbanas e a construção de uma linha de trem foram possíveis. Desde o início da construção da primeira vila, Domingos Jaguaribe já defendia a implementação de uma estrada de ferro em suas terras. Sob a justificativa de que os Campos do Jordão tinham as condições ideais para transformar-se em uma grande cidade e servir à saúde pública, Jaguaribe defendia que o Estado deveria investir na construção de uma ferrovia a fim de facilitar o transporte daqueles que vinham da capital (VIANA *et. al.*, 2014).

Assim como Jaguaribe, o escocês Robert John Reid também era a favor da construção de uma estrada de ferro. Dessa maneira, quando Emílio Ribas e Victor Godinho adquiriram terras nos Campos do Jordão não faltou apoio por parte de Domingos Jaguaribe e Robert Reid para os médicos lutarem no meio político para que a estrada de ferro fosse construída (PAULO FILHO, 1986). Foi em razão desse apoio, em conjunto com a influência política de Emílio Ribas, que o Governo do Estado autorizou a construção da via férrea.

Como justificativa, os novos proprietários de terras jordanenses alegavam que seria construída uma Vila Sanitária e um sanatório para tratar tuberculosos e também "os convalescentes, anêmicos, rachiticos, neueresthenicos, esgotados e veranistas" (Manifesto para emissão de empréstimo da EFCJ, 1912 *apud* PAULO FILHO, 1986, p.243). Para tanto, os médicos solicitaram ao Congresso Federal empréstimos para a construção de sanatórios e uma Vila Sanitária, cuja localização se dava nas áreas sob propriedade dos mesmos.

Foi com este discurso, que objetivava a construção de sanatórios e de uma Vila higiênica, que os médicos conseguiram justificar a construção da ferrovia. A ideia de construção de uma Vila Sanitária foi o fator preponderante para validar a proposta de construção de uma Suíça brasileira. Embora essa intenção não fosse algo novo, uma vez que

já havia essa meta por parte dos antigos proprietários de terras nos Campos do Jordão, a proposta de Emílio Ribas e Victor Godinho endossou a ideia de construção de um destino de saúde por meio da edificação de espaços institucionalizados para tratamento da doença. Apesar dos hotéis, pensões e segundas residências que vinham se estabelecendo neste território cumprissem esta função, a instituição sanatorial e sua disciplina higiênica serviam aos interesses do Estado em manter a ordem, controlar e afastar o doente dos espaços urbanos, sendo assumidos como algo relevante dentro das políticas públicas de saúde.

O afastamento do doente das grandes cidades era um desejo perene entre toda a sociedade. A possibilidade de construção de espaços próprios ao tratamento dos doentes era bem vista e apoiada não apenas pelo Estado mas também pelas elites que lutavam contra a tuberculose. Na propaganda da Liga Brasileira Contra a Tuberculose (1912) observava-se recomendações como "viver ao livre" e "ter vida sossegada", incentivando-se práticas de tratamento observadas não apenas no isolamento domiciliar mas principalmente nos hotéis e pensões localizados em destinos montanhosos.

Ilustração 7 - Propaganda da Liga Brasileira Contra a Tuberculose (1912)



Fonte: agencia.fiocruz.br

O apoio das elites à construção de sanatórios se dava em razão destes espaços serem projetados a partir da "concepção e existência de um local asséptico para a população em geral. Um local específico para os fracos do peito, um hospital que recupera vidas e devolve braços produtivos para as cidades" (MASTROMAURO, 2013, p.165). Como visto anteriormente, a própria Liga Brasileira anos antes já havia tentado, sem sucesso, construir um sanatório nos Campos do Jordão. Quando houve a retomada da ideia, apoiada pelo poder público, a ação foi vista de forma positiva pelas elites da Liga, que sempre buscaram "uma rede de adesão e participação para o cumprimento dos objetivos a serem alcançados" (MOTA, 2005, p. 128). De tal forma que, após a construção da ferrovia, estas associações filantrópicas

logo se encarregaram de financiar e apoiar algumas instituições sanatoriais na estância em formação.

Foi sob este ideal, de construção de sanatórios, de espaços apropriados para o tratamento de tuberculosos nos Campos do Jordão, que o Estado justificou seus investimentos na via férrea, uma vez que a medida facilitaria o acesso de um maior número de doentes a um núcleo urbano onde a salubridade e a higiene permitiriam o melhor tratamento dos tuberculosos. Foi assim que em 28 de novembro de 1910, o Governo do Estado autorizou por meio da Lei n. 1.221:

> [...] a contractar com os doutores Emílio Ribas e Victor Godinho, empresa que organizarem ou quem maiores vantagens oferecer, a construcção de uma estrada de ferro de bitola de sessenta centímetro (0,m60) de systema misto, ligando a estação de Pindamonhagaba às imediações de Villa Jaguaribe, município de S. Bento do Sapucahy (PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1910).

Com as garantias de transporte, logo iniciaram-se as ações para a construção da nova vila. Em maio de 1911, a empresa de Emílio Ribas e Victor Godinho firmou convênio com a Câmara de São Bento do Sapucaí para instalar serviços de iluminação, água, esgoto, além de construir casas, hotéis e também uma residência de veraneio para o Presidente do Estado na nova vila que se pretendia organizar (PAULO FILHO, 1986). Cabe destacar que nessa época os Campos do Jordão ainda eram pertencentes a comarca de São Bento do Sapucaí e foi por meio da Lei Municipal n.62, de 22 de maio de 1911 que a empresa dos médicos foi autorizada a fazer as melhorias necessárias a construção de um novo núcleo urbano.

Este núcleo, denominado de "Vila Capivary" em homenagem a uma fazenda de mesmo nome localizada naquele perímetro, foi planejado pelo Dr. Henrique Rufin e conforme preconizaram os médicos higienistas, seguia os padrões ideais de urbanização com ruas largas, com boa ventilação e ajardinamento. O natural e construído conjugavam-se no plano de urbanização da nova vila nos Campos do Jordão. O modelo cidade-jardim e as práticas do higienismo estavam presentes nas plantas desenhadas por Rufin, atendendo `"às questões de topografia do terreno e insolação das ruas e das casas" (DALBEN, SOARES, 2011, p.174).

Em 1912, as obras da estrada de ferro iniciaram-se sob a direção do engenheiro Antonio Prudente de Moraes e do empreiteiro português Sebastião Oliveira Damas. Por falta de recursos, os serviços da ferrovia foram paralisados e só finalizaram-se em 1914, sendo a Estrada de Ferro de Campos do Jordão (EFCJ) inaugurada em 15 de novembro desse ano. Havia duas pequenas locomotivas a vapor em serviço: a Catarina e a Piracuama, que foram

substituídas em 1916 por locomotivas a gasolina (CORNEJO; GERODETTI, 2005, p.141). A ferrovia tinha início em Pindamonhangaba, localizada no Vale do Rio Paraíba, sendo que a travessia do rio se dava por meio de uma balsa, percorrendo ao todo um trecho de mais de trinta e um quilômetros, chegando ao seu ponto final na Estação Emílio Ribas, em Capivari.

A partir de 1915, com a ferrovia em pleno funcionamento, uma nova organização se materializou neste território. As três Vilas nos Campos do Jordão passaram a ser interligadas pela estrada férrea e o acesso de doentes e veranistas, que já vinham aos Campos do Jordão por meio do serviço de liteiras, foi facilitado. Com o aumento do fluxo de visitantes, o território da saúde se desenvolveu nos arredores das estações de trem presentes nas Vilas Jaguaribe, Abernéssia e Capivari.

Ilustração 8 - Vila Jaguaribe (192?)



Fonte: Rocha (2008).

A Suíça brasileira começou a ganhar novos traços. O desenvolvimento do espaço urbano, planejado e organizado para receber doentes e veranistas passou a ser promovido pelos próprios médicos, proprietários de terras e beneficiários da estrada de ferro. Por meio dos incentivos do poder público e dos médicos aliada com a nova conjuntura urbana que se formava, foi criado o Distrito denominado Campos do Jordão. Embora o uso do nome fosse

recorrente, foi somente 29 de outubro de 1915, após a consolidação da via férrea que a localidade recebeu oficialmente essa denominação pela Lei Estadual nº 1.471.

Com o início da estruturação do Distrito de Campos do Jordão, no ano de 1915, Emílio Ribas solicitou a Mário Sampaio Ferraz, funcionário da Diretoria de publicidade Agrícola, da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo que fizesse propaganda sobre aquele novo destino que se formava. Reproduzindo o pedido de Emílio Ribas, Ferraz escreveu:

> Sampaio Ferraz: você agora tenha paciência; você vae nos dar, de vez em quando, umas penadas como estas [em referência a um artigo que Sampaio Ferraz havia escrito sobre Campos do Jordão], em prol de Campos do Jordão, que muito necessita de propaganda. Trago-lhe aqui alguns folhetos e revistas, de onde poderá tirar alguns dados interessantes [...] (FERRAZ, 1941, p. 5).

A solicitação de Emílio Ribas culminou no livro intitulado "Campos do Jordão", de autoria de Mário Sampaio de Ferraz e custeado pelo Governo de São Paulo. A obra, distribuída gratuitamente pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, teve várias edições[51]. O objetivo era divulgar, por meio dos relatos de uma viagem de Ferraz aos Campos do Jordão, as vantagens que a Suíça brasileira oferecia aos doentes e também aos veranistas.

O uso oscilante entre as curas e a fruição da paisagem permeou toda a obra de Ferraz. Destacando as qualidade climáticas para a cura da tuberculose, o autor também enfatizou as benesses do clima para o usufruto de um tempo de renovação das energias. Comparando as vantagens climáticas do lugar com as temperaturas encontradas na Europa, o autor exaltava em texto e imagens a necessidade dos brasileiros praticarem as curas nas montanhas. Incentivando a procura pelos Campos do Jordão, Ferraz escreveu:

> O calor dos trópicos levanta a planta, mas prosta o homem [...] Sejamos, pois amigos do frio. Em troca ele nos dará energia e saúde [...] é preciso generalizar o habito, tão restricto ainda, entre nós, de se refazer periodicamente o organismo em climas de qualidade, renovadores de energia. Na Europa, as estradas de ferro, as empresas de excursões e o próprio Governo organisam viagens e passeios, a preços populares, para que todos possam passar as férias no campo, nas montanhas e á beira-mar [...] Que cada brasileiro se convença de que a inteligência e o patriotismo pouco conseguem, no sentido collectivo da expressão, se não se assentam sobre os sólidos alicerces da saúde e do bem-estar (FERRAZ, 1941, p.9).

Acompanhando os ritmos que se instalaram com a construção da ferrovia, conjugados com a propaganda custeada pelo Estado, a Vila Capivari começou a ganhar novas dimensões. Mas se em um primeiro momento, Emílio Ribas e seu assessor foram os grande promotores

[51] A obra foi relançada diversas vezes. A primeira publicação ocorreu poucos anos depois da viagem de Ferraz em 1915. Nesta tese utilizamos para fins de citação a última edição da obra, datada de 1941.

de Campos do Jordão, após a aposentadoria do Diretor do Serviço Sanitário, em 1917 e de Victor Godinho em 1919, a atuação dos médicos perante à organização da nova Vila em Campos do Jordão perdeu força, ficando à cargo de Estado e de investidores a exploração e construção de um destino de saúde. Foi assim que a constituição do território de Campos do Jordão seguiu sob os olhares e cuidados do poder público e de alguns homens de capital que se interessaram pelo lugar, como veremos mais adiante.

Mas cabe destacar que o interesse do Poder Executivo e de empresários nestas ações foi resultado dos esforços dos médicos-políticos, proprietários das terras jordanenses em promover aquele território. A valorização das terras de Emílio Ribas e Victor Godinho sem dúvidas foi o fator motivador para que os médicos, sob justificativas higienistas, induzissem a consolidação do território da saúde nos Campos do Jordão. O *status* social, a posição política dos atores envolvidos, foram os elementos principais que permitiram o a construção do lugar e das práticas que analisamos. Os interesses e os esforços desse personagens foram os elementos primordiais para que o território se estruturasse efetivamente como uma estância.

Em janeiro de 1918, a Câmara Municipal de São Bento do Sapucaí autorizou isenção de impostos para as casas que fossem construídas no novo núcleo urbano, contanto que as mesmas não valessem menos do que 8 contos de réis (PAULO FILHO, 1986). Objetivava-se incentivar a construção de residências, fomentando melhoramentos como luz, água e esgoto, revertidos em impostos em favor do município. Além disso, também fomentava-se a construção de hotéis e sanatórios na localidade. O Governo Estadual concedia garantia de juros àqueles que instalassem empreendimentos desse gênero nos Campos do Jordão[52].

A antiga pretensão de construir uma Suíça brasileira, de modelar uma estância climatérica aos moldes das famosas estâncias do estrangeiro, ganhou legitimidade com a autorização do Presidente do Estado de São Paulo, Washington Luis, para fundar "uma povoação, destinada a estância climatérica e de repouso, em benefício da salubridade pública", conforme citado na Lei Estadual n.1833, de 24 de dezembro de 1921 (IMPRENSA OFFICIAL, 1926, p.66). O documento oficial concedia ao Poder Executivo a autorização para a desapropriação de terras objetivando administrar ou arrendar estes espaços para a exploração de "hotéis, águas, banhos e demais serviços".

A intenção do Governo era, portanto, em conjunto com empresários e novos investidores que se alocavam neste território, explorar as estruturas e serviços que se

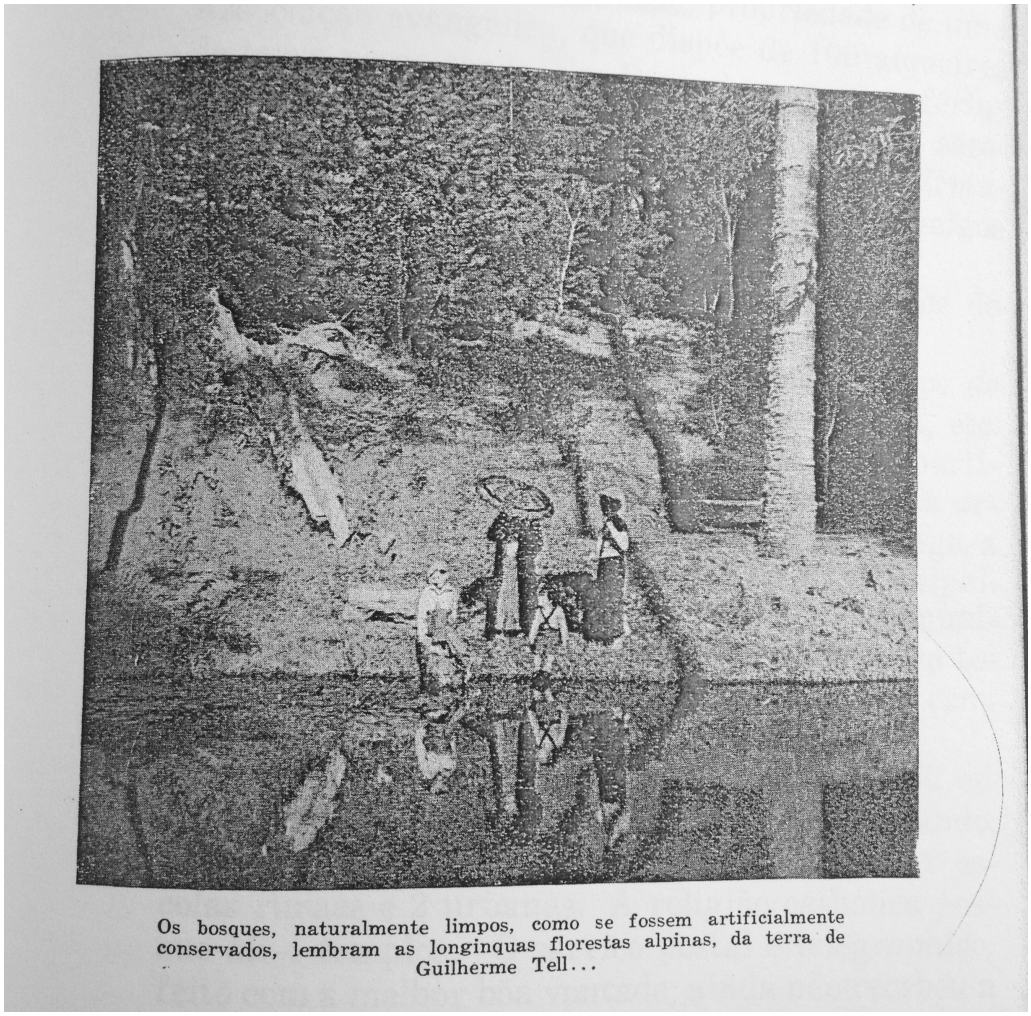
[52]Cf. Anúncio do jornal "O Estado de São Paulo" de 21/12/1918.

materializavam no lugar. Sob a justificativa da necessidade de manter o controle desses espaços em "beneficio da salubridade pública", a Estância Climatérica de Campos do Jordão passou a ser orientada, zelada por atores públicos, funcionários do Estado, que seriam responsáveis por conduzir e fiscalizar os usos do território.

Utilizando-se das técnicas de uma medicina urbana, o Governo passou a controlar e direcionar o desenvolvimento do espaço urbano que se formava em Campos do Jordão por meio de médicos e higienistas fiscais contratados pelo Estado que orientavam as ações de organização da cidade que se instalava. Segundo a Lei nº 1.833 de 1921, sempre que houvesse exploração direta do Governo sobre a estância, estes cargos estariam presentes. No caso de arrendamento, o Governo manteria junto às empresas engenheiros sanitários, urbanistas e médicos fiscais para a observância das medidas de salubridade. Tais observações revelavam o interesse do Governo do Estado de São Paulo na exploração deste território, bem como na higienização urbana.

Nota-se que, embora o objetivo do Governo fosse incentivar a criação de um lugar de saúde, os usos voltados ao repouso também estavam presentes nos textos legais, além de fazerem parte da propaganda incentivada pelo Estado. Isto é, em paralelo com o território da saúde construía-se o território do repouso, da fruição, da vilegiatura. A prática da visitação desses espaços e o gosto pela admiração da montanha, pelo tempo de descanso, iniciaram-se conforme melhor se estruturava urbanamente os Campos do Jordão.

Ilustração 9 - A fruição da paisagem na obra de distribuição gratuita “Campos do Jordão”



Os bosques, naturalmente limpos, como se fossem artificialmente conservados, lembram as longinquas florestas alpinas, da terra de Guilherme Tell...

Fonte: FERRAZ (1941).

Na obra os “Campos do Jordão” a fruição da paisagem é frequente nas ilustrações e descrições da viagem. Como exemplo, a imagem acima (ilustração 8) retratando o passeio de uma família à beira de um lago com uma paisagem natural ao fundo, ressalta os bosques jordanenses comparando-os com as paisagens da Suíça. Conforme pode-se observar na legenda da foto, o autor comparava a natureza jordanense com o cenário da obra literária sobre o herói suíço Guilherme Tell. O livro, datado de 1804, traz as façanhas do famoso caçador nos Alpes. Na obra estrangeira, as montanhas Suíças são referenciadas como um lugar emblemático, cenário de aventuras. Comparando essas características com as terras jordanenses, buscava-se instigar o leitor a conhecer a Suíça brasileira, lugar de “paisagens belíssimas”, para se deleitar ante “o pitoresco”, o “exótico”, o “fascinante”, expressões utilizadas pelo autor para se referir às paisagens jordanenses.`

A Suíça brasileira deu seus primeiros passos, portanto, incentivando-se os dois usos: o da saúde e do repouso. A estrutura urbana que se formava foi ditada por estas duas funções complementares. De tal forma que as instituições e serviços que se instalaram no território também seguiram estas lógicas. Para melhor compreender como o território foi organizado e como o Poder Público e empresários inseriram-se nesse processo, no capítulo a seguir nos aprofundaremos na constituição e consolidação da estância de saúde.

7. ESTÂNCIA CLIMATÉRICA DE CAMPOS DO JORDÃO: A DAVOS PAULISTA

A idealização da Suíça brasileira, como visto, culminou na construção da Estância Climatérica de Campos do Jordão. Com o território lançado a um novo *status*, o destino de saúde e de repouso que se formava necessitava, além do planejamento urbano, de divulgação e validação científica. Objetivando transformar a Suíça brasileira em uma estância destacável, atrativa em relação às demais, iniciou-se um processo de construção da "Davos Paulista". Médicos, políticos e empresários uniram esforços para que o território de Campos do Jordão ganhasse uma fama igual e até mesmo maior que a famigerada estância Suíça, não apenas por suas qualidades terapêuticas, mas também por sua estrutura. Neste capítulo, o objetivo é mostrar quem são os atores e instituições que modelaram a estância entre os anos de 1920 e 1930, momento em que se buscava constituir a Davos Paulista, revelando nesse processo como os usos da saúde e do repouso no território serviram a interesses públicos e privados.

7.1 Os primeiros passos da Estância e a comparação com Davos

Com a consolidação da ferrovia e os primeiros passos da organização da nova Vila Capivari, muitas transformações ocorreram em Campos do Jordão. Diversos sanatórios, pensões e hotéis se instalaram ao longo das três vilas, concentrando-se no núcleo urbano proposto por Emílio Ribas as propriedades mais luxuosas, construídas por grandes empresários da capital. Dentre estes, destaca-se José Carlos de Macedo Soares, advogado, industrial, professor, político, diplomata e ensaísta que nasceu na cidade de São Paulo em 6 de outubro de 1883. Filho de José Eduardo de Macedo Soares e de Cândida Sodré de Macedo Soares, pertencentes à tradicional linhagem de famílias das sociedades fluminense e paulista, formou-se em 1905 pela Faculdade de Direito de São Paulo e foi presidente da Associação Comercial de São Paulo em 1924 (BUENO, BARATA, 2007).

Assim como outros membros da elite paulistana, Macedo Soares adquiriu grandes extensões de terras em Campos do Jordão. Tal qual Emílio Ribas e Victor Godinho, o empresário também adquiriu parte das terras ofertadas pela *Societé Comerciale Franco Bresilienne*, assim como algumas outras extensões que foram vendidas pelo Banco do Brasil.

O Governo do Estado de São Paulo, como visto, estimulava a aquisição de terras e a exploração daquelas áreas. Macedo Soares, enquanto investidor, se beneficiou dos incentivos públicos e adquiriu uma grande parcela de glebas. Ampliando sua área, o empresário também comprou, em 1920, as propriedades de Victor Godinho e Emílio Ribas. Nesse período Victor

Godinho já não tinha mais interesse em explorar aquelas terras. Aposentado pelo Serviço Sanitário, o médico havia se tornado professor da Escola de Farmácia de São Paulo (TEIXEIRA, 2008) e resolveu vender suas propriedades a Macedo Soares. O mesmo ocorreu com Emílio Ribas que se desfez de suas propriedades em Campos do Jordão pouco tempo depois de se aposentar, tendo optado por se dedicar a realizar conferências educacionais na área médica.

A partir dessas aquisições, Macedo Soares tornou-se proprietário de 980 hectares de terras jordanenses. Entre fazendas e terrenos comprados de proprietários privados e também de órgãos públicos, o investidor paulista passou a gerir boa parte do território de Campos do Jordão, tendo fixado residência na Vila Capivari entre 1922 e 1924 (PAULO FILHO, 1986). Foi igualmente Macedo Soares quem ditou os ritmos de organização urbana em Campos do Jordão tendo criado, no ano de 1920, a Cia de Melhoramentos de Campos do Jordão. A empresa tinha como objetivo conduzir o desenvolvimento da estância por meio de melhoramentos tais como água, luz, esgoto e coleta de lixo.

Estes melhoramentos deram-se, sobretudo, em razão da grande afluência de famílias ricas que construíram segundas residências, pensões e hotéis na Vila Capivari e arredores. Personalidades como o diplomata Roberto Simonsen e o empresário Franscico Matarazzo estavam dentre as nobres famílias que ali se estabeleceram. A facilidade do transporte, as promessas terapêuticas e o apelo à prática da vilegiatura na Suíça brasileira despertaram o interesse desses homens de posses (MASAKAZU, 1988).

Segundo Paulo Filho (1986), no início dos anos de 1920 a Vila Capivari tinha 24 casas. Políticos, intelectuais, industriais, dentre outros abastados das capitais mantinham ali suas residências para que pudessem, discretamente, tratar familiares e conhecidos da tuberculose. O estigma da doença levava ao isolamento e este era realizado de uma forma velada entre as famílias mais ricas. Sob os discursos de necessidade de repouso e afastamento da agitação urbana, além do prestígio de passar um tempo em uma região que fazia lembrar os Alpes, as segundas residências serviam, veladamente, à terapêutica daqueles que por posição social não queriam tornar-se estigmatizados pela doença.

Pode-se dizer, portanto, que os discursos voltados à vilegiatura tinham, para alguns grupos sociais, a função de disfarçar a necessidade de tratamento da tuberculose. Além das residências das famílias ricas, a estância também recebia investidores, proprietários de pensões e hotéis, que utilizavam dos mesmos discursos oscilantes entre a possibilidade de repouso e a terapia da tuberculose. No Jornal “A tribuna do Norte”, de Pindamonhangaba, a edição de 24 de agosto de 1919 anunciava:

> O inverno trouxe aos Campos do Jordão um grande numero de famílias. As Pensões Ingleza, Azul e Sans Souci tem estado sempre repletas de famílias e cavalheiros que aqui vem em viajem de recreio para repouso ou em convalescença de gripe. O Hotel Mello e outros destinados às pessoas que soffrem de tuberculose tem tido também grande frequência neste inverno (transcrito por PAULO FILHO, 1986, p.246).

Estes estabelecimentos, reconhecidos pelo luxo e extremo conforto ofertado aos seus hóspedes eram frequentados por famílias tradicionais. Misturavam-se sãos e doentes. Alguns tuberculosos, com medo de serem taxados pela doença, diziam ir se tratar da fraqueza ou da gripe. Outros, saudáveis, iam apenas por recreação, para aproveitar os divertimentos ofertados por estes empreendimentos como os bailes e jogos (PAULO FILHO, 1986). O preconceito com o doente, sobretudo entre as famílias mais ricas, perdurou durante muitos anos. Na obra literária *Floradas na Serra*, lançada em 1939, por Dinah Silveira de Queiroz, a personagem Elza, tuberculosa, se dirigia à Campos do Jordão para passar um tempo de tratamento omitindo a doença de seus familiares. Em diálogo com sua mãe, a personagem solicitava que não contassem nada sobre a doença para seu noivo:

> __ Mamãe, quero pedir uma coisa...
> __Já me pediu mil vezes. Eu já sei...Fique tranquila. Oswaldo não saberá [...]
> __ Não se aflija. Ninguém, mesmo da família, sabe. Você está aqui, está fraca, anêmica, estudou demais, veio fazer um repouso... (QUEIROZ, 1939, p.05)

O diálogo é representativo do temor da doença na sociedade e de como os discursos de repouso também serviram para firmar a presença das elites na estância. Entre a possibilidade de tratamento e a vilegiatura, Campos do Jordão se tornou rapidamente um destino lucrativo para aqueles que implementavam pensões e hotéis. Os incentivos vinham de muitas formas. Além do apoio por parte do Governo com a garantia de juros para a construção desses empreendimentos, a direção da EFCJ concedeu, no ano de 1920, a redução de 50% no valor frete para quem necessitasse trazer materiais de construção que não pudessem ser fabricados ali (PAULO FILHO, 1986).

Foi por meio desses incentivos que não apenas a Vila Capivari ganhou nova forma como também as Vilas Abernéssia e Jaguaribe. Com o novo fôlego dado pela presença de novos empresários e residentes de prestígio que se estabeleciam naquelas terras, as antigas pensões ganharam um novo fluxo e reformas tornando-se mais atrativas aos requintados viajantes. Foi assim que antiga de ideia de consolidar uma Suíça brasileira começou, de fato, a ganhar os ares de uma estância europeia.

Com as melhorias urbanas propostas pela Cia de Melhoramentos não tardou para que outros serviços se instalassem na estância. Correio, armazéns, açougues, padarias, serviços de charretes e até mesmo de automóveis para transporte de pessoas no interior da cidade que se

estruturava, completavam a estrutura de equipamentos e serviços da estância. De 1920 a 1924, as vilas pouco a pouco deixaram de ter aparência de povoado e ganharam ares de uma cidade. Iniciou-se uma expansão urbana para além do perímetro da linha férrea. As colinas e morros dos arredores das primeiras vilas foram, aos poucos, ocupados.

Com o crescimento da estância, logo outras ações foram realizadas para divulgar o destino. Em 1924 a Secretaria de Agricultura de São lançou uma nova obra, denominada "Campos do Jordão" tal qual o título da obra de autoria de Mario Sampaio de Ferraz em 1915. A nova produção, lançada em 1924, de autoria J. R. Belfort de Mattos Filho, tinha por objetivo divulgar as benesses do clima jordanense. O autor, pesquisador do clima em São Paulo, seguindo os parâmetros científicos da época fez uma análise comparativa entre Campos do Jordão e Davos, tendo chegado a seguinte conclusão:

> Dá-nos direito ao asserto a nossa permanência em Davos, cujas variantes térmicas e mais expressões meteorológicas tomadas no correr do inverno – período mais apropriado a essas pesquisas – revelaram, num confronto com a síntese climática de Campos do Jordão, uma superioridade manifesta da região brasileira, maximixe, quanto à insolação e luminosidade (MATTOS FILHO, 1928[53] *apud* PAULO FILHO, 1997).

A conclusão de que os ares de Campos do Jordão eram melhores do que os da estância Suíça foram embasados em dados coletados ao longo de anos de estudos climatológicos na localidade. Desde 1906, quando iniciou-se o projeto de uma Suíça brasileira na Vila Jaguaribe, uma estação se serviços meteorológicos foi instalada naquele pequeno núcleo urbano. A coleta de dados ganhou amplitude em 1921, quando o Governo Estadual transferiu o antigo posto para a Vila Capivari, transformando-o em um "Observatório de Altitude". Aferindo durante vários anos a temperatura, níveis de ozona e radiação solar, os estudos foram divulgados no 1º Congresso Brasileiro Hidro-Climatológico, em 1935, sendo comprovada a eficiência do clima de Campos do Jordão no combate à tuberculose, utilizando como base os parâmetros de Davos. Neste evento, Belfort de Mattos Filho se referia a Campos do Jordão como a "Davos Paulista" (PAULO FILHO, 1997).

A comparação com Davos era frequentemente realizada por médicos e leigos. A fama do destino Suíço para tratamento da tuberculose, na primeira década do século XX, levava diversas personalidades brasileiras a procurarem a estância no estrangeiro. O lançamento da obra *A montanha Mágica* de Thomas Mann em 1924, ampliou o reconhecimento de Davos. Assim, os estudos que visavam comparar Campos do Jordão com Davos, atestando que o

[53] A obra teve mais de uma edição. A segunda edição da obra, consultada e citada por Paulo Filho, é datada de 1928.

clima da estância brasileira era, inclusive, superior ao da estância europeia não apenas validavam os usos terapêuticos do destino que estava sendo constituído como também permitiam a Campos do Jordão competir com a estância Suíça, atraindo o público brasileiro que dirigia-se ao exterior para tratar a doença. Paulo Filho (1986, p.248), comentando sobre um dos diversos casos de personalidades que optaram por Campos do Jordão em lugar de Davos, ressalta o episódio ocorrido com Arthur Ramozzi, um importante importador de mármore da capital:

> Em 1922, foi à Suíça tentar sua cura em Davos Platz e, um tisiologista aconselhou-o a regressar ao Brasil, pois sabia da existência de uma pequena cidade brasileira, cujo clima excelente, constituía promissora terapêutica para a cura da tuberculose...Campos do Jordão. Ficou estupefato.

Com as divulgações dos benefícios do clima na obra de Belfort Matos Filho, em 1924, não apenas tuberculosos ricos passaram a frequentar a estância como também os tuberculosos pobres que, tendo ouvido notícias sobre os benefícios do clima, buscavam a estância com esperança de terem a cura da doença. Segundo Paulo Filho (1986), em 1926, a cidade possuía 3.200 habitantes, a maioria proletários moradores de casas situadas em lugares mais afastados e úmidos, o que agrava a doença. A presença crescente de proletários doentes na estância começou a se tornar um problema maior. Sem a estrutura necessária, os tuberculosos pobres perambulavam pela cidade, representavam o temor de contágio para os veranistas sãos, além de serem um entrave ao desenvolvimento de uma Suíça brasileira, ameaçando os luxos e requintes que a urbanização coordenada por empresários de renome almejava.

O fluxo de doentes proletários a Campos do Jordão era também representativo do temor de contágio nas capitais. A propaganda sanitária voltada a necessidade de isolamento do doente estimulava o fluxo de tuberculosos na estância. Com as facilidades de deslocamento, em pouco tempo a cidade passou a ter um problema de saúde pública pelo alto número de doentes e óbitos. Preocupados com a situação de salubridade, o Governo do Estado criou, em 1926, a Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão por meio da Lei n.2.140. A proposta foi levantada pelo deputado Raphael Sampaio Vidal, um dos muitos políticos proprietários de casas em Campos do Jordão. Tendo a aprovação do Parlamento Paulista, Campos do Jordão passou a ter um Prefeito Sanitário, que deveria conduzir a organização da estância de forma a melhorar as condições de salubridade pública.

Interessante destacar que essa mesma lei acrescentou à Estância Climatérica de Campos do Jordão um segundo título: o de Estância Hidromineral. A exploração de estâncias

hidrominerais pelo Governo era bastante popularizado. O Poder Executivo Paulista já explorava outras estâncias hidrominerais nesse período, como foi o caso de Águas da Prata, Águas de Lindoia e Águas de São Pedro. Estas estâncias eram reconhecidas pelos poderes curativos de suas águas e tinham estrutura para receber curistas e veranistas em busca de banhos terapêuticos.

Embora Campos do Jordão tenha recebido o título de estância hidromineral, as virtudes terapêuticas das suas águas não foram divulgadas com tanta ênfase como ocorreu com outras estâncias paulistas, tendo em vista que este era o principal atrativo nesses municípios. As águas radioativas presentes na cidade só foram relembradas em fins da década de 1940, quando Adhemar de Barros enviou uma proposta à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo a fim de desapropriar a fonte "Água Santa" para o aproveitamento terapêutico das águas.

A discussão presente no jornal local *A cidade de Campos do Jordão* na edição de 11 de setembro de 1949, sob o título "Somos ou não Estância Hidromineral", revelava uma grande preocupação: caso o título fosse perdido, a cidade deixaria de receber o apoio financeiro do Governo Estadual. Dessa forma, pode-se dizer que a titulação de estância hidromineral de 1926, deu-se apenas em virtude da cidade ter em sua geografia fontes que a caracterizariam enquanto cidade hidromineral e pela oportunidade de receber os benefícios financeiros atribuídos às estâncias nessa categoria. Isso explica, em parte, a irrelevância na exploração das águas em Campos do Jordão durante aproximadamente duas décadas. O objetivo era, basicamente, receber recursos extras que seriam administrados pela Prefeitura Sanitária.

Com verbas pertinentes aos títulos de Estância Hidromineral e de Estância Climatérica, a Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão passou a administrar a cidade, recebendo os impostos que até então eram recolhidos pela Prefeitura de São Bento do Sapucaí. Com o conjunto de arrecadações, diversas obras foram realizadas. A construção de prédios públicos para serviços escolares e também para funcionamento da própria prefeitura, de cemitérios, além dos serviços de arruamento e coleta de lixo foram instalados na cidade. De acordo com a Lei n.2.140 de 1/10/1926, a Prefeitura sanitária também teria como objetivos, além de realizar os melhoramentos urbanos, "construir um sanatório modelo para tuberculosos" e também "construir um hotel para repouso [...] destinado aos que não forem tuberculosos".

A necessidade em separar sãos e doentes era proeminente. O aumento de tuberculosos pobres na estância e também a necessidade de ter um lugar adequado para o tratamento dos doentes, separadamente daqueles que vinham a cidade apenas por vilegiatura, se tornou uma das principais preocupações do poder público e também dos nobres residentes da estância. Neste sentido, a ideia de construção de um sanatório para socorrer aos doentes pobres foi retomada. Políticos, médicos e a elite paulista voltaram seus olhares e esforços para, finalmente, colocar em prática o projeto de construção de uma instituição sanatorial, como veremos no próximo item.

7.2 A cidade sanatorial: entre indigentes e pensionistas

Embora a ideia de construir um sanatório em Campos do Jordão tivesse um longínquo antecedente, tendo sido idealizada primeiramente por Clemente Ferreira, depois tendo sido solicitada pelas Ligas e, finalmente, utilizada como justificativa por Emílio Ribas e Victor Godinho para conseguirem apoio para a construção da EFCJ, foi somente em fins da década de 1920 que a primeira instituição sanatorial foi implementada na estância.

Em 1927, surge o primeiro grande sanatório em Campos do Jordão destinado a acolher tuberculosos pobres. Segundo o memorialista Paulo Filho (1986, p.285), Elisa Mendes de Abreu, filha de Octavio Mendes, primeiro Procurador da República e professor de Faculdade de Direito de São Paulo, após tornar-se viúva aos 24 anos, "abriu a luz dos seus olhos em busca de novos ideais" tendo se lançado a vida religiosa. Com o auxílio da companheira Beatriz Cintra Ferreira, também pertencente à vida religiosa e do Monsenhor Maximiano da Silva Leite, idealizaram a fundação de uma instituição de benemerência destinada ao tratamento dos tuberculosos desprovidos de recursos em Campos do Jordão.

Assim foi criado o Sanatório São Paulo, fundado no dia 13 de abril de 1927 com o intuito de manter na estância climatérica um hospital para tratamento gratuito de mulheres tuberculosas maiores de 12 anos. O Sanatório, criado sob ideais filantrópicos, era dirigido por uma congregação religiosa católica feminina que tinha por obrigação desempenhar serviços de enfermagem, manter a ordem no estabelecimento e velar para que as prescrições médicas fossem rigorosamente observadas (Escritura de Fundação de 13 de abril de 1927).

Por meio dos cuidados das religiosas do Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria, o sanatório passou a servir doentes que não tinham condições de pagar para realizar o tratamento em hotéis ou pensões. Mas a iniciativa de Elisa Mendes de Abreu, embora imbuída

do espírito caritativo, não teria sido possível sem o apoio e o interesse de médicos, políticos e empresários em investir nesse empreendimento. Os proprietários de terras jordanenses foram, sem dúvidas, os principais apoiadores da ideia de construção de um sanatório em Campos do Jordão.

Elisa Mendes de Abreu, pelo prestígio de seu pai e também de seu avó, ambos personalidades no meio político de São Paulo, contou com o apoio de importantes atores que possibilitaram que sua ideia fosse adiante. A idealizadora do Sanatório São Paulo certamente era conhecida dentre a elite paulista e mantinha bons contatos com os empresários jordanenses. De tal forma que em 13 de junho de 1928, conforme consta na escritura do Sanatório São Paulo, ela conseguiu junto a José Carlos de Macedo Soares e sua esposa a doação de um terreno para a construção do sanatório.

A iniciativa do casal os colocava em situação de destaque entre as elites. A obra de caridade, em nome do bem estar social, elevava as personalidades donatárias a um *status* de benfeitores. Em conjunto, tentava-se resolver o problema de saúde pública que os tuberculosos pobres representavam a sociedade como um todo, além de evitar que os desprovidos de recursos perambulassem pela estância, causando temores a veranistas e também desconforto aos nobres doentes que circulavam entre as luxuosas pensões, hotéis e segundas residências.

A ação, dirigida pela Elisa Mendes de Abreu e fomentada por Macedo Soares também recebeu a colaboração de personalidades ligadas às políticas higiênico-sanitárias. Alguns médicos conhecidos, sobretudo aqueles vinculados à tuberculose, apoiavam e discursavam a favor desta obra como uma forma de obter o bem estar social. Assim, também se pronunciou em favor do Sanatório São Paulo o doutor Clemente Ferreira, que era nesta época presidente da Liga Paulista Contra a Tuberculose. Segundo o discurso de Clemente Ferreira, proferido durante o lançamento da pedra fundamental do Sanatório São Paulo em 1928:

> O sanatório popular, admirável instrumento de cura, escola de prophilaxia, é uma instituição de assistência social collectiva na phrase de Sobral Cid, pois estende e amplia sua acção às classes proletárias, à população pobre das oficinas, ao proletariado industrial, o mais exposto e o mais desamparado do auxilio social [...]'Combater a tuberculose, proclama Sersiron, é servir a humanidade, é o modo mais puro e nobre de servir a pátria' (Discurso – Documentação do Sanatório São Paulo, 1928).

O apoio de Clemente Ferreira à construção da instituição sanatorial foi bastante significativo. O médico há muito tempo lutava para que fosse instalado um sanatório em

Campos do Jordão e a iniciativa de Elisa Mendes de Abreu veio a encontro de tudo o que o médico defendia. O Presidente da Liga Paulista Contra a Tuberculose, conforme observa-se no discurso, valorizava o fato da iniciativa estender-se às classes proletárias há muito apontadas pelo médico como objeto de atenção.

De fato, o Sanatório nasceu sob o ideal de servir a doentes pobres. Contudo, a instituição não servia apenas às tuberculosas "indigentes", termo utilizado no período àqueles doentes que não poderiam pagar pelo tratamento. O Sanatório São Paulo também contava com alas particulares, destinadas a pensionistas. Oferecendo o serviço de internação para aqueles que poderiam pagar pelo tratamento, custeava-se a ala dos doentes pobres. Segundo um panfleto localizado nos arquivos da instituição, cada andar da edificação era destinado a uma classe de doentes.

O primeiro pavimento era destinado aos pobres, o segundo era destinado a semipensionistas em salão subdividido em compartimentos de um leito, a 400$000; e em salão comum, a 300$000. O terceiro pavimento era reservado para pensionistas, divididos em quartos de dois leitos, variando de 500$000 a 600$000 por pessoa e em quartos de um leito, variando de 700$000 a 1:000$000. Estes valores não incluíam os medicamentos e as radiografias, cobrados à parte (Tabela das pensões do Sanatório São Paulo, 19?).

Os quartos individuais, os mais caros, contavam com uma estrutura mais confortável. Diferente das alas coletivas que tinham uma disposição mais próxima a estrutura de um hospital com camas enfileiradas e instrumentos médicos a mostra, os quartos privativos lembravam a estrutura de um hotel, com decoração apropriada e sacadas individuais para os banhos de sol. A vantagem dos sanatórios em relação a pensões e hotéis era que o paciente contava com uma assistência médica mais rigorosa, diferente dos outros estabelecimentos onde os médicos visitavam o doente periodicamente. Nas pensões era necessário aguardar a visita dos profissionais da saúde, enquanto no sanatório a assistência era frequente, dada a presença das enfermeiras que assistiam as pacientes initerruptamente.

Assim, doentes mais graves ou mesmo aquelas que desejavam uma assistência contínua optavam por se dirigirem ao Sanatório São Paulo. O regime sanatorial era embasado nas teorias europeias acerca da climatoterapia. A higiene, a ventilação, a insolação eram respeitadas nas edificações de forma a possibilitar o melhor tratamento do doente. No quarto, pias próximas a cama serviam para facilitar os escarros e a imediata higienização. O objetivo era manter o paciente em um regime disciplinar com boa alimentação, higiene, sol e ar puro.

Ilustração 10 – Foto de quarto individual do Sanatório São Paulo



Fonte: Acervo do Sanatório São Paulo. Autor e data desconhecidos.

A inspiração para a terapêutica utilizada no Sanatório São Paulo veio da França. A direção técnica da instituição ficou a cargo de Raphael de Paula Souza, médico especialista em tuberculose. Formado em 1927 pela Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, foi convidado para dirigir o Sanatório São Paulo assim que se formou. Em busca da experiência necessária para assumir o cargo, viajou à França em 1929, para fazer um curso de Tisiologia. Em 1930, assumiu a direção do Sanatório e ali ficou até 1932 (SOUZA, 1990). Raphael de Paula e Souza foi uma figura importante não apenas para o Sanatório São Paulo, mas também para outras instituições sanatoriais de Campos do Jordão. Junto a Clemente Ferreira o médico foi responsável por abrir outros sanatórios na cidade.

O Sanatório São Paulo foi a primeira instituição do gênero em Campos do Jordão e sua implementação deu início a uma nova ordem no território. Logo após o início das atividades deste sanatório outros surgiram configurando uma cidade sanatorial. Os motivos que levaram a construção de outros sanatórios foram diversos. Listando alguns deles, pode-se dizer que a alta demanda de doentes pobres levou a pulverização de sanatórios pela cidade.

O próprio sanatório São Paulo, após sua implementação, precisou ampliar o número de leitos, tamanha era a procura de doentes. Necessitando de mais recursos, Elisa Mendes de Abreu contou com doações do Conde Francisco Matarazzo e sua esposa Mariângela

Matarazzo, que cederam recursos financeiros para a construção de uma nova ala do sanatório. Nas paredes da instituição, que hoje funciona como hospital e maternidade, ainda estão as placas de homenagem à família Matarazzo, principais beneméritos da obra.

Contudo, apesar das ampliações, o Sanatório São Paulo recebia apenas mulheres. De tal forma, que rapidamente outro problema surgiu na estância: as crianças. Muitas crianças ficaram desassistidas em virtude do tratamento das mães tuberculosas. Foi assim que, em 1927, surgiu o Preventório Santa Clara destinados às crianças não doentes, mas predispostas, filhos de tuberculosos. Embora houvesse um número significativo de mulheres que procuravam a estância em razão do sanatório, o preventório recebia filhos de doentes de ambos os sexos, visto que muitas famílias dirigiam-se a Campos do Jordão em busca de tratamento ainda que não houvesse sanatórios populares disponíveis para todos.

No preventório eram acolhidos meninos de 7 a 10 anos, meninas da mesma faixa etária e adolescentes, onde recebiam educação primária e acompanhamento médico. Os meninos adolescentes iam para a Fazenda-Escola do Preventório em Paraíba do Sul, onde recebiam, além de tratamento, ensino agropecuário. Os preventórios eram mantidos por meio de sócios, subvenções e donativos e tinham como objetivo combater a tuberculose infantil (ROZETO, 1968, p.61).

Além do preventório destinado a receber crianças não tuberculosas, logo outras instituições surgiram para tratar os pequenos doentes. Preocupado com as crianças tuberculosas, Clemente Ferreira começou uma campanha. Como as instituições voltadas a doentes carentes não contavam com apoio financeiro governamental e dependiam basicamente de doações da elite para sua manutenção, em 1927 Clemente Ferreira deu início a "Campanha do Selo" liderando, durante vários anos, 14 dessas campanhas com a finalidade de educar a população e angariar verba para a Liga de Combate à Tuberculose (ROSEMBERG, 2007).

Por meio dessas campanhas o médico conseguiu financiamento para as obras do Preventório Santa Clara e também para a criação de um orfanato para os filhos dos consultivos em Campos do Jordão. As crianças com tuberculose ganhavam assistência por meio dessa instituição. O número de crianças tuberculosas era tão significativo quanto o de adultos. O alto poder de contágio da doença fez com que, durante vários anos, as crianças se tornassem alvo da moléstia. Por meio dos incentivos de Clemente Ferreira para cuidar da tuberculose infantil, outras instituições sanatoriais foram criadas especificamente para este público em Campos do Jordão. O Sanatório São Vicente de Paula, por exemplo, criado em

1933, atendia exclusivamente as crianças pobres. Sob doações de Macedo Soares e da Associação das Damas de Caridade, a instituição cuidava de aproximadamente 60 crianças internadas.

Ilustração 11 – Dormitório do Sanatório São Vicente de Paula. Atendimento infantil (194?)



Fonte: Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico de Campos do Jordão

O zelo de Clemente Ferreira pelas crianças não era novidade. O médico ficou famoso em São Paulo não apenas por seu conhecimento em tisiologia, mas também por suas pesquisas relacionando a doença à pediatria. Em 1893, Ferreira publicou no "*Bulletin de Therapeutique*", o seu primeiro estudo sobre a tuberculose infantil (ROSEMBERG, 2007). Logo, seus trabalhos científicos nessa área foram reconhecidos, e o clínico conceituado como "médico das crianças" (BERTOLLI FILHO, 1993).

As ações de Clemente Ferreira em prol das crianças fizeram com que o médico ganhasse força entre as elites. A causa ganhou espaço por meio de leilões e eventos filantrópicos em apoio a tuberculose infantil. Neste cenário, Clemente Ferreira reforçou seus discursos sobre a necessidade de medicalização da classe pobre como um todo, dada as proporções de contágio dentre os menos favorecidos. Publicava artigos e proferia discursos chamando as parcelas favorecidas da população a cumprir sua função social no combate à

moléstia. Segundo afirmava o médico, o problema da tuberculose era muito mais social do que propriamente um problema médico:

> O problema da tuberculose é um problema medico e em mais alto grau social, e, mais, que é preciso modificar o meio social no qual prospera a endemia, sendo certo que como problema 1/3 medico e 2/3 social, a peste branca necessita de uma profilaxia e de uma terapeutica sociais (FERREIRA, 1939) [54].

Assim, caberia aos ricos auxiliarem no tratamento dos mais pobres. Os sanatórios eram, como defendia o médico, uma das melhores formas de combate à doença, na medida em que ofereciam a estrutura e a disciplina necessária. Preocupado com a falta de estabelecimentos em Campos do Jordão para tender a um maior número de doentes pobres, ele liderou um campanha para angariar fundos para a construção dos Sanatorinhos, um conjunto de sanatórios destinados a receber exclusivamente doentes pobres. Por meio de uma Campanha do Selo natalina, Clemente Ferreira iniciou a busca de fundos para a construção do conjunto de sanatórios.

Ilustração 12 – Selo da Campanha Pró-Sanatorinhos (193?)



Fonte: SOUZA (1990).

A falta de leitos suficientes em Campos do Jordão era uma preocupação perene. A fama da estância dentre os tuberculosos começava a atingir níveis mais altos em fins da década de 1920. A divulgação das propriedades climáticas da estância aliada a sua estrutura para recepção de curistas começou a surtir efeitos. São diversos os relatos de doentes que não

[54] Vide *Estudo e Conferencias (1939-1943)* (HOLANDA, 1950).

encontravam vagas em Campos do Jordão neste período (VIANNA, ELIAS, 2007; PAULO FILHO 1986). Um dos casos mais significativos foi o de uma das religiosas pertencentes à Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência que adoeceu gravemente de tuberculose, em 1928, e teve de ser transportada de São Paulo a Campos do Jordão não encontrando, porém, vaga em nenhum lugar.

De acordo com Paulo Filho (1986), o relato foi contado pela madre superiora a José Carlos de Macedo Soares, que prontamente prometeu um lote de terras às irmãs para que a Instituição lá erguesse um abrigo para doentes. Nesse mesmo ano, foram iniciadas as obras para a construção de uma pequena casa para as irmãs, dotada de ala e enfermaria. Em novembro de 1929, a pequena casa transformou-se no Pensionato Divina Providência que recebia doentes pobres de ambos os sexos. Novamente, pelas mãos de Macedo Soares, um sanatório foi edificado em Campos do Jordão. Mas o Pensionato, que passou, posteriormente, a ser denominado Sanatório Divina Providência, ainda não era suficiente para atender a demanda de doentes. Tuberculosos não apenas das capitais paulista e carioca, mas também de outras regiões do país começaram a procurar a Suíça brasileira para tratamento da doença.

Segundo Bertolli (2001, p.143) , "os enfermos afluíam em massa, esperando encontrar com facilidade acolhida sanatorial, ou pensando que apenas a presença no ambiente serrano fosse o suficiente para recuperar a saúde comprometida". Nesse cenário, era comum observar-se a morte pública de doentes esvaindo-se em sangue sem qualquer possibilidade de socorro. Abandonados a própria sorte, os doentes que não tinha condições de pagar por sanatórios contribuíam com um cenário chocante na estância, agravando os problemas de saúde pública. Ainda segundo o autor, "o custo de vida elevou-se ainda mais no decorrer dos anos 30 e o acúmulo de infectados pobres fez proliferar as choupanas e pensões clandestinas".

Mediante a tal situação, em janeiro de 1931, surgiu a ideia da construção de um hospital popular em Campos do Jordão. De acordo com jornal de circulação interna da Ação Comunitária de Saúde (SANATORINHOS, 2004), o sanatório foi construído por preocupação do chefe da estação de trem, Sebastião Gomes Leitão, do Dr. Raphael de Paula Souza e da população jordanense com os tuberculosos pobres que não tinham condições de se internar em sanatórios particulares e acabavam por morrer na estação de trem local.

Diante desse preocupante quadro e descontente com os serviços do Sanatório São Paulo, que só atendia a mulheres, o Dr. Raphael Paula e Souza resolveu criar um sanatório que pudesse atender a um maior número de tuberculosos pobres. Apoiado por Clemente

Ferreira, pela Liga Paulista Contra a Tuberculose juntamente com os recursos obtidos pela campanha natalina de selos pró-sanatorinhos, bem como das promoções organizadas na capital paulista por Adelaide Pudente de Morais para angariar fundos, o médico concretizou sua ideia. Segundo Paulo Filho (1986, p. 290):

> [...] o Dr. Raphael Paula Souza, que era diretor-clínico do Sanatório São Paulo, rebelara-se contra a escolha dos métodos feitos pela sua instituição no combate à tuberculose [refere-se ao Sanatório São Paulo], entendendo que o setor de assistência médica deveria ter prevalência sobre a dimensão e qualidade das obras de construção de sanatórios, os quais, despidos de ostentação, deveriam obter aproveitamento máximo, propiciando o maior número possível de internações.

O Dr. Raphael Paula e Souza começou, então, a colocar em prática seu plano: programar construções baratas, simples abrigos higiênicos, inicialmente para permitir a instalação de equipamentos eficazes no combate à tuberculose. O terreno para construção de um abrigo foi doado pelo Dr. José Carlos de Macedo Soares cujo pedido de doação foi feito pessoalmente pelo médico. O primeiro pavilhão (Sanatório S1) foi inaugurado em 22 de novembro de 1931 e, segundo Paulo Filho (1986, p. 290), "a comunidade de Campos do Jordão, de forma natural e espontânea, começou a chamá-lo de Sanatorinho, denominação que ainda perdura até hoje". Em 15 de outubro de 1934, foi inaugurado o segundo pavilhão (Sanatório S2), com capacidade para 75 doentes, e sempre obedecendo ao critério de manter o máximo de internações com o mínimo de investimento em construção.

Com a construção dos Sanatorinhos o problema dos tuberculosos pobres estava, parcialmente, solucionado na estância. Mas a demanda era crescente e a necessidade de mais leitos se ampliava a cada ano. Contando apenas com as ações de médicos e membros da elite que custeavam todas essas obras, a Prefeitura Sanitária passou a ser cobrada em razão da falta de apoio. Clemente Ferreira não deixava de exigir uma maior participação do governo frente ao combate contra a moléstia, acusando a Prefeitura Sanitária até mesmo de negligência pela falta de auxílio financeiro para as ações realizadas pela Liga e empresários benfeitores.

> Por seu turno a acção official tem sido até aqui por demais apagada, para não dizer nulla, e entretanto indispensável se faz uma campanha de tão grande porte, no manejo de um problema de tanta complexidade e polymorphismo, a assistência financeira efficaz do Poder Publico, pois, como já affirmou Calmette, a solução do problema da tuberculose é uma questão de dinheiro (FERREIRA, 1930 *apud* BERTOLLI FILHO, 1993, p.56).

Segundo Bertolli Filho (2001), a falta de apoio financeiro do poder público nas ações de edificação de sanatórios populares se dava em razão do escasso orçamento da Prefeitura Sanitária para a manutenção da estância. A verba, advinda dos poucos impostos arrecadados, eram direcionadas as ações de urbanização, não sobrando valores suficientes para investir na

construção e manutenção das instituições sanatoriais. Entretanto, apesar da falta de apoio do poder público para a edificação dessas obras, o Serviço Sanitário não deixava de encaminhar alguns tuberculosos pobres com subvenções governamentais. Os leitos, idealizados e fomentados pelos empresários jordanenses recebiam doentes que vinham sob encaminhamentos e custeio do Governo do Estado, aumentando ainda mais a necessidade de amplificação do número de vagas para doentes pobres na estância.

Campos do Jordão, reconhecida por sua estrutura, por muito tempo serviu como depositário de doentes pobres advindos de toda a parte. Muitas cidades paulistas enviavam seus doentes indigentes a Campos do Jordão, o que representava um aumento no número de leitos que deveriam ser mantidos às expensas jordanenses. Assim, a Prefeitura Sanitária, com o papel de cuidar das políticas de tuberculose na localidade, passou a cobrar a participação efetiva em contribuições financeiras dos municípios que enviavam seus doentes para terapia sanatorial.

De tal forma que o município de Santos, o único a enviar recursos para manter os leitos de seus munícipes, embora outras cidades também fossem cobradas, por meio de sua Santa Casa de Misericórdia passou a manter um sanatório específico para receber os doentes indigentes encaminhados por sua gestão. O Sanatório Santos, segundo Paulo Filho (1986), foi inaugurado em 2 de fevereiro de 1935, pelo interventor federal Armando de Salles Oliveira, em terreno também doado por José Carlos de Macedo Soares.

Apesar dos esforços para que outras cidades enviassem recursos para manter os seus doentes em Campos do Jordão, a Prefeitura Sanitária não conseguiu as subvenções almejadas. Com o alto número de doentes desassistidos vindos de toda a parte, coube à Prefeitura Sanitária destruir as palhoças ocupadas desordenadamente pelos tuberculoses pobres, direcionando estes indivíduos a um barracão situado na periferia da cidade, denominado de "Abrigo de Emergência para Tuberculosos" (BERTOLLI FILHO, 2001).

Na falta de vagas, esta era a saída encontrada pelo poder público para resolver o problema dos doentes indesejados na estância durante a década de 1930. Esta medida era, na verdade, um reflexo dos desejos de proprietários de terras jordanenses. A cidade sanatorial erguia-se sob as orientações de Macedo Soares e outros membros da alta sociedade. Pela doação dos terrenos, o grande proprietário de terras jordanenses definia a localização dos sanatórios destinados aos pobres. A maioria estabeleceu-se nas Vilas Jaguaribe e Abernéssia,

ficando os arredores da Vila Capivari, onde os moradores mais nobres mantinham suas residências, livres da presença dos doentes indesejados.

A separação entre o núcleo dos doentes ricos e o núcleo dos doentes pobres ficou ainda mais evidente na estância conforme edificavam-se os sanatórios, nos ritmos ditados por Macedo Soares. Além das instituições voltadas às classes populares, surgiram outros sanatórios, mais luxuosos, para servir aos doentes abastados. Segundo Bertolli Filho (2001), até o final dos anos de 1930 foram ativados dez sanatórios em Campos do Jordão. Outros, como o Sanatório Ebenezer, Sanatório São Francisco, Sanatório Sírio e Sanatório Santa Cruz, foram edificados na estância, alguns servindo exclusivamente a doentes pagantes, outros ofertando leitos a indigentes e vagas para pensionistas, totalizando cerca de 652 leitos especializados.

Ainda segundo o autor, "apesar da discordância dos sensos realizados naquele período, é certo que o número de vagas hospitalares para tuberculosos em Campos do Jordão representava quase da metade das disponíveis em todo o estado de São Paulo, sendo que aproximadamente 50% da hospedagem nosocomial jordanense estava reservada para a clientela pagante" (BERTOLLI FILHO, 2001, p. 143). Aos pagantes e seus acompanhantes, um novo nicho de mercado se abriu. Sanatórios luxuosos e pensões repletas de serviços de entretenimento prenunciavam a atividade turística na estância, como analisaremos no próximo item.

7.3 Entre a doença e os divertimentos

Além de atender a doentes ricos e pobres, fator que deu a Campos do Jordão a função de cidade sanatorial, paralelamente, uma segunda função começou a se estabelecer na estância. A presença de doentes e veranistas buscando o repouso, a fruição da paisagem já era frequente. Contudo, ao longo da década de 1930, conforme melhor se estruturavam os sanatórios, pensões e pequenos hotéis da cidade, iniciou-se a construção de uma estrutura votada ao entretenimento daqueles que visitavam a estância. Configurava-se, assim, os primeiros passos da função turística na cidade.

Mas o vocábulo turismo, neste contexto, deve ser utilizado com cautela. Segundo os estudos da historiadora e turismóloga Guimarães (2012), nos anos de 1930 a palavra turismo ainda se apresentava como novidade vernacular no Brasil. O mais comum era empregar o termo em língua estrangeira. Algumas tentativas foram realizadas para designar o vocábulo

em português. Em 1889, por exemplo, o neologismo "ludambulismo" foi proposto por Antonio de Castro Lopes a fim de substituir os estrangeiros *tourism e tourisme* (GUIMARÃES, 2012, p.35). O filólogo afirmava: "*ludus* significa divertimento, recreio, passatempo; o sufixo *ambulo* é o verbo que significa passeiar [...] porque não será ludambulo em portuguez, que em inglês se chama *tourist?*" (LOPES*,* 1889 *apud* CUNHA, 2010, p.395).

A eleição pelos termos em latim *ludus* e *ambulo* para criar um substituto ao *tourism* ou *tourisme* não foi mero acaso. Em fins do século XIX a prática turística na Europa ainda estava bastante vinculada à prática da deambulação nas estâncias de saúde. Assim, o ludambulismo era um termo que remetia ao deambular, ao ato de passear de passear ao ar livre, à prática da fruição da passagem. Ainda presente nos dicionários de língua portuguesa, embora seu uso não tenha sido amplamente disseminado, o termo representa a forma como prática turística, em seus antecedentes, vinha se estruturando no Brasil. O ludambulo era, tal qual os *touristes* do estrangeiro, aquele que buscava sair das capitais e passear em locais onde a natureza era revisitada.

Embora houvesse um substituto para os termos estrangeiros, o vocábulo ludambulismo não é encontrado com tanta facilidade quanto os termos *tourism* e *tourisme* em documentos dos anos 1920 e 1930. Os vocábulos em inglês e francês eram muito mais utilizados. Assim como na história do turismo europeu, os *touristes* brasileiros eram aqueles que tinham tempo e dinheiro para usufruir dos prazeres longe das grandes cidades. Sinal de *satatus*, distinção, o *touriste* se deslocava até as estâncias hidrominerais, balneárias ou climáticas para passar um tempo longe das agitações urbanas, por saúde, repouso e também divertimento.

Enquanto na Europa muitas estações de cura e turismo se estruturaram para servir a uma clientela que buscava os prazeres das águas minerais, das praias e das montanhas, em solo nacional os modelos de estâncias serviram de inspiração a diversos destinos brasileiros que, assim como os predecessores internacionais, criaram serviços e atrativos para receber aos *touristes* nacionais. Poços de Caldas e Araxá em Minas Gerais; Águas da Prata, Águas de São Pedro, Águas de Lindóia em São Paulo, por exemplo, foram estâncias hidrominerais muito divulgadas na década de 1920 pelas propriedades de suas águas, utilizadas sobretudo para banhos terapêuticos, tais como as termas de Bath.

O balneário de Santos em São Paulo, Tramandaí no Rio Grande do Sul e diversas praias na orla do Rio de Janeiro, também são exemplos de destinos que eram procurados por

curistas e *touristes* na década de 1930 para banhos regeneradores, inspirando-se nos famosos balneários estadunidenses e nas praias inglesas. Nas linhas do climatismo, inspiradas sobretudo nas estâncias Suíças, Campos do Jordão e Petropólis, no Rio de Janeiro, estavam dentre as estâncias com melhor estrutura para receber aqueles que procuravam descanso e também divertimentos.

Em comum, todos estes destinos se respaldavam na Lei Federal das Estâncias de Águas Hidrominerais, baseada no Decreto nº. 3.987 de 1920, "que concedia autorização temporariamente para que vigorassem os jogos de azar em clubes e cassinos das estações balneárias, termais e climáticas [...]" (PAIXÃO, 2010, s.n). Isto é, além das recorrentes atividades de tratamento de saúde, comumente observadas nas estâncias, e do repouso proporcionado pelo ambiente calmo e natural dessas verdadeiras cidades-jardins, havia também uma série de recursos de entretenimento que objetivavam proporcionar tanto a doentes quanto aos *touristes* um tempo voltado aos divertimentos.

Os jogos foram, certamente, um dos recursos mais utilizados pelos empresários das diversas estâncias espalhadas pelo Brasil. Mas não só. Outros serviços como bailes e jantares, festas tradicionais, passeios à cavalo, passeios de barco e caminhadas estavam dentre os atrativos ofertados àqueles que passavam um tempo de descanso nas estâncias. Estes serviços proporcionavam um novo valor às temporadas. Deixavam as estadias dos doentes mais agradáveis e atraíam famílias que gozavam de plena saúde e buscavam dar novos usos aos seus tempos de descanso. Estes atrativos, disseminados em diversas estâncias pelo país tiveram como inspiração os modelos estrangeiros, tal qual a prática do curismo. Analisando-se o histórico de alguns desses destinos é possível observar a presença de imigrantes que deram o início às práticas do *tourism*, sempre aproveitando as características locais e adaptando a prática ao lugar.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, os estudos de Brambatti e Allis (2010), mostram como imigrantes italianos e alemães contribuíram para a construção da prática do veraneio. Analisando o Desvio Blauth, que atualmente é distrito de Farroupilha, os autores expõem como os empreendedores imigrantes aproveitaram o clima e a paisagem do lugar para montar um negócio voltado à recreação e também à manutenção da saúde nos anos de 1930. Medeiros e Castro (2013), apontam como a agência inglesa Thomas Cook contribuiu com prática turística no Rio de Janeiro nos anos de 1920. Guimarães (2013), revela como a empresa automobilística estadunidense Chevrolet contribuiu com a construção dos *touring*

clubs na capital paulista. Dentre os diversos exemplos possíveis nas análises da inserção da prática turística no Brasil, voltemos aos *touristes* que procuravam as montanhas.

Observando-se anúncios publicitários, relatos de viagem e entrevistas realizadas por memorialistas sobre esse período, constata-se que os termos utilizados para designar aqueles que não eram doentes e viajavam por recreio entre os anos de 1920 e nas primeiras décadas de 1930 eram "*touristes",* "excursionistas" ou "veranistas", sempre se referindo àqueles que passavam uma temporada, um período de descanso e divertimentos nas estâncias de repouso. Em comum, esses atores usufruíam de atrativos muito próximos aos ofertados para os doentes enquanto praticavam a climatoterapia. Com o clima frio, mas não tão severo quanto o Europeu, os estabelecimentos ofertavam passeios a beira de lagos e banhos de cachoeiras.

Em Campos do Jordão, uma das hóspedes da Pensão Inglesa, um dos estabelecimentos mais luxuosos que recebia doentes e veranistas, de propriedade de imigrantes ingleses, relembra sua estadia em 1924: "do lado esquerdo da estrada que descia da Pensão, havia uma cachoeira muito linda [...] as senhoras e moças da Pensão iam sempre lá se banhar". Além dos atrativos naturais, também contava-se com uma estrutura hospitaleira nos empreendimentos. Ainda segundo relatos da hóspede, a pensão "era alegre, onde os hóspedes tocavam piano, dançavam e jogavam", a comida "era farta e gostosa", "o leite era de lá mesmo", "tínhamos carne fresquinha e deliciosa" (Relatos de Amelia Duarte Conceição, citado por PAULO FILHO, 1986, p.247).

Esta pensão, gerida pelo conhecido casal "Mister e Miss Backer", proprietários da empresa Backer & Cia, era muito bem frequentada. Segundo a antiga hóspede "o dr. José Ermírio de Moraes [...], dr. José Carlos de Macedo Soares, os dois Filhos do dr. P G. Meirelles, e muitas famílias inglesas, muito distintas, geralmente levavam os filhos pequenos com as respectivas babás". A alta sociedade usufruía dos prazeres e luxos proporcionados por empreendimentos como o do casal Backer, que aproveitaram os recursos locais para oferecer aos ilustres hóspedes serviços que antes somente aqueles que se deslocavam até as estâncias estrangeiras poderiam aproveitar.

Os prazeres da estadia ditavam os ritmos das temporadas. Ao longo da década de 1930, cada vez mais hotéis e pensões ofertavam serviços que agregavam valor a estadia atraindo sãos e doentes. Nos sanatórios, embora a rotina fosse mais rígida, também ofertava-se atrações àqueles que poderiam pagar. Oracy Nogueira, sociólogo, acometido pela tuberculose em 1930, esteve em tratamento em Campos do Jordão nesse período. Anos mais

tarde, escreveu a obra *Vozes de Campos do Jordão* (1949) descrevendo as experiências sociais dos tuberculosos em sanatórios jordanenses. Analisando a vida sanatorial, Nogueira escreveu:

> Quanto à parte recreativa, além das conversas nos períodos de passeio, refeições e repousos em cadeiras, e da leitura, também são geralmente permitidos (sempre, é claro, a critério do médico), certos jogos de salão, principalmente no intervalo compreendido entre o jantar e o silêncio noturno. São promovidas, ocasionalmente, festas comemorativas e, num ou noutro sanatório, os doentes dispõem de biblioteca. Em alguns estabelecimentos existem, ainda, grêmios recreativos e literários de que os enfermos participam, mais ou menos ativamente (NOGUEIRA, 1949, p.77).

A estrutura dos novos sanatórios que se estabeleciam na estância mais se assemelhavam a hotéis do que propriamente instituições de saúde. O Sanatório Sírio, por exemplo, uma das muitas instituições da alto padrão de Campos do Jordão, idealizado em 1936 pela Sociedade Beneficente Síria, era reconhecido pelo extremo conforto. A propaganda do Sanatório exaltava que a roupa de cama dos quartos era bordada pelas damas da sociedade e as refeições ofertadas eram "extremamente suculentas". Em um dos muitos textos de divulgação da instituição, o anúncio afirmava: "a administração do Sanatório Sírio tudo faz para que os internados se sintam à vontade, num ambiente de alegria e bem estar" (Jornal *A Cidade de Campos do Jordão*, 03 de abril de 1949, p.1). Os esforços dos empreendedores para agradar ao público-alvo visavam atrair um número cada vez maior de doentes pagantes. Para tanto, buscava-se tornar a estadia a mais prazerosa possível.

Os passeios fora do sanatórios também eram permitidos, desde que fossem feitos "a passos lentos, evitando o sol". Dependendo do caso, os doentes também tinham permissão para irem ao cinema e ao mercado municipal, tornando as estadias sanatoriais mais dinâmicas e agradáveis. Ainda segundo Nogueira (1949), alguns sanatórios também permitiam visitas que, inclusive, poderiam pernoitar nestas instituições. O regulamento de um sanatório jordanense, reproduzido por Nogueira (1949, p.77), afirmava: "as visitas que pernoitarem no Sanatório pagarão uma diária de acordo com a tabela, sujeitando-se aos regulamentos do estabelecimento".

O serviço ofertado aos visitantes dos sanatórios destinava-se, sobretudo, aos acompanhantes dos doentes. Em razão das longas viagens de trem nem sempre os médicos e familiares que acompanhavam os enfermos conseguiam retornar à capital após o dia de atendimento. Assim, alguns sanatórios mantinham alas específicas para os acompanhantes, ofertando serviços de hospedagem, alimentação e também entretenimento aos não

tuberculosos que chegavam a estância em razão da necessidade de tratamento de alguém de seu convívio.

Os acompanhantes também movimentavam a economia da estância. Não apenas sanatórios ofertavam estrutura para recebê-los, mas também pensões específicas, destinadas exclusivamente àqueles que não estivessem doentes. No romance *Floradas na Serra,* de Dinah Silveira de Queiroz (1939), uma passagem da trama retrata o diálogo da mãe da personagem tuberculosa com a proprietária da pensão onde a filha doente iria hospedar-se:

> ¬ A senhora já foi avisada de que nós não aceitamos acompanhantes. Não é por má vontade, mas pelo próprio bem das moças. Acostumam-se mais depressa.
>
> ¬ Compreendo, disse D. Matilde. Mas terei que dormir em alguma parte...
>
> ¬ Ah, sim, já tomou o trabalho de reservar o quarto em outra pensão... (QUEIROZ, 1939, p.4).

O trecho exemplifica uma prática que se tornou cada vez mais comum nos anos de 1930 em Campos do Jordão, a separação entre os lugares destinados aos doentes e os lugares voltados aos que gozavam de boa saúde. Embora a convivência entre sãos e doentes fosse bastante comum, um novo nicho de mercado começou a se abrir naquele território. A prática do turismo, inclusive o uso do vocábulo desta forma, começou a ganhar uma forma mais próxima daquela que hoje conhecemos. Entre 1935 e 1939, Campos do Jordão começou a receber um fluxo cada vez maior de visitantes sãos.

A ascendência deste novo público se deu em razão de alguns eventos. Além da afluência de acompanhantes, outros acontecimentos fizeram com que um número cada vez maior de pessoas saudáveis procurassem o destino. Primeiramente, pode-se afirmar que a separação entre o núcleo dos doentes ricos e núcleo dos doentes pobres, configurada de acordo com as doações de Macedo Soares, foi um dos fatores que despertou o interesse dos *touristes* da alta sociedade em frequentar a localidade. A Vila Capivari transformou-se em um núcleo onde transitavam os doentes da alta sociedade. Muitos se curaram e ali se estabeleceram, tornando aquela vila um território frequentado por ex-doentes. Os tuberculosos que ainda restavam eram bem tratados, tinham boas práticas de higiene, de tal forma que nem pareciam ter a doença, o que aliviava o temor de contágio por parte daqueles que procuravam o destino para descanso e recreação.

O Professor de Medicina da Faculdade do Rio de Janeiro, Peçanha da Silva, escreveu no jornal *Campos do Jordão*, em 25 de novembro de 1934: “a ideia que vagamente nos ocorria, antes quando ouvíamos esse nome, era de um lugar de sofrimento, uma espécie de

purgatório terrestre, onde o homem curtia suas dores em ambiente de tristeza e abandono. Que Ilusão! Campos do Jordão é um paraíso. Não se sente ali a menor impressão da doença. Tudo é sadio, novo, arejado, higiênico" (SILVA, 1934 *apud* PAULO FILHO, 1986, p.209). O depoimento era representativo do que se estabelecia em Vila Capivari. Longe dos sanatórios e das vítimas mais severas da doença, poder-se-ia andar com tranquilidade.

As belezas dessa área da cidade, organizada e ostensiva, a configuraram como um território atrativo para os passeios, diferente das outras vilas, onde o temor de contágio era maior. Ilustrando tal condição, a obra literária *Floradas na Serra* destacava a Vila Capivari como o cenário dos divertimentos. Em um trecho da trama, a autora destacava a vila florida, onde jovens divertiam-se com passeios a cavalo. A descrição revelava ainda a oposição entre o núcleo dos nobres e saudáveis em relação a outras vilas, notadamente representadas como núcleos dos doentes, causando temor de contágio:

> Capivari principiava a animar-se. As vilas floridas se abriam. Bando de rapazes e moças corriam loucamente, a cavalo, pelas estradas. Vinham a Abernéssia para compras, e às vezes, diante de um vulto alto e macilento, levavam o lenço ao nariz, fingindo defender-se da poeira. A passagem daqueles que traziam saúde para gastar às janelas semblantes de cera (QUEIROZ, 1939, p.132).

A urbanização da Vila Capivari recebeu maiores atenções de seus idealizadores. A Cia de Melhoramentos de Macedo Soares investiu no embelezamento da área. Praças, ajardinamento e uma equipe de empreiteiros vindos da capital, contribuíram com a organização das residências e empreendimentos luxuosos que ali se estabeleceram. Segundo Paulo Filho (1986, p.180), a vila "sempre foi frequentada pela elite da sociedade paulistana [..] essa concentração aristocrática serviu de chamariz à burguesia, passando a dar requintes de bom gosto e ares de fortuna ao titulares de domínio de imóveis em Campos do Jordão, notadamente Vila Capivari, toda ela constituída de residência belas e valiosas".

Na ilustração abaixo pode-se observar a organização da Vila Capivari, em 1935. As residências, incrustadas na paisagem montanhosa, ofereciam aos seus moradores o conforto aliado às belezas naturais. A imponência das construções pode ser observada na imagem. Casas de grande porte, com cumeeiras elevadas destacavam-se dentre os pinheiros. Os acessos interligavam até mesmo as casas em pontos mais altos, facilitando os deslocamentos dos automóveis que transportavam as tradicionais famílias que ocupavam os melhores espaços no mundo político, social e econômico da capital.

Ilustração 13 – Vila Capivari (1935)



Fonte: Rocha (2008).

Dentre estas famílias, que contribuíram com a organização desse território, destacamos os "de Barros". Em 1924, José Emydio de Barros, tio de Adhemar de Barros adquiriu algumas propriedades em Vila Capivari. Anos mais tarde, na década de 1930, o próprio Adhemar, e outros familiares seus, adquiriram estas e outras propriedades na vila das elites. Embora fosse comum membros da nata paulistana adquirirem ou herdarem as propriedades jordanenses, a presença de Adhemar de Barros neste contexto merece destaque em razão da representatividade política que esse ator, pertencente a umas das mais tradicionais famílias de São Paulo, tinha nos anos de 1930.

Adhemar de Barros nasceu Piracicaba em 1901. Permaneceu em São Paulo até 1914, quando mudou-se para o Rio de Janeiro para cursar medicina. Após concluir a faculdade, o médico fez diversos cursos no exterior, tendo frequentado universidades nos Estados Unidos, Alemanha, Suíça e Inglaterra. Retornando ao Brasil em 1927, após casar-se com Leonor Mendes, o médico passou a clinicar em São Paulo, tendo exercido a profissão até 1932. Após a Revolução Paulista, o médico entrou para a vida política ingressando no Partido

Democrático em 1933 (CANABRAVA FILHO, 2004). Em 1934, se tornou deputado tendo adquirido, assim como outras personalidades políticas, propriedades nos Campos do Jordão.

A Vila Capivari, mais do que uma um território de descanso e repouso, comportava também importantes encontros políticos. Durante o Governo Vargas a estância tornou-se um dos destinos eleitos para encontros informais entre os homens de vida pública que ali tinham suas residências. O próprio Macedo Soares, em 1934, assumiu a pasta das Relações Exteriores a convite de Getúlio Vargas. Encontros eram promovidos nas residências dessas personalidades, que além de realizarem decisões políticas e alguns despachos, também aproveitavam para desfrutar do clima, dos passeios, da vida social.

Assim como Macedo Soares, Adhemar de Barros também foi uma importante figura política no Governo Vargas, tendo sido nomeado interventor do Estado em 1938. Muitos encontros políticos com o então Presidente da República aconteceram nas segundas-residências de Macedo Soares e Adhemar. As presenças dessas figuras públicas, certamente, contribuíram para aumentar o prestígio do lugar e com o modismo causado pela presença das personalidades, a visita de *touristes*, excursionistas e veranistas se ampliava na Vila Capivari. Afinal, porque temer visitar uma localidade que até mesmo o Presidente frequentava?

As presença dos políticos em Vila Capivari atestava as qualidades do lugar para os saudáveis. Caminhadas, passeios a cavalo, banhos de cachoeira, bailes e jogos na estância se tornaram cada vez mais atrativos a uma burguesia que crescia em São Paulo. Em paralelo, alguns hotéis e lojas comerciais tentavam barrar a entrada de doentes, sobretudo os mais pobres, afixando cartazes “é expressamente proibida a entrada de pessoas portadoras de moléstias infecto-contágiosas” (BERTOLLI, 2001, p.147). O desejo em receber os clientes saudáveis prenunciava a segunda função desse território. Neste processo, o automóvel teve um importante papel na disseminação dos outros usos do espaço jordanense, especificamente, na Vila Capivari.

7.4 O turismo e o papel do automóvel

O ambiente construído na Vila Capivari pela Cia de Melhoramentos de Macedo Soares favorecia a visitação daqueles que temiam a doença. Em conjunto, a alta sociedade paulista deu início a prática do turismo, utilizando inclusive esta terminologia, estimulada pela presença cada vez maior de automóveis na capital. O próprio termo “turismo”, assim grafado, tem sua raízes relacionadas às viagens de automóvel realizadas pela elite paulista. Em 1933

chegou ao mercado brasileiro o primeiro automóvel do "modelo turismo" da Chevrolet. Segundo Guimarães (2013, p.214), "o modelo turismo era recomendado para passeios, logo, para exibição pública, conferindo admiração e distinção social aos seus donos".

Ilustração 14 – Anúncio do automóvel no jornal *Diário Carioca* (1933)



Fonte: Biblioteca Nacional

As viagens de automóveis para destinos do interior paulista começaram a se disseminar com a fundação do *Touring Club* do Brasil em 1923. A sociedade, composta por proprietários de carros, foi criada em virtude das inúmeras expressões cívicas que se seguiram às comemorações do Centenário da Independência do Brasil e começaram a divulgar os recursos turísticos do país para reverter a "monomania de Europa" que dominava as elites brasileiras (TOURING, 2010). A necessidade de divulgação das viagens no âmbito nacional também ocorreu em razão das dificuldades de se realizar as clássicas viagens à Europa em razão da Primeira Guerra Mundial. Criado no Rio de Janeiro, o *Touring Club* ganhou amplo espaço na capital paulista, sobretudo após a construção da estrada de rodagem Rio-São Paulo em 1928.

Com a chegada de novos modelos de automóveis em São Paulo na década de 1930 tais como o modelo turismo da Chevrolet, com melhor qualidade técnica, melhor desempenho de motor e preços mais acessíveis, novos hábitos como passeio de automóvel e viagens ao interior começaram a se cultivar. O *Touring Club* divulgava periodicamente nos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo roteiros de viagens a serem realizadas em grupo pelos proprietários de automóveis. As viagens organizadas acabavam por ser um negócio lucrativo e

contribuíram para a construção e difusão da prática turística entre as elites dos grandes centros urbanos.

Em conjunto com as viagens de automóveis crescia também um novo mercado. Produtos específicos para "o turista" passaram a ganhar espaço nos anúncios publicitários. Malas, equipamentos de fotografia e, até mesmo sapatos, apareciam nas páginas dos jornais e revistas objetivando atingir um seleto público que poderia usufruir de todos os recursos, até mesmo os mais supérfluos, que foram inventados para estimular o consumo inerente à prática dos nobres "turistas".

Ilustração 15 – Anúncio de sapatos modelo "turista" (1936)



Fonte: GUIMARÃES (2012).

Segundo Guimarães (2013, p. 218), "a percepção do crescente prestígio que o turismo vai conquistando entre os segmentos mais abastados da sociedade brasileira e da nova burguesia nascente [e] os interesses de uma indústria que vai se construindo, criando facilidades para esse novo viajante a lazer ou para recuperação da saúde (ou as duas motivações juntas)" influenciaram no desenvolvimento do turismo em alguns territórios. No

caso de Campos do Jordão, cidade que era de fácil acesso para os motoristas paulistas e cariocas, a estância se tornou rapidamente um destino divulgados nas rotas do *Touring Club.*

Ilustração 16 – Anúncio de excursão a Campos do Jordão divulgada no jornal *A manhã* do Rio de Janeiro (1946)



Fonte: Biblioteca Nacional

A publicação do jornal carioca, embora da década de 1940, é representativa do movimento de turismo que se iniciou nos anos de 1930 em Campos do Jordão. Divulgava-se as qualidades terapêuticas do clima comparando com a Suíça e também a separação entre o

núcleo dos ricos e núcleos dos pobres, ressaltando-se a segurança de transitar pela localidade sem maiores riscos de contágio. No texto, centralizado na ilustração acima reproduzida, afirmava-se:

> Os grandes tisiologistas estrangeiros que conhecem Campos do Jordão estranham que os enfermos procurem os sanatórios suíços para o tratamento da enfermidade, Porque, na opinião de todos eles, a serra paulista oferece todos os recursos naturais para a cura da tuberculose, com a vantagem de que, com um clima mais ameno a mais acorde com os dos vários pontos do pais, oferecendo possibilidades muito mais completas de rápida adaptação do enfermo ao meio em que vai viver. Campo do Jordão, que é servida por uma estrada de ferro elétrica, ligando o planalto à linha paulista da Central do Brasil, divide-se em três núcleos populosos: Vila Pobre, Abenérssia e Vila Rica, nos quais as populações, inclusive a grande maioria dos servidores, desde os mais humildes aos mais destacados, é composta por enfermos. A peculiaridade do clima impede que a moléstia se transmita, salvo em casos especiais de predisposição e também, na maioria dos casos, faz cessar inteiramente o desenvolvimento do mal. As gravuras desta página, que representam uma gentileza do Touring Club do Brasil, foram tomadas naquela localidade, transformada, como se vê, em moderna e salubérrima estação de repouso, com soberbas construções e muito confôrto.

A essência desses discursos que objetivavam fomentar a visita de não apenas doentes mas também turistas, foi a mesma durante muitos anos. As viagens de automóveis para a estância iniciaram-se em meados de 1936, após a construção da estrada de rodagem que interligava São José dos Campos a Campos do Jordão, a atual SP-50 (PAULO FILHO, 1986) e, desde essa época, observava-se o fluxo de turistas na estância jordanense. A presença de políticos, empresários e intelectuais na estância em busca de repouso e divertimento era tão significativo que até mesmo o então interventor do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros, resolveu construir um "Palácio de Verão" para servir às férias das mais altas figuras dos Governos. Em 1938 foi lançada a pedra fundamental do Palácio da Boa Vista.

A ideia de construir uma residência de férias do poder executivo é simbólica do início da transformação que o território de Campos do Jordão estava prestes a consolidar. Mas para compreendê-la é necessário adentrar ao contexto político que circunscreveu a construção da prática turística no território jordanense. Nesse sentido, nos próximos capítulos nos aprofundaremos nesta questão, bem como em outros eventos que auxiliaram no desenvolvimento do turismo neste território.

PARTE 3 - A TRANSFORMAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Muitos fatores distintos contribuíram com a formação do território do turismo em Campos do Jordão. Os primeiros passos da prática turística se deram com a oscilação entre cura, repouso e vilegiatura, assim como por meio dos interesses de empresários que viram nas viagens de turismo uma forma interessante de aproveitar os recursos financeiros de uma parcela da população que criou o hábito de usufruir de um tempo de repouso e divertimentos em estâncias como Campos do Jordão. Contudo, a prática do turismo, o gosto pelos passeios na montanha foram construídos com auxílio da literatura e do cinema e, acima de tudo, do contexto político que permitiu e fomentou o turismo no Brasil e no território. Ao longo dos capítulos que compõem esta última parte, observaremos como o desenvolvimento do turismo se configurou em Campos do Jordão e como os atores envolvidos nesse processo influenciaram na primeira política nacional de desenvolvimento da atividade no país.

8. A INFUSÃO E DIFUSÃO DA PRÁTICA TURÍSTICA EM CAMPOS DO JORDÃO

A presença dos primeiros turistas nos anos 1930 foram de suma importância para que a estância desse seus primeiros passos para a estruturação da atividade. A presença do *touring club* e dos notórios proprietários de automóveis permitiram que uma nova estrutura se instalasse na estância para receber estes viajantes saudáveis. Cada vez mais procurada não só por doentes, mas também por turistas, Campos do Jordão passou a ter amplo reconhecimento com o lançamento da obra *Floradas na Serra* em 1939. Neste capítulo, analisaremos como a literatura auxiliou no desenvolvimento do turismo em Campos do Jordão e como a afluência de um número cada vez maior de viajantes saudáveis passou a ser objeto de preocupação das autoridades sanitárias, cooperando com o fomento do turismo. Este capítulo também aborda como o cenário político e a presença de determinadas personalidades desse meio em Campos do Jordão, como Adhemar de Barros, contribuíram com a infusão e difusão da prática turística no território estudado.

8.1 A literatura e a divulgação de Campos do Jordão

Assim como a literatura auxiliou na construção do gosto pela montanha na Europa e ampliou a fama de Davos por meio do lançamento da obra *A montanha Mágica,* em 1924, Campos do Jordão também aumentou seu reconhecimento no Brasil e em outros países por meio da literatura. Embora as publicações promovidas pela Secretaria de Agricultura do Estado nos anos de 1915 e 1924 tenham tido um importante papel na promoção de Campos do Jordão, foi no ano de 1939, com o lançamento de *Floradas na Serra*, que a estância alcançou o seu prestígio.

A autora, Dinah Silveira de Queiroz, nasceu em São Paulo no ano de 1911. Filha de Alarico Silveira, advogado, homem público e autor de uma Enciclopédia brasileira, e de Dinorah Ribeiro Silveira, tornou-se uma escritora renomada, ocupando a cadeira de número sete da Academia Brasileira de Letras. Em sua trajetória pessoal, a escritora presenciou de perto os flagelos da tísica e os prazeres e as dificuldades do tratamento climatoterápico. Sua mãe faleceu de tuberculose durante sua infância e sua irmã também foi acometida anos mais tarde pela doença, indo se tratar em Campos do Jordão. Pautada pela história da irmã e conhecendo bem a realidade jordanense Queiroz escreveu seu primeiro livro, *Floradas na Serra*, que se tornou um *best-seller* em menos de um mês (QUEIROZ, 1939, p.v)

A vivência de Dinah Silveira de Queiroz em Campos do Jordão permitiu que escritora representasse, em conjunto com a trama, as principais caraterísticas do lugar e as práticas que vinham se construindo na estância ao longo da década de 1930. No livro, os personagens doentes e saudáveis entrecruzavam-se em meio ao cenário de paisagens deslumbrantes que eram exaltas ao longo da narrativa, o que de fato ocorria na realidade, mostrando que a cidade servia não apenas a doentes mas também aos turistas.

Embora o enfoque da narrativa fosse a vida de uma tuberculosa em tratamento, não se pode deixar de observar como o turismo também estava presente na trama, tornando a obra um importante instrumento de divulgação da função turística de Campos do Jordão. Um dos elementos que mais chama a atenção na trama é o destaque para a presença de pessoas saudáveis, frequentando a Vila Capivari. Logo início da leitura, em um dos trechos, a personagem principal, tuberculosa, perguntava à empregada da pensão em que estava hospedada se ela não tinha medo de trabalhar com pessoas doentes e se contaminar. Reforçando o diálogo, recomendava à empregada: "você podia empregar-se na casa de um médico, ou em Capivari. Lá dizem que há muita gente que não é doente" (QUEIROZ, 1939, p.11).

Em outra passagem, referindo-se a um doente que havia se curado na estância, destacava-se a possibilidade dos ex-tuberculosos frequentarem a Vila Capivari junto aos turistas: "Alguém dissera que Flávio já não era portador de bacilos. O rapaz fazia visitas em Capivari [...] Foi ao clube com um casal amigo, numa recepção a um grupo de turistas" (QUEIROZ, 1939, p.132). O trecho, além de evidenciar a saúde dos frequentadores de Vila Capivari também é representativo da função turismo em Campos do Jordão. Os clubes, as festas voltadas a turistas, reforçavam as territorialidades da atividade naquele lugar.

Importante destacar que a trama tem como cenário principal a Vila Abernéssia, local onde a tuberculosa se tratava, avigorando a separação entre o núcleo dos saudáveis e o núcleo dos doentes. Conforme a personagem melhorava sua saúde e caminhava para a cura, as passagens da trama intensificavam-se na Vila Capivari, destacando-se as belezas paisagística daquele núcleo urbano e também a presença de seus ricos frequentadores. Em um dos trechos, a autora assim descreveu a visita a Capivari:

> Deram voltas pela vila cheias de casas ricas, de bangalôs nas colinas. Capivari tem ar de presépio. Desceram sempre silenciosos até junto do clube, de construção rústica, coberta de sapé. Uma vitrola cantava um tango langoroso.
>
> -- Lá vem os grã-finos, disse Flávio, rompendo o silêncio. (QUEIROZ, 1939, p.81).

Como pode-se observar, a Vila Capivari era caracterizada como o lugar onde viviam os "gran-finos". A esses eram reservados divertimentos específicos, que a personagem só pôde usufruir quando seus exames "deram negativo". No fim de seu tratamento, quando estava praticamente curada, a personagem frequentava os clubes de turistas, como pode-se observar nesta outra passagem:

> Elza foi com Flávio ao clube e dançou. Flavio não se atrevia. Ficava a olha-la a dançar, como se fosse uma nova Elza. Convidaram-na para um passeio a cavalo [...] Estavam sentados à beira de uma estrada quando uma jovem, muito pálida e trêmula passou, andando vagarosamente pelo braço de uma companheira que a protegia do sol com uma sombrinha. Ao passar pelo grupo a moça tossiu e levou mão à boca.
>
> -- Cuidado com os "micuins", disse o chefe da tribo a Elza.
>
> As moças de sombrinha se distanciavam (QUEIROZ, 1939, p.133).

No mesmo trecho observa-se a postura preventiva dos frequentadores de Capivari em relação aos tuberculosos. A separação entre sãos e doentes tornou-se muito mais forte no final dos anos de 1930 e início dos anos de 1940. O sucesso da obra *Floradas na Serra,* certamente, contribuiu para o aumento do fluxo não apenas de doentes, mas principalmente, de turistas nas estância. Como o romance era bastante enfático nos prazeres que a estadia em Campos do Jordão proporcionava, o grande quantitativo de leitores que a obra teve seguramente colaborou com a afluência de novos visitantes na estância. Como observado, a presença das elites já era frequente. A obra apenas não apenas endossou um movimento que já estava em andamento, mas contribuiu também com sua ampliação auxiliando na desmitificação do lugar enquanto destino massivamente frequentado por tuberculosos.

Em outro trecho, a autora chama a atenção para a presença das elites na Vila Capivari e como os habitantes dali esbanjavam saúde. Tendo avistado ao longe duas moças tomando banho de cachoeira, a protagonista afirmava "eu vi aquelas duas esbanjando saúde...Lembrei-me de repente da minha magreza, senti-me tal mal, tão feia, tão....tão pobre...". Em complemento, outra personagem explicava quem eram as moças, afirmando que uma delas era muito conhecida na localidade, pois:

> O pai tem uma casa maravilhosa e mora em Capivari. Vem todos os anos e traz uma numerosa companhia. Aquele grupo que vimos, pouco antes da cascata, deve ser de hóspedes seus. Uma coisa não entendo é como essa gente está sempre aqui, com tanto medo de doentes? (QUEIROZ, 1939, p.17).

O questionamento da personagem se referia aos deslocamentos dos hóspedes de Vila Capivari para fora dos limites daquele núcleo, vindo às cascatas próximas da Vila Abernéssia, núcleo dos doentes. De fato, os anos de 1930 foram marcados pela busca da separação entre

sãos e doentes, caso que inclusive, despertou atenção das autoridades públicas na estância. Aos forasteiros sadios a Prefeitura Sanitária recomendava que tivessem "cautela quando instados a percorrer o território" (BERTOLLI FILHO, 2001, p. 147).

Não se pode negar, contudo, que além de colaborar com construção de um retrato de um lugar seguro, prazeroso e refinado, que era a Vila Capivari, o romance também serviu como uma excelente ferramenta de propaganda da estância. José Lins do Rego (1940), outro importante escritor brasileiro, escreveu que a obra *Floradas na Serra* era "atraente" tinha "gosto de fruta e o cheiro das flores na serra" revelando como a obra despertava a curiosidade de visitar o lugar. De fato, o apelo paisagístico e a descrição enfática das belezas naturais e dos entretenimentos disponíveis em Campos do Jordão se modelavam como formas de divulgação interessantes para a estância.

A natureza revisitada era tão ou mais enfatizada do que a questão da doença na obra. A maioria das narrativas referenciavam e caracterizavam o ambiente natural de forma bastante detalhista, contribuindo com a construção do imaginário de um lugar idílico. O próprio título da obra apresentava o apelo à paisagem. As "floradas" remetiam à beleza da primavera no cenário montanhoso da "serra". A experiência da vivencia nas montanhas era exposta na narrativa de forma detalhista, quase como um convite ao leitor a experimentar as benesses do lugar:

> Ali do alto se avistavam vários morros, todos redondos e parecidos. Pinheiros entre eles. No vale, casinhas de pobres. Ao longe, uma casa estilo inglês. Pereiras. Culturas em volta [...] Restos de geada nas grotas. A manhã tem um sol muito claro, fazendo cintilar o orvalho enregelado, dando uma vida fictícia e esplendente à vegetação crestada pelo inverno. Rapazes e moças a cavalo riscavam (QUEIROZ, 1939, p.15).

O texto literário teve ampla circulação por todo o Brasil, mas principalmente em São Paulo, tendo sido premiado pela Academia Paulista de Letras. A proporção de vendas da obra foi tamanha que em 1940 o livro foi traduzido para o espanhol, sendo editado na Argentina em 1942 com o título *Cuando la sierra florece*. A popularidade do livro auxiliava na difusão da prática turística. O cenário do romance auxiliou a tecer o destino turístico que dava seus primeiros passos. Com um número cada vez maior de turistas na estância políticos e proprietários de terras tiveram que repensar a estrutura urbana de Campos do Jordão. No ano de 1940 a cidade foi oficialmente dividida.

8.2 Doentes e turistas: a separação

O sucesso de *Floradas na Serra* alavancou o turismo em Campos do Jordão. Se os *touring clubs* já viam naquele destino um roteiro interessante, o romance transformou o lugar em um ícone dos passeios de turismo. Ademais, a facilidade do transporte ferroviário também colaborava com aqueles que não faziam parte do seleto grupo dos motoristas, mas que também gostariam de conhecer o cenário do romance que circulava pelo Brasil e Argentina. Por meio da divulgação das belezas e divertimentos da estância, em conjunto com a desmistificação da cidade-enferma e afirmação de um núcleo para turistas, a estância de Campos do Jordão passou por uma profunda transformação nos anos de 1940.

O proprietário de terras da Vila Capivari e também interventor do Estado, Adhemar de Barros, foi quem providenciou as ações mais significativa em relação a consolidação da Vila Capivari enquanto núcleo turístico. No ano de 1939, em razão do movimento significativo de novos visitantes na estância, o político autorizou a desapropriação de terras em Campos do Jordão para a construção de uma colônia de férias, a ser gerida pela Prefeitura Sanitária. O objetivo era construir uma hospedagem administrada pelo poder público, a fim de possibilitar que funcionários do Governo do Estado, assim como seus filhos em idade escolar, pudessem ter acesso à montanha durante o período de férias (Decreto Estadual n.10.863 de 28 de dezembro de 1939).

O interesse de Adhemar de Barros nesse empreendimento voltado ao tempo de repouso dos servidores públicos, contudo, não se tratava de uma novidade. Desde o ano anterior ele vinha trabalhando para que o Palácio de Férias do Governo fosse edificado em Campos do Jordão. Mas por falta de verbas públicas a obra não teve maiores avanços, levando o político a dirigir outras frentes para o desenvolvimento do turismo no lugar. Cabe destacar que os anos de 1930 foram significativos no andamento da atividade em Campos do Jordão, não apenas em razão dos *touring clubs* e do movimento de *touristes* da elite, mas também devido às mudanças na legislação trabalhista e na política de governo instaurada por Getúlio Vargas.

Cabe aqui, um retrospecto do cenário político e econômico que configurou tal condição. O período Vargas trouxe os maiores avanços no que concerne à consolidação da indústria. A diversificação dos produtos manufaturados produzidos em solo nacional, o desempenho do Estado como estimulador de políticas que (de forma interessada ou não) fomentavam a industrialização, foram alguns dos fatores que se desdobraram na formatação

de uma conjuntura econômica propícia ao desenvolvimento da atividade turística não apenas em Campos do Jordão mas também no país.

A ascensão de Vargas ao poder foi marcada pelo momento de "choques adversos". A quebra da Bolsa de Nova York em 1929, e o fim do modelo econômico de Adam Smith (*laissez-faire*) caracterizou a crise econômica geral. O Brasil foi especialmente afetado devido à exportação do café. Afora as já conhecidas e desgastadas políticas visando auxiliar este setor, este período de crise econômica, aliado às políticas varguistas, também ficaram reconhecidos pelo crescimento expressivo da indústria nacional, principalmente nos setores menos sofisticados como têxteis e processamento de alimentos.

Os anos de 1930 favoreceram, portanto, a indústria de substituição de importações, onde passamos a produzir muitos produtos que anteriormente eram importados. "Além de restringir importações o governo foi obrigado a reduzir ao mínimo as remessas de lucros das empresas estrangeiras e recusar o pagamento de parte substancial da dívida junto aos banqueiros internacionais" (NEUBERGUER, 2004, p.70). Com o aumento do valor dos produtos exportados e redução forçosa das importações, ainda segundo o autor, nesse mesmo período (até 1939), a indústria cresceu. Com o crescimento da industrial, iniciou-se um ciclo de avanços nas leis trabalhistas, que em consonância com o desenvolvimento de "destinos de lazer", ampliaram o direito de todos ao ócio turístico.

Os avanços na indústria nacional permitiram a ascensão não apenas da burguesia mas também de diversos trabalhadores que se beneficiaram com as revoluções nos tempos de trabalho. As mudanças políticas que acompanharam o mandato de Vargas foram de grande relevância para o desenvolvimento e popularização do turismo no país em razão dos investimentos significativos na área social. Entre 1931 e 1934 ocorreram as maiores mudanças em relação às leis que regulamentavam o trabalho.

A jornada de trabalho fixada em oito horas, a instituição da carteira de trabalho, o direito a pensões e aposentadorias e a adoção de uma lei de férias, são alguns dos exemplos presentes na Constituição de 1934 que representaram avanços importantes para a população brasileira. Com maior tempo livre, remuneração durante as férias e a crescente industrialização no país (que possibilitava maior acesso ao mercado de trabalho, uma vez que

o governo exigia a presença de empregados nacionais[55]), uma maior parcela da população pôde começar a viajar.

O processo de popularização da atividade, evidentemente, não ocorreu tão logo foram realizadas as mudanças na legislação. Embora as transformações avançassem em sentido favorável ao turismo, não existia até aquele momento políticas nacionais concretas para o seu desenvolvimento. Observou-se, ainda assim, de 1929 a 1939, o desenvolvimento no transporte aéreo e terrestre, indicando o aumento no número de viagens:

> O número de companhias aéreas aumentou de quatro (com 51 aeroplanos perfazendo 1.476 voos, com 3.651 passageiros) para nove (72 aviões que decolaram 7.900 vezes, com 63.423 passageiros) [...] Não só as viagens aéreas se intensificaram, mas também as rodoviárias, pois em 1939, o Brasil já possuía uma frota de 111.832 automóveis, 5.893 ônibus e 63.079 caminhões (PAIXÃO, 2010, s.n).

Este aumento do número de viagens, contudo, representavam deslocamentos diversos. As viagens de turismo, até o ano meados da década de 1940 ainda eram reservadas a poucos, conforme observou-se, inclusive, em Campos do Jordão. Mas foi justamente o crescimento no setor de transportes em todo o país, aliado às mudanças na legislação trabalhistas, que configuraram no cenário ideal para o crescimento e popularização da atividade turística no Brasil. Assim, quando Adhemar de Barros fomentou a construção da colônia de férias em Campos do Jordão, já havia todo um movimento na esfera nacional que indicava a necessidade de lugares adequados para que trabalhadores, de forma geral, pudessem usufruir de um tempo de férias. Com todas estas condições a popularização no acesso às estâncias seria apenas uma questão de tempo.

A construção de uma colônia de férias voltadas a setores específicos do funcionalismo público, contudo, não deve ser confundida com o acesso massivo de trabalhadores em Campos do Jordão. Estes frequentavam a estância massivamente, mas por outros motivos. Entre 1929 e 1939 assim como houve o aumento de visitantes saudáveis houve também o aumento do número de doentes. A tuberculose ainda era um grave problema social e o aumento do reconhecimento de Campos do Jordão, a Davos paulista que tinha um clima comprovadamente curativo - divulgado até no famoso romance em que a tuberculosa curou-se ao final da trama -, apenas agravaram as condições de salubridade da estância, procurada por um número cada vez maior de operários.

[55]Em qualquer estabelecimento comercial ou industrial era exigida a presença de 2/3 de empregados nacionais. O Governo buscava nacionalizar o trabalho (PANDOLFI, 2003).

Além dos diversos sanatórios anteriormente construídos, surgiram cerca de 43 pensões e repúblicas para atender aos trabalhadores que vinham aos montes buscar tratamento na serra jordanense. Fausto Bueno de Arruda Camargo, que foi Prefeito Sanitário da cidade, conta que entre 1940 e 1950 os doentes se espalharam por toda a cidade. Um fiscal sanitário fazia levantamentos, tendo registrado elevados números de doentes espalhados nas vilas operárias, "vivendo em promiscuidade", "em cubículos" (CAMARGO, s.d.). Estes doentes acabavam por ali permanecerem sem emprego, tornando-se mendigos e engrossando a população das favelas que rapidamente se espalhavam na estância.

Para evitar que esses doentes circulassem nas áreas onde o turismo ganhava espaço uma força tarefa foi realizada. A primeira iniciativa mais significativa foi zoneamento da estância. Adhemar de Barros, por meio do Decreto Estadual nº 11.781 de 1940 dividiu a cidade de Campos do Jordão separando os lugares para doentes e para os saudáveis. De acordo o texto oficial o Governo passou a considerar "impróprias para a instalação de pensões e casas de habitação coletiva DE DOENTES PORTADORES DE TUBERCULOSE, as Vilas de Capivari e Jaguaribe, da Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão".

A ênfase da redação com letras maiúsculas, destacando a doença e o doente está tal qual o documento original. O decreto tinha um caráter simbólico. Buscava-se delimitar os territórios da saúde e os territórios do turismo. A colônia de férias, obviamente, seria construída distante da Vila Abernéssia, que havia ficado reservada aos doentes. Interessante notar que o decreto coibia a presença de estabelecimentos para doentes em duas vilas. Adentrando na cidade, acompanhando a linha do trem, passa-se primeiramente por Vila Abernéssia, depois por Vila Jaguaribe e, por último chega-se a Vila Capivari. O desejo de afastamento dos doentes fez com que a Vila Jaguaribe também ficasse resguardada pela legislação, permitindo o distanciamento e a segurança necessária aos finos proprietários de Vila Capivari.

O que inicialmente foi feito por Macedo Soares de forma indireta, por meio de doações, foi oficializado por Adhemar de Barros de forma intervencionista pelo poder público. Se faltou atenção com a condição sanitária da cidade e apoio por parte dos Governos anteriores para a construção de sanatórios em Campos do Jordão, com a entrada de Adhemar no poder as condições mudaram. O Governo do Estado passou literalmente a "limpar" a cidade, incentivando a saída dos doentes das "pensões e casas de habitação coletivas" e

procurando encaminhá-los para os já construídos sanatórios, estrategicamente localizados em posições que favoreciam os usos do turismo na estância.

Com o Decreto-Lei nº. 11.891, de 19 de março de 1941 o Governo passou a obrigar a Prefeitura Sanitária a exercer a fiscalização de "pensões e hotéis privativos de pessoas sãs, no sentido de não permitir a permanência, nessas casas, de portadores de tuberculose" e "ter a seu cargo a fiscalização no que diz respeito à higiene das ruas, praças, estações, bares, restaurantes, casas de diversões, pensões, hotéis e sanatórios". Observa-se, aqui, pela natureza dos estabelecimentos a serem fiscalizados, uma iniciativa de separar não apenas os locais onde se localizavam os estabelecimentos para doentes, mas também a livre circulação dos mesmos, oportunizando, por conseguinte, a proteção dos turistas.

Nesse aspecto, Camargo escreveu como a prefeitura realizava tais ações. Segundo ele, primeiramente era feito um levantamento do número de doentes em estabelecimentos considerados inadequados. Depois era levantado o número de vagas em todos os sanatórios. Além dos sanatórios próprios para tuberculosos pobres, os sanatórios particulares também foram obrigados a reservar 30% de suas vagas para comportar os indigentes. Assim, cruzando-se os dados providenciava-se a remoção dos doentes para os sanatórios. De acordo com Camargo, havia um processo de convencimento do doente para realizar essa transferência, expondo-se as vantagens da ação: "cama, comida remédio, assistência médica, enfermagem tudo de graça, dentro de certas normas, em benefícios de sua saúdes" (CAMARGO, s.d., p.21).

O objetivo era não apenas salvaguardar a saúde dos enfermos, mas também controlar seus comportamentos. Com o regime disciplinar dos sanatórios as saídas eram regradas, vigiadas pelos médicos, podendo-se inclusive controlar onde e quando o tuberculoso circulava. A intervenção do Estado resolvia, assim, três problemas de uma só vez: ordenava a cidade, controlava os comportamentos de risco evitando a disseminação da doença e possibilitava, ainda, o crescimento seguro da função turística. Nesse sentido, os trabalhos dos fiscais e da prefeitura sanitária prosseguiram. Nas palavras de Camargo (s.d, p.22):

> Começamos o movimento partindo das pensões construídas com tábuas para atingiras demais de alvenaria. A medida que saía o último doente, a pensão era interditada e lacrada pelo Centro de Saúde local. Assim, conseguimos remover todos os doentes para os diversos sanatórios da cidade, isolando os sãos, do contagio mais direto...

Tão logo a limpeza urbana foi realizada, outros empreendimentos começaram a surgir na estância. Hotéis de grande porte começaram a ser construídos. No intervalo de quatro anos foram construídos seis hotéis de grande porte em Campos do Jordão. Esses estabelecimentos, suntuosos, afirmavam o território do turismo. Estes, claramente, eram destinados à nova parcela da burguesia industrial. Aos trabalhadores, a colônia de férias servia como medida educativa. Os tempos das férias em Campos do Jordão eram providenciais. Poder-se-ia descansar, recuperar as energias e, assim como nos modelos europeus, sair das agitações das capitais e entrar em contato com a natureza.

Segundo os estudos de Dalben e Soares (2011, p.169) Campos do Jordão era muito procurada por grupos escolares paulistas para a realização de períodos de colônias de férias infantil. O Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, em 1941, buscava levar as crianças para temporadas e práticas educativas na montanha. Entre a prática dos exercícios e os divertimentos da montanha, buscava-se também majorar a saúde das crianças, longe da poluição. Segundo os autores:

> As montanhas, cobertas de verde, cheias de ar puro e rarefeito, encheriam os pulmões daqueles que estavam enquadrados nos ângulos retos e enfumaçados da cidade. Na colônia de férias infantil de altitude as caminhadas por entre os bosques eram priorizadas. Esse exercício, realizado em ambiente de altitude, tinha como prerrogativa a mecânica da respiração que, ao aumentar os movimentos torácicos, garantia a entrada abundante do ar puro no organismo.

O acesso das classes operárias ao turismo em Campos do Jordão, contudo, não foi tão significativo quanto o acesso das elites. Embora os tempos da colônia de férias fossem representativos de uma classe do lazer que começava a se estruturar no país, foram os tempos de divertimentos dos mais abastados que alavancaram a estância para a função turística. Mas para compreender os motivos que levaram Campos do Jordão a desenvolver o turismo elitizado com maior veemência do que o turismo social, é necessário, primeiramente, analisar a politica nacional de turismo que se instaurou nesse período.

8.3 A primeira política nacional de turismo e os jogos em Campos do Jordão

As ações de Adhemar de Barros em Campos do Jordão, bem como os eventos que se sucederam na construção do território do turismo no lugar estudado, inserem-se em um contexto maior que circunscreveu a primeira política nacional de turismo no país. Até 1939, não havia no Brasil qualquer tipo de ação pública em prol da atividade na esfera federal. A

prática do turismo, embora recorrente em muitas estâncias pelo país, ficava a cargo das administrações locais, geralmente conferindo às Prefeituras Sanitárias e aos Governos Estaduais a função de fomentar e direcionar as atividades de turismo.

Como na década de 1930 tratava-se de um movimento ainda pequeno e muito elitizado, não se observou maiores interesses tanto por parte das gestões locais, quanto por parte do governo federal em estimular a atividade no país. Campos do Jordão, assim como muitas outras estâncias brasileiras que transitaram entre o curismo, o veranismo e, por fim, o turismo, fez parte de um processo em que empresários e políticos, que dialogavam entre as esferas locais e estaduais, ficaram responsáveis por urbanizar, ordenar e divulgar os destinos. Estes homens de grande capital e poder eram conhecidos como estancieiros e a eles, competia os direcionamentos das estância. Macedo Soares foi o grande estancieiro de Campos do Jordão. Depois dele, Adhemar de Barros assumiu essa função.

Em comum, os estancieiros, tanto de Campos do Jordão quanto de outras estâncias pelo país tinham grande influência política. Com a entrada de Vargas no poder, a centralização política e todas as transformações decorrentes dos tempos de trabalho, industrialização, dentre outros fatores que permitiram a constituição dos primeiros passos da atividade turística em diversos lugares, os estancieiros passaram a negociar o apoio do então Presidente para fomentar e organizar a atividade no país.

Isto é, no fim nos anos de 1930, com a ampliação do número de viagens, com o movimento cada vez maior de motoristas que buscavam conhecer o país, com iniciativas como as colônias de férias para operários e estudantes idealizadas não apenas em Campos do Jordão, mas também em outros destinos como mostram, por exemplo, os estudos de Garcia (2009) que aborda as colônias de férias no Rio Grande do Sul entre 1938 e 1945, os diversos destinos brasileiros que no início da década recebiam alguns poucos veranistas ou *touristes* se tornaram paulatinamente mais atrativos e movimentados. Assim, investidores e políticos passaram a desejar maiores incentivos do Governo Federal para promover a atividade de forma geral.

Adhemar de Barros, enquanto entusiasta do turismo em Campos do Jordão, foi um dos apoiadores da organização da atividade em nível nacional. Apoiava outros estancieiros que tentavam articular, junto as esferas superiores, incentivos para a atividade em todo país. Em São Paulo, Adhemar investia não apenas na estância de Campos do Jordão, mas também tinha interesses pessoais e políticos no melhoramento de outras estâncias em que deseja explorar

hotéis, casas de jogos, dentre outros serviços que aumentariam as suas receitas e também as do Governo.

Segundo Cotta (200, p.51), Adhemar muito incentivou os jogos e o turismo no Estado de São Paulo. Seus oponentes e jornalistas acusavam o político, inclusive, de ter aumentado sua fortuna "graças à apropriação do dinheiro público e cobrança de propinas de empresas envolvidas em projetos governamentais", dentre estas, os cassinos e bancas do jogo do bicho que o político tanto promovia. O interesse de Adhemar no desenvolvimento do turismo das estâncias de São Paulo era amais do que claro. Os jornais anunciavam as frequentes visitas de Adhemar, geralmente acompanhado de Getúlio Vargas, nas diversas estâncias do Estado. Na ilustração abaixo um desses momentos foi registrado. O texto exaltava a presença do Interventor e do Presidente para a realização de melhoramentos na Estância Balneária do Guarujá.

Ilustração 17 - Reportagem do Correio Paulistano sobre os incentivos de Adhemar e Vargas na Estância Balneária do Guarujá (1940)



Terça-feira, 31 de Dezembro de 1940 — CORREIO PAULISTANO

UM DIA FESTIVO PARA O GUARUJA'

INAUGURADOS, COM A PRESENÇA DO SR. INTERVENTOR FEDERAL, VARIOS E IMPORTANTES MELHORAMENTOS PUBLICOS NAQUELLA ESTANCIA BALNEARIA

UMA NOVA BALSA PARA O "FERRY-BOAT" — A AVENIDA "DR. ADHEMAR DE BARROS" — NOVA CAIXA RESERVATORIO DE AGUA — MARCO COMMEMORATIVO — OBRAS NOVAS NA ESTAÇÃO DO ITAPEMA — INAUGURADOS NA DELEGACIA DE POLICIA OS RETRATOS DOS SRS. DRS. GETULIO VARGAS E ADHEMAR DE BARROS — BANQUETE NO GRANDE HOTEL — AS REALIZAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO, EM 1940 — OS DISCURSOS DO SR. INTERVENTOR FEDERAL E DO SR. OSCAR SAMPAIO

O dia de hontem foi verdadeiramente festivo na vistosa estancia balnearia do Guarujá, por motivo da visita do exmo. sr. dr. Adhemar de Barros, Interventor Federal no Estado, e da inauguração de importantes serviços com que o Prefeito Oscar Sampaio vem beneficiando aquella localidade.

Como noticiámos, o actual administrador do Guarujá, no desejo de integrar aquelle bellissimo recanto das praias paulistas na sua verdadeira finalidade de estancia de turismo e de repouso, vem levando victoriosamente a cabo uma obra notavel de realizações, visando dotar a estancia de conforto, embellezando-a, de maneira a poder aliar, aos seus encantos naturaes e privilegiados, todo o bem estar proporcionado pela civilização.

Assim é que prosegue activamente o asphaltamento das vias publicas, de maneira que, presentemente, já attinge a cerca de 35 mil metros quadrados a área pavimentada. Os passeios foram todos calçados, com um ajuste especial e uniforme, de bellissimo aspecto. O asphaltamento está sendo realizado com material da Alphalto Paulista Petunilla S. A., de que é director o sr. Domingos Fernandes Vega, sendo a firma Vega e Cia. a encarregada dos respectivos trabalhos. Pela experiencia até agora feita, o referido material tem dado o mais excellente resultado e possue a dupla qualidade de ser exclusivamente nacional e não entrar nenhuma outra materia additional. A pedra empregada é applicada "in-natura", hasiando apenas pulverisal-a, espalhal-a sobre o leito da rua, já preparado, passar sobre ella o compressor e nada mais. Nada hora depois, podem sobre ella trafegar os vehiculos. A preferencia da Prefeitura do Guarujá por este material visou não sómente aproveitar as vantagens economicas que elle offerece, como ainda a circumstancia de ser materia puramente nacional, indo assim de encontro aos objectivos saudaveis da politica economico-financeira do Estado novo.

Antes de entrarmos na descripção das festas e commemorações hontem realizadas no Guarujá, abrimos um parenthesis para dar alguns dados technicos sobre os serviços inaugurados.

UM NOVO "FERRY-BOAT"

O problema dos transportes para o Guarujá foi sempre o maior entrave ao desenvolvimento dessa bella estancia balnearia. A transposição da bahia de Santos era o obstaculo a vencer. O systema de "ferry-boat" era a unica solução. Insufficiente, ainda, mas não havia outra. O Prefeito Oscar Sampaio, entretanto, procurou dar-lhe a maior efficiencia possivel. Logo após a posse no seu cargo, começou por baixar as taxas cobradas do publico, e pôr em serviço todas as balsas disponiveis. Melhorou grandemente o serviço, mas ainda não satisfazia o Prefeito do Guarujá. Immediatamente a. s. tratou de melhorar a situação, mandando fazer uma balsa maior, para

cial á altura de suas necessidades. E, é justo dizel-o, deve-o á nossa esclarecida gestão governamental, secundada pela acção esclarecida do illustrado dr. Carneiro da Fonte, dedicado e operoso chefe de Policia.

Sr. Interventor: Para commemorar condignamente as realisações que ora se inauguram, as novas installações da delegacia e a instituição da Guarda Nocturna, frutos do novo rythmo constructivo do governo de São Paulo, queremos ne funccionarios que aqui servem, perpetuar esta solemnidade, inaugurando o vosso retrato e o do insigne Presidente da Republica, dr. Getulio Vargas, o primeiro pioneiro do novo impulso e da nova vida do nosso Brasil. Permitti, pois, que se vos preste esta homenagem. A vossa constante presença entre nós será o melhor estimulo para o cumprimento do nosso dever!"

O BANQUETE

A's 20 horas, num dos salões do Grande Hotel, annexo ao cassino, realisou-se o banquete offerecido ao sr. Interventor Federal, pela Prefeitura e povo do Guarujá, pelo Grande Hotel e pelos demais amigos e admiradores do illustre visitante.

Os cartões do cardapio, tendo ao lado o retrato do sr. dr. Adhemar de Barros, apresentavam esta carinhosa dedicatoria:

"Na simplicidade desta homenagem, o povo do Guarujá dá a v. exc. do seu reconhecimento, de sua gratidão, pelos melhoramentos hoje inaugurados, tendo na Prefeitura Sanitaria o sr. Oscar Sampaio. — 31-12-940".

Foi servido, de modo irreprehensivel, o seguinte "menú":

Meion glacé, filet de poisson bonne femme, "filet" Wellington Bouquetiere, perú á brasileira, tranche napolitaine e café; vinhos: branco, tinto, agua mineral, champagne e charutos.

DISCURSO DO SR. OSCAR SAMPAIO

A' sobremesa, levantou-se o sr. Oscar Sampaio, que pronunciou o seguinte discurso:

"Prestes a se extinguir o exercicio de 1940, sejam as minhas primeiras palavras uma prece fervorosa ao Todo Poderoso pelas innumeras mercês recebidas pelo bom povo desta terra e um hymno de gratidão ao benemerito governo do Estado pelo carinho dispensado á mais linda joia existente no Atlantico: "A nossa perola".

Quando da ultima visita de v. exc., sr. Interventor, o povo do Guarujá recebeu com hosannas a autoridade maxima do Estado que vem realisando as suas ancias, que são os de ver este recanto encantador transformado numa verdadeira estancia balnearia.

Por occasião da [illegible] a necessidade, ascensão de v. exc. á Interventoria do Estado, era, já o Guarujá uma estancia balnearia por força de um decreto. No entanto, necessario se tornou o decisivo apoio do governo de v. exc. para que o decreto de Fe[illegible] baixado, se transformasse em [illegible]

Suggestivos flagrantes colhidos pela objectiva do "Correio Paulistano" durante as solennidades inauguraes de domingo ultimo, na Estancia Balnearia do Guarujá

Fonte: Biblioteca Nacional

Como Adhemar recebia Vargas em diferentes estâncias paulistas, sua pretensão em construir o Palácio de Férias em Campos do Jordão visava justamente ter um lugar mais apropriado para receber o presidente Vargas, que desde sua entrada no poder, circulava em diversas estâncias no país junto aos seus familiares. Foi em ocasião de uma dessas visitas, inclusive, que Vargas foi convencido por um dos estancieiros de Minas Gerais, Estado que assim como São Paulo despontava no crescimento das estâncias, a organizar ações em prol do turismo nacional

Em 1939, com a criação do Departamento de Impressa e Propaganda (DIP), o Poder Público inaugurou a iniciativa de organização do turismo nacional. Sob direção geral de Lourival Fontes, o DIP foi criado com o objetivo de organizar todos os serviços de propaganda e publicidade dos ministérios e departamentos da administração pública federal. "Com o DIP, o governo tinha todo o poder sobre os meios de comunicação, e o domínio estatal, através do controle de informações de qualquer ação contrária por parte de políticos, divergentes comunistas, diretores de veículos de comunicação" (AMARAL, 2002, s.n). O DIP contava com cinco divisões: Imprensa, Cinema, Teatro, Rádio, Divulgação e Turismo.

Segundo Santos Filho (2008), a Divisão de Turismo foi criada em virtude da insistência de Alzira Vargas, filha e secretaria particular de Getúlio Vargas. Em fevereiro de 1938, Alzira e sua mãe, Darcy, foram a Poços de Caldas, esperar pelo Presidente que chegaria no fim de março para um pequeno descanso. Nesse meio tempo, Alzira foi convidada pelo prefeito da cidade a visitar seu gabinete, sendo que neste encontro o mesmo argumenta sobre a necessidade de investir no turismo brasileiro, alegando que a atividade representava uma excelente fonte de renda para o país.

> Mostraram-se mapas, folhetos, relatórios, estatísticas, estudos para me provar que o Brasil estava perdendo uma fonte de renda excepcional, por falta de organização turística. Pediram-me que sugerisse ao Patrão, com máxima urgência, a criação de um organismo que se dedicasse à propaganda de nossas belezas naturais e fomentasse a vinda de turistas estrangeiros ao nosso país (PEIXOTO, 1960, p.361 apud SANTOS FILHO, 2008, p.106).

Dessa maneira, Alzira prometeu auxiliar na organização do turismo nacional e sugeriu ao seu pai, a criação de uma divisão de turismo junto ao DIP. Apesar de não ter se interessado imediatamente pela questão, Vargas autorizou a criação da nova divisão. Contudo, pode-se afirmar que a organização do turismo no Brasil não esteve atribuída somente ao episódio ocorrido em Poços de Caldas. Cabe lembrar que, nesse período, outras estâncias também foram palcos para encontros políticos e áreas de interesse por parte dos Governos.

Em razão dos interesses dos Governos dos Estados e do Governo Federal em relação ao desenvolvimento do turismo, aliado à insistência de Alzira Vargas, a Divisão de Turismo do DIP passou a superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo internos e externos, bem como coordenar as esferas pública e privada no desenvolvimento da atividade e organizar os planos de propaganda turística no exterior.

Não obstante, a divisão ficou sob direção Francisco de Paula Assis Figueiredo, prefeito de Poços de Caldas (AMARAL, 2002). Este estancieiro foi um dos grandes articuladores dos primeiros passos do turismo no país. Dialogando com os demais estancieiros brasileiros, que almejavam ampliar seus investimentos, Francisco de Paula de Assis Figueiredo, por meio do D.I.P, começou a realizar ações para movimentar o fluxo de turistas no país. O *Correio Paulistano*, anunciava em 13 de janeiro de 1940:

> Reuniu-se hoje no Itamaraty o Conselho de Immigração e Colonização. Foi discutido um projeto apresentado na sessão anterior pelo conselheiro Dulph Pinheiro Machado, a respeito da concessão de facilidades aos nacionais de paizes americanos que desejem visitar o Brasil como turistas. Sobre esse assumpto, informou o presidente do Concelho que o governo dos Estados Unidos da America do Norte, tem procurado incentivar o turismo norte-americano para o nosso paiz. E o Sr. Francisco de Paula Assis Figuiredo, diretor da Divisão de Turismo da D. I. P., mostrou a conveniência da simplificação das exigências legaes brasileiras, á matéria. A resolução adoptada e será submettida á apreciação do Sr. Presidente da República

Iniciativas como estas visavam promover a entrada de turistas no país. Buscava-se animar os destinos brasileiros fomentando a entrada de turistas estrangeiros. Para tanto, o DIP realizava publicações periódicas, lançadas no exterior. De acordo com Goulart (1990, p.73):

> A Divisão de Turismo, por sua vez, possuía um serviço de distribuição das fotografias das principais cidades turísticas brasileiras e utilizava o recurso • fotográfico nas reportagens das suas revistas *Travel in Brasil* e *Brasil Novo*. Essa divisão promovia também a vinda de pessoas famosas ou de destaque nas mais variadas áreas, incluindo aí fotógrafos estrangeiros (GOULART, 1990, p.73).

Nesse processo, há de se destacar que as revistas de fomento ao turismo, veiculadas pelo DIP, promoviam fotografias em que a temática principal dos atrativos estava interligada ao meio natural. Não somente em suas fotografias, mas também em seu projeto gráfico. As capas da revista *Travel in Brazil* destacavam o contato do homem com o campo, elementos que frequentemente eram observados na propaganda turística das estâncias neste período.

Além da propaganda externa, o Departamento também atua na organização do turismo interno. A Divisão de Turismo deveria dividir o Brasil em zonas turísticas, estimular o turismo interno, estimular e unificar as empresas de transportes, promover facilidades

aduaneiras, providenciar passaporte turístico, registrar e fiscalizar as agências de viagens e de turismo, assim como fiscalizar todos os materiais das mesmas, tais como guias, roteiros e planos. Ademais, a Divisão de Turismo também era responsável por regulamentar a criação e o desenvolvimento de estações hidrominerais, climáticas ou ligadas a centros nacionais de caráter histórico ou natural, fixando diretrizes de termalismo e climatismo para a administração pública que se dedicasse a essas áreas (GOULART, 1990).

Acrescentando-se a todas essas funções de organização e fiscalização, a Divisão de Turismo também dava "incentivo à construção de hotéis, abrindo financiamento através do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários no valor de 30 mil contos" (AMARAL, 2002, s.n). Analisando as funções atribuídas à Divisão de Turismo do DIP, nota-se que as mesmas eram muito similares às funções do Instituto Brasileiro de Turismo, criado anos mais tarde. Sendo assim, considera-se a formatação da Divisão de Turismo do DIP como pioneira na política nacional de turismo.

Não coincidentemente, foi após a estruturação do DIP que começaram as principais obras de hotéis em Campos do Jordão. Em 1943, inaugurava-se o hotel Toriba. Em 1944, o Grande Hotel. Em 1946, concluía-se as obras dos hotéis Rancho Alegre e Hotel dos Lagos. Todos estes foram construídos com objetivo de desenvolver, exclusivamente, a atividade turística. Os incentivos dados pelo poder público federal, certamente, estimularam os hoteleiros de Campos do Jordão.

Com o DIP controlando e regulamentando as estâncias, o poder dos interventores federais também foi ampliado. Adhemar de Barros ordenou a construção do Grande Hotel em Campos do Jordão em maio de 1940. Este empreendimento, onde funcionaria um cassino, foi custeado pelo Estado e o jogo, funcionaria sob a exploração do governo. Com o empreendimento fomentado pelo poder público, inaugurado em 1944, as propriedades do entorno foram valorizadas e outros estabelecimentos hoteleiros surgiram para aproveitar o fluxo de turistas que iam até Campos do Jordão em busca do novo atrativo: o Cassino. Segundo Paulo Filho (1986, p. 601):

> O Grande Hotel foi um marco de pioneirismo no desenvolvimento do turismo, não somente em razão de suas imponentes e arejadas acomodações, como também pelo fato de permitir, pela primeira vez, o acesso a um hotel de categoria internacional aos veranistas do país e do exterior.

O interesse na exploração de cassinos era uma realidade nacional nos anos de 1940. A elite, frequentadora dos hotéis-cassinos nas estâncias já há duas décadas, fortalecia seus

vínculos sociais nos elegantes bailes e shows que ocorriam nesses estabelecimentos. Muitos deles, inclusive, organizados como forma de arrecadar fundos para ações sociais, como muitas vezes realizado pela primeira dama Darcy Vargas nos cassinos do Rio de Janeiro.

Sob o pretexto da benemerência e como uma forma de incentivo à jogatina realizada de forma organizada, o Governo Vargas foi responsável pela liberação do jogo oficializado no Brasil, sem deixar de lado, no entanto, os interesses financeiros relativos à lucratividade desses empreendimentos (PAIXÃO, 2010). Os governos dos estados que mantinham casas de jogos foram beneficiados pelas participações nas finanças desses empreendimentos. Em alguns casos, o próprio governo investia e lucrava integralmente com os cassinos, como foi o caso de Campos do Jordão.

Sob todo o contexto de incentivo ao turismo no Governo Vargas, a estância paulista despontou com a presença do Grande Hotel idealizado e explorado pelo poder público. Com a saída de Vargas em 1945 e perda de poder por parte dos interventores, o Governo do Estado de São Paulo arrendou o Grande Hotel para um grupo de empresários locais. A Companhia de Hotéis de Campos do Jordão, que igualmente dirigia o Hotel Toriba e a Caverna Paulista, famoso restaurante, ficou responsável pela gestão do empreendimento. Sob exploração da Companhia, no cassino circulava vultosas somas de dinheiro, o que viabilizava o fluxo de turistas de alto padrão na estância. Além disso, havia também um grande número de pessoas beneficiadas pelo trabalho no setor de entretenimento. "Chefes de sala, campista e roleta, pagadores groupiers, ficheiros, changers, porteiros, valetes, motoristas, zeladores, chapeleiros, médicos, policiais, eletricistas e artistas" (PAULO FILHO, 1986, p.616).

Tendo o setor privado assumido a gestão do principal hotel, cada vez mais buscava-se atrair os turistas de alto padrão para Campos do Jordão. As colônias de férias não receberam tantos investimentos quanto a hotelaria destinada aos turistas ricos. Até mesmo porque os próprios incentivos do DIP estavam muito mais vinculados à promoção desse gênero de turismo. O turismo social, embora também presente na política Varguista, ainda era muito embrionário.

A criação do Serviço de Recreação Operária (S.R.O), em 1943, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi representativa deste processo. Preocupado em controlar o tempo livre do trabalhador e de sua família o S.R.O promovia uma série atividades de lazer, incluindo o turismo e a organização de temporadas em colônias de férias (GUIMARÃES, 2012). Mas tais ações não tiveram força e logo se esmaeceram. O turismo elitista, o incentivo

ao turismo interno e, sobretudo, ao turismo receptivo no país tiveram mais força no primeiro período do governo Vargas. Respondendo a esse cenário Campos do Jordão também se consolidou nesta direção.

Contudo, com a saída de Vargas do poder em 1945 e a descontinuidade da divisão de turismo no DIP, a conjuntura de desenvolvimento turístico em Campos do Jordão tomou novos rumos. Com a interrupção do sistema de interventorias de Getúlio, os Estados tiveram trocas de suas políticos em razão do processo de eleição. No caso de São Paulo, o Governador eleito foi Adhemar de Barros, que assumiu esta função no ano de 1947. Com a presença de Adhemar no poder, a estância ganhou outros incentivos, dando uma nova configuração a seu território, conforme apresentaremos no próximo capítulo.

9. POR UMA CIDADE TURÍSTICA

Com a mudança no quadro político nacional e estadual, Campos do Jordão passou por mudanças na organização de seu território. Em paralelo, observa-se também outros eventos relacionados aos avanços da medicina que fizeram com que a estância passasse por um processo de reorganização urbana. Em razão disso, neste capítulo objetivamos apresentar, de forma mais detalhada, os equipamentos e serviços de turismo que se estabeleceram em Campos do Jordão e como o destino respondeu e se adaptou aos eventos que reconfiguraram a função de saúde e a função de turismo no território.

9.1 O desenvolvimento do território das elites

Com a separação entre zonas dos doentes e zonas dos turistas, assim como pela presença dos governos incentivando a exploração de hotéis e o jogo na estância, a Vila Capivari fortaleceu-se para explorar prioritariamente o turismo. Com a presença do Grande Hotel naquele núcleo, redobraram-se os esforços para manter aquela área da cidade totalmente livre dos doentes. A falta de segurança sanitária colocaria em risco todos os investimentos realizados não apenas pelo poder público estadual, mas também de todos os empreendedores que vinham se dedicando à atividade naquele lugar. Em razão disso, a Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão passou a exigir atestado médico radiológico ou radiográfico para todos aqueles que vinham para se hospedar em hotéis de turistas. Contando sobre sua experiência, Camargo (s.d, p.22) afirma:

> Como médico da prefeitura tive entre as incumbências, fazer a fiscalização dos hotéis no sentido de exigir tais atestados médicos de todos seus ocupantes. Para isso, além do livro de registro da polícia, exigia-se um segundo livro para a "saúde pública", onde eram registrados os nomes de todos os hóspedes com seus respectivos atestados médicos.

Conforme pode ser observado, ao poder público cabia policiar os sãos e os doentes. As justificativas pautavam-se na manutenção da saúde pública, mas tais medidas dessa "medicina de Estado" serviram muito mais aos interesses econômicos do que propriamente de manutenção do bem estar social. Os atores envolvidos dão pistas sobre tal questão. Quando Adhemar de Barros resolveu construir o Grande Hotel tendo acionado, para tanto, seu poder enquanto interventor do Estado para realizar, primeiramente, o zoneamento da estância e, por conseguinte, a fiscalização dos espaços de turismo, o político também estava concomitantemente realizando investimentos em seus próprios negócios.

O proprietário de terra jordenenses era sócio de alguns empreendimentos na cidade. dentre os mais significativos destacamos o hotel Rancho Alegre, de propriedade de Jacques Perroy que foi concluído pouco tempo após a inauguração do Grande Hotel. O Hotel Rancho Alegre tinha como principal acionista Adhemar de Barros (COTTA, 2008). Assim, não foi em vão que o político estimulou as ações em prol do turismo naquela localidade.

Os hoteleiros da cidade também foram bastante favoráveis à manutenção do zoneamento e à continuidade da fiscalização dos hóspedes ao longo da década de 1940. Em 1944, os investidores da hotelaria jordanense, por meio da Companhia de Hotéis de Campos do Jordão, criaram uma Taxa de Beneficência. Esta taxa era cobrada dos hóspedes e destinada às instituições de caridade da estância. Assim foi feito durante cinco anos e as importâncias arrecadadas eram entregues ao Prefeito Sanitário, que as distribuía entre os sanatórios e instituições de caridade. Tratava-se, assim, de uma forma dos empreendedores contribuírem para que o zoneamento continuasse em manutenção.

Esta atitude, embasada nos ideais de uma filantropia higiênica, foi remodelada com o número cada vez maior de hotéis na estância. Com a necessidade de assegurar o crescimento seguro do território do turismo, a antiga Taxa de Beneficência passou a ser obrigatória. Cobrada em conjunto com as diárias, essa taxa foi renomeada para Taxa de Proteção ao Turista e sua receita era repassada para a manutenção de leitos para indigentes na zona sanatorial.

De acordo com Camargo (s.d, .23), “a notícia das medidas sanitárias postas em prática foi se espalhando de pessoa por pessoa e foi tendo repercussão em outras localidades através de seus visitantes, de seus parentes e amigos. Com isso Campos do Jordão foi aos poucos ganhando fama de cidade turística”. O fortalecimento do território da turismo caminhava assim, pela construção de um lugar rico em atrativos, com uma excelente estrutura de hospedagem e, acima de tudo, seguro. A articulação entre os empreendedores e políticos, assim como as ações dos mesmos nas esferas local, estadual e nacional permitiram que os turistas adquirissem a confiança necessária para frequentar assiduamente a estância.

Em paralelo, investia-se veementemente na divulgação dos hotéis em jornais locais e regionais. A construção de uma imagem do lugar seguro, perfeito para as férias engrossavam as páginas dos classificados da época. Algumas ilustravam a estrutura luxuosa dos empreendimentos, convocando o leitor a aproveitar a natureza do entorno aliada e excelente

estrutura de serviços que era oferecida. Como no exemplo do anúncio abaixo, os textos destacavam que estes lugares eram destinados "exclusivamente para pessoas sãs".

Ilustração 18 - Anúncio de hotel em Campos do Jordão publicado no jornal o Correio da Manhã – Rio de Janeiro (1945)



Fonte: Biblioteca nacional

Até o ano de 1945, a estância manteve-se ascendente nas atividades turísticas. Mas no ano de 1946, em ocasião da mudança do Governo Federal que veio a ser ocupado por Gaspar Dutra, a estância passou por uma remodelação. O jogo que era um dos principais atrativos de Campos do Jordão foi proibido pelo então presidente. Por meio do Decreto n.9215 de 1946, Gaspar Dutra mandou fechar todas as casas, centros e cassinos que mantinham os jogos de azar, até mesmo aqueles que se inseriam dentro da Lei das Estâncias de Águas Hidrominerais. "No ato da proibição existiam no Brasil 71 cassinos, que empregava 60.000 trabalhadores direta e indiretamente" (PAIXÃO, 2010, s.n). O jogo, ainda que elitizado era considerado por Dutra um atentado à moral.

Mesmo havendo diversas reclamações dos empreendedores e frequentadores, Dutra levou a adiante a proibição e em 1946, o cassino do Grande Hotel também encerrou suas atividades levando, no ano seguinte, em cumprimento do Decreto nº. 16.796 (COLEÇÃO, 1947), à transferência de fiscalização do Grande Hotel para a Superintendência das Estâncias do Estado, o que certamente representaria um grande prejuízo para a Companhia que o arrendou e também para os demais hotéis da estância.

A proibição da principal atividade geradora de renda do município configuraram um cenário onde os proprietários dos empreendimentos hoteleiros deveriam lutar para que seus investimentos não fossem perdidos. Iniciou-se, portanto, a necessidade não só de fomento, mas, sobretudo, de planejamento da atividade turística na estância. Sem os antigos incentivos do DIP, o período de intervalo entre a saída e retorno de Getúlio Vargas ao poder, foi marcado

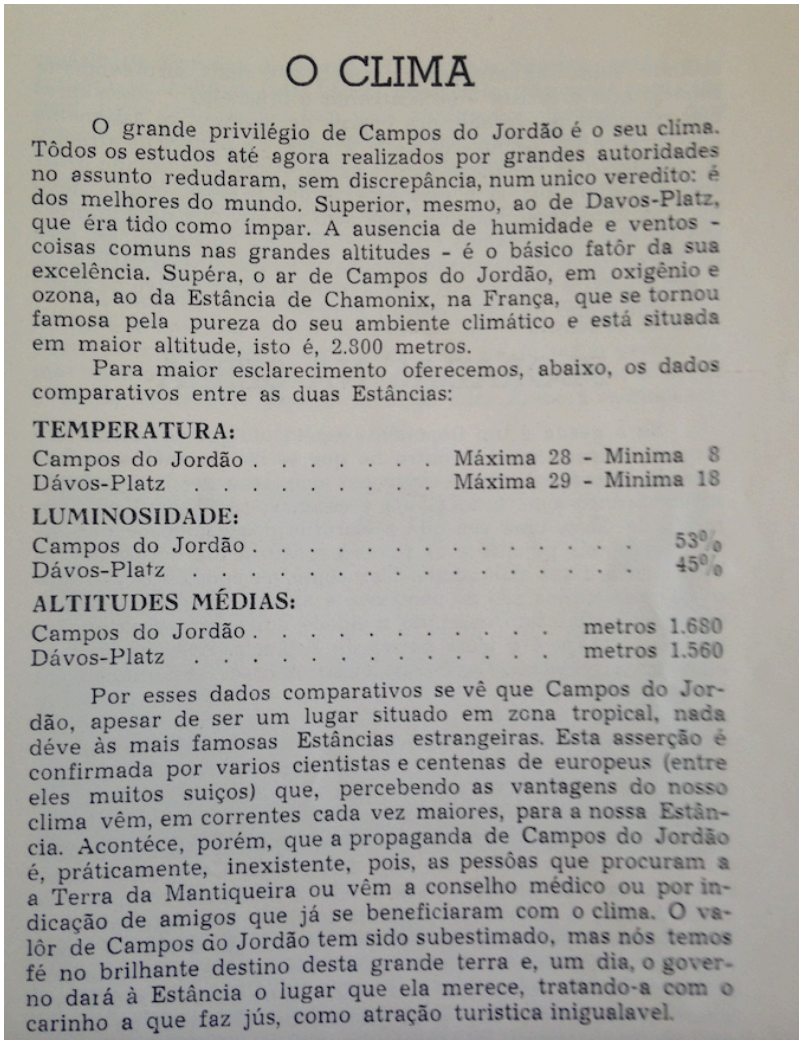
pelos esforços de atores locais para desenvolver o turismo sob outras lógicas, sem poder contar com a alta clientela que procurava o lugar por causa do cassino. Em paralelo, outros eventos ocorreram na estância indicando o declínio da função sanatorial, o que também colaborou para que a função turística assumisse determinadas formas, como poderá ser observado no próximo item.

9.2 O declínio do território da saúde

O declínio do território da saúde em Campos do Jordão pode ser atribuído a um conjunto de fatores. O primeiro deles, certamente, deve-se ao zoneamento da estância. Com o estreitamento das áreas destinadas aos sanatórios e com fechamento das pensões, a função de cidade-saúde passou a operar de forma reduzida enquanto estimulava-se a função turística. Mas a diminuição da área de atuação desses empreendimentos destinados à terapia da tuberculose não foi suficiente para extinguir esta função na estância. Ao longo da década de 1940, Campos do Jordão ainda recebia muito doentes advindos de diversas regiões do país.

A imagem da Suíça brasileira, da Davos Paulista, havia se consolidado. A qualidade do clima para cura da tuberculose era comprovada e divulgada. Apesar de todos os esforços para construir uma imagem de cidade-turística, os longos anos dos usos voltados à saúde no território não permitiram que uma imagem substituísse a outra de forma imediata, embora esse fosse o desejo de muitos empresários da estância. A comparação com o destino Suíço ficou tão arraigada a Campos do Jordão que mesmo em publicações de períodos mais longínquos, quando a cidade já era reconhecidamente turística, sua propaganda ainda permanecia vinculada às qualidades do clima, sempre reforçando sua superioridade em relação a Davos, o lugar que serviu de referência.

Ilustração19 – Material de Divulgação de Campos do Jordão (1959)



O CLIMA

O grande privilégio de Campos do Jordão é o seu clima. Tôdos os estudos até agora realizados por grandes autoridades no assunto redudaram, sem discrepância, num unico veredito: é dos melhores do mundo. Superior, mesmo, ao de Davos-Platz, que éra tido como ímpar. A ausencia de humidade e ventos - coisas comuns nas grandes altitudes - é o básico fatôr da sua excelência. Supéra, o ar de Campos do Jordão, em oxigênio e ozona, ao da Estância de Chamonix, na França, que se tornou famosa pela pureza do seu ambiente climático e está situada em maior altitude, isto é, 2.300 metros.

Para maior esclarecimento oferecemos, abaixo, os dados comparativos entre as duas Estâncias:

TEMPERATURA:

Campos do Jordão . . . . . Máxima 28 - Minima 8
Dávos-Platz . . . . . Máxima 29 - Minima 18

LUMINOSIDADE:

Campos do Jordão 53%
Dávos-Platz 45%

ALTITUDES MÉDIAS:

Campos do Jordão . . . . . metros 1.680
Dávos-Platz . . . . . metros 1.560

Por esses dados comparativos se vê que Campos do Jordão, apesar de ser um lugar situado em zona tropical, nada déve às mais famosas Estâncias estrangeiras. Esta asserção é confirmada por varios cientistas e centenas de europeus (entre eles muitos suiços) que, percebendo as vantagens do nosso clima vêm, em correntes cada vez maiores, para a nossa Estância. Acontéce, porém, que a propaganda de Campos do Jordão é, práticamente, inexistente, pois, as pessôas que procuram a a Terra da Mantiqueira ou vêm a conselho médico ou por indicação de amigos que já se beneficiaram com o clima. O valôr de Campos do Jordão tem sido subestimado, mas nós temos fé no brilhante destino desta grande terra e, um dia, o governo dará à Estância o lugar que ela merece, tratando-a com o carinho a que faz jús, como atração turistica inigualavel.

Fonte: Sá (1959)

Em um dos materiais de divulgação do destino, publicado ano 1959, embora o intuito fosse vender uma "atração turística inigualável", o autor do material ainda destacava os benefícios do clima, recordando que muitos vinham a estância por recomendação médica. Nessa época, a tuberculose já não era um problema social tão grave quanto havia sido nas décadas anteriores. Isso porque, em 1943, foi descoberta por um bioquímico norte-americano a estreptomicina, o primeiro agente quimioterápico específico no tratamento da tuberculose.

A estreptomicina era importada e distribuída pelo poder público em uma tentativa de sanar os problemas sociais e sanitários causados pela doença no país (HIJAR et al*.,* 2007). Com a descoberta do medicamento, o antigo regime terapêutico de cura pelo clima foi

substituído pelo tratamento quimioterápico e ambulatorial. Iniciou-se, nesse processo, uma Campanha Nacional Contra a Tuberculose orientando os doentes a realizarem o tratamento nos postos de saúde. Com a presença desses novos espaços de terapia, os sanatórios praticamente perderam sua funcionalidade.

Mas a descoberta da estreptomicina não atingiu imediatamente os sanatórios jordanenses. O imaginário social de que a cura pelo clima era eficiente havia se tornado tão forte que mesmo com a descoberta do medicamento e a mudança no sistema de tratamento, ainda havia uma frequência considerável de doentes na estância na década de 1940. No jornal local *A cidade de Campos do Jordão*, em 13 de março de 1949, um dos colunistas alertava os riscos que a grande frequência de doentes em bailes da cidade representava à saúde pública, recomendando que as autoridades exigissem atestados radiológicos também nos eventos.

O artigo intitulado *Bailes e Doentes* é representativo dos esforços que ainda eram realizados por parte de empresários e políticos para afastar de Campos do Jordão os indesejáveis doentes que ainda insistiam em realizar tratamentos nos sanatórios da estância. Com o encerramento das atividades do cassino em 1946, os empresários passaram a investir ainda mais ativamente na propaganda turística, de forma a assegurar a frequência de visitantes na cidade. Para isso, era necessário conjurar a função de cidade-saúde, continuar impedindo que doentes circulassem entre os saudáveis e, assim, garantir a afirmação da função turística.

Uma das saídas encontradas para diminuir o volume de doentes que insistiam em permanecer em Campos do Jordão, mesmo com a possibilidade de tratamento quimioterápico, foi transferir alguns deles para hospitais da capital. No ano de 1951, por exemplo, o jornal *A cidade de Campos do Jordão* anunciava, em 14 de janeiro, a transferência de 68 doentes para o hospital de Mandaguá na cidade de São Paulo. A notícia tinha como objetivo divulgar as providências que estavam sendo tomadas pela gestão municipal para tentar dar fim ao território da saúde.

Os textos que circulavam no principal jornal local nesse período eram muito enfáticos quanto as providências tomadas por empreendedores e gestores públicos para resolver o problema que os tuberculosos ainda representavam a Campos do Jordão. Os debates da Câmara Municipal de Campos do Jordão entre os anos de 1949 e 1950 eram insistentes quanto a necessidade de conjurar a função de cidade-saúde. Em uma das atas de reuniões em que se discutia a presença de doentes na cidade, em 1949, o vereador Joaquim Corrêa Cintra destacava:

> Enquanto não dispormos de outros meios, só poderemos assumir compromisso com cinqüenta doentes. É preciso que tenhamos coragem de fazer voltar os doentes que os municípios mandam para cá sem mais nem menos. É preciso que esses municípios sintam a angustia que nós sentimos deparando com esses pobres de organismos minados pela terrível peste branca (Ata da Câmara Municipal de Campos do Jordão, 12/08/1949).

O trecho acima se referia ao grande volume de doentes pobres advindos de outras cidades que, sem perspectiva de tratamento em seus municípios, eram encaminhados a Campos do Jordão. Isto porque apesar do tratamento ambulatorial já estar a disposição, nem todas as cidades brasileiras contavam com a distribuição do remédio. Assim, Campos do Jordão ainda se encontrava como uma alternativa viável para isolamento dos pestilentos.

Mediante a impossibilidade de transferir tantos doentes para a capital ou para seus municípios de origem, a solução encontrada foi continuar o trabalho de esquadrinhamento dos tuberculosos pobres em sanatórios apropriados na cidade. Em 1949, Adhemar de Barros que havia sido eleito Governador do Estado no ano anterior, tomou as providências necessárias. Pela falta de leitos suficientes para atender aos tuberculosos que ainda chegavam à cidade, junto a sua esposa, Leonor Mendes de Barros, o político inaugurou mais um sanatório beneficente na cidade.

Enquanto os tuberculosos eram encaminhados para o isolamento sanatorial, buscava-se, a todo custo, combater a imagem de uma cidade voltada aos doentes. Em um artigo publicado em 16 de dezembro de 1951, intitulado "Cidade enferma ou Suíssa Brasileira?", o autor Vasco de Castro Ferraz assim escreveu:

> O mito de cidade enferma [...] deve ser combatido por todos os que amam esse pedacinho do céu encravado na Serra [...] Vamos escrever sobre as maravilhas dessas montanhas, sobre seus recantos pitorescos, seus hotéis magníficos, seu povo acolhedor, seu clima inigualável, enfim, sobre a verdadeira Campos do Jordão...

O artigo é representativo do que ocorria na época. Sem conseguir estancar a vinda de doentes, nem tampouco transferir os que ali já estavam, a alternativa era combater a antiga imagem da cidade e, em paralelo, afirmar a imagem que se desejava alcançar, a imagem de uma cidade turística. Enquanto isso, a medicina seguiu com avanços na produção de medicamentos para a tuberculose, o que certamente colaborou para que empresários e políticos conseguissem, finalmente, se desvincular do território da saúde.

Em 8 de maio de 1949, o jornal *A cidade de Campos do Jordão* apresentava um novo anúncio "TBI – Novo remédio miraculoso". Tratava-se de uma nova droga produzida pelos laboratório Bayer que também prometia o tratamento da tuberculose. Em 1952, chegou ao

Brasil o antibiótico *protaptins,* que também era indicado ao tratamento da doença. Com a vinda de medicamentos cada vez mais eficientes, o tratamento de doentes ficou mais acessível e mais rápido. Com novas drogas disponíveis no mercado, o poder público jordanense foi bastante ativo no sentido de solicitar junto à Presidência da República a compra e repasse desses medicamentos para administra-los em seus enfermos.

Com os doentes obtendo mais rapidamente a cura, ficou mais fácil diminuir a população indesejável na cidade. Foi, portanto, em razão desse contexto que o território da saúde teve seu declínio. Com a diminuição do número de pacientes muitos sanatórios encerraram suas atividades. Alguns, aproveitando a estrutura dos quartos, foram transformados em hotéis, como foi o caso do Sanatório Santos que mudou de função no ano de 1954. Outros, como Sanatório São Paulo e o Sanatório Leonor Mendes de Barros, transformaram-se em hospitais nos anos de 1960. O mesmo ocorreu com os Sanatorinhos, mas este ainda mantem algumas poucas alas tisiológicas que ainda resistem até os dias atuais.

9.3 O desenvolvimento do turismo

Todos os esforços para desvincular Campos do Jordão da imagem de destino de saúde ocorreram em razão da necessidade de salvaguardar os investimentos já realizados pelos empreendedores do turismo na cidade. Com o encerramento do cassino e a interrupção das políticas varguistas em prol do turismo, alguns equipamentos e serviços da estância começaram a sofrer com o efeito dessas mudanças. Em 18 de dezembro de 1949, o artigo do jornal local, intitulado "O caso do Hotel Racho Alegre", destacava os rumores de enceramento das atividades do hotel de propriedade de Jacques Perroy, um francês que imigrou para o Rio de Janeiro e estabeleceu residência em Campos do Jordão em 1940 para tratar a tuberculose e por ali ficou.

Este hotel, que Adhemar de Barros também era sócio, estava passando por dificuldades financeiras. Na reportagem, Jacques Perroy foi enfático ao comentar os motivos que estavam levando o hotel ao declínio: "o que precisamos é amparo oficial. A exemplo das concessões feitas na França, Italia e Suissa e outros países de indústria turística aos Hotéis das Estâncias, que não pagam impostos. Aqui no Brasil também deveriam ser tomadas idênticas medidas. Os hotéis estão asfixiados sob pesados encargos" (Jornal *Acidade de Campos do Jordão*, 18/12/1949). A reclamação de Perroy ainda seguia afirmando que era necessário que os proprietários de hotéis se unissem para, em conjunto, enviarem uma solicitação ao Governo

Federal para que leis fosse elaboradas nesse sentido, justificando que tais medidas favoreceriam o Brasil e cobririam "o déficit cambial".

Como pode-se inferir, o Governo de Gaspar Dutra além de interferir negativamente na economia das estâncias por meio da proibição dos jogos, nada fez para dar continuidade à política de turismo iniciadas no período Vargas. Assim, entre 1946 e 1951, observou-se que muitos empreendedores de estâncias uniram-se para reivindicar junto ao poder público federal medidas para auxiliar no desenvolvimento da atividade no país.

Os empresários da hotelaria jordanense uniram-se de forma associativa por meio da Companhia de Hotéis de Campos do Jordão. Em conjunto, participavam de reuniões organizadas anualmente por hoteleiros de todo o país, tendo recebido a quarta edição do Congresso Nacional Hoteleiro, evento que deu origem a um documento encaminhado à Câmara Municipal solicitando auxílio do poder público local para conseguir apoio federal à redução dos impostos destinados a hotéis do país.

Além da Companhia de Hotéis de Campos do Jordão, Peeroy também incentivou e integrou a criação de mais duas instituições: o Centro de Planejamento de Campos do Jordão e a Sociedade de Amigos de Campos do Jordão. O Centro de Planejamento de Campos do Jordão era uma sociedade civil, criada com finalidade de promover entre pessoas interessadas, estudos ligados aos melhoramentos na estância. Dentre os integrantes de sua primeira diretoria estavam Jean Jacques Perroy (presidente), Fausto Bueno de Arruda Camargo (1º vice-presidente), Joaquim Corrêa Cintra (2º vice-presidente), Luís Ribeiro do Valle (1º secretário), Orlando Lauretti (2º secretário) e Sebastião Gomes Leitão (tesoureiro) (PAULO FILHO, 1986).

Interessante notar que estes atores, mais especificamente Joaquim Corrêa Cintra e Fausto Bueno de Arruda Camargo, eram políticos na cidade, tendo ocupado cargos na Câmara e Prefeitura. Assim, empresário locais como Perroy uniram-se com os gestores públicos para juntos, alcançarem os objetivos almejados. O mesmo ocorreu com a Sociedade de Amigos de Campos do Jordão que foi criada com o objetivo de cooperar com as autoridades para a solução dos problemas da cidade, dentro de um ideal progressista. Fomentados pelos discursos de Perroy e pela pressão das novas organizações sociais criadas na cidade, a Câmara de Campos do Jordão passou a ser cobrada, enquanto intermediadora entre os atores locais e nacionais, para auxiliar no desenvolvimento do turismo.

As ações da gestão municipal, cobradas pelos empresários locais, seguiram entre a busca por resolver os problemas da tuberculose, como visto no item anterior, e a busca por melhorar a situação da cidade para desenvolver o turismo. Nos despachos da Câmara várias ações são verificadas nesse sentido. Em abril de 1949, lotes foram desapropriados em Vila Capivari para construir mais praças ajardinadas. Em outubro do mesmo ano, ordenava-se a reparação e conservação de uma estrada que ligava a Confeitaria Elite e o Hotel Vista Alegre, dois atrativos relevantes para Campos do Jordão. Estas providências, assim como muitas outras, foram tomadas voltadas ao ordenamento da cidade e seu embelezamento.

Além de melhorias locais, observa-se também que os atores interessados no desenvolvimento do turismo também buscaram se aliar com outras estâncias, que igualmente passavam pelas dificuldades impostas pelo Governo Dutra. Visando melhorar o fluxo turístico, no exercício de 1950 a Prefeitura investiu vultuosas somas para desapropriar fontes de águas minerais afim de explorá-las turisticamente. Embora o título de estância hidromineral de Campos do Jordão tivesse apenas o objetivo de receber os auxílios financeiros governamentais que a titulação oferecia, com as dificuldades impostas ao turismo houve a tentativa de aproveitar esse recurso para que a estância pudesse se interligar com um outro circuito turístico já existente: o circuito das águas.

O circuito das águas foi formado entre fins da década de 1930 e início da década de 1940. Tratava-se de um conjunto de estâncias hidrominerais de Minas Gerais que, assim como Campos do Jordão, também eram reconhecidas pelo tratamento de saúde nos anos de 1920 e, com as facilidades de deslocamentos e afluências dos *touring clubs*, começaram a receber turistas e explorar o cassinismo. Estas estâncias ofereciam banhos termais e duchas relaxantes. Este gênero de atrativos era interessante porque despertava o interesse dos turistas mesmo sem os jogos.

Diferente dos serviços das estâncias hidrominerais já consolidadas, Campos do Jordão não tinha estrutura para explorar suas águas minerais. Quando houve o encerramento dos jogos, os atrativos jordanenses que consistiam basicamente em apreciação do clima e algumas atividades na paisagem montanhosa, como os passeios a cavalo, não captavam tantos visitantes quantos os banhos das estâncias hidrominerais. A situação se tornava mais grave pelo estigma da tuberculose que ainda se mantinha na imagem do lugar.

Mediante a tal cenário, uma das estratégias para tentar retomar e ampliar o turismo local foi buscar a aliança com as estâncias mineiras. Assim, concomitantemente com a

desapropriação de fontes de água, o poder público municipal buscou apoio para interligar a estância paulista a Minas Gerais, o que deu origem às estradas que ligavam Campos do Jordão a Itajubá-Lorena. No jornal local, artigos destacavam a importância da estrada para favorecimento do acesso a alguns hotéis e também para a valorização dos terrenos do entorno. Em um desses textos, Jacques Perroy destacava:

> Um dos mais belos e confortáveis circuitos turísticos do mundo será sem dúvida, nosso Circuito das Águas [...] Campos do Jordão, ligada à Rodovia Presidente Dutra por Pindamonhangaba e às Estâncias Mineiras, via Itajubá ou Delphim Moreira, será uma das capitais turísticas da América Latina (Jornal *Acidade de Campos do Jordão,* 28/08/1949).

As palavras de Perroy, como visto, apresentavam a principal pretensão dos empreendedores jordanenses: transformar Campos do Jordão em um destino de destaque. A ligação com o circuito das águas daria força e visibilidade ao lugar. Com base nestes discursos, a estrada ligando Campos do Jordão a Minas Gerais foi construída. Mas apesar dos esforços para interligar-se com o circuito das águas, a estância paulista não deu segmento à exploração de suas águas de forma turística. Até mesmo porque, tão logo foi construída a estrada que ligava a Minas, outro acesso surgiu, dando a Campos do Jordão um novo fluxo. Em 1951 foi inaugurada a rodovia Presidente Dutra, interligando a estância a São Paulo. Com esforços de Adhemar de Barros, a estrada de rodagem tornou-se realidade.

A nova estrada mudaria os rumos da estância. Em 07 de janeiro de 1951, em destaque, o jornal *A cidade de Campos do Jordão* avisava: "dentro de alguns dias o percurso de Campos do Jordão – São Paulo será coberto em 3 horas". A aceleração do tempo de viagem facilitaria a vinda viajantes que buscavam a montanha nos finais de semana. Mediante a possibilidade de atrair um novo fluxo de turistas, investidores do turismo aliados ao poder público municipal iniciaram uma nova etapa de intensificação da propaganda turística de Campos do Jordão.

Em janeiro de 1951, Getúlio Vargas retoma o poder e, com ele, a esperança dos estanceiros de terem incentivos federais em relação ao turismo. As iniciativas de Vargas, nesse sentido, foram mais voltadas ao turismo receptivo. Buscava-se promover o turismo internacional e para tanto, o Presidente iniciou um série de acordos e convênios para facilitar a entrada de turistas no país (NAGABE, MACHADO, 2011). Estas iniciativas encontravam-se bem articulada com os ideais dos estancieiros. Os objetivos dos empreendedores eram fomentar não apenas o turismo interno, mas sim transformar os destinos em pontos de atração para estrangeiros.

Os discursos em Campos do Jordão convergiam nesse sentido. Em artigo de autoria de Nidovaldo Reis, em 11 de novembro de 1951 no jornal local, o entusiasta do turismo reforçava no texto de propaganda da estância: "Campos do Jordão, a Suíça Brasileira, como é conhecida e chamada pelos turistas e estrangeiros que a visitam é a mais bela estância climatérica do Brasil e há mesmo quem diga da América do Sul". Embora este exemplo apresente as ênfases próprias dos textos de promoção turística, enaltecendo o destino, não se pode deixar de observar que o desejo era transformar Campos do Jordão em um destino reconhecido no Brasil e no mundo, acompanhando as premissas da política federal de atrair visitantes ao país.

Assim, empresários e gestores locais articulados com o Governo do Estado e o Governo Feral buscavam firmar acordos para desenvolver a atividade. Em uma das muitas visitas de Getúlio Vargas a Campos do Jordão, sempre a convite de Adhemar de Barros, os políticos conversavam sobre a possibilidade de construir um "centro de alpinismo" no pico do Itapeva, o ponto mais alto do município jordanense. A ideia era construir um hotel e um restaurante, para estimularem turistas a praticarem os "esportes alpinos, tão famosos na Europa":

> Os Srs. Getúlio Vargas, Lucas Garcez e particularmente, o Sr. Adhemar de Barros – sempre devotado amigo dessa terra – têm grandes planos para este patrimônio nacional, que é Campos do Jordão, esteja ao alcance de todos. Supletivamente ao esforço governamental, a iniciativa particular terá influência decisiva na nossa emancipação econômica através do turismo (*A Cidade de Campos do Jordã*o, 21/01/1951).

O projeto de um "centro de alpinismo" era inovador para o período. Tentava-se adaptar uma prática observada na Europa à realidade brasileira, aproveitando os recursos da nossa "Suíça". Embora o centro não tenha sido concretizado, sua idealização era significativa dos esforços em transformar Campos do Jordão em um destino atrativo para brasileiros e estrangeiros e, para tanto, buscava-se inovar, dar ao lugar um atrativo diferencial em relação a outros destinos nacionais e que também fosse interessante aos turistas estrangeiros, já que um centro de alpinismo no Brasil poderia atrair àqueles que já praticavam o esporte no exterior.

Apesar da intenção em favorecer o turismo internacional, foi o turismo doméstico que proporcionou os maiores avanços no desenvolvimento da atividade. Em 1951 a Colônia de Férias da Força Pública estava em pleno funcionamento. Campos do Jordão começava a receber turistas que foram beneficiados com os avanços nas leis trabalhistas. Com o declínio dos turistas de alto poder aquisitivo dos cassinos, as colônias de férias tornaram-se uma

alternativa viável, embora não fossem prioridade. Como um novo público estabelecia-se na estância, os empreendedores locais começaram a se organizar para atrair este novo tipo de turista.

No ano de 1951 um programa de rádio denominado "Boas Vindas" entrou no ar. Patrocinado pelos hotéis da cidade, a iniciativa tinha por objetivo criar uma "mentalidade turística". A expressão utilizada por Jacques Perroy em diversas entrevistas aos jornais resumia o objetivo do programa de rádio e da expressão: contribuir com a formação da "mentalidade" do turista, isto é, de tornar público o que era o turismo e como praticá-lo. A intenção era estimular a absorção da prática por novas camadas sociais, permitindo que novos públicos se interessassem pelos atrativos locais.

Em conjunto com o estímulo a visitação de atrativos e com os discursos pedagógicos dirigidos aos novos turistas da estância, os empreendedores locais estimulavam também a participação da população e dos novos frequentadores por meio de concursos de fotografia, melhor *slogan* e desenho do brasão da cidade. O Centro de Planejamento de Campos do Jordão em parceira com a Companhia de Hotéis e Associação de Amigos promovia diversas dessas competições que envolviam residentes e turistas em busca dos prêmios ofertados. As ações não apenas movimentavam a cidade como também contribuíam com a formação de uma identidade turística.

Com as perspectivas econômicas e políticas que a atividade alcançava, o turismo passou ser *slogan* de campanhas para as eleições municipais. Joaquim Corrêa Cintra, que era vereador na estância desde 1948, se relançou pelo PSP em 1951, mesmo partido de Adhemar, cujo lema de campanha anunciava: "Pelo incremento do turismo como fonte de renda! Pelo progresso contínuo de Campos do Jordão" (A CIDADE de Campos do Jordão, 16/10/1951). Tendo sido eleito, as ações desse político local foram de suma importância para o planejamento turístico da estância, fator que muito auxiliou no incremento da atividade no lugar.

9.4 Diretoria Municipal de Turismo e o I primeiro Congresso Nacional de Turismo

Em vistas do crescimento do turismo na cidade, aliado às cobranças para a organização da atividade enquanto alvo de políticas públicas, surgiu a necessidade de institucionalizar em meio público oficial, um órgão capaz de planejar o turismo municipal. É

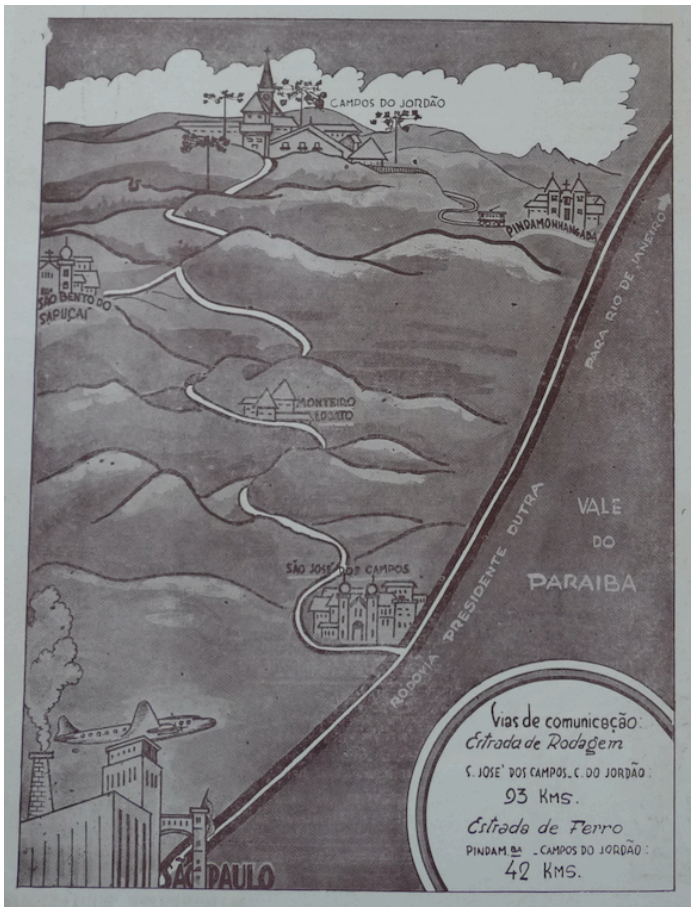
nesse contexto que o vereador Joaquim Corrêa Cintra, propôs em vinte e dois de novembro de 1952, o Projeto de Lei que criou a Diretoria Municipal de Turismo (D.M.Tur).

A aprovação desse projeto, no entanto, dependeria da criação de uma emenda ao orçamento, originando assim a Taxa de Desenvolvimento Turístico. Esta taxa seria recolhida da seguinte forma: de todos os impostos recolhidos na cidade, referentes às atividades produtoras do município (comércio e indústria), assim como dos imóveis construídos, deveria ser recolhido 10% do valor cobrado para investimentos da D.M.Tur.

Aprovado, o projeto que criou a D.M.Tur, regulamentado pela Lei 129/52, tinha como objetivo realizar as melhorias para incremento do turismo no município. Tendo como presidente Orlando Lauretti (03/1953 a 07/1956), as verbas provenientes da Taxa de Desenvolvimento Turístico foram utilizadas, sobretudo, nos primeiros anos de atuação da D.M.Tur, na organização de eventos e no investimento em formas de divulgação da estância.

Dentre as primeiras ações da D.M.Tur, esteve a organização do I Congresso Nacional de Turismo, sediado no município. A notícia de que Campos do Jordão seria a sede do evento foi proclamada por Joaquim Corrêa Cintra, presidente da Câmara, a quem os memorialistas atribuem o empenho para a realização do mesmo. Na Câmara, Cintra anunciava que o evento seria patrocinado pelo Conselho de Turismo da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e pelo Serviço de Turismo e Hospedagem da Comissão do Quarto Centenário de São Paulo (Ata da Câmara Municipal de Campos do Jordão, 10/02/1953). Como pode ser observado, embora se tratasse de um evento nacional, a sua idealização e organização foi estritamente paulista.

Ilustração 20 – Panfleto de divulgação do I Congresso Nacional de Turismo com a localização e acessos a Campos do Jordão[56] (1953)



Fonte: *A cidade de Campos do Jordão* (03/1951)

Campos do Jordão foi o destino que idealizou esse encontro nacional. Embora o diálogo com a gestão de outras estâncias fosse frequente, o evento oficial se fazia necessário em razão da retomada da política nacional de turismo do Governo Vargas. Os poderes públicos municipais de diversas estâncias brasileiras, estimulados pela gestão paulista, reuniram-se para "estabelecer as bases de uma planificação geral da indústria do Turismo e criar uma mentalidade pública favorável a exploração" da atividade. As palavras são de Joaquim Correa Cintra em artigo publicado no dia 23 de agosto de 1953, no jornal local.

Contando o que havia ocorrido no evento entre os dias 9 e 16 daquele mês e quais foram as principais resoluções dos participantes, Cintra nos revela como os poderes locais estavam articulados e ditavam as linhas da política nacional de turismo daquele período.

[56] No panfleto de divulgação já se pré-anunciava a imagem que a estância buscava consolidar. A cidade-jardim, em oposição à poluição da capital era representada nos desenhos do mapa turístico.

Realizado no *Grill Room* do Grande Hotel, o evento contou com a presença de diversas autoridades estancieiras e aprovou as seguintes recomendações que seriam levadas à Presidência da República:

Primeiramente, ficou acordado entre os envolvidos que o jogo consistia um atrativo importante ao turismo e que desde 1946, todos vinham sofrendo prejuízos consideráveis com "o desvio das correntes turísticas para o Uruguai, Chile e Argentina" onde o jogo encontrava-se regulamentado. Destacando que até mesmo os brasileiros estavam se deslocando para estes países em busca do entretenimento, os participantes do evento resolveram solicitar que o Governo voltasse a liberar o funcionamento dos cassinos alegando, inclusive, que parte dos ganhos arrecadados seriam destinados a "instituições de beneficência e assistência social".

Esta resolução era bastante interessante aos jordanenses. Com a legalização do jogo nestas condições o município ganharia não apenas com o fluxo de turistas mas também com o aumento da arrecadação das taxas necessária à manutenção dos tuberculosos, que ainda atrapalhavam o turismo local. Assim foram entregues ao Presidente da República ofícios, assinados por várias estâncias como Guarujá, Poço de Caldas, dentre outras, insistindo na legalização do jogo. Embora houvesse essa ambição por parte dos solicitantes, o Governo Vargas nada fez para tender a estas expectativas.

A inoperância na legalização dos jogos se deu em razão do surgimento de expressões do lazer popular. Com os trabalhadores tendo acesso ao tempo de férias e iniciando suas práticas de turismo, o que compunha um público novo para os destinos brasileiros, houve a necessidade de controlar os lazeres que seriam acessados por essa população. Nascia assim, a cultura e a contracultura nas diferentes expressões do lazer popular. Era necessário, pensando no regime político, ditar o que era o bom lazer e o mal lazer (GUTIERREZ, ALMEIDA, 2011).

Neste aspecto, os jogos eram considerados, em razão das influências políticas anteriores, um atentado contra a moral. Estimulava-se, em contraponto, a educação física, os esportes, a música, os museus, como expressões de lazer enriquecedoras, que valorizavam o indivíduo. O turismo era uma forma de conhecer e amar a pátria. Assim, passou-se a estimular esta prática. O Governo Federal financiava esportes, alguns clubes e estimulava o tempo das férias para se conhecer o Brasil. Percebendo a nova fatia de mercado, Campos do Jordão começou a criar projetos para receber a estes turistas. A criação de uma linha de ônibus para a

capital e a adoção de medidas para a construção de hotéis populares expressavam os novos rumos que o território do turismo viria a tomar.

Ilustração21 – Anúncio do projeto de construção de Hotéis Populares, com isenção de impostos por 10 anos (1953)



Facilidades para a construção de Hoteis Populares

A Câmara Municipal, em sua sessão extraordinária realizada na última sexta feira, aprovou, em segunda e última discussão, o projeto de lei que concede isenção de impostos municipais, pelo prazo de 10 anos, aos hoteis populares que forem construidos nesta Estância, no decorrer dos próximos 5 anos. Maiores detalhes sôbre êsse projeto apresentado pelo Sr. Mauro Torres Mendes, daremos em nossa próxima edição.

Fonte: Jornal *A cidade de Campos do Jordão* 23/08/1953

Assim, a retomada dos jogos de azar não foi possível. O evento, contudo, trouxe outras resoluções. Os solicitantes também almejavam a "divulgação das estâncias e centros de turismo brasileiros no exterior". Os discursos voltados ao turismo receptivo eram muito enfáticos quanto a necessidade do Governo brasileiro estimular a propaganda das estâncias no exterior. Recomendavam que as missões diplomáticas levassem panfletos e materiais de divulgação aos países visitados, ajudando a construir a imagem do Brasil enquanto país do turismo.

Quanto a esta resolução, o Governo Vargas foi bastante eficiente. As publicações no exterior como a revista *Travel in Brazil* ajudavam a divulgar as estâncias e, em conjunto, propagandear o regime político brasileiro. Os acordos diplomáticos com países vizinhos objetivando facilitar o turismo, também representavam os avanços da atividade conforme preconizavam os estancieiros. Como ainda não havia uma "mentalidade turística" no Brasil, conforme alegavam os próprios atores, a vinda de turistas estrangeiros seria interessante para

dar fluidez ao movimento turístico que ainda buscava-se construir. Isto é, na ausência de uma classe ampliada de turistas no Brasil, os turistas estrangeiros, cuja mentalidade turística já estava construída, poderiam oxigenar o mercado nacional. Ao menos assim esperavam os envolvidos, que nos discursos frequentemente enfatizavam como os turistas do estrangeiro se dedicavam à atividade e como isso era um prática "ausente" dentre os brasileiros.

Foi com base nesses argumentos que a política nacional de turismo da década de 1950 foi majoritariamente pensada voltada ao turismo internacional, fato que permaneceu nos governos posteriores, após o suicídio de Getúlio. Mas além desse foco, o evento também trazia a necessidade de que houvesse uma política centralizada em um órgão nacional de fomento à atividade. Após a extinção da divisão de turismo no DIP, as ações federais da atividade ficaram centradas nas missões diplomáticas, sem que houvesse um órgão específico para fomento da questão. Os congressistas clamavam pela criação de um órgão nacional, a fim de que os órgão municipais de turismo pudessem recorrer de forma direta para alcançar suas solicitações.

A criação de um órgão nacional de fomento à atividade teria ainda, conforme solicitavam, a função de repassar verbas para incremento do turismo aos governos estaduais que deveriam patrocinar os "departamentos municipais de turismo" com "verbas correspondentes". Os congressistas recomendavam ainda que as demais estâncias e centros de turismo, a exemplo de Campos do Jordão, Santos e Rio de Janeiro, criassem departamentos municipais de turismo para serem "beneficiados com o fomento dessa indústria" e contribuírem "o desenvolvimento do Turismo em nosso país".

O pouco tempo do Governo Vargas e as conturbações políticas que sucederam o ano de 1954, obviamente, não permitiram que tais ações seguissem adiante. Com o fim do governo getulista coube às gestões municipais de turismo darem segmento à atividade sem contar com a apoio federal. Seguindo com a solicitação pela centralização da gestão nacional de turismo, estes mesmo atores permaneceram lutando para que houvesse a criação de um órgão nacional de fomento à atividade, fato que só correu anos mais tarde, com a criação da Ibratur que tinha basicamente as mesmas funções da antiga divisão de turismo do DIP. Em 1965, Cintra, ao escrever o artigo intitulado "Medidas práticas em favor do turismo", rememorava a organização do I Congresso Nacional de Turismo e revelava:

> Em 1953, partiu do I Congresso Nacional de Turismo realizado em Campos do Jordão, a recomendação ao Governo da União para constituir um órgão Federal para conduzir a política do turismo brasileiro [...] Após vários anos de indiferença, salvo intermitentes manifestações de uns poucos homens obstinados, o Congresso Nacional aprovou recentemente o Instituto Brasileiro de Turismo (Ibratur) (A CIDADE de Campos do Jordão, 16/05/1965, p. 2).

Do momento de realização do I Congresso Nacional de Turismo até a criação da Ibratur passaram-se 12 anos. Nesse período o desenvolvimento turístico de Campos do Jordão ficou, basicamente, a cargo da D.M.tur. Com o objetivo de melhor compreender como se deram as ações que permitiram o crescimento e consolidação da atividade, apresentamos no próximo capítulo como a gestão municipal, em parceria com outros atores criaram a "estância turística".

10. A SUÍÇA BRASILEIRA COMO ESTÂNCIA TURÍSTICA

Dentre os anos de 1950 e 1960 Campos do Jordão teve seus maiores avanços para a consolidação do território do turismo. O declínio da função sanatorial em conjunto com os incrementos do turismo na estância permitiram que o lugar fosse lançado aos olhos do mundo exterior com a imagem que se desejava: a imagem de uma cidade turística. Visando compreender como se deu a formação desse espaço turistificado, o presente capítulo apresenta os eventos que permitiram ao lugar alcançar o titulo de estância turística.

10.1 O espaço turistificado

Após a criação da D.M.Tur em 1952, mesmo sem contar com maiores apoios dos governos estadual e federal, a gestão pública municipal conseguiu avançar na produção do espaço turístico jordanense. Assim, as ações desse órgão foram muito além da realização do I Congresso Nacional de Turismo e das articulações políticas dele decorrentes. A D.M.Tur também contribuiu para a criação de novos atrativos e manutenção dos já existentes. Com a inoperância das casas de jogos, a alterativa encontrada foi explorar outros elementos de potencial turístico de Campos do Jordão.

Os atrativos locais eram bem resumidos. No início da década de 1950 os serviços de entretenimento de Campos do Jordão eram praticamente os mesmos que haviam sido formatados na década de 1930: hotéis exuberantes aliados com a paisagem montanhosa ofereciam basicamente o repouso e o encontro com a natureza por meio de banhos de cachoeiras e passeios a cavalo. Mas, com a construção de hotéis mais populares, sem uma estrutura de recepção tão atrativa, e também com a necessidade de incitar a prática turística à nova classe de lazer que se formava, outras atrações foram pensadas para desenvolver o turismo local.

O Centro de Alpinismo foi uma dessas iniciativas, mas como o projeto não seguiu adiante ficou a cargo de empreendedores e políticos locais inventarem novas práticas, utilizando-se dos recursos já existentes. Foi assim que nasceu, por exemplo, a prática de visitar os bairros nobres da cidade para apreciar a arte arquitetônica das residências aristocráticas. Este passeio turístico que ainda hoje é ofertado na cidade, destinava-se sobretudo, à nova classe do lazer que se formava. Em uma propaganda no jornal local do ano de 1951, o promotor anunciava: “As belas vivendas reservadas para a época do veraneio são verdadeiras obras de arte arquitetônicas, muitas delas revivendo na era atômica as riquíssimas

residências do século passado. Citarei apenas algumas das mais lindas: Vivendas Roberto Simonsen, Matarazzo, Maluf, Jafet, além de outras que seria fastidioso mencionar".

Além das visitas guiadas ao bairros nobres, outra estratégia utilizada pelos atores foi reforçar a divulgação dos atrativos naturais jordanenses. Além das cascatas e cachoeiras próximas a hotéis, que já eram frequentadas pelos veranistas nas décadas anteriores, os materiais de divulgação também recomendavam a visita ao Pico do Itapeva, o ponto mais alto da cidade, à Pedra do Baú, onde poder-se-ia escalar o rochedo com o auxílio de uma escada, que ainda hoje encontra-se incrustada na pedra, e à Gruta dos Cioulos, uma formação rochosa onde escravos fugidos se escondiam.

Com a formação desses novos atrativos divulgados nos jornais locais, a D.M.Tur cuidava para que tais pontos fossem facilmente acessados, solicitando contínuos melhoramentos das estradas para garantir o fluxo de turistas. Além destas ações, buscava-se também fomentar eventos na cidade, de forma a movimentar o comércio local. Um dos eventos mais significativos de Campos do Jordão nos anos de 1950 era a festa da maçã. Divulgada em jornais de todo o país o evento, grandioso, tomou grandes proporções em razão do patrocínio da indústria Belfruta.

A Belfruta Ltda, instalada em Campos do Jordão, era uma grande indústria do ramo de frutas, tendo como destaque a produção da maçã. Tendo grandes extensões de fruticultura, a indústria produzia doces, sucos, conservas e bebidas alcoólicas, vendidas em todos o país. A empresa era propriedade de Paulo Bookman, mas tinha também como sócio Adhemar de Barros, que aumentou em dez vezes o capital da empresa. Porém, as propriedades permaneceram em nome do seu filho: Adhemar de Barros Filho (COTTA, 2008). Segundo Paulo Filho (1986, p.675), a empresa era tão grandiosa que:

> [....] suas instalações tinham capacidade para industrializar 5 vezes a produção do Município, em moderno equipamento industrial, ocupando 1800 alqueires de terra, de 100 a 2000ms de altitude, onde se cultivava 200 variedades de maçãs, pera framboesa, morango (1 milhão de pés), abacaxi, pêssego, manga figo nozes e oliva.

Sob os interesses de Adhemar em promover a indústria, a D.M.Tur lançou, em 1953, a primeira festa da maçã, realizada no município. A presença do político na festa atraía diversos periódicos de renome, tais como a revista Cruzeiro que passou a cobrir o evento em todos os anos que se sucederam sua realização. Na festa, além dos produtos Belfruta que eram vendidos aos turistas, também escolhia-se a rainha do evento, cuja coroação era feita pelo

próprio Adhemar atraindo diversos curiosos aos concursos de beleza que antecediam a realização da festa. Em conjunto com o movimento, os hotéis lucravam com a plena lotação dos serviços de hospedagem, fator que também era interessante ao próprio Adhemar, proprietário do Rancho Alegre.

A realização do evento era também uma excelente oportunidade para divulgar o turismo em Campos do Jordão. Na Revista Manchete, em 28 de março de 1953, comentários sobre a realização do evento destacavam o clima e os hotéis jordanenses, além de compararem as maçãs ali produzidas às melhores da Europa. Nas publicações, incitava-se tanto o turismo quanto as produções da Belfruta. Uniam-se nas divulgações os dois empreendimentos que Adhemar de Barros mantinha sociedade. A própria publicidade dos produtos Belfruta deixava tal premissa evidente. Como pode ser observado no anúncio publicado no jornal *Diário da Noite*, no Rio de Janeiro, em 13 de janeiro de 1951, a imagem do produto era associada ao lugar. Enquanto divulgava-se a geleia, divulgava-se também a paisagem e o clima de Campos do Jordão.

Ilustração 22- Anúncio da Geleia Belfruta (1951)



Fonte: Biblioteca Nacional.

A D.M.Tur era a principal apoiadora das ações de promoção da Belfruta e também do Hotel Rancho Alegre. Joaquim Correa Cintra, a frente da diretoria, era do mesmo partido que Adhemar. Assim, as ações desses dois atores convergiam no sentido de desenvolver o turismo local e, em conjunto, auxiliar na promoção das propriedades que interessavam a Adhemar. De

tal forma que, ainda no ano de 1953, buscou-se promover a estância por meio do cinema. Naquele ano, sob organização e apoio da D.M.Tur foram gravadas em Campos do Jordão as cenas da obra cinematográfica *Floradas na Serra*.

O roteiro, adaptado do romance homônimo de Dinah Silveira de Queiroz, trazia o drama de Lucília, uma jovem que resolveu descansar em Campos do Jordão, e ao realizar os exames de controle médico, descobriu que estava com tuberculose, sendo obrigada a seguir um rigoroso tratamento. Depois de um tempo ela resolveu fugir e retornar à capital. Na estação de trem, conheceu Bruno, um tuberculoso que se tratava em um dos sanatórios populares da cidade. Apaixonada, Lucília desistiu da fuga na esperança de seu novo romance auxiliá-la na recuperação da saúde. Entretanto, Bruno, curado, se apaixona por Olívia, uma das ricas frequentadoras de Vila Capivari. Lucília acabou por se ver só e desesperada em meio às belas paisagens jordanenses.

A obra, totalmente filmada em solo jordanense, foi produzida por Pedro Moacir e dirigida por Luciano Salce, contando com um elenco composto por importantes personalidades do teatro e do cinema nacional, dentre elas: Cacilda Becker, Jardel Filho, Miro Cerni, Ilka Soares, Silvia Fernanda, Gilda Nery, Lola Brah, Marina Freire, Jonh Hebert e Célia Helena. A escolha do elenco e a direção do famoso diretor italiano conferiram prestígio à produção e deram ainda mais notoriedade à estância, que foi alvo das atenções durante todo o período de filmagem.

O filme foi produzido pela Companhia Cinematográfica Vera Cruz, fundada em 1949 por Ciccilo Matarazzo em parceria com Franco Zampari, representantes da elite paulistana. Desde o início, a Vera Cruz foi um projeto para trazer a São Paulo a mesma posição alcançada pela Companhia Cinematográfica Atlântida no Rio de Janeiro. A sua criação não foi um fenômeno isolado, pois se inscreveu em um processo de iniciativas que objetivaram fazer de São Paulo um pólo cultural em fins de 1940 (OLIVEIRA, 2001).

A Vera Cruz foi toda montada com padrões internacionais de cinematografia. Os equipamentos foram importados dos Estados Unidos e os técnicos vieram da Europa, financiados por Matarazzo e Zampari. Dados os altos investimentos em material e mão de obra, os filmes produzidos tinham uma qualidade de som, imagem e iluminação que se destacavam em comparação ao que vinha sendo produzido no Brasil até então (RAMOS; MIRANDA, 1997).

A Companhia lançou vários filmes de sucesso, dentre eles, *O Caiçara* (1950), *Tico-tico no Fubá* (1951), *Sinhá Moça, O Cangaceiro* e *Uma pulga na balança* (estes de 1953). Interessante destacar, que as referidas produções de 1950 (*Caiçara*) e 1951(*Tico-tico no fubá*) eram ambientadas em estâncias, e existia um apelo à paisagem. A primeira, retratava a vida dos pescadores da estância balneária de Ilhabela (1948), e a segunda, abordava a vida provinciana de Santa Rita do Passa Quatro, estância climática (1950).

Embora as estâncias não fossem uma constância nas produções da Vera Cruz, não há como negar que os filmes eram de grande relevância para a divulgação das mesmas. A divulgação dos destinos, unida aos ganhos no setor do lazer (investimentos em infraestrutura e avanços nas leis trabalhistas) que se desdobravam em todo o país proporciona um aumento no fluxo de pessoas que as buscavam. Sucessos na bilheteria nacional e internacional, as produções eram assistidas por milhares de espectadores (RUIZ, 2003).

Por outro lado, foi justamente o avanço nas bilheterias internacionais que levou ao fracasso da Companhia. Por inexperiência dos envolvidos, foi assinado um contrato internacional que dava direito às companhias estrangeiras de ficar com toda a renda obtida com os filmes no exterior, o que prejudicou as finanças da empresa. Com problemas desta ordem, *Floradas na Serra* foi a última produção da Companhia Cinematográfica Vera Cruz e, como era de se esperar, o enredo atraiu milhares de pessoas às salas de cinema.

Pelo reconhecimento da qualidade das produções da Vera Cruz e pelo movimento trazido a outras estâncias com os lançamentos anteriores da companhia, não faltaram justificativas para os empreendedores e políticos jordanenses se aliarem em apoio as filmagens e divulgação de *Floradas na Serra.* Sucesso de bilheteria e amplamente divulgado por todo o território nacional, o filme proporcionou a divulgação das paisagens jordanenses, trazendo à tona, devido ao enredo, a representação de dois tipos sociais que frequentam o município: o turista e o doente. Em uma linha tênue que separava as duas realidades, a trama representava o período de transição da cidade de saúde em destino turístico. Tal característica pode ser observada nas cenas do filme.

Cenas na piscina, em quadras desportivas, em passeios a cavalo, em banhos de cachoeira e em cafés em elegantes restaurantes eram ressaltadas em diversos momentos da obra cinematográfica, assim como passagens em que os personagens caminhavam em meio à exuberante paisagem jordanense. A ilustração, apresentada na sequência, contempla a cena em que Bruno, já curado, levava Lucília (ainda em tratamento) para tomar café no ambiente

de uma piscina aquecida do Hotel de Campos do Jordão. Ao fundo, turistas em trajes de banho desfrutando do entretenimento e conforto térmico da edificação.

Ilustração 23- Na piscina do Clube. Cena do Filme Floradas na Serra (1954)



Fonte: Amazonas Filmes.

Esta, assim como outras cenas da obra cinematográfica, tinham como função divulgar os serviços do Hotel Rancho Alegre, local onde foram filmadas as imagens como a da piscina acima apresentada. Mas ao mesmo tempo que se colocava o empreendimento e Campos do Jordão como objetos de atenção no cinema em âmbito nacional, também evidenciava-se a imagem da tuberculose na estância, fator que atingia negativamente o destino. Embora o desejo dos empreendedores e políticos fosse conjurar a função saúde, o sucesso da obra literária de Dinah Silveira de Queiroz foi tão grande em 1939 que repetir a trama nos cinemas dava garantias de que o filme faria tanto ou até mais sucesso que sua literatura inspiradora.

Assim, mesmo reconhecendo os riscos que o enredo poderia causar à imagem da estância, insistiu-se no projeto de fomentar a produção cinematográfica. De fato, os benefícios que o filme trouxe ao reconhecimento do destino no âmbito nacional foram superiores aos impactos negativos da imagem da doença. Estes foram suprimidos por meio de insistentes notas no jornal local atestando que o hotel Rancho Alegre somente recebia pessoas sãs. Em 1954, a gerência publicava em nota: “A gerencia do Hotel Rancho Alegre comunica que a sua magnífica piscina de água aquecida está em pleno funcionamento. Exige-se atestado médico

especial. Esclarece ainda que não tem fundamentos eventuais notícias divulgadas em contrário...".

Os investimento realizados pela D.M.Tur para a divulgação do filme, representavam a confiança que os interessados tinham na promoção turística da estância por meio da obra cinematográfica. Nos relatórios de exercício da Diretoria Municipal de Turismo de Campos do Jordão, por exemplo, constava no ano de 1953 a soma de 10 mil cruzeiros com despesas de divulgação cinematográfica e, no ano de 1954, o valor de 5 mil cruzeiros com despesas de folhetos de propaganda distribuídos em São Paulo na estreia do filme. A inciativas objetivavam assim, atingir o desenvolvimento turístico da estância fomentando ações para que a cidade se tornasse reconhecida nacionalmente, incitando a procura do destino por um maior número de turistas.

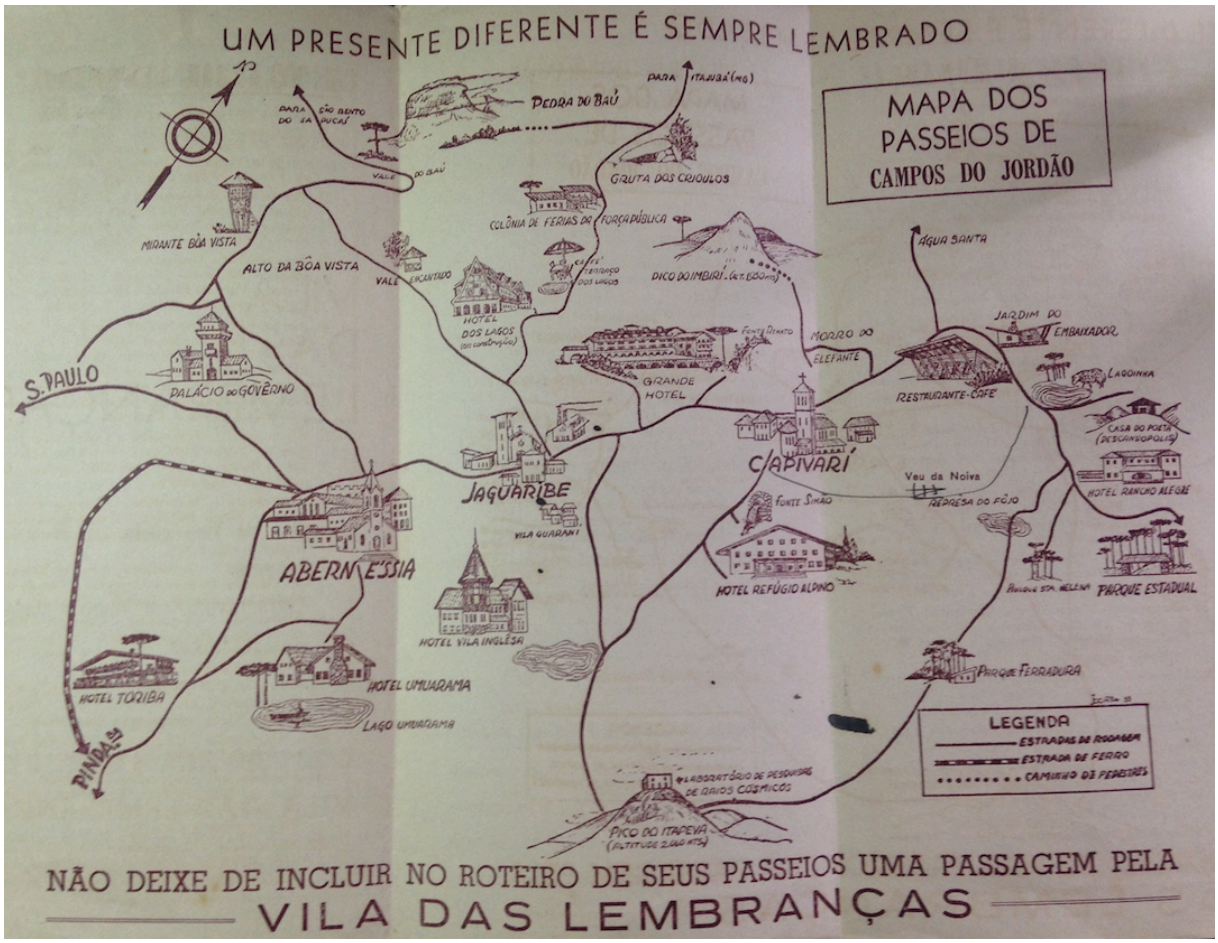
Em conjunto, estimulava-se a ampliação da hospedagem em Campos do Jordão por meio da construção de colônias de férias. Além das já existentes, voltadas ao funcionalismo público, os anos de 1950 foram marcados pela construção e inauguração de diversos empreendimentos desse gênero, patrocinados por associações públicas e privadas. Datam desse período a colônia de férias da polícia militar de São Paulo e outra da polícia militar do Rio de Janeiro, assim como a colônia de férias do Centro de Estudos Filosóficos Solidariedade, Altruismo e Amor. Com a entrada dos anos de 1960, logo outras surgiram, como a colônia de férias da Federação Israelita do Estado de São Paulo, a colônia de férias dos Pumas, dos Funcionários do Departamento de águas e Energia Elétrica de São Paulo, dos Funcionários da CESP, dentre muitas outras(PAULO FILHO, 1986).

O grande volume de empreendimentos desse gênero representava os primeiros passos da estância para o turismo de massa, o que permitiu a fixação do turismo enquanto atividade econômica no município. Certamente, o grande quantitativo de colônias de férias em Campos do Jordão nesse período também se deve aos massivos esforços para divulgar a estância. Pelo reconhecimento nacional do território, aliado à estrutura do espaço turístico, rapidamente o destino se formatou como um produto de destaque levando a outras estâncias a reconhecerem os avanços da atividade na cidade. No II Congresso Nacional de Turismo, realizado na cidade de Poços de Caldas em 1954, a prefeitura jordanense foi convidada a palestrar sobre "O passo inicial para o desenvolvimento turístico".

Ao que tudo indica, o território do turismo encontrava-se bem estruturado em fins década de 1950 e início dos anos 1960, a ponto de Campos do Jordão ser o local eleito para

receber outros eventos voltados ao diálogo sobre o desenvolvimento do setor, como foi o caso da Convenção Nacional de Turismo e Hospitalidade, realizada no Grande Hotel em 1959. Um dos mapas turísticos da época, nos mostra como o espaço de Campos do Jordão se encontrava turisficado:

Ilustração 24 – Mapa turístico distribuído pelos comerciantes da "vila das lembranças" (1959)



Fonte: Acervo da autora.

Como pode ser observado, o mapa apresentava os principais hotéis da cidade, a ser: o Grande Hotel, o hotel Toriba, o hotel Umuarama, o hotel Vila Inglesa, o hotel Refugio Alpino, hotel dos Lagos, hotel Rancho Alegre e a colônia de férias da força pública. Nota-se que os hotéis apresentados eram os mais antigos e também os mais luxuosos, fator que nos leva a duas análises importantes. A presença desses estabelecimentos no mapa deve-se, certamente, ao patrocínio desses empreendimentos para a confecção do material. Mas o que nos chama a atenção, de fato, é que nenhum dos hotéis que abriram na década de 1940

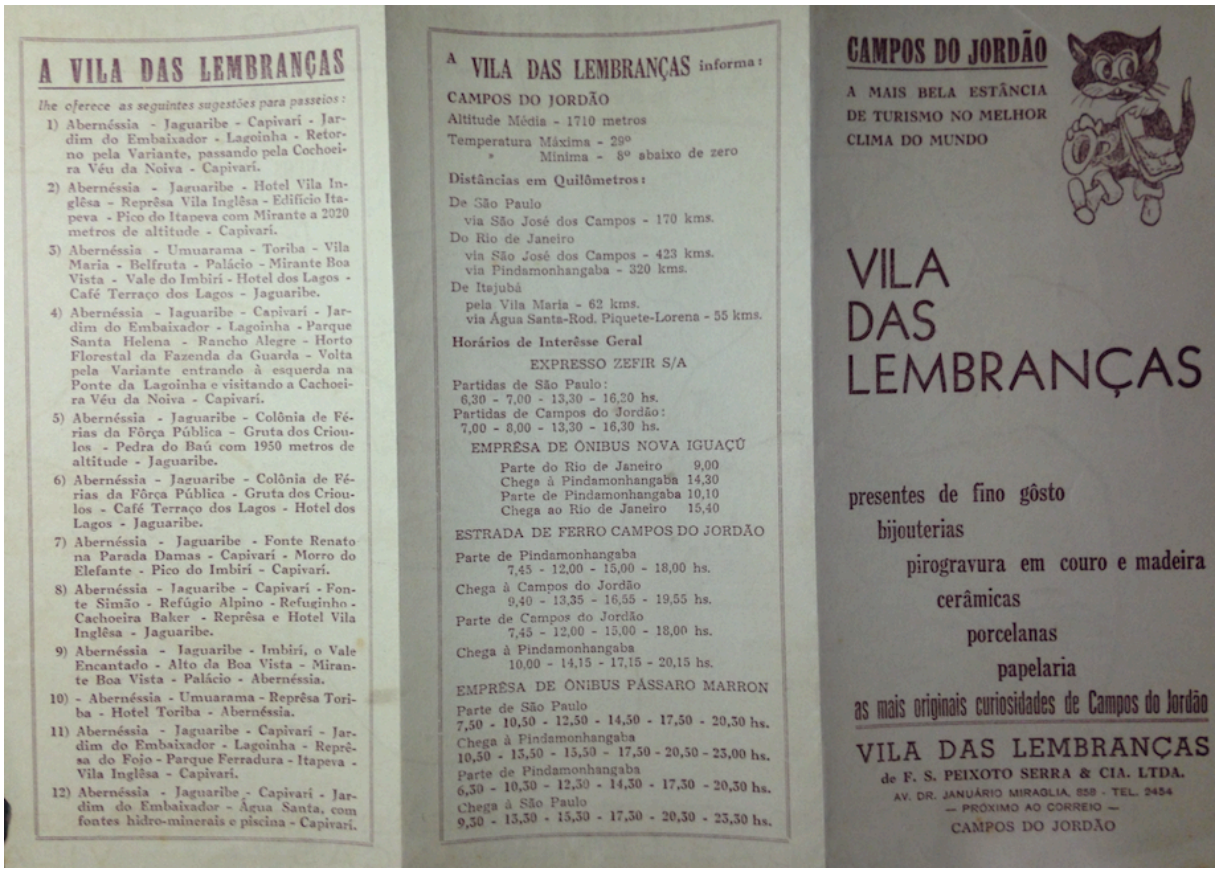
encerrou suas atividades. Isto é, mesmo sem os jogos, todos conseguiram resistir à mudança ocasionada pela troca de governos.

Sendo assim, nota-se que todos s esforços para que o turismo começasse a se difundir na cidade surtiram os efeitos desejados. O mapa acima também nos revela o fortalecimento do território do turismo. Observa-se a presença de hotéis nos arredores de Vila Abernéssia, núcleo urbano que tinha sido delimitado aos sanatórios. A expansão dos empreendimentos hoteleiros para fora dos antigos limites do zoneamento, também revelam com a prática turística estava se sobrepondo e dominando os antigos territórios da saúde.

Além dos hotéis, o mapa também nos revela os atrativos turísticos, a ser: o Pico do Itapeva, o Pico do Imibiri, a Pedra do Baú e Gruta dos Crioulo, atrativos naturais divulgados ao longo da década de 1950. Observa-se ainda que o mapa apresenta dois outros atrativos importantes: o Palácio do Governo, que estava concluindo suas obras em 1959, sendo inaugurado somente em 1964, e o Parque Estadual de Campos do Jordão, criado em 1941 por Adhemar de Barros e transformado em parque turístico em 1951, por meio do projeto do deputado Paulo Abreu. Espelhando-se no Parque Nacional da Serra dos Órgão no Rio de Janeiro, o deputado criou mais um atrativo para auxiliar no desenvolvimento turístico local.

O mapa destacava ainda os três núcleos urbanos da cidade que serviam tanto para orientar as direções tomadas pelos turistas rumo aos atrativos, como também enquanto pontos de visitação. No anverso do mapa apresentavam-se sugestões de roteiros aos turistas, com sequências de locais que poderiam ser visitados, incluindo-se os três núcleos onde os turistas poderiam apreciar os jardins e fazerem compras, dando usos turísticos a todas extensão urbana de Campos do Jordão.

Ilustração 25- Anverso do Mapa Turístico (1959)



A VILA DAS LEMBRANÇAS

lhe oferece as seguintes sugestões para passeios:

1) Abernéssia - Jaguaribe - Capivari - Jardim do Embaixador - Lagoinha - Retorno pela Variante, passando pela Cachoeira Véu da Noiva - Capivari.
2) Abernéssia - Jaguaribe - Hotel Vila Inglêsa - Reprêsa Vila Inglêsa - Edifício Itapeva - Pico do Itapeva com Mirante a 2020 metros de altitude - Capivari.
3) Abernéssia - Umuarama - Toriba - Vila Maria - Belfruta - Palácio - Mirante Boa Vista - Vale do Imbiri - Hotel dos Lagos - Café Terraço dos Lagos - Jaguaribe.
4) Abernéssia - Jaguaribe - Capivari - Jardim do Embaixador - Lagoinha - Parque Santa Helena - Rancho Alegre - Horto Florestal da Fazenda da Guarda - Volta pela Variante entrando à esquerda na Ponte da Lagoinha e visitando a Cachoeira Véu da Noiva - Capivari.
5) Abernéssia - Jaguaribe - Colônia de Férias da Fôrça Pública - Gruta dos Crioulos - Pedra do Baú com 1950 metros de altitude - Jaguaribe.
6) Abernéssia - Jaguaribe - Colônia de Férias da Fôrça Pública - Gruta dos Crioulos - Café Terraço dos Lagos - Hotel dos Lagos - Jaguaribe.
7) Abernéssia - Jaguaribe - Fonte Renato na Parada Damas - Capivari - Morro do Elefante - Pico do Imbiri - Capivari.
8) Abernéssia - Jaguaribe - Capivari - Fonte Simão - Refúgio Alpino - Refuginho - Cachoeira Baker - Reprêsa e Hotel Vila Inglêsa - Jaguaribe.
9) Abernéssia - Jaguaribe - Imbiri, o Vale Encantado - Alto da Boa Vista - Mirante Boa Vista - Palácio - Abernéssia.
10) - Abernéssia - Umuarama - Reprêsa Toriba - Hotel Toriba - Abernéssia.
11) Abernéssia - Jaguaribe - Capivari - Jardim do Embaixador - Lagoinha - Reprêsa do Fojo - Parque Ferradura - Itapeva - Vila Inglêsa - Capivari.
12) Abernéssia - Jaguaribe - Capivari - Jardim do Embaixador - Água Santa, com fontes hidro-minerais e piscina - Capivari.

A VILA DAS LEMBRANÇAS informa:

CAMPOS DO JORDÃO

Altitude Média - 1710 metros

Temperatura Máxima - 29º
» Mínima - 8º abaixo de zero

Distâncias em Quilômetros:

De São Paulo
via São José dos Campos - 170 kms.
Do Rio de Janeiro
via São José dos Campos - 423 kms.
via Pindamonhangaba - 320 kms.
De Itajubá
pela Vila Maria - 62 kms.
via Água Santa-Rod. Piquete-Lorena - 55 kms.

Horários de Interêsse Geral

EXPRESSO ZEFIR S/A

Partidas de São Paulo:
6,30 - 7,00 - 13,30 - 16,20 hs.
Partidas de Campos do Jordão:
7,00 - 8,00 - 13,30 - 16,30 hs.

EMPRÊSA DE ÔNIBUS NOVA IGUAÇÚ

Parte do Rio de Janeiro 9,00
Chega à Pindamonhangaba 14,30
Parte de Pindamonhangaba 10,10
Chega ao Rio de Janeiro 15,40

ESTRADA DE FERRO CAMPOS DO JORDÃO

Parte de Pindamonhangaba
7,45 - 12,00 - 15,00 - 18,00 hs.
Chega à Campos do Jordão
9,40 - 13,35 - 16,55 - 19,55 hs.
Parte de Campos do Jordão
7,45 - 12,00 - 15,00 - 18,00 hs.
Chega à Pindamonhangaba
10,00 - 14,15 - 17,15 - 20,15 hs.

EMPRÊSA DE ÔNIBUS PÁSSARO MARRON

Parte de São Paulo
7,50 - 10,50 - 12,50 - 14,50 - 17,50 - 20,30 hs.
Chega à Pindamonhangaba
10,50 - 13,50 - 15,50 - 17,50 - 20,50 - 23,00 hs.
Parte de Pindamonhangaba
6,30 - 10,30 - 12,30 - 14,30 - 17,30 - 20,30 hs.
Chega à São Paulo
9,30 - 13,30 - 15,30 - 17,30 - 20,30 - 23,30 hs.

CAMPOS DO JORDÃO

A MAIS BELA ESTÂNCIA DE TURISMO NO MELHOR CLIMA DO MUNDO

VILA DAS LEMBRANÇAS

presentes de fino gôsto
bijouterias
pirogravura em couro e madeira
cerâmicas
porcelanas
papelaria
as mais originais curiosidades de Campos do Jordão

VILA DAS LEMBRANÇAS
de F. S. PEIXOTO SERRA & CIA. LTDA.
AV. DR. JANUÁRIO MIRAGLIA, 858 - TEL. 2454
— PRÓXIMO AO CORREIO —
CAMPOS DO JORDÃO

Fonte: Acervo da autora

Em complemento, o anverso do mapa também apresentava opções diversificadas de acesso à estância. Indicando os acesos pelas estradas que ligavam a Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, buscava-se alcançar os turistas que vinham de automóvel até a estância, um público com maior poder aquisitivo. Em contraponto, oferecia-se também acessos mais populares por meio da Estrada de Ferro de Campos do Jordão e por meio dos serviços de ônibus, muito utilizados pelos grupos de excursionistas que se dirigiam às colônias de férias.

Em 1959 operavam três empresas de ônibus que ligavam capitais a Campos do Jordão. A Expressso Zefir, a Nova Iguaçu e a Pássaro Marrom operavam em múltiplos horários, mostrando que havia, em fins da década de 1950, demanda turística suficiente para movimentar as empresas de transportes na estância. Assim, pode-se afirmar que nos anos de 1960, Campos do Jordão já tinha os domínios necessários para desenvolver de forma plena o turismo enquanto fonte econômica.

10.2 Campos do Jordão e política estadual de turismo

"O encanto do turista e o orgulho do Brasil"

A citação acima é uma estrofe do refrão do hino de Campos do Jordão. Criado por João de Sá e oficializado pela lei Municipal n.129 de 12 de outubro de 1959, o hino representava todos os avanços que a cidade havia alcançando até aquele momento. Os versos principais simbolizavam a identidade construída para o lugar, até hoje decorada e repetida por seus munícipes. Após décadas de investimentos em infraestrutura, propagandas e construção de uma "mentalidade turística", finalmente a atividade passou a compor a principal imagem de Campos do Jordão.

Tal condição se tornou ainda mais latente com a entrada dos anos de 1960. Foram nos primeiros anos dessa década que os usos do turismo no território se fixaram. Isto é, foi neste espaço de tempo que a prática turística ganhou bases mais sólidas, sobretudo em razão do latente declínio da função sanatorial. Em conjunto com tal perspectiva, observam-se os contínuos avanços na tentativa de formação de uma política nacional de turismo. Embora Campos do Jordão tivesse alcançado o patamar desejado com a atividade turística, as ações de articulação com outras estâncias e com a esfera federal seguiram, afinal, o turismo finalmente representava um fenômeno econômico vital para estas cidades e, assim, todos os auxílios governamentais eram bem-vindos para manter tal condição.

As políticas que seguiram ao período Vargas, aproveitando-se do legado deixado pelos primeiros movimentos em prol do turismo nacional, seguiram em estímulo à prática da atividade. Nesse sentido, o Governo de Kubitschek (1956-1961) foi o que apresentou algumas ações com intenções de fomentar a atividade no país. Em março de 1956, o então Presidente criou uma comissão parlamentar de inquérito para estudar os problemas do turismo e propor medidas legislativas para sua regulamentação (NAGABE, MACHADO, 2011).

Tendo identificado o turismo como "a grande indústria do século", Kubitscheck propôs, no ano de 1958, a criação da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), oficializada por meio do Decreto n.44863 de 21 de novembro. Segundo a legislação, a COMBRATUR seria responsável por coordenar as atividades de turismo no país, supervisionando a movimentação de turistas e facilitando a entrada de turistas estrangeiros. Tratava-se, na verdade, de uma resposta às inúmeras reivindicações dos estancieiros que, independente da gestão, buscavam apoio para incremento da prática nas estâncias e centros de

turismo. Embora a COMBRATUR tenha sido criada com esse intuito, o órgão não funcionou por muito tempo. Em 1962 a comissão foi extinta, sendo reativada somente em 1966, durante o governo de Castelo Branco.

O período político conturbado que envolveu a entrada do regime militar exigiu estratégias diferenciadas para que Campos do Jordão, assim como outros destinos turísticos, mantivessem a continuidade do fluxo de turistas que haviam conquistado. Em 1964 Adhemar de Barros, junto com Castelo Branco inaugurava o Palácio de Campos do Jordão. Assim como fazia com Getúlio, Adhemar levou Castelo Branco para finais de semana de descanso e de acordos políticos em suas propriedades na cidade. Tão logo o palácio foi inaugurado, em julho daquele ano, as visitas do Presidente da República passaram a ser recepcionadas no residência de férias oficial, de estilo canadense.

Com todas as pompas que as circunstâncias exigiam, cada vez que Castelo Branco chegava à Campos do Jordão os noticiários voltavam-se para a cidade, atingindo o objetivo de continuar a promoção do lugar. Contudo, mais do que promover a estância, a estratégia de Adhemar era continuar as articulações em prol do turismo com a esfera federal, assim como havia realizado nas gestões anteriores.

Enquanto as figuras políticas e empresários das estâncias articulavam entre si e com a esfera federal, havia também um movimento para que as esferas estaduais investissem no turismo. Segundo Brocchi e Solha (2008, p.244), "foi durante os anos de 1960 que os governos estaduais brasileiros realizaram as primeiras tentativas de consolidar um órgão público específico para o turismo, optando por estruturas diversas, como Departamentos, Superintendências e Secretarias Estaduais de Turismo"

Em Minas Gerais, por exemplo, foi criado por volta de 1960 o Departamento de Turismo subordinado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, que tinha por objetivo dar incentivos fiscais para a construção de novos hotéis no estado mineiro (SILVA JÚNIOR, 2004). O Estado de São Paulo, seguindo os mesmos passos dos investimentos do Governo de Minas, criou em 1965 a Secretaria de Estado dos Negócios do Turismo.

Dentre suas atribuições estavam promover o incremento do turismo, organizar o calendário turístico, estimular a criação de organismos ou empresas de caráter privado do setor e, por fim, criar condições para o desenvolvimento de mentalidade turística no Estado.

Esta última, garantida no inciso VI do 2º artigo da Lei que criava a referida Secretaria, nos remete a todo o trabalho realizado em Campos do Jordão.

Desde 1953, conforme já observado, os atores envolvidos na atividade turística da estâncias apresentavam-se unidos em prol do desenvolvimento da atividade no âmbito local e também nacional. A solicitação para que os governos estaduais também tivessem departamentos específicos para incentivar a atividade vinha desde a organização I Congresso Nacional de Turismo. Alguns Estados despertaram antes para a questão, como foi o caso de Minas Gerais, outros, como São Paulo só conseguiram a formação desse órgão com a entrada do regime militar.

A figura dos poderes estaduais no desenvolvimento turístico eram interessantes para as estâncias, pois permitiriam acessar mais facilmente a esfera federal. Contudo, o Estado de São Paulo não se mostrou tão empenhando ao desenvolvimento do turismo como ocorria na organização pública no interior das estâncias. Os estudos de Solha e Brocchi (2008, p.224) apontam que as ações da Secretaria dos Negócios de Turismo ficaram "restritas ao desenvolvimento da hotelaria e à implementação de infraestrutura básica de turismo, enquanto que a promoção do turismo limitava-se a divulgação dos destinos".

A pouca ação da Secretaria de Turismo se deu, muito provavelmente, em razão do início do rompimento político de Adhemar com Castelo Branco. Como Adhemar era o principal entusiasta e articulador das ações de turismo em Campos do Jordão, tendo muito contribuído com negociações que necessitavam da articulação entre as duas esferas de poder nos anos anteriores, observou-se que seu afastamento do alinhamento político em vigência influiu diretamente nas ações em prol do turismo na cidade.

Em 1965, Adhemar de Barros "deu os primeiros sinais de que não se enquadrava mais na linha política dos militares" tendo criticado o então presidente, fator que o levou a ter seu mandato cassado. Em 1966, o "amigo de Campos do Jordão", conforme anunciava o jornal local, partiu para exílio na Europa (COUTO, 2009). Com o afastamento de Adhemar das políticas públicas de desenvolvimento turístico no Estado, coube aos atores locais prosseguirem com suas articulações para manterem a atividade em crescimento na estância.

Em maio de 1965, diversos municípios do estado paulista se reuniram para traçarem diretrizes para o turismo e auxiliarem nas ações da Secretaria de Negócios e Turismo de São Paulo. Durante o X Congresso Estadual de Municípios foi produzida uma lista de

recomendações dirigidas às estâncias turísticas com o objetivo de formar uma equipe de destinos capazes de ajudar o órgão a gerir o turismo no Estado.

Dentre as recomendações, transcritas por Joaquim Corrêa Cintra no jornal *A cidade de Campos do Jordão* (1965), estavam as seguintes: Aconselhava-se que cada um dos centros de interesse turístico de São Paulo oferecessem "motivos de atração para turismo", aproveitando as peculiaridades de cada lugar. Assim como Campos do Jordão havia criado novos atrativos para atrair outros públicos, recomendava-se que os municípios turísticos oferecessem atrações "para o turismo didático, cultural ou recreativo", de forma a animar o fluxo nas estâncias.

Recomendava-se ainda que cada município criasse um órgão local com legislação própria, para manter atualizado o levantamento das condições de turismo, como capacidade de hospedagem e meios de transporte. Estas ações seriam importantes para auxiliar a Secretaria a traçar estratégias para a atividade. A exemplo da criação da D.M.Tur, órgãos locais, segundo destacavam os atores, seriam de grande valia para planejar a atividade no Estado.

Outro ponto destacado era a necessidade das estâncias zelarem pela preservação dos recursos naturais considerados turísticos e estabelecerem eventos tradicionais, principalmente folclóricos, cuidando para que existisse um calendário regular, assim como era feito na Festa da Maçã. Com estas ações, esperava-se promover o turismo adaptando-se à nova classe do lazer que se estabelecia. A criação de novos atrativos, de eventos culturais, ditavam os novos ritmos dos tempos do turismo.

Estas ações, que seriam realizadas localmente, tinham por objetivo subsidiar a política de Estado que, por meio da Secretaria, deveria "realizar periodicamente o planejamento geral do turismo" conjugando com "os planos e possibilidades de cada um dos destinos". Entende-se por meio dessas recomendações, que apesar dos atores locais exigirem incentivos por parte dos órgãos estaduais, os municípios não queriam perder sua autonomia no controle da atividade em suas Estâncias. Além disso, percebe-se que existia uma visão bastante avançada para o período sobre a complexidade e abrangência dos elementos que compõe a atividade turística.

Os anos de experiência no desenvolvimento da atividade, ao que parece, deram os conhecimentos necessários para que políticos e empreendedores locais compreendessem que para manterem a atividade economicamente ativa era preciso inovar, adaptar-se, buscar

alternativas ao desenvolvimento do turismo. A prática era modelada e remodelada conforme as necessidades. Em um dos anúncios de turismo publicado em dezembro de 1965, o texto destacava: "a temporada de suas férias em Campos do Jordão, são as melhores aplicações da sua disponibilidade pessoal e econômica ao Turismo, sem evasão de divisas..."

Ilustração 26 – Anúncio de Turismo. Jornal Acidade de Campos do Jordão (1965)



SR. TURISTA! NOSSO CONVITE!

Eis na página 3 deste Jornal o mapa de Campos do Jordão, suas estradas e seus passeios, no «melhor clima do mundo» e aqui convidamos para uma temporada, em ambiente cordial e alegre. Aqui no clima frio singular da cidade mais alta do Brasil. E onde se faz recuperação de fôrças e se repousa entre montanhas e Pinherais, que se esparramam pela serrania verde, quais taças verdinas à serem banhadas pelo sol nos dias ilminados, e quantos existem na serra famosa!... e serem também prateados nas noites tépidas, às vezes frias e sempre tropicais desta cosmopolita Campos do Jordão, onde sempre se volta e **onde se faz turismo internacional no Brasil.** Além disso proporcionando clima e ambiente nacional, seus hotéis de gabarito internacional e suas hospedarias, rústicas e elegantes, lhes proporcionam o confôrto acolhedor e a elegante Estância em belíssimo panorama, em construções típicas e modernas, aliadas à uma cosinha nacional e estrangeira, completam seus desejos de bem estar e recreio... O NOSSO CONVITE, **quer dizer uma vinda à Campos do Jordão.** Isto pode acontecer na temporada de Verão 1965-66, pode acontecer também em sua luxuosa e internacional temporada de Inverno, a mais elegante do Brasil, em Julho. Pode acontecer todo o ano!... O inverno jordanense é uma cascata de côres, luz e matizes, dias sêcos e iluminados, o frio semelhante ao europeu. Em tudo pois a temporada hibernal é côres, confôrto e lazeres... Todos admitem como o snr. Turista admitirá também, sem dúvida alguma: **a temporada ou suas férias em Campos do Jordão, são as melhores aplicações da sua disponibilidade pessoal e econômica ao Turismo, sem evasão de divisas...**

O Nosso Convite é o Convite que se faz à Bons Amigos!

VISITE CAMPOS DO JORDÃO...

Fonte: Jornal *A cidade de Campos do Jordão* (12/1965).

A afirmação é representativa de como a prática foi pensada a um novo público. As garantias de um "bom investimento econômico" eram destinadas a convencer uma nova clientela que se tornava interessante para a estância. A prática do turismo elitizado foi, aos poucos, sendo substituída pelo turismo popular. Anúncios de agências que operavam em Campos do Jordão destacavam, na década de 1960, a possibilidade de passeios de dois a quatro dias no local das filmagens do filme *Floradas na Serra* sob condições de parcelamento em até 4 vezes. Verifica-se assim, que o território do turismo em Campos do Jordão começou,

nos anos de 1960 a adquirir um novo conteúdo, fruto dos esforços realizados nos períodos anteriores para ampliar a atividade no lugar.

Os avanços do turismo, voltado às classes populares, ganharam amplitude com o passar dos anos, permitindo a Campos do Jordão tornar-se, cada vez mais, reconhecida nacionalmente. O lazer popular foi, certamente, uma das importantes vertentes que permitiu a manutenção da função turística na estância até os dias atuais, embora a imagem de um turismo elitizado, voltado às classes superiores, ainda esteja arraigada ao destino. Isso porque os atores locais, apesar de investirem e se adaptarem de forma a realizar a prática do turismo popular sempre mantiveram, conjuntamente, a manutenção do território das elites.

Ao longo da década de 1960, acompanhando o contexto de estruturação da política nacional de turismo que instalava-se no país, Campos do Jordão passou a investir também nas linhas do turismo internacional, objetivando atrair os exigentes turistas que já haviam frequentado os destinos estrangeiros. No anúncio da imagem anterior, destacava-se que o destino de Campos do Jordão era onde se fazia "o turismo internacional no Brasil". Tal frase é representativa de duas questões. Por um lado, objetivava-se comparar o destino com o padrão encontrados nos destinos internacionais. Por outro, a frase também é simbólica da situação encontrada no período.

A visão de que o turismo internacional era uma alternativa possível para o desenvolvimento da atividade no país vinha se consolidando no governo militar. Turistas estrangeiros, mediante aos acordos e resoluções realizadas pela gestão de Castelo Branco chegavam cada vez em maior número nos portos brasileiros. Grandes companhias de cruzeiros aportavam em Santos com visitantes norte-americanos. Os cruzeiros da *Swedish American Line,* começavam a operar nos portos nacionais, trazendo outras possibilidades ao turismo.

Além disso, operavam nas décadas de 1960 as companhias aéreas TAP e a VARIG, que também facilitavam os deslocamentos entre diferentes cidades. Com as novas condições de transportes, o movimento de turistas internacionais também começou a se tornar realidade, sendo objeto de atenção dos gestores das estâncias. As possibilidades de explorar o turismo internacional foram endossadas pelo Governo de Castelo Branco que retomou as atividades de órgãos criados nas gestões antecessoras.

Em 1966, o Instituto Brasileiro de Turismo (Ibratur), criado no ano anterior com o objetivo de planejar o turismo nacional, foi substituído pela Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) criada pelo Ministério da Indústria e do Comércio, sendo instituído em conjunto com essa estrutura o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR). Esses órgãos, juntos teriam a "função de formular as diretrizes básicas para a Política Nacional de Turismo e uma série de funções deliberativas, além da autoridade para conceder incentivos fiscais ao setor (CAVALCANTI, 2006, p.66)".

A presença desses novos órgãos representava às estâncias outras possibilidades de investimentos no turismo. Além de auxiliarem na propaganda turística voltadas aos turistas estrangeiros, estes órgãos também concediam incentivos financeiros, permitindo que os lugares realizassem os melhoramentos necessários para acompanhar os progressos da "indústria do turismo". Acompanhando esse cenário, a estância jordanense seguiu com as suas atividades transformando-se oficialmente em estância turística em fins da década de 1970.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta tese buscamos compreender a formação e a transformação do território de Campos do Jordão centrando nossa análise, especialmente, na dinâmica existente entre os diferentes eventos que compuseram o lugar e prática turística. Pensando na formação inicial do território de Campos do Jordão, pode-se dizer que o principal evento deu origem ao lugar e suas práticas foi, sem dúvidas, a tuberculose. Consideramos o advento da doença como o primeiro elemento promotor de todas as formas e conteúdos que se materializaram no território.

Pensando na escala de origem, na Europa, pode-se dizer que a tuberculose foi tanto estruturante quanto estruturada pelas condições espaciais. Ao mesmo tempo que a doença surgiu e foi difundida a partir das novas organizações urbanas, da reorganização dos espaços e tempos de trabalho, dos condicionantes sociais que decorreram da industrialização, a tuberculose também foi capaz de reestruturar espaços e comportamentos dando origem a novas formas e conteúdos a diversos lugares.

A tuberculose, e todos os atores nela envolvidos, ou seja médicos, políticos, elites e classes operárias, se traduziu como um evento que incidiu e transformou os espaços urbanos, possibilitando o esquadrinhamento dos bairros, das casas e, sobretudo, dos doentes que foram alvo de isolamento. Mas aqui cabe uma reflexão de forma conjugada com o tempo. Com o avanço das técnicas, a tuberculose que antes era atribuída aos lugares, passou a ser atribuída às pessoas.

O fenômeno técnico, aqui considerado como a descoberta de Koch, foi capaz de mudar as práticas de tratamento da doença. Observou-se, assim, que cada período é portador de um sentido e que as práticas de tratamento da tuberculose mudaram “com” o tempo e, não apesar dele. Isto é, a técnica foi capaz de dar outros sentidos à forma como o evento vinha incidindo e reestruturando os lugares e as práticas. Observamos mais detalhadamente tal questão analisando o contexto europeu, precursor desses acontecimentos.

Quando a doença foi atribuída aos lugares, aos ares, às emanações, as sociedades buscaram reorganizar não apenas os espaços das cidades para evitar os elementos produtores de miasmas, mas também criar novos espaços, novos modelos de urbanização a fim de evitar as causas da doença. A montanha e seus usos, partiram dessa sequência de eventos. Mas como

os eventos não ocorreram de forma isolada, consideramos também que a invenção da montanha foi, certamente, outro grande evento de grande relevância para compreender como surgiu e se transformou o território de Campos do Jordão.

A prática dos usos terapêuticos do clima, dos usos da montanha enquanto espaço urbanizado de forma ideal, também foram apresentados nesta tese conjugados na relação espaço-tempo. A climatoterapia, enquanto prática inventada a partir da imbricação dos eventos de espraiamento da tuberculose e da invenção pelo gosto pela montanha, aliada aos avanços na rede de transportes, foi capaz de dar novos usos a diferentes lugares cuja característica física era a paisagem montanhosa.

Os Alpes, mais especificamente as cidades Suíças, se revelaram como os lugares ideias para a inserção e difusão das práticas terapêuticas. Suas condições espaciais, suas características físicas, a presença de determinados atores como os aventureiros e, posteriormente, os médicos, foram capazes de criar destinos como Davos. O lugar simbólico, modelo de urbanização foi fruto da ação e reação dos eventos "tuberculose" e da invenção das práticas de tratamento.

Assumindo determinadas formas e conteúdos, a cidade alpina ganhou fama graças às elites, aos médicos e também seus ricos frequentadores, capazes de lançar o lugar como modelo de sucesso aos olhos do mundo exterior. A literatura foi também um importante elemento que auxiliou na construção do *moment de lieu* de Davos. As obras alcançaram lugares distantes, dando ao lugar emblemático o prestígio que teve. Voltados primeiramente para uma elite, observamos ainda, ao longo desta tese, que a descoberta de Koch em conjunto com os eventos que sucederam as mudanças nos tempos de trabalho, sobretudo, o aumento do tempo e livre e a invenção e orientação dos tempos de lazer para as classes populares, forma os elementos primordiais para que não apenas Davos, mas também outros lugares que forma modelados para o turismo, assegurassem a permanência da atividade com o passar dos anos.

Acerca da invenção do turismo, os eventos das escalas operantes no contexto europeu também mereceram nossas atenções nesta tese. Conforme observado, a prática nasceu embrionariamente com a invenção do gosto pela montanha e com os usos dados pelas elites a esses lugares, oscilantes entre a cura e o prazer. Pode-se dizer assim, a prática do turismo, embora adaptada e remodelada com o tempo, também está imbricada com todos os eventos reorganizadores sociais que estiveram atrelados à tuberculose.

Todos esses eventos, observados na escala global, foram preponderantes para que o território de Campos do Jordão fosse criado e recriado. Com os aceleramento dos tempos, com o avanço das técnicas, as conjunturas do contexto europeu chegaram ao Brasil. O evento da tuberculose, assim como todos os meandros de suas formas de tratamento, incidiram no território brasileiro organizando e reorganizando as nossas cidades. Foi assim que o território de Campos do Jordão se formou.

Suas condições espaciais, suas caraterísticas naturais, sua posição geográfica, foram elementos primordiais para que este lugar fosse transformado por determinados atores em um espaço urbano utilizado como lugar de tratamento para a tuberculose. Nesse sentido, ao longo da tese, identificamos que os principais atores que deram origem ao território jordanense e permitiram seus usos voltados à saúde foram Clemente Ferreira e Jaguaribe Filho. A presença desses dois personagens, a ligação dos mesmos com a medicina e a política, foram os elementos primordiais para que o lugar assumisse suas formas e conteúdos nos primeiros passos de sua urbanização.

Notou-se, nesse processo, que desde os primórdios de construção do território de Campos do Jordão buscava-se criar uma Suíça brasileira. Ou seja, os eventos ocorridos em escala global, que pelos avanços nos transportes e deslocamentos humanos chegaram até o território nacional, foram absorvidos, adaptados e recondicionados à nossa realidade. Partilhando das mesmas compreensões europeias sobre a doença, suas formas de tratamento e reorganização espacial decorrentes desse processo, médicos, políticos e empresários brasileiros tentaram adaptar os modelos observados fora do país aos nossos contextos, permitindo assim, a criação de Campos do Jordão, inspirada e comparada à estância de Davos, modelo de referência para muitos lugares.

Mas os primeiros passos que permitiram a formação da antiga estância de repouso não teriam sido suficientes para formar o território da saúde se não fossem ações e interesses de Emílio Ribas e Victor Godinho. Estes dois atores, em conjunto com os demais eventos ocorridos no contexto nacional, tais como avanço da doença na capital paulista e também o processo de construção da imagem do doente enquanto sujeito disseminador da tuberculose, foram os grandes responsáveis por lançar o lugar a uma nova dimensão.

O momento da tomada do território jordanense e condicionamento dos seus usos para a saúde foram frutos, portanto, desses contextos. Nesse aspecto, cabe ressaltar que Campos do Jordão teve seu *moment de lieu* enquanto destino de tratamento da tuberculose e também de

repouso, usos oscilantes que assim como no contexto europeu permitiu a construção das práticas da vilegiatura e veranismo, que adaptas e remodeladas com o tempo, frutificaram nos primeiros processos que deram base à infusão do turismo em Campos do Jordão.

Nesse aspecto, cabe lembrar também que ao longo da tese revelamos as diferentes interações espaciais que toda essa conjuntura materializou no território estudado. A articulação entre diferentes atores, alocados nas esferas locais, estaduais, federais, e também internacionais, nos mostram como as condições sociais que compõem as práticas de saúde e do turismo foram reflexos de um movimento dinâmico, de uma totalidade em constante movimento.

Assim, os diferentes atores, a ser médicos, políticos, empresários e membros das elites que permitiram a criação de uma Suíça brasileira, agiram e reagiram entre si envolvendo diferentes escalas de poder, diferentes áreas de atuação, possibilitando que o território jordanense se construísse como fruto de interações espaciais decorrentes dessa conjuntura. Observamos assim, que Campos do Jordão se constituiu com base nos interesses dos médicos proprietários de áreas no local, mas suas articulações com o Governo do Estado e com os interesses de uma elite que desejava afastar os doentes da capital foram fundamentais para que o território alcançasse o patamar desejado.

A consolidação do território, contudo, ficou a cargo de Macedo Soares. Observamos como este ator foi fundamental na configuração espacial e Campos do Jordão. Suas ações permitiram que o lugar servisse, concomitantemente a dois públicos: os doentes ricos e os doentes pobres. Aqui encontramos uma peculiaridade da formação territorial de Campos do Jordão que serviu, ao mesmo tempo, como lugar criado por e para uma elite, a fim de tratar a saúde e também usufruir do "pedaço da Europa" na Brasil e também como depositório das esperanças de doentes pobres que desejavam a cura da doença.

Os interesses das elites no isolamento dos doentes pobres também foram importantes para que Campos do Jordão se constituísse como cidade sanatorial. Verificamos que, diferentemente do que ocorreu com Davos em que os sanatórios foram criados para atender às necessidades aristocráticas, sendo posteriormente ampliados às classes populares, Campos do Jordão implementou estas instituições, primeiramente, com o objetivos de esquadrinhar, isolar os doentes pobres que causavam uma imagem ameaçadora à imagem da Suíça brasileira que pretendia-se consolidar.

A consolidação da cidade sanatorial, contudo, foi também um elemento estratégico para possibilitar os outros usos que nasciam na estância. O zoneamento da estância, a separação entre são e doentes também foram eventos relevantes para a infusão e difusão da prática turística no território. Nesse processo, verificamos que o ator que se destacou como principal articulador da prática estudada foi Adhemar de Barros. Em conjunto com os interesses pessoais e políticos desse ator em específico, os adventos dos avanços no setor automobilístico e da criação de estruturas e serviços voltados aos *touristes* foram eventos de suma importância para que a prática turística fosse implementada e difundida no território.

O gosto pela montanha e a prática do turismo nas serras não foram inventadas no Brasil, mas assim como ocorreu com a climatoterapia, tais práticas foram absorvidas e remodeladas conforme as caraterísticas sociais, espaciais e temporais dos lugares que as implementaram. Seguindo os mesmos passos da estância de Davos, a Suíça brasileira, por meio do interesses de determinados atores, criou estruturas de cura em conjunto com os divertimentos dos jogos, de passeios na natureza, assim como outras formas de entretenimento que buscavam atrair um novo público à estância.

Nesse processo, buscava-se ao mesmo tempo em que as estruturas eram criadas, ao mesmo tempo em que se formava os espaços voltados à prática do lazer, incutir o hábito de viajar "por turismo" entre os brasileiros. Os materiais de divulgação de destinos como Campos do Jordão tiveram importante papel nesse processo. Observamos como estas obras, assim como os materiais de divulgação publicados no jornais, buscavam por meio de textos e imagens incitar o desenvolvimento de uma prática que, até meados da década de 1930, era algo praticado somente quando visitava-se terras estrangeiras.

O título de Suíça brasileira serviu, assim, também como estratégia para firmar um modelo de referência para a prática do turismo. Com sua gradual infusão no Brasil e também em Campos do Jordão, a prática turística assumiu novas formas com a entrada do Governo Vargas. A ideia do desenvolvimento do turismo, mais próxima à forma como hoje conhecemos, foi reflexo também desses eventos ocorridos na escala nacional que, por sua vez, também se revelaram como reflexos do contexto global.

Os avanços nas leis trabalhistas e a mudanças nos tempos de trabalho foram os eventos mais significativos desse processo. Ao longo da tese, pudemos constatar que atores específicos, envolvidos nas gestões locais das estâncias, foram peças fundamentais para que a

prática turística ganhasse notoriedade nas diferentes esferas de poder, colaborando com o seu desenvolvimento em diferentes territórios.

Campos do Jordão e seus atores, como Adhemar de Barros, Jacques Perroy e Joaquim Corrêa Cintra, foram peças importantes no processo de criação de uma politica nacional de turismo e também na criação do território do turismo em Campos do Jordão. Embora tenhamos citados esses atores, cabe lembrar que eles não foram os únicos. Outras figuras também contribuíram para que a estância se tornasse turística, mas estes três, com destaque para Adhemar de Barros, estão dentre as personalidades mais significativas que permitiram que o lugar tomasse os direcionamentos que permitiram sua constituição atual. Assim, pode-se afirmar que o desenvolvimento do turismo serviu significativamente aos interesses pessoais do político que pelo seu poder, conhecimento e prestígio direcionou ações que possibilitaram a formação do lugar e da prática como hoje conhecemos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. G. *A (in) sustentabilidade do turismo no entorno de Campos do Jordão.* Tese de Doutorado em Ciências da Comuniação. Programa de Ciências da Comuniação. Escola de Comunição e Artes. Universidade de São Paulo. Defesa em 2006.

ASKIN, I. F. *O problema do tempo*. Lisboa: Paz e Terra, 969.

ASSUNÇÃO, P. *História do turismo no Brasil*. São Paulo: Manole, 2012.

ABREU, S. F. A. de. A arte de administrar a pobreza: assistência social institucionalizada em São Paulo no século XIX. *In:* TRONCA, I. A. (org.). *Foucault vivo.* Campinas, SP: Ponte, 1987.

AMARAL, K. C. de C. Getúlio Vargas – o criador de ilusões. *Anais do XXV, Congresso Anual em Ciência da Comunicação.* Salvador: Intercom, 2002.

AMBRÓZIO, J. Viagem, turismo, vilegiatura. In: *GEOUSP – Espaço e Tempo*, n.18, pp.105-113, 2005

BALESTRA, O. S. *A redução da jornada de trabalho e a defesa do tempo livre.* Disponível em:*www.uniguacu.edu.br/deriva/Ensaios/.../Oriana_rabalho.pdf. Acesso em: 13 out. 2010.*

BARATA, Rita de Cássia Barradas. Epidemias. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 9-15, Mar. 1987 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1987000100002&lng=en&nrm=iso>. Accesson 20 Dec. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1987000100002.

BARBOSA, Y. M. *História das viagens e do turismo.*2. ed. São Paulo: Aleph, 2002

BARROS, J. A. História, Espaço e Tempo- interações necessárias. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.460-476, Jul/Dez 2006.

BERTOLLI FILHO, C. *História social da tuberculose e do tuberculoso*: 1900 – 1950. Tese (doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

BOUSQUAT, Aylene; COHN, Amélia. A dimensão espacial nos estudos sobre saúde: umatrajetória histórica. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro , v. 11, n. 3, p. 549-568, Dec.2004.
Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000300002&lng=en&nrm=iso>.
Accesson 29 Jan. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702004000300002.

BOYER, M. *História do turismo de massa.* Bauru: EDUSC, 2003.

BRAGA, D. C. *Planejamento turístico.* São Paulo: Elsevier, 2007.

BRITO, C. *A PETROBRAS e a gestão do território no Recôncavo Baiano* [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 236 p. ISBN 978-85-232-0542-3. Disponível em SciELO Books http://books.scielo.org Acesso em 23. Nov. 2013.

BRITTON, S. Tourism, Capital, and Place: Towards a Critical Geography of Tourism. *Environment and Planning D: Society and Space* December, 1991.

BUENO, A. H. da C.; BARATA, C. E. de A. Dicionário das Famílias Brasileiras. São Paulo: [S.ed.], 1999. ACADEMIA Brasileira de Letras. *Biografia de José Carlos de Macedo Soares*. 2007. Disponível em: http://www.academia.org.br/. Acesso em 06 ago. 2007.

BURKE, P. (org). *A escrita na História: novas perspectivas.* Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

BOULLÓN, R. *Planejamento do espaço turístico.* Bauru: Edusc, 2002.

BOYER, M. *História do turismo de massa.* São Paulo; EDUSC, 1999.

BRAMBATTI, L. E., ALLIS, T. *Tresn e turismo.* Caxias do Sul: Meridiano, 2011

CAMARGO, F. B. A. *Campos do Jordão e seu palácio*. Campos do Jordão: s.e., s.d.

CAMARGO, H. L. *Uma pré-história do turismo no Brasil.* São Paulo: Aleph, 2007.

CARLOS, A. F. *A cidade.* São Paulo: Contexto, 2001, p.47.

CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo***.** São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTRO, C.; GUIMARÃES, V.; MAGALHÃES, A. M. (org.) *História do turismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

CASTRO, I. E de. O problema das escalas. In: CASTRO, I. E. De.; GOMES, P. C.da. C. G; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CHOAY, F. O urbanismo: utopías e realidades, uma antología. São Paulo: Perspectiva, 2010. *Congresso Anual em Ciência da Comunicação.* Salvador: Intercom, 2002.

CORBIN, A. *História dos tempos livres.* Lisboa: Teorema, 2001.

_____. O prazer do historiador. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, nº 49, p. 11-31 – 2005.

_____. *Território do vazio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORNEJO, C.; GERODETTI, J. E. *As ferrovias no Brasil nos cartões postais e álbuns de lembranças.* São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2005.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORIOLANO, L. N; SILVA, S. B. M. *Turismo e Geografia: abordagens críticas*. Fortaleza: Euce, 2005.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Lexicom, 2010.

CANNABRAVA, P. *Adhemar de Barros*. São Paulo: Terceiro Nome, 2004.

CASTRO, C. , MEDEIROS, B. F. Destino: cidade Maravilhosa. In: CASTRO, C.; GUIMARÃES, V.; MAGALHÃES, A. M. (org.) *História do turismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013

COUTO, A. M. *Adhemar de Barros.* São Paulo: Educ, 2009.

DALBEN, André; SOARES, Carmen Lúcia. Uma educação pela natureza: vida ao ar livre e métodos terapêuticos nas colônias de férias infantis do Estado de São Paulo (1940). *Pro-Posições,* Campinas , v. 22, n. 1, p. 167-182, Apr. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072011000100013&lng=en&nrm=iso>. access on 31 Mar. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072011000100013.

DEGRANDI, J. O. *Verticalidades e horizontalidades nos usos do território de Santa Maria – RS.* Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do SUL. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Rio Grande do Sul, 2012.

DEPREST, F. *Enquête sur le tourisme de masse: l'ecologie face au territoire*. Paris: Belin, 1997.

DIAS, J. C. *O clima na cura da tuberculose pulmonar.* Tese (Doutorado em Medicina), Faculdade de Medicina do Porto, Porto, Portugal, 1920.

DOIN, José Evaldo de Mello et al . A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) - a proposta do Cemumc. *Rev. Bras. Hist***.**, São Paulo , v. 27, n. 53, p. 91-122, June 2007. Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100005&lng=en&nrm=iso>. accesson 09 Feb. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882007000100005.

DONNE, M. D. *Teorias sobre a cidade*. Lisboa: Liguori Editore, 1979.

DUARTE RODRIGUES, Ana Margarita. Humboldt's trip to South America and a new idea of landscape: its impact on Eschwege. **memorias**, Barranquilla , n. 25, Apr. 2015 . Available from <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-88862015000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Dec. 2015. http://dx.doi.org/10.14482/memor.25.L6889.

DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer.* São Paulo, 1999.

EQUIPE MIT. *Tourismes 2* Paris: Belin, 2005.

EDLER, F. C. The debate on experimental medicine under the second reign'. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos,* III (2):284-299, Jul.-Oct. 2001.

FERDMANN, Helga. The other magic mountain. In: NEW, Mitya. Swizerland unwrapped. London: Tauris Publishers, 1997.

FERRAZ, M. de S. *Campos do Jordão.* São Paulo: secretaria da agricultura industria e commercio, 1941.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini e SPOSITO, ELISEU Savério (Org.): *Indústria, ordenamento do território e transportes – a contribuição de André Fischer***.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, SP. 2008.

FISCHER, André. A dimensão espacial no "aménagement" do território − o exemplo francês. In: *RA´E GA*, n. 7, p. 9-17. Curitiba: Editora UFPR, 2003.

FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. Geopolítica, Identidade e Globalização. Espanha: Annablume, 2006.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder.* 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FRANCO, A. M. A Influência de Concepções Urbanísticas Estrangeiras nos Planos para as EstânciasHidrominerais Paulistas entre 1920-1950: os casos de Águas da Prata, Águas de Lindóia e Águas de São Pedro. Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. V.7, n.1, 2002.

FRATUCCI, A. C . A dimensão espacial das políticas públicas de turismo no Brasil. In: PIMENTEL, T. D; EMMENDOERFER, M. L; TOMAZZONI, E. L. Gestão Pública do Turismo no Brasil. Caxias do Sul, RS: Edusc, 2014.

FUSTER, L. F. *História general del turismo de masas.* Madri: Alianza, 1990.

GARCIA, F. B. Colonia de Férias: a formação do estudante ideal no Rio Grande do Sul (1938 – 1945). Dissertação. História. Pontíficia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.
GODOY, P. R. T. A produção do espaço. In: *GEOUPS – Espaço e Tempo*, São Paulo, n.23, pp.125-132, 2008.

GERTEL, S. A filosofia das técnicas. In: CARLOS, A. F. (org) *Ensaios de geografia contemporânea.* São Paulo: Hucitec, 1996.

GONÇALVES, H. Tuberculose ao longo dos tempos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VII(2): 303-25, jul.-out. 2000.

GONÇALVES, R. G. *Modelos emergentes de planejamento*: *elaboração e difusão – um estudo do Planejamento Estratégico Situacional*. Tese de Doutorado (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), 2005. Disponível em: http://teses.ufrj.br/IPPUR_D/RaquelGarciaGoncalves.pdf. Acesso em: 05 set. 2012

GOULART, S. *Sob a verdade oficial:* ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.

GUIMARÃES, V. L. O turismo brasileiro nas páginas dos jornais paulistas. In: CASTRO, C.; GUIMARÃES, V.; MAGALHÃES, A. M. (org.) *História do turismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013

GUIMARÃES, Valéria Lima. *O turismo levado a sério*: *discursos e relações de poder no Brasil e na Argentina (1933-1946)*. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2012.

HENRIQUE, W. *O direito à natureza na cidade*. Salvador: EDUFBA, 2009. 186 p. ISBN 978-85- 232-0615-4. AvailablefromSciELO Books <http://books.scielo.org>.

HOCHMAN, G. *A era do saneamento:* as bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: Hucitec ANPOCS, 1998.

HOLSBOER, W. J**.** *(Société par actions du Curhaus Davos): guide pour médecins et malades. Le Paysage de Davos: Station Climatérique pour Maladies de Poitrine: Au Point de Vue Spécial de la Méthode Thérapeutique Suivie Dans l'établissement de Cure.* Zürich: Orell Füssli & cie., 1878.

JAGUARIBE, B. LISSOVSKI, M. Imagem fotográfica e o imaginário social. *ECO-PÓS*- v.9, n.2, agosto-dezembro 2006, p.88-109. Disponível em: www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php/revista/article/viewFile/55/39. Acesso em: 10. jan. 2010.

JUNTOS na luta contra a tuberculose.*Bol. Pneumol. Sanit.* [online].2002, vol.10, n.2, pp. 5-12.

KNAFOU, R. Turismo e território. In: RODRIGUES, A. B. *Turismo e geografia.* São PAULO: Hucitec, 1999.

LARRINAGA, C. PASTORISA, E. Dos balnearios atlânticos entre elfin de siglo y lacrisisdeltreinta, San sebastián y mar delplata. Unejerciciocomparative. In: *História Cotemporânea,* v.38, pp.277-310, jan. 2010.

LEFEBVRE, H. *A cidade do capital.* Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEFEBVRE, H. *La prodcution d`espace.* Paris: Antrophos, 1974

LENCIONI, S. *Região e Geografia***.** São Paulo: Edusp, 1999.

LICKORISH, L. J.; JENKINS, C. L.*Introdução ao turismo.*Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LIMA, G. T. N. *Via de duplo sentido:* Araxá cidade balneárea 1920-1940. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

LIMA. *Ciclo do café*. Disponível em:http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wpcontent/uploads/2008/06/ciclo-do-cafe_pg-13-a-39.pd. Acesso em: 17. nov. 2012.

LIRA, L. A. *Laconfección de Estrategias de Desarrollo Regional.*In: Arenas, F. (Ed.), Manual de desarrollo regional. Santiago: INC-PRED-REGION-IEU, 1990, q. 41-68. Disponível em:

http://bibhumartes.ucla.edu.ve/DB/bcucla/edocs/clases/LDH453/CEDRLuis_Lira.pdf. Acesso em: 03 set. 2013.

MACHADO, R. (*et al.). Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil.* Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MACHADO, S. P. O dispensário antituberculoso Clemente Ferreira: espaço de assistência e de ciencia naluta contra a tuberculoseem São Paulo (1904-1917). In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis, 2015

MACIEL, M. S; MENDES, P. D; GOMES, A. P.; BATISTA, R. S. História da tuberculose no Brasil: os muitostons (de cinza) da miseria. In: *Revista Brasileira de Clínica Médica*. São Paulo, mai-jun, v.10, 2012, p.226-230.

MASCARENHAS, Rodolfo dos Santos. História da saúde pública no Estado de São Paulo. *Rev. Saúde Públic***a**, São Paulo , v. 7, n. 4, p. 433-446, Dec. 1973 . Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101973000400012&lng=en&nrm=iso>. accesson 14 Feb. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101973000400012.

MATOS, M. I. S. *Cotidiano e cultura*: história cidade e trabalho. Bauru: EDUSC, 2002, Coleção História.

MASTROMAURO, G. C. As ações higienistas e a tuberculosemem São Paulo. Tese de Doutorado em História. UNICAMP, 2013.

MIRANDA, A. C. de. *et al*. (org.). *Território, ambiente e saúde.* Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

MASAKAZU, A. *Ruas da minha cidade.* Campos do Jordão: s.e., 1988.

MIOSSEC, J. M. l`image touristique comme introduction à la geogrphie du turisme. *Annnales de Geographie,* Paris, 1976

MOESCH, M. *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto, 2000.

MOTA, André. Tropeços da medicina bandeirante: medicina paulista entre 1892-1920. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

NAGABE, F.; MACHADO, A. B. Políticas públicas e turismo. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História.* São Paulo, jul. 2011.

NEUBERGUER, L. A economia na Era Vargas. In: MORETTO, F. M. L. (org.). *A Era Vargas***.** Porto Alegre: Ediplat/CIPEL, 2004.

NEW, Mitya. Swizerland unwrapped. London: Tauris Publishers, 1997.

PANOSSO, A. *Filosofia do turismo.* São Paulo: Aleph, 2005.

PAIXÃO, D. L. D. *1930 – 1945. A verdadeira Belle Époque do turismo brasileiro:* o luxo e os espetáculos dos hotéis cassinos imperam na era getulista. Disponível em: www.obsturpr.ufpr.br/artigos/hotelaria11.pdf . Acesso em: 18 de jul. 2010.

PALOMO, J.S.*LaPlanificación Verde enlasCiudades*. 2005.Rubi – Barcelona.

PANDOLFI, D. C. Os anos 1930: as incertezas do regime. *In*: FERREIRA, J.;DELGADO, L. A. N. (org.). *O Brasil Republicano.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PAULO FILHO, P. *Campos do Jordão, o presente passado a limpo*. São José dos Campos: Vertente, 1997.

_____. *Estórias e lendas do povo de Campos do Jordão*. São Paulo: O Recado, 1988.

_____ . *História de Campos do Jordão.* Aparecida, SP: Santuário, 1986.

_____. *A montanha magnífica*. São Paulo: O Recado, 1997.

PECHMAN, R. M. Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PEIXOTO, E. O Serviço de Recreação Operária e o projeto de conformação da calsse operária no Brasil. In: *Pro-posições*, v.19, n.01, jan.abr. 2008.

PIRES, M. J. *Raízes do turismo no Brasil*. São Paulo: Manole, 2001.

PORTO, Ângela. Representaçõessociais da tuberculose: estigma e preconceito. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo , v. 41, supl. 1, p. 43-49, Sept. 2007.Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034891020070008000 07&lng=en&nrm=iso>.Accesson 09 Feb. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102007000800007.

PORTER, R. Os ingleses e o lazer. In: CORBIN, A. *História dos tempos livres.* Lisboa: Teorema, 2001.

QUEIROZ, T. H. *Brasil: história e turismo*. Rio de Janeiro: Univercidade, 2005.

QUEIROZ, D. S. *Floradas na Serra.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

QUEIROZ, L. M. A. *A gestão pública e a competitividade de cidades turísticas*: a experiência da cidade do salvador. Tese. (Doutorado em Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional). Departamento de Geografía Física y Analisis Geográfico Regional. Universidade de Barcelona. Espanha, 2005.

QUINTELA, M. M. *Saberes e práticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de São Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas de Imperatriz)*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010459702004000400012&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em 12 mai. 2004.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ed. Ática, SP, 1993.

RAUCH, A. As férias e a natureza revisitada. *In:* CORBIN, A. *História dos tempos livres.* Lisboa: Teorema, 2001.

REJOWSKI, M. (org.). *Turismo no percurso do tempo.* São Paulo: Aleph, 2002.

ROCHA, Edmundo Ferreira da. *Fotografias que contam a história de Campos do Jordão*. Disponível em: <http://www.camposdojordaocultura.com.br/categoria-det.asp?id_cat=6&Categoria=Vila+Jaguaribe. Acesso em: 15 de out. 2008 às 19:36.

RODRIGUES, A. B. *Turismo e espaço: rumo ao um conhecimento transdisciplinar.* São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, A. B. Turismo e territorialidades plurais – lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (org.) *América Latina: cidade, campo e turismo*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

ROSEMBERG, José. *Tuberculose - Aspectos históricos, realidades, seu romantismo e transculturação***.** *Bol. Pneumol. Sanit.* [online]. 1999, vol.7, n.2, pp. 5-29.

ROZEMBERG, A. M. F. A. Clemente Miguel da Cunha Ferreira. São Paulo. Fev. 2007. Disponível em: http://www.sociedadeclementeferreira.org.br/index.php?codconteudo=3. Acesso em: 19. nov. 2010.

SÁ, J. *Pequena Monografia de Campos do Jordão.* Campos do Jordão: s.e, 1959.

SALGUEIRO, V. Grant tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura.In: *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v.22, n.44, pp.289-310, 2002.

SALLES-COSTA, Rosana et al. *Gênero e prática de atividade física de lazer*. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2003, vol.19, suppl.2, pp. S325-S333.

SAMPAIO, T. *Viagem a Serra da Mantiqueira:* Campos do Jordão e São Francisco dos Campos. São Paulo: Brasiliense, 1978.

SANATORINHOS – Ação Comunitária de Saúde. Sanatorinhos, uma história que começou em 1931. *Sanatorinhos Em Notícias,* São Paulo, abr./mai./jun., 2004. p.3.

SANITARY COMISSIER. PrivateSanatoriums: public and popular sanatoriuns. TheLancet. N.1 July 8th, 1905. Disponívelem:http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140673600698318

SANTOS FILHO, J. dos. O turismo na era Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. *Cultur – Revista Cultura e Turismo.* Ano 2, n.02, jul.2008. Disponível em: www.uesc.br/revistas/culturaeturismo. Acesso em 27. mar. 2010.

SANTOS, J. *Ontologia do turismo.* Caxias do Sul: Educs, 2005.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade.* Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. *A natureza do espaço – Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Ed. Hucitec, SP. 1996.

_____. Lazer popular e geração de empregos. In: SESC. *Lazer nua sociedade globalizada.* São Paulo: WLRA, 2000.

_____. *Pensando o espaço do homem.* São Paulo: Edusp, 2012.

_____. *Por uma outra globalização.* São Paulo: Record, 2012.

_____. *Espaço e método.* São Paulo: Nobel, 1988.

_____. *Por uma geografia nova.* São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. Território e Dinheiro. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. *Território, Territórios*. Niterói: PPGEO-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. p.17 – 38.

SAUSSARE, H. B. *Voyage dans les Alpes.* Imprimier du rol, 1796.

SARMENTO, J. C. V. Representação, imagniação e espaço virtual. Coimbra: Gráfica de Comimbra, 2004.

SCHMID, C. A Teoria da produção do espaço de Henry Lefebvre. In: *GEOUSP – Espaço e Tempo,* São Paulo, n32, pp.89-109, 2012.

SILVA, Ana Márcia. *Elementos para compreender a modernidade do corpo numa sociedade racional*.Cad. CEDES. 1999, vol.19, n.48, pp. 07-29.

SILVEIRA, M. L. *Curso: conceito de geografia contemporânea.* Realizado de 03 a 06/06/2003. UFSC – Doutorado em Geografia. 2003.

SILVEIRA, R. L. L.; CAMPOS, H. A. Processos participativos e experiências recentes de planejamento regional: o caso do Vale do Rio Pardo (RS). *REDES,* Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 203 – 216, jan/abr. 2012. Disponível em: http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/2687/1875. Acesso em: 05 set. 2012.

SIQUEIRA, D. *História social do turismo.* São Paulo: Vieria, 2005.

SOARES, Pedro Paulo. A dama branca e suas faces: a representaçãoiconográfica da tuberculose. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro , v. 1, n. 1, p. 127-134, Oct. 1994
. Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701994000100012&lng=en&nrm=iso>.
accesson 15 Feb. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701994000100012.

SOUZA, R. de P. *Depoimento- Acervo Memória da Tuberculose.* Rio de Janeiro, COC/ Fiocruz, 1990.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. Na arena de esculapio: a sociedade de mdeicina e cirugía de São

Paulo (1895-1913). São Paulo: UNESP, 2008.

TELES, R. M de S. Fundamentos geográficos do turismo. Rio de Jaineiro: Elsevier, 2009.

THIESSE, A M. Organização dos Lazeres dos trabalhadores e tempos roubados (1880 – 1930). In: CORBIN, A. *História dos tempos livres.* Lisboa: Teorema, 2001.

TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques; FONTANARI, Rodrigo. Modalidades e hierarquias do crédito nacafeicultura paulista (1889-1930). **Rev. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro , v. 65, n. 4, p. 401-412, Dec. 2011 . Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402011000400005&lng=en&nrm=iso>. accesson 21 Feb. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402011000400005.

TOURING. *Uma memória dos tempos da mão-inglesa.* Disponível em: http://www.touring.com.br/historia.php. Acesso em: 16. out. 2010.

UGARTE, M. C. D. O corpo utilitário: da revolução industrial à revolução da informação. *In:Anais do IX Simpósio Internacional Processo Civilizador*. Disponível em: www.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/cd_Simposio/artigos/mesa.../art5.pdf. Acesso em: 15.out. 2010.

UJVARI, Stefan Cunha – A história e suas epidemias. A convivência do homemcom os microrganismos. Rio de Janeiro, Senac Rio; São Paulo, Senac São Paulo, 2003.

VALVERDE, R. R. Transformações no conceito de território. In:*GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 15, pp. 119 - 126, 2004.

VIANNA, Paula Vilhena Carnevale; ELIAS, Paulo Eduardo M.. Cidade sanatorial, cidade industrial: espaço urbano e política de saúde em São José dos Campos, São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro , v. 23, n. 6, p. 1295-1308, June 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000600005&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Apr. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007000600005.

VIANNA, Paula Vilhena Carnevale; ELIAS, Paulo Eduardo M.. Cidade sanatorial, cidade industrial: espaço urbano e política de saúde em São José dos Campos, São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro , v. 23, n. 6, p. 1295-1308, June 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000600005&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Apr. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007000600005.

WALTON, J. Welcome to the Journal of Tourism . History. In: *Journal of Tourism History,* 2009, p.1.

WEBER, E. J. *França fin-de-siécle.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. Jardim América: o pri- meiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp/Imprensa Oficial do Estado, 2001. 304 p.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*, São Paulo: Loyola, 1990.

HARVEY, D. *Social justice antd the city*. London: The Johns Hopkins University pres., 1969

LEFEBVRE, H. *O direito `a cidade.* São Paulo: Centauro, 1999.

MOLINA, S. *O Pós-Turismo*. São Paulo: Aleph, 2003

BERNARD, N., BOUVET, Y., DESSE. R.P. *Geohistorie du tourism argentine. Pressesse* Universitaries de Rennnes, 2014